

C/2024/3011

3.5.2024

RELATO INTEGRAL DOS DEBATES DE 4 DE OUTUBRO DE 2017

(C/2024/3011)

PARLAMENTO EUROPEU

SESSÃO 2017-2018

Sessões de 2 a 5 de outubro de 2017

ESTRASBURGO

Índice	Página
1. Abertura do período de sessões	4
2. Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do Estado de direito (comunicação das propostas de resolução apresentadas): ver Ata	4
3. Atos delegados (artigo 105.º, n.º 6, do Regimento): Ver Acta	4
4. Medidas de execução (artigo 106.º do Regimento): Ver Acta	4
5. Transferências de dotações: ver Ata	4
6. Entrega de documentos: ver Ata	4
7. Preparação da reunião do Conselho Europeu de 19 e 20 de outubro de 2017 (debate)	4
8. Composição das delegações	36
9. Período de votação	37
9.1. Acordo que institui a Fundação Internacional UE-ALC (A8-0279/2017 - Javier Couso Permuy) (votação)	38
9.2. Disposições do acervo de Schengen respeitantes ao Sistema de Informação sobre Vistos na Bulgária e na Roménia (A8-0286/2017 - Agustín Díaz de Mera García Consuegra) (votação)	38
9.3. Intercâmbio automatizado de dados de registo de veículos na República Checa (A8-0288/2017 - Maria Grapini) (votação)	38

Índice	Página
9.4. Intercâmbio automatizado de dados dactiloscópicos em Portugal (A8-0289/2017 - Jaromír Štětina) (votação)	38
9.5. Intercâmbio automatizado de dados dactiloscópicos na Grécia (A8-0287/2017 - Claude Moraes) (votação)	38
9.6. Regras e normas de segurança para os navios de passageiros (A8-0167/2017 - Daniela Aiuto) (votação)	38
9.7. Registo das pessoas que viajam em navios de passageiros que operam a partir de ou para portos dos Estados-Membros (A8-0168/2017 - Izaskun Bilbao Barandica) (votação)	38
9.8. Sistema de inspeções para a segurança da exploração de ferries ro-ro e embarcações de passageiros de alta velocidade em serviços regulares (A8-0165/2017 - Dominique Riquet) (votação) ...	38
9.9. Critérios científicos para a determinação das propriedades desreguladoras do sistema endócrino (B8-0542/2017) (votação)	38
9.10. Objeção nos termos do artigo 106.º: projeto de decisão de execução da Comissão que autoriza a colocação no mercado de produtos que contenham, sejam constituídos por, ou produzidos a partir de soja geneticamente modificada FG72 x A5547-127s do Regulamento (CE) n.º 1829/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a géneros alimentícios e alimentos para animais geneticamente modificados (B8-0540/2017) (votação)	38
9.11. Objeção nos termos do artigo 106.º: projeto de decisão de execução da Comissão que autoriza a colocação no mercado de produtos que contenham, sejam constituídos por, ou produzidos a partir de soja geneticamente modificada DAS-44406-6, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1829/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a géneros alimentícios e alimentos para animais geneticamente modificados (B8-0541/2017) (votação)	39
9.12. Erradicar o casamento infantil (B8-0535/2017) (votação)	39
9.13. Conferência da ONU sobre Alterações Climáticas de 2017 em Bona, na Alemanha (COP23) (B8-0534/2017) (votação)	39
10. Declarações de voto	39
10.1. Regras e normas de segurança para os navios de passageiros (A8-0167/2017 - Daniela Aiuto) .	39
10.2. Registo das pessoas que viajam em navios de passageiros que operam a partir de ou para portos dos Estados-Membros (A8-0168/2017 - Izaskun Bilbao Barandica)	41
10.3. Sistema de inspeções para a segurança da exploração de ferries ro-ro e embarcações de passageiros de alta velocidade em serviços regulares (A8-0165/2017 - Dominique Riquet)	41
10.4. Critérios científicos para a determinação das propriedades desreguladoras do sistema endócrino (B8-0542/2017)	42
10.5. Erradicar o casamento infantil (B8-0535/2017)	43
10.6. Conferência da ONU sobre Alterações Climáticas de 2017 em Bona, na Alemanha (COP23) (B8-0534/2017)	45
11. Correções e intenções de voto: Ver Acta	46
12. Reinício da sessão	46
13. Constituição, primado do Direito e direitos fundamentais em Espanha à luz dos acontecimentos na Catalunha (debate)	47
14. Aprovação da acta da sessão anterior: Ver Acta	57

Índice	Página
15. O Pacto Orçamental e a sua incorporação no enquadramento jurídico da UE (debate de atualidade)	57
16. Apresentação do relatório anual do Tribunal de Contas - 2016 (debate)	73
17. Cooperação reforçada: Procuradoria Europeia (debate)	92
18. Mandados de prisão da Interpol (avisos vermelhos) (debate)	110
19. Composição das comissões e das delegações: ver Ata	116
20. Segurança nas estradas europeias (debate)	116
21. Ordem do dia da próxima sessão: Ver Ata	124
22. Encerramento da sessão	124

RELATO INTEGRAL DOS DEBATES DE 4 DE OUTUBRO DE 2017**PRESIDENZA DELL'ON. ANTONIO TAJANI***Presidente***1. Abertura do período de sessões***(La seduta è aperta alle 9.08)***2. Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do Estado de direito (comunicação das propostas de resolução apresentadas): ver Ata****3. Atos delegados (artigo 105.º, n.º 6, do Regimento): Ver Acta****4. Medidas de execução (artigo 106.º do Regimento): Ver Acta****5. Transferências de dotações: ver Ata****6. Entrega de documentos: ver Ata****7. Preparação da reunião do Conselho Europeu de 19 e 20 de outubro de 2017 (debate)**

Presidente. – L'ordine del giorno reca la discussione sulle dichiarazioni del Consiglio e della Commissione concernente la preparazione della riunione del Consiglio europeo (19 e 20 ottobre)

Matti Maasikas, *President-in-Office of the Council.* – Mr President, in two weeks' time, the 28 Heads of State or Government will be meeting in Brussels. President Tusk has put four items on the agenda: migration, digital Europe, defence and external relations. Let me take them one by one.

The first item on the agenda is migration. Recent developments are encouraging. Illegal flows along the central Mediterranean route have gone down significantly. The determined action of the EU as a whole, together with the resolute bilateral efforts from Member States, is yielding results. Leaders will want to consolidate these trends and root them in a long-term vision. This is why we need to scale up our work with international partners. This is also why a strong partnership with countries of origin and transit is indispensable. Tackling the root causes is the only way to handle this challenge of irregular immigration in the long term.

Concerning the future Common European Asylum System, the European Council is expected to welcome progress already achieved and to call for further convergence to reach an agreement which strikes the right balance between responsibility and solidarity and ensures resilience to future crises.

Second on the agenda, leaders will come back to the digital vision for Europe, following the successful Digital Summit in Tallinn last Friday. Behind the concept of a digital Europe lies more than the digital single market. The leaders will of course also want to take stock of the progress made on the concrete legislative proposals under the digital single market but there is much more. The question today is quite simply whether Europe is gearing up to meet the challenges and opportunities of the digital revolution. This is a key challenge for the future of Europe. It has an impact on all aspects of our lives, be it our citizens, our businesses or our governments. Leaders already touched upon this issue last June. Digital was also the focus of the summit last Friday in Tallinn in which you, President Tajani, also participated. In October, the European Council will provide further guidance to ensure that Europe is well equipped for this transformational change.

Let me now turn to the third item on the agenda, defence. Leaders established a comprehensive work programme in December 2016. They moved the discussion further in June 2017 with additional guidance focused on Permanent Structured Cooperation (PESCO), but also on EU battlegroups and the industrial dimension of EU defence. More has been achieved in the last year than in a decade. Leaders are keeping a close eye on progress to maintain this momentum. In October, they will review efforts to launch an inclusive and ambitious Permanent Structured Cooperation. Discussions are moving in the right direction. Leaders will want to push for a rapid agreement on that basis.

The last item on the agenda of the European Council is external relations. Leaders will discuss recent developments on the international stage. One of the topics for this debate will be relations with Turkey. It is a little too early to pin down the other topics which will require leaders' attention. I will therefore leave this open.

To conclude, I would also like to mention that leaders will meet as 27 in October as well. You discussed the latest state of play of the Brexit negotiations yesterday. You adopted a resolution and, as you know, a fifth round of negotiations is scheduled for next week. The European Council, under Article 50, will be the occasion for the 27 leaders to review the state of the negotiations.

Frans Timmermans, *vice-président de la Commission*. – Monsieur le Président, Monsieur le Président en exercice du Conseil, Mesdames et Messieurs les députés, il y a trois semaines, s'adressant à cette assemblée, le président Juncker a appelé, dans son discours sur l'état de l'Union, à savoir tirer profit d'une conjoncture qui, pour l'instant, nous est plutôt favorable.

Il est vrai qu'aujourd'hui, l'Europe bénéficie d'une reprise économique qui commence à se faire sentir dans tous nos États membres et d'un regain de confiance. De nouvelles opportunités s'ouvrent, et la balle est dans notre camp. Saisissons-la au bond car en réalité, il nous reste encore beaucoup à faire pour passer d'une amélioration économique passagère à une amélioration durable, qui sera réellement ressentie dans toutes nos régions par tous nos citoyens, y compris par les jeunes à la recherche d'un emploi.

Il nous reste encore beaucoup à faire pour passer d'un regain de confiance à une véritable adhésion à un projet d'avenir commun. Le prochain Conseil européen, d'ici dix jours, doit être l'occasion de faire quelques pas de plus dans cette direction, dans le même esprit d'urgence et d'énergie qui ressort des discours récents de Jean-Claude Juncker, d'Emmanuel Macron et d'Antonio Costa.

Nous devons maintenir fermement notre cap en répondant concrètement aux attentes et aux préoccupations de nos concitoyens, et en ne cédant rien sur nos valeurs, y compris le respect de l'état de droit.

Le moment est venu de nous fixer des objectifs ambitieux mais réalisables d'ici 2025 pour une Union à vingt-sept plus unie, plus forte et plus démocratique.

Honourable Members, the Europe we are working for each day is a Europe which protects its citizens, which empowers and defends them. The Digital Agenda which was at the heart of the discussions at the summit in Tallinn, and which will also be on the agenda for the European Council, is one example of where we really need to show concrete results.

Since the start of the mandate, this Commission has presented some 40 initiatives, 24 of which are legislative proposals. We have proposed action ranging from making sure high quality internet is available in public spaces for thousands of local communities, to measures to combat threats to cybersecurity and to ensure that personal data is as well protected online as it is offline. We have launched a discussion about how best to ensure that services provided through online platforms are effectively taxed.

It is now time to find agreement on the 18 legislative proposals which are pending here in this House and in the Council. I hope that we can see tiny progress in particular on the telecoms package, the revision of the Audiovisual Media Services Directive, and on our recent proposals on cybercrime.

The Commission would also like to see timely progress on the other new proposals made together with the State of the Union speech. Trade in particular is an area where urgent action is needed to take advantage of the momentum.

The European Council will also pay particular attention to migration. Last week, the Commission presented our views on how to ensure and consolidate the ongoing work on the European Agenda on Migration. We have identified where and what further efforts are needed in coming months. Particular attention must be given to stepping up returns and to resettlement, whilst the reform of the Common European Asylum System in Dublin now needs to be completed as soon as possible.

We must also continue our work with priority third countries and the Commission would like to see a concerted effort from leaders when it comes to the issue of financing, where we need to live up to our collective promises and we are living up to them today.

Finally, the European Council will also review progress on defence. The Commission is closely following the developments on Permanent Structured Cooperation. The Commission wants to incentivise greater cooperation in defence in line with the Treaty and stands ready to support it with the instruments at its disposal. For this, we need to ensure an early agreement on the proposed European defence industrial development programme.

Honourable Members, together we have more or less 18 months to finish the job and deliver on the 10 priorities on the basis of which this House approved the college in 2014. If we fail, this will be a collective failure. To the outside world it makes no difference whether we failed because the Commission made the wrong proposals, or Parliament or Council took too long. When we succeed, it will be our collective success. When we fail, it will also be our collective failure.

I set out in the road map for a more united, stronger and more democratic Union. Europe now has an opportunity to look further ahead. The road map sets out a path to March 2019 when our Union will sadly become a union of 27. It is in Sibiu, Romania, on the banks of the Cibin river in Transylvania, that we should reassert this Union and our confidence in our future together, a Union based on our values, a Union of equals, a Union able to deliver for its citizens on the things that matter the most.

We saw in Tallinn that there is now a real appetite amongst European leaders to move forward together, but we cannot wait until March 2019 to start the work and we cannot be bogged down in process, treaty changes or institutional wrangles in the meantime. That is why in the letter of intent, Jean-Claude Juncker and I laid out a concrete set of actions which are all achievable under the current treaties to prepare the Europe of 2025. I can assure you that we will continue to work alongside you every step of the way, starting with a social summit in Gothenburg where I hope we can proclaim the European Pillar of Social Rights. And then in December, with the euro area summit underpinned by concrete proposals to deliver a strong economic and monetary union and ensure the lasting stability and success of our European single currency.

This summit will be inclusive with the participation of those EU members whose intention is to introduce the euro before 2025. I know Jean-Claude is looking forward to organising the summit together with President Tusk. The Commission will then present its full package of proposals on the EMU on 6 December. For Dutch and Flemish people, I would say on St Nicholas day.

I trust that the Commission can count on the full support of this House as we implement the road map together. Let's use the next 18 months to deliver positive changes in the lives of Europeans and to set the course for a more united, stronger and more democratic Union for the future.

(Applause)

Manfred Weber, im Namen der PPE-Fraktion. – Herr Präsident, Herr Vizepräsident Herr Ratsvertreter, meine lieben Kolleginnen und Kollegen! Die Menschen erwarten von uns praktisches Handeln, und ich bedanke mich sowohl beim Ratsvertreter als auch bei Frans Timmermans für diese Grundrichtung, dass wir uns jetzt um die Themen kümmern, die die Menschen umtreiben.

Ich finde auch wichtig, was Frans Timmermans gemacht hat, nämlich zunächst über die Erfolge zu reden. Wir können die Menschen nur von unserem Projekt überzeugen und mitnehmen, wenn wir über Erfolge reden. Das Wachstum im Euro-Währungsgebiet ist stark und solide, wir haben die Arbeitslosigkeit auf Vorkrisenniveau zurückgebaut, die Verschuldung im Euro-Währungsgebiet, in der Europäischen Union ist – verglichen mit den Amerikanern, mit den Japanern, mit anderen großen Währungsräumen – gering.

Und auch bei der zweiten großen Aufgabe, nämlich bei der Lösung der Migrationsfrage, sind wir stark vorangekommen. Im Vergleich zum Jahr 2015, als wir die großen Migrationsströme hatten, wurden die Zahlen an der Außengrenze um über 80 % reduziert. Europa liefert, Europa kommt voran, und wir können die großen Aufgaben gemeinsam anpacken.

Und auch gestern ist uns ein großer Erfolg gelungen: Der Kollege Salvatore Cicu hat mit allen Verantwortlichen der anderen Fraktionen einen neuen Investitionsschutz und neue WTO-Regelungen gefunden – in Partnerschaft mit allen Parteien. Wir wollen Welthandel, aber wir Europäer wollen uns auch verteidigen können, wenn unfairer Welthandel praktiziert wird. Große Schritte für diesen Kontinent! Ich glaube, dass wir zu Recht davon reden dürfen, dass Europa liefert.

Beim Rat geht es um die Aufgaben, die jetzt vor uns liegen. Das Topthema ist sicher die große offene Wunde des Kontinents, und das ist nach wie vor die Migrationsfrage. Trotz Erfolgen liegt noch keine legislative Lösung vor, wie wir die Migrationsfrage dauerhaft lösen. Für die EVP-Fraktion ist klar, dass Europa helfen muss. Wir müssen Menschen, die aus dem Bürgerkrieg fliehen, Obdach anbieten. Auf der anderen Seite brauchen wir Kontrolle und auch einen starken Staat, der den Schlepperbanden und der organisierten Kriminalität das Handwerk legt. Deswegen müssen wir am weiteren Ausbau des Grenzschutzes arbeiten. Warum stärken wir nicht weiter Frontex – zum Beispiel mit dem Aufbau von weiteren Kapazitäten zur direkten Intervention an bestimmten Grenzen des Schengenraums?

Als Zweites brauchen wir die Kooperation mit den Vereinten Nationen. Der Vorschlag der Kommission von letzter Woche, ein Kontingent von 50 000 für die Neuansiedlung anzubieten, ist der richtige Weg. Durch die Vereinten Nationen kontrolliert, strukturiert Menschen in Not nach Europa holen, um ihnen dort eine bessere Versorgung nach humanitären Kriterien anzubieten, und auch Sicherheitskontrolle – das ist der richtige Weg.

Das Dritte, was wir klarstellen müssen, ist, dass die Asylfrage nicht zur Debatte steht. Asyl ist ein Grundrecht der Europäischen Union, das wir durch viele blutige Erfahrungen, die wir gemacht haben, erkämpft haben. Deswegen darf das Asylrecht in keinsten Weise zur Debatte stehen. Echte Hilfe ist dort nötig.

Und zu guter Letzt: Solidarität mit Afrika, Fluchtursachen bekämpfen. Europa wird nur auf Dauer in Frieden leben können, wenn auch Afrika eine vernünftige Zukunft hat.

Das zweite große Thema ist die digitale Agenda. Da bedanke ich mich für die vielen Vorschläge, die die Kommission auf den Tisch gelegt hat. Die Dringlichkeit ist offensichtlich. Europa kommt nur voran, wenn wir gemeinsam agieren, um die Skaleneffekte für die Wirtschaft zu erzielen. Uns muss die Balance zwischen dem Nutzen von Chancen und gleichzeitigem Implementieren unserer Werte gelingen. Für die EVP-Fraktion möchte ich deutlich machen, dass wir als Europäer schon die Aufgabe haben, diesem digitalen Binnenmarkt einen Rahmen zu geben, der von unseren Werten geprägt ist. Beispielsweise ist das Urheberrecht, das wir derzeit diskutieren, ein Wert, den wir erkannt haben. Wir müssen geistiges Eigentum schützen. Das muss auch in der digitalen Welt durchgesetzt werden, Prinzipien müssen durchgesetzt werden, weil wir nur so unsere Lebensart verteidigen werden.

Das weitere große Thema werden die Sicherheitspolitik und die Außenpolitik sein. Ich möchte bei der Außenpolitik noch zwei Punkte herausgreifen. Zum einen möchte ich für meine Fraktion volle Unterstützung für Federica Mogherini und die Kollegen im Außenbereich signalisieren, dass wir die Vereinbarungen mit dem Iran für existenziell halten. Es wäre eine katastrophale Entwicklung, wenn wir neben dem Nordkorea-Konflikt jetzt auch noch einen zweiten Atomkonflikt auf dieser Welt eröffnen. Was Europa dort mit dem Iran-Abkommen erreicht hat, ist Vorbild, dass wir nämlich diese Konflikte nicht kriegerisch, sondern auf diplomatischem Weg mit Abkommen lösen. Wir hoffen, dass Europa da eine klare Sprache spricht.

Zu guter Letzt möchte ich noch eine politische Anmerkung machen: Wir erleben ja unseren Dauerkampf gegen Populismus und Extremismus auf diesem Kontinent. Wir hatten positive Erfahrungen wie in Frankreich, wir hatten auch negative Erfahrungen wie jetzt beispielsweise in Deutschland, wo Populisten und Extremisten in Stärke wieder neu ins Parlament einziehen. Das heißt, die Debatte, der Kampf gegen diese Vereinfacher bleibt auf unserem Tisch.

Ich möchte nur eines äußern, und zwar, lieber Gianni Pittella, in Richtung der Sozialdemokratie, weil wir in der deutschen Erfahrung am Wahlabend vor einer Woche erlebt haben, dass sich die deutsche Sozialdemokratie von Beginn an jedem Gespräch darüber verweigert hat, eine Regierung zu bilden. Martin Schulz hat entschieden, sofort in die Opposition zu gehen. Ich glaube persönlich, dass es richtig ist, dass wir als Demokraten zunächst miteinander reden. Es kann das Ergebnis von Gesprächen sein, dass man in die Opposition geht, aber es ist nicht der Startpunkt, dass man in die Opposition geht. Ich spreche das hier an, weil wir das auch in den Niederlanden erlebt haben, weil wir das auch in Spanien erlebt haben, dass sich die Sozialdemokratie immer stärker der Verantwortung entzieht. Ich hoffe, dass sich das nicht durchsetzt.

(Beifall von der EVP-Fraktion)

Gianni Pittella, a nome del gruppo S&D. – Signor Presidente, onorevoli colleghi, caro collega Weber non credo sia opportuno discutere delle elezioni tedesche, mentre si sta discutendo il prossimo Consiglio europeo. Ma se proprio vuole una risposta su questo punto, io ho salutato favorevolmente la decisione del collega Schulz di prendere atto della conclusione della grande coalizione in Germania, così come abbiamo fatto qui nel Parlamento europeo alcuni mesi prima. Questo non significa che noi non si possa collaborare: una cosa è tenere una dialettica forte, vera tra la destra e la sinistra, i conservatori moderati e progressisti, e una cosa è fare le grandi coalizioni.

Ieri abbiamo dimostrato, sulla questione del riconoscimento della Cina come economia di mercato, che il Parlamento, pur mantenendo questa dialettica forte, può lavorare insieme e abbiamo ottenuto un grande risultato, difendendo le industrie europee e i lavoratori europei. Io voglio ringraziare i compagni e i colleghi del gruppo socialista che hanno avuto un ruolo cruciale, a cominciare dalla collega Mosca, dal collega Maurel e dal presidente Bernd Lange.

Ho ascoltato parole confortanti da parte di Frans Timmermans, primo Vicepresidente, che sono in linea con la relazione che ha fatto il presidente Juncker e voglio dire alla Commissione europea: i socialisti sono pronti, sono stati sempre pronti! Quando si tratta di agire e di fare, noi siamo pronti; quando si tratta di avere coraggio, noi siamo pronti! Non siamo pronti e siamo contro, quando si mette la testa sotto la sabbia. Bisogna sfidare il Consiglio, insieme, in modo costruttivo, ma in modo chiaro.

Sull'immigrazione noi aspettiamo risposte convincenti. Il fatto che si siano ridotti i flussi dell'80% non può tranquillizzarci sull'eliminazione delle cause profonde dei flussi migratori; anzi, dobbiamo utilizzare questa fase per affrontare le cause profonde che spingono migliaia e migliaia di persone a venire in Europa e non dobbiamo scambiare le cause con gli effetti e sbagliare la terapia. La terapia non può essere quella di costringere l'Europa e l'Africa in una fortezza. La terapia non può essere quella di alzare nuovi muri! Lo dico al Consiglio e lo dico alla Commissione: l'idea di creare nuove frontiere, di rafforzare le frontiere interne agli Stati europei, di prolungare il tempo a queste frontiere è l'arma sbagliata per affrontare un problema serio che è quello del terrorismo.

È legittimo per gli Stati membri dotarsi di strumenti efficaci nella lotta al terrorismo ma non illudetevi di curare un problema serio con l'aspirina! L'aspirina può far venire l'ulcera allo stomaco: le frontiere interne possono abolire una grande conquista dell'Europa che è la libera circolazione delle persone all'interno dell'Unione europea. E attenzione a non trasformare gli *hotspot*, che sono uno strumento per la gestione emergenziale dei flussi, in uno strumento di gestione ordinaria dei flussi migratori. Non è giusto, non è utile, non è efficace fare queste cose.

Nei giorni scorsi abbiamo rivolto un appello al presidente Tusk perché riconosca finalmente il Consiglio a Bulgaria a Romania e, nei tempi dovuti anche alla Croazia, il diritto di far parte dello spazio di Schengen ma anche perché si riformi finalmente il regolamento di Dublino: il Parlamento sta facendo il suo lavoro – come sempre – e il Consiglio deve iniziare il suo!

Qui non possiamo dire: «L'Europa non funziona». No! La Commissione ha formulato una proposta e il Parlamento sta occupandosene. È il Consiglio che non ha aperto il file! Questa è la verità. Vogliamo dirlo chiaro e forte: quando l'aprirà il Consiglio, dirò: «Bravo Consiglio, fai bene, stai facendo bene» e dobbiamo dire con chiarezza che quella norma che prevede che sia il primo paese di arrivo a farsi carico di tutti i fardelli e di tutte le responsabilità è contraria allo spirito di unità e di solidarietà che ci deve essere nell'Unione europea.

Infine, l'Africa. Ne ha parlato anche il collega Weber: mi fa piacere, perché si sta diffondendo quest'idea che l'Africa è una nostra priorità. Due anni fa è stato lanciato il Fondo fiduciario a La Valletta; bene, grande lungimiranza della Vicepresidente Mogherini e della Commissione europea. Ma gli Stati membri che hanno alimentato quel fondo sono stati pochissimi: anche qui lo dico al rappresentante del Consiglio: se ne faccia carico! L'Africa non è uno slogan: l'Africa è un tema che richiede risposte. Bene il piano di investimenti di 44 miliardi: ma quegli investimenti devono essere veicolati e finalizzati agli interventi che realmente creano sviluppo e creano posti di lavoro, perché questo serve per dare un futuro alle ragazze e ai ragazzi africani e anche a ridurre i flussi migratori.

Io sono sempre più convinto che dall'Africa passi la soluzione delle nostre sfide globali e locali. Vorrei concludere con una frase bellissima di Fatou Diome. «Bisogna smetterla con l'ipocrisia: saremo ricchi insieme o annegheremo tutti insieme».

Ryszard Antoni Legutko, *on behalf of the ECR Group*. – Mr President, it is highly probable that the Council will start with everyone congratulating Chancellor Merkel on her electoral victory. Indeed, Ms Merkel should be congratulated. Firstly, because she won for the fourth time, which is remarkable; secondly, because she won after having made the worst political decision of her life: opening the European borders without bothering to consult anyone. So much for solidarity, by the way.

Yet, while Ms Merkel's victory was a success, it should also be viewed in equal measure as a wake-up call for Europe. After all, the two main parties scored the worst results for years, something that only months ago happened in the French elections too. For many years, Germany epitomised what political science calls 'consensual politics'. We had a sample of it a while ago in what Mr Weber said, to put it crudely, a sort of united front in which everyone tends to speak with one voice. But if in a country like this – and Germany is just such an example, because of its remarkable political culture – we see some cracks in the hitherto monolithic structure, perhaps we are witnessing the beginning of some kind of pluralism underway in the western part of the European Union.

As for me – and on this point I believe I differ from most of you – I believe it is a good thing and long overdue, considering the stifling atmosphere of European politics, the absence of any serious debate, and the routine bullying of anyone who dares to voice a different opinion. The Council will take up for the nth time the problem of immigration – perhaps the most misrepresented, mystified, lied about, contaminated to the core by political correctness, problem of recent decades.

The good thing is that the infamous mandatory relocation scheme is now history. It is dead. It is dead and gone. It is an ex-relocation scheme. But from the very beginning this was a bad idea. This was a stillborn idea, and whatever progress we have achieved in controlling immigration – and we have made some progress – this scheme had nothing to do with it whatsoever. Will this idea disappear? I am not sure. Experience has taught us that in the European Union bad ideas die hard.

There has been a lot of talk about the new European asylum policy, and it is a good thing that we should be working on it and making it better and better. President Macron mentioned it in his speech too, but President Macron's speech was not really the exposition of a strategy as a lot of us expected it to be. It was more – I apologise for the comparison – like a pep talk, but beautifully delivered as always.

So whatever shape this asylum policy – and everything that surrounds it that is related to immigration – will take, it should not repeat the errors of the past. The asylum policy on immigration is not a matter for a majority to decide. There has to be a consensus of all Member States. Otherwise, we will be back in the situation where the big guys do what they want, they can get away with anything and they order the others are not so strong to obey. That has to be over. Demographic policy is too subtle and too complex a problem to be imposed by the European political and ideological bulldozers.

Of course, anything is possible so it can be predicted that remarks like mine will be ignored and the EU will sink more deeply into the sea of troubles, because we are already quite deep in the sea of troubles. There should be some hard thinking rather than going in the same direction with the same remedy – whatever happens, more of the same. That is not a solution. I have serious doubts if the coming Council will start rethinking, but I really hope they do. I do hope against hope.

(Applause from the ECR Group)

Guy Verhofstadt, *on behalf of the ALDE Group*. – Mr President, I hope for two things for this European Council. The first has been already echoed by other colleagues, namely that there can be a breakthrough in the migration package. In fact, if there is one role the European Council can play, it is on that because they have to give political direction. So a conclusion by the European Council, where they push forward the package as it has been introduced by the Commission is what we need now, because we can continue to complain about Dublin, which is not a European system of asylum, we can continue to complain about the lack of legal migration ways in Europe, and we can continue to complain about the bad management of our outside borders, but the proposals are there. We need a European Council which in fact now steers the Ministers of the Interior responsible in that direction. So that is my first wish.

My second wish for this European Council is to further take up the work on the reform of the European Union. My fear is that – you know how it is – there are elections in France, elections in the Netherlands, elections in Germany and then it is like – I cannot say a pudding, because that is a British word I think – a soufflé, that is maybe a French word, and then suddenly we go back to business as usual. Business as usual for the last 18 months before the European elections. That cannot be the case. I think that President Juncker made an enormous effort on this reform of the European Union with his State of the Union speech, I think that President Macron made an enormous effort with his important intervention on the future of the European Union, and we hope to see other leaders express themselves on this. I do not even see big differences. The whole discussion about the difference between the Macron speech and the Juncker speech is that one is saying we are going to do it in one circle and the other is saying that we are going to do it in two circles. But on the content, we agree and not only do they agree, but also this House because let me recall that, at the beginning of this year, we adopted three important reports on the future of the European Union which were completely in line with President Juncker's State of the Union speech and which were completely in line with the proposals of the French President.

(Applause from ALDE and Vert Groups)

So it is the moment – and that is my message to the Council – to pick this up and not to lose the momentum because it is true what Manfred Weber said. It is not the end of nationalism. It is not the end of populism. It will be the end of nationalism and populism if we are capable of reforming the European Union, changing the European Union and breaking the deadlock that exists. In that sense, I think there are doubts – the Liberals in Germany, will there be an obstacle, yes or no? – but I can tell you one thing. I know the FDP. It is a genuine pro-European party still anchored in the legacy of Hans-Dietrich Genscher, in favour of a European defence union, in favour of European transnationalism, and in favour of European capacities in investigation and intelligence. If there is a difference in the point of view on the eurozone, we know that there are rules to be applied in the eurozone and we want a new governance of the eurozone. Well, the one is not in contradiction with the other. You need both of them. You need a new governance to have a sustainable eurozone and to apply these rules.

So my last wish – and this is not for the Council President but more for us – is what is the role we are going to play in this? It is this House that has to take the lead on this reform and this debate on the European Union. So my plea to you – and I know that you are in favour – and also to the plenary is let's organise here, every session, this debate on the future of the European Union. Secondly, let's ask, through our Committee on Constitutional Affairs, to have regular meetings with the national parliaments because we are not going to reform the European Union without the help of these national democracies and these national parliaments. Finally, let's put the three institutions together – the Commission, the Council, the Parliament – in such an endeavour.

(Applause from the ALDE Group)

Dennis de Jong, *on behalf of the GUE/NGL Group*. – Mr President, after the Second World War, Europe was the driving force behind the many treaties that were concluded to protect human rights. The Geneva Convention on the Protection of Refugees was one of these. Now the European Council is to talk about stemming illegal flows on all migration routes. That same Geneva Convention states very clearly that illegal entry can never be held against refugees, so this type of language undermines respect for the elementary rights of refugees. I call upon the Council to rephrase the wording, putting the emphasis again on Europe's tradition of caring about people, and to make sure that the refugees are protected.

In the field of human rights, ambition is lacking more generally. The Commission is making no progress whatsoever with the ratification by the EU of the European Convention on Human Rights, nor with the European Social Charter. When, First Vice-President Timmermans, can we expect to see a breakthrough here?

In a few weeks' time, in Geneva, the UN will again discuss a convention on business and human rights. The Commission and the Member States are not driving forces there, indeed they are reluctant to participate, whereas we all know about inhuman practices, in closing factories, or in mines, and in Africa and developing countries generally. If we want dignity and stability, we need to invest in respect for human rights, including by our companies, instead of in arms and defence.

We all saw the tragic pictures of the attack in Las Vegas. It is cynical that, after such an attack, arms sales in the USA go up – for so-called self-defence. This is a vicious circle: the more arms people buy, or a state buys, the more attacks. Let us learn from this. Instead of speaking about more defence, let us stick to the European tradition of promoting human rights, including through radical disarmament treaties. We should not fall into the Trump vicious circle. Let us be different, let us be ourselves and let us invest in human rights and not in arms.

(Applause from the left)

Philippe Lamberts, *au nom du groupe Verts/ALE*. – Monsieur le Président, chers collègues, l'été dernier, sur une colline du sud de la Bourgogne, j'ai rencontré une vingtaine de jeunes Hongrois qui m'ont fait part de leur désarroi face à une société, une Europe, de plus en plus polarisées, coupées en deux par des lignes de fracture, apparemment infranchissables, qui divisent jusqu'au sein même des familles.

Je pense qu'ils voyaient juste car, petit à petit, notre Union semble gagnée par ce cancer de l'esprit, qui voudrait réduire nos sociétés à une opposition entre «eux» et «nous», tel un paysage sans nuances, figé, en noir et blanc, le royaume des murs réels et virtuels qui, lorsqu'ils ne sont pas en béton ou en barbelés, sont dressés par des mots ou des actions. Dans un tel monde, nous sommes sans cesse appelés à choisir notre camp.

Les exemples ne manquent pas. Rappelez-vous la crise de l'euro, qui séparait l'Europe entre États créanciers, par définition vertueux en tout, et pays débiteurs, nécessairement coupables de tout.

Sur la question des travailleurs détachés, il y aurait les vilains États membres profiteurs, et les gentils États membres victimes du dumping social. Après les attentats terroristes, je me rappelle un Premier ministre français assénant qu'expliquer c'était déjà un peu excuser, ou ici même, que refuser la mise en surveillance généralisée de notre société équivaldrait à se rendre complice des tueurs.

Enfin, tout appel à ce que l'Europe prenne ses responsabilités pour faire plus et mieux dans l'accueil des migrants se voit aussitôt dénoncé comme un insupportable appel d'air ou une menace pour notre identité.

Chers collègues, ce qui s'est passé dimanche dernier à Barcelone est le résultat de cette logique binaire, selon laquelle il faut choisir son camp. Face à l'insatisfaction manifeste d'une majorité de citoyens de Catalogne quant au statut de leur région, le gouvernement de Madrid a choisi le déni. Au fil des ans, ce refus obstiné de tout dialogue a mené à des actions unilatérales, certes, mais pacifiques, dont rien, absolument rien, ne peut justifier la répression violente à laquelle nous avons assisté.

Et ne nous y trompons pas, parce que vous me demanderez quel est le lien avec le Conseil ? Ne nous y trompons pas! Ce qui se joue en Catalogne en ce moment n'est pas seulement une affaire espagnole, elle touche l'Union européenne en ses fondations, car qu'est-ce que l'Union européenne, si ce n'est une décision consciente et résolue de résoudre nos conflits et nos différends par le dialogue, la négociation et le compromis plutôt que par la violence.

Notre devise n'est-t-elle pas «l'Unité dans la diversité», une diversité que nous choisissons de voir comme un atout, plutôt que comme un handicap? C'est tout cela qui se trouve aujourd'hui mis en cause dans la crise constitutionnelle et politique espagnole. C'est pour cela, Monsieur Juncker ou Monsieur Timmermans, c'est pour cela, Monsieur Tusk, que vous ne pouvez pas rester spectateurs.

Qui peut comprendre le silence et l'inaction de la Commission? Qui pourrait comprendre, Monsieur Maasikas, que le Conseil européen se réunisse la semaine prochaine en ignorant une crise qui, bien plus que le Brexit, peut mettre à mal l'esprit même de l'intégration européenne?

S'il s'agit, Monsieur Timmermans, d'une affaire intérieure, c'est bien d'une affaire intérieure à l'Union européenne. S'il faut intervenir pour aider à renouer le fil du dialogue entre l'Espagne et la Catalogne, c'est à l'Union européenne de s'en charger. Et il y a urgence. N'attendons pas que d'autres démarches unilatérales s'engagent, qui rendraient encore plus difficile une solution négociée.

Chers collègues, c'est la crédibilité même de l'Union européenne et de son projet qui est ici en jeu.

Beatrix von Storch, *im Namen der EFDD-Fraktion*. – Herr Präsident! Eine spannende Debatte – es ist insbesondere spannend, wer hier über was redet. Herr Weber hat angefangen, über den Deutschen Bundestag und die Regierungsbildung zu reden. Herr Weber, wir freuen uns schon sehr darauf, wenn Sie mit den Grünen gemeinsam Politik machen und dann im nächsten Jahr in Bayern in die Wahlen gehen. Wir warten das mit Spannung ab, wie Sie eine harte Linie in der Sache Migration durchsetzen wollen. Wir betrachten das mit großem Vergnügen und Interesse.

Der Rat redet über Digitales, über Verteidigung, über Außenbeziehungen und dann in etwa 45 Sekunden auch noch über das Thema Migration am Rande. Das unterscheidet Sie von Herrn Timmermans, der so lange über Migration nicht geredet hat. Sie haben geredet über den Aufschwung, der überall zu sehen ist, über die Werte, die wir bewahren wollen, über die digitale Agenda, über Cybersicherheit, Breitbandausbau, Handel. Aber das alles entscheidende Thema, an dem sich die Zukunft der Europäischen Union entscheiden wird, wird von Ihnen so gut wie überhaupt nicht berührt. Aber so ist das eben.

Wir sind im Jahre zwei nach dem Ausbruch der dramatischen Flüchtlingskrise, und es sind immer noch zwei Fragen offen. Erstens: Wie verhindern wir den Zugang weiterer Millionen nach Europa? Zweitens: Wie führen wir die zurück, die illegal hierher gekommen sind? Wir müssen feststellen: Die Balkanroute ist immer noch nicht dicht. Diejenigen, die sich dafür engagieren, werden auf das Härteste attackiert. Das ist Herr Orbán, der wird angegriffen und nicht verteidigt. Gleichzeitig unterstützen wir Mazedonien – nicht Mitglied in der EU, nicht Mitglied im Schengen-Raum. Dort bauen wir Zäune, dort unterstützen wir den Zaunbau. Aber wenn Herr Orbán das macht, dann wird er kritisiert. Wir machen Deals mit Warlords überall auf der Welt – am Bosphorus z. B. mit Herrn Erdoğan. Das ist der völlig falsche Weg.

Die australische Lösung haben wir immer noch nicht. Wir müssen wie Frankreich die Europäische Menschenrechtskonvention aussetzen, damit wir die Flüchtlinge im Mittelmeer retten, aber dann eben zurückschleppen können und nicht herüber nach Europa. Wir machen stattdessen Deals auch noch mit libyschen Warlords – alles kehrt. Herr Juncker hat davon gesprochen, dass 36 % der Illegalen abgeschoben, zurückgeschoben werden – eine erstaunliche Zahl! In Deutschland sind es etwa 5 %. Wie Herr Juncker auf 36 % kommt – keine Ahnung.

Flüchtlinge – das gerät völlig in Vergessenheit – haben nur einen temporären Schutz, ein temporäres Bleiberecht, und wenn in den Staaten, aus denen sie kommen, die Möglichkeit besteht, zurückzukehren oder Schutzzonen dort einzurichten, damit sie dorthin zurückkehren können, dann müssen wir das unterstützen. Darauf sollten wir uns konzentrieren. Und ich rede hier natürlich von Afghanistan und von Syrien.

Aber, Herr Timmermans und der Rat, reden Sie weiter über Breitbandausbau. Dann werden wir sehen, wie sich diese Union weiterentwickelt. Wenn Sie die richtigen Themen irgendwann anfassen, kommen wir vielleicht voran. So nicht!

Nicolas Bay, *au nom du groupe ENF*. – Monsieur le Président, mes chers collègues, le sommet européen qui aura lieu prochainement sera l'occasion de traiter plusieurs sujets majeurs qui concernent les nations de l'Union européenne.

Je commencerai par la question de l'immigration. M. Timmermans nous explique qu'il veut aujourd'hui renforcer encore Frontex. Mais Frontex est une illusion! Il y a quelques semaines, j'étais à Varsovie où j'ai visité le site de cette agence. On nous a très bien expliqué que, finalement, l'essentiel du travail des gardes-côtes et des gardes-frontières consistait à arraisonner les bateaux de migrants clandestins pour sécuriser leur approche dans les eaux territoriales italiennes, avant de les laisser s'installer sur le continent européen.

Jamais l'Union européenne n'a eu la moindre volonté d'empêcher ou de freiner l'immigration clandestine. Jamais elle n'a mis en œuvre les moyens efficaces pour assurer le retour dans leur pays d'origine des immigrés illégaux. D'ailleurs, aujourd'hui, quand on évoque la question de l'asile, on nous dit qu'il faut harmoniser les règles, et cette harmonisation ira évidemment dans le sens de critères toujours plus souples, qui font que l'asile est aujourd'hui devenu une filière à part entière de l'immigration clandestine. Cela permet à des millions de personnes d'arriver sur le continent européen sans aucune perspective d'en être un jour expulsées. D'ailleurs, ce qui est très révélateur dans nos débats, c'est qu'on n'évoque jamais les moyens techniques que pourraient mettre en œuvre l'Union européenne ou les nations européennes pour organiser le retour de ces migrants dans leur pays d'origine.

En ce qui concerne la défense, la coopération structurée permanente que vous voulez renforcer correspond à une volonté désormais affichée de supprimer la souveraineté des nations. On sait qu'il y a des disparités considérables entre les différents États membres, que certains ont des ambitions et des forces militaires, et d'autres, beaucoup moins. C'est lié à la fois à l'histoire et aux capacités propres de chaque nation. Il est évident que les intérêts en matière de défense sont totalement différents, parfois divergents, et même contradictoires. Il faut l'accepter. Et si on force l'harmonisation ou la coopération renforcée en vue d'une hypothétique défense européenne, on aboutira dans le domaine de la défense, comme dans tous les autres domaines, à l'impuissance collective de nos nations.

Le numérique est évidemment un sujet très important, mais commençons d'abord par évoquer à nouveau les questions industrielles. L'Union européenne n'a aucune stratégie en matière industrielle. Nous voyons bien avec l'affaire Alstom-Siemens que nous sommes soumis à la fois aux intérêts américains – M. Macron a été en première ligne pour dépecer Alstom d'une partie de ses activités – et principalement aujourd'hui, aux intérêts allemands, qui sont défendus au détriment de ceux des autres nations.

En matière économique, Monsieur Timmermans, vous nous dites que la reprise est là, ce qui est faux. La vérité, c'est que vous tenez compte uniquement des points de croissance et des perspectives de croissance. Mais la croissance correspond à votre conception de l'économie. Elle sera peut-être au rendez-vous, et sans doute dans des proportions plus limitées que vous ne le dites, mais elle relève de l'économie financière, ce qui ne correspond pas nécessairement à une augmentation de l'emploi, ni à une amélioration du pouvoir d'achat. C'est-à-dire que la distorsion sera toujours plus grande entre votre conception purement financière de l'économie et l'économie réelle qui, elle, continue de souffrir.

Quant à votre volonté d'harmonisation fiscale ou sociale, elle aboutira, là encore, à un nivellement par le bas. Quand on voit les différences de salaires qui existent entre l'Europe orientale et l'Europe occidentale, cette harmonisation serait bien évidemment désastreuse.

Pour conclure, je voudrais répondre à M. Weber. Monsieur Weber, vous vous présentez comme un grand démocrate, mais souffrez la démocratie, acceptez le verdict des urnes et respectez les six millions d'Allemands qui ont voté pour nos alliés de l'AfD. Respectez les 90 députés de ce parti au Bundestag, qui ont dit et disent encore clairement qu'ils n'en peuvent plus de la folle politique que vous avez soutenue et que M^{me} Merkel a menée, qui a consisté à organiser l'invasion migratoire de l'Europe.

Bruno Gollnisch (NI). – Monsieur le Président, certains des discours que j'ai entendus, qu'ils émanent du Conseil, de la Commission ou d'autres orateurs, me rappellent de vieux souvenirs parce que je suis député dans cette institution depuis bientôt 28 ans.

Cela fait 28 ans que j'entends dire qu'en matière de migration, il faut s'attaquer aux causes, mais le problème, c'est qu'on ne s'est jamais attaqué aux causes et que l'on continuera de ne pas s'y attaquer.

Que signifierait le fait de «s'attaquer aux causes» dans la situation actuelle? Cela serait par exemple s'occuper de l'abominable régime qui sévit en Érythrée, qui contraint la population en particulier masculine de ce pays à venir en Europe pour échapper au service militaire à perpétuité. Mais pour cela, il faudrait bien sûr que nous entrions en relation avec l'Union africaine. S'attaquer aux causes, cela voudrait dire ne pas abandonner une grande partie des côtes libyennes aux trafiquants, mais cela supposerait évidemment une action concertée. Ce n'est pas seulement, comme l'a excellemment fait remarquer l'orateur précédent, envoyer des bateaux récupérer les candidats à la migration, après avoir reçu un appel téléphonique des trafiquants signalant que le bateau se trouve à deux ou trois milles des côtes, comme me l'a confié personnellement un amiral français responsable de la force armée européenne sur place.

Et pour conclure, j'aurais encore beaucoup de choses à dire, Monsieur le Président, vous avez laissé les autres orateurs dépasser leur temps de parole.

Un mot en matière de relations extérieures...

(Le Président retire la parole à l'orateur)

VORSITZ: RAINER WIELAND

Vizepräsident

Angelika Niebler (PPE). – Herr Präsident, verehrte Präsidenten, liebe Kolleginnen, liebe Kollegen! Es ist gut, dass auf der Tagung des Europäischen Rates in zwei Wochen über die Zukunft der Europäischen Union gesprochen wird und dass wir nicht nur aktuelle Krisenbewältigung betreiben müssen. Wir müssen den Blick nach vorne richten und konkret sagen, was die Europäische Union zu leisten hat. Ich sage Ja zu einem starken, effizienten Europa, wo wir gemeinsame Lösungen brauchen – beim Kampf gegen den Terrorismus, bei der Verteidigung, bei Asyl und Migration und dem internationalen Handel.

Ja, wir brauchen ein gemeinsames europäisches Asylrecht, einen effektiven Grenzschutz. Wir müssen biometrisch gesicherte Ausweisdokumente einführen und Flüchtlinge zurückführen, die kein Bleiberecht haben, und wir müssen uns auch in Afrika engagieren. Ich finde es sehr gut, dass einer der Schwerpunkte beim Europäischen Rat das Thema Migration und Asyl ist. Ich möchte den Kollegen von der rechten Seite, die uns aufzeigen wollen, dass wir nichts geliefert hätten, nichts geleistet hätten, noch einmal in aller Deutlichkeit die Zahlen in Erinnerung rufen. Ich weiß gar nicht, warum wir diskutieren, wenn keiner zuhört. Es hat doch sowohl Vizepräsident Timmermans als auch der Vertreter des Rates deutlich darauf hingewiesen: 80 % weniger Flüchtlinge, weniger Zuwanderung als noch vor einem, vor zwei Jahren. Wenn das kein Erfolg ist, dann muss ich mir schon mal die Frage stellen: Wo leben wir eigentlich? Wir haben die Schmuggler bekämpft, wir haben die Menschenschmuggler vor Ort bekämpft, liebe Kolleginnen und Kollegen. Und wenn wir mit den afrikanischen Staaten sprechen, ist doch das die richtige Lösung. Das ist nicht alles einfach und gut, aber – Entschuldigung – wir gehen dieses Problem in Europa zusammen konsequent an. Ich wehre mich gegen diese Populisten, die behaupten, alles sei Mist, es sei nichts geleistet worden. Wir können schon ein Stück weit mit Stolz auf das blicken, was wir auch hier in diesem Hause zusammen beschlossen haben.

Wir sind noch nicht am Ende des Weges, aber wir sind auf einem guten Weg. Und ich erhoffe mir, dass auch von dem Ratsgipfel jetzt in 14 Tagen noch mal entscheidende Schritte ausgehen. Ja, wir lösen unsere Probleme hier in Europa gemeinsam! Das macht uns stark, und das lässt mich auch hoffnungsfroh auf die Zukunft in diesem gemeinsamen Europa blicken.

(Die Rednerin ist damit einverstanden, eine Frage nach dem Verfahren der „blauen Karte“ gemäß Artikel 162 Absatz 8 der Geschäftsordnung zu beantworten.)

Richard Sulík (ECR), Frage nach dem Verfahren der „blauen Karte“. – Zuerst eine Anmerkung: 80 % Erfolg oder 80 % weniger Migranten sind zwar sehr schön, aber wir gehen von einer Zahl von einer Million aus, also bleiben 200 000. Das ist wahrscheinlich ein Rekordjahr. Angenommen es kämen zehn Millionen Migranten, dann hätten Sie sogar 98 % Erfolg. Also ich würde nicht zu viel mit den Prozenten argumentieren.

Meine Frage lautet: Sind Sie dafür, dass die Europäische Union außerhalb der Union Lager, Flüchtlingszentren errichtet, wo die Asylanträge bearbeitet werden?

Der Präsident. – Ich möchte darauf hinweisen, dass für solche Fragen 30 Sekunden und für die Antwort auch 30 Sekunden vorgesehen sind. Damit wir im Zeitplan bleiben, werde ich das ohne weiteres Klopfen jeweils streng einhalten.

Herr Kollege Sulík, es geht natürlich nicht, dass Sie 24 dieser 30 Sekunden für ein Statement verbrauchen. Diese blauen Karten sind für Fragen da, nicht für Statements.

Angelika Niebler (PPE), Antwort auf eine Frage nach dem Verfahren der „blauen Karte“. – Europa basiert auf gemeinsamen rechtsstaatlichen Grundsätzen, und im Gegensatz zu anderen bin ich der Meinung: Wer Asylrecht beanspruchen kann, darf das auch in Anspruch nehmen und ist auch bei uns in Europa willkommen.

Zu Ihrer konkreten Frage: Wir müssen das Thema Flüchtlinge, Migration an den Außengrenzen lösen, und wenn wir – wie aufgezeigt – es auch schaffen, hier Transitzentren in afrikanischen Staaten zu errichten, dann, glaube ich, ist das der richtige Weg.

Maria João Rodrigues (S&D). – Mr President, the time to wait is over. This is the time to deliver. Mr Verhofstadt is no longer here, but I would like to pick up the issue he raised. We do have a road map for the European Union, and we could force this road map through cooperation between the three institutions. Recently, three speeches of three leaders – Juncker, Macron and Antonio Costa – have showed important overlaps from different political sensitivities.

This means something, but let me be clear about the real meaning of delivery. If we want to deliver on the migration crisis once and for all, we need to prepare a much stronger partnership for African development, and we need to create a real European asylum agency. If you want to deliver better social equality in Europe in this digital age, we need to have a strong pillar to ensure that everybody in employment can count on a decent labour contract and access to social protection. If you want to close these divergences which we still have in Europe, you need to have a community budget and a Eurozone budget working for convergence.

And finally, if you come with the argument that we don't have the money for this, I'm sorry. The money is there if you add taxation properly on big corporations which are operating in the single market and benefiting from it, particularly in the digital economy. So we have the solutions; we need to start delivering, and the next European council should be a step for this.

Roberts Zīle (ECR). – Priekšsēdētāja kungs! Es novēlētu Padomei izmantot šo relatīvi labo ekonomisko stāvokli Eiropas Savienībā un mazāk politizācijas pēc lielām vēlēšanām, bet, lai nekļūdot, bieži vien ir jāatzīst kļūdas, kas ir pieļautas, un šeit Padomes dienas kārtībā, manuprāt, ir piemēri, kas varētu novērst šīs kļūdas.

Par migrāciju. Lai jūs varētu veidot jaunu migrācijas politiku, bez šaubām, jums ir jāatzīst kļūdas, kas ir pieļautas, un, ja mēs paskatāmies Eiropas Komisijas preses paziņojumā, ir minēts, ka 23 000 patvēruma meklētāji pārmitināšanas rezultātā ir atraduši sev mājas Eiropas Savienībā. Tā nav taisnība!

Manā valstī, Latvijā, visi, kas bija šajā pārmitināšanas shēmā atbraukuši uz Latviju, ir prom no Latvijas, un tas noticis ļoti daudzās valstīs. Līdz ar to ir jāatzīst kļūda, ka šādi tas nestrādā.

Maasikas kungam un Igaunijas prezidentūrai novēlu turpināt piekto brīvību: datu plūsmas uzstāšanu, kamēr vēl tas ir iespējams.

Un, visbeidzot, mani ļoti pārsteidza *Timmermans* kunga nolasītais, ka Eiropa sargā savus pilsoņus. Šodien Barselonas ielās tas skan mazliet neticami.

Sophia in 't Veld (ALDE). – Mr President, the biggest threat to Europe at the moment is not migration or terrorism. The biggest threat to the European Union is paralysis, stagnation and a lack of courage. There are plenty of good ideas on the table, but there is little progress.

The biggest test will be to see if the European Union is willing and able to uphold its own values, which we have laid down in the Treaties, when they are under pressure. Some grand visions for the future have been laid out by Mr Juncker, Mr Macron and others, and some react by saying these are too romantic: if you have vision you need to see an eye doctor, it is unrealistic, it is a fantasy. I actually think it is totally unrealistic to imagine we can tackle the challenges of the 21st century with a model that was perfect for the 19th century but is totally unsuitable for the world of today. I think that is a fantasy and that is unrealistic.

(Applause)

Finally, on migration, I hear what the Council is saying but Parliament has been doing its homework on the asylum package. We are waiting for ...

(The President cut off the speaker)

Miguel Urbán Crespo (GUE/NGL). – Señor presidente, el 1 de octubre se mostró de forma clara y contundente el anhelo de Cataluña por decidir su futuro en libertad y sin candados. La respuesta del Gobierno fue contundente: violencia policial y vulneración de derechos fundamentales en la Unión Europea, con el único fin de que los catalanes y las catalanas no pudieran votar, demostrando una deriva autoritaria muy preocupante.

El Gobierno y sus aliados se han negado sistemáticamente a ofrecer una salida democrática y pacífica al pueblo de Cataluña. Esto ya no es solo una cuestión de «independencia sí o no», sino de «democracia y libertades civiles sí o no». Europa tiene que tomar partido, defendiendo a las decisiones legítimas del pueblo de Cataluña, abriendo un diálogo entre iguales, sin represión y sin candados, para construir una libre convivencia, democrática y solidaria.

Si las instituciones europeas no toman partido por el diálogo, se convertirán en parte del problema.

Jordi Solé (Verts/ALE). – Mr President, sitting in the next European Council there will be a Member State President who has become a real problem and a source of shame for Europe. I am talking about Mr Rajoy, who is violating fundamental rights and European values in Catalonia. Last Sunday, he went as far as to order the Spanish police to repress, with dreadful violence, peaceful crowds who just wanted to vote. More than 800 citizens, voters, were injured by the Spanish police as a result of this irresponsible action.

Mr Timmermans, you are doing a great job when trying to defend fundamental rights in the European Union. Will you ask Mr Rajoy on what grounds did he violate the European Charter of Fundamental Rights? Will you help us to get mediation to resolve the situation in a democratic and peaceful way? When are you going to trigger Article 7?

If the European institutions keep saying that it is all about the law and nothing but the law, that it is an internal matter, you will deserve the world record for turning Catalan pro-European citizens into eurosceptics. Against all the difficulties and despite all the state repression, we voted, and we voted to be free. So, as we say in Catalan: *visca Catalunya lliure!*

(The speaker agreed to take a blue-card question under Rule 162(8))

Carlos Iturgaiz (PPE), pregunta de tarjeta azul. – Al señor Solé, le preguntaría: a usted que se le llena la boca de libertad, de democracia... ¿Usted cree que dar un golpe de Estado en un país, ir contra la Constitución de este país, ir contra las leyes de este país es libertad? ¿Eso es democracia, por parte de los secesionistas, que usted está apoyando en Cataluña, señor Solé?

Jordi Solé (Verts/ALE), *respuesta de «tarjeta azul»*. – Los golpes de Estado los dan los militares, no los votantes, no los votos, no las urnas. Defendemos las libertades fundamentales, las libertades de los ciudadanos y ciudadanas de Cataluña, que también somos ciudadanos y ciudadanas de la Unión Europea. Votar no es dar ningún golpe de Estado. Votar es democracia.

Rolandas Paksas (EFDD). – Po sekmadienio smurto Katalonijoje kalbėti apie klausimus, kurie numatyti eiliniame Vadovų Tarybos posėdyje, būtų ne tiktai kvaila, bet ir šventvagiška. Tarsi vaidintume, kad nieko neatsitiko.

Manau, kad ir mes Europos Parlamente, ir Vadovų Taryba pirmiausia turėtų pasisakyti demokratijos klausimu pradėdant nuo to, kaip mes ją suprantame. Nuotraukos iš Katalonijos visam pasauliui parodė kitokią, iki šiol neįprastą demokratijos vaizdą. Sukrūvinti veidai, guminėmis kulkomis sužeisti žmonės, už plaukų tampomos moterys. Už tai, kad norėjo pasinaudoti viena iš esminių savo laisvių, demokratijos instrumentu – referendumu.

Veiksmas Katalonijoje akivaizdžiai pažeista Europos Sąjungos pagrindinių teisių chartija, Visuomeninė žmogaus teisių deklaracija, Europos žmogaus teisių konvencija ir daugelis kitų tarptautinės teisės normų.

Išdrįsiu vis tiktai paklausti, kuo tai skiriasi nuo 1956 m. Vengrijoje, nuo 1968 m. Čekoslovakijoje, nuo 1988 m. Lietuvoje ir nuo 1989 m. Gruzijoje, kai policija ir kariuomenė bananais, kastuvėliais ir tankais auklėjo demokratijos, laisvės ir nepriklausomybės siekiančias tautas.

Atsižvelgiant į situaciją dėl Ispanijos vyriausybės veiksmų...

(Pirmininkas nutraukė kalbėtoją)

Harald Vilimsky (ENF). – Herr Präsident, werte Damen und Herren! Wir dürfen nicht vergessen, dass wir uns hier inmitten der Haupt- und Schlüsseldebatte befinden und die bevorstehende Tagung des Rates debattieren. Auf der Tagesordnung steht das Thema nicht, das Europa eigentlich am meisten bewegen sollte: das Referendum in Katalonien. Ich will jetzt hier nicht über die verfassungsrechtliche Seite urteilen, weil es viel zu komplex wäre und die Zeit dafür auch nicht vorhanden ist. Aber wenn im Herzen Europas 900 Menschen mit Gummiknüppeln und mit Gummigeschossen davon abgehalten werden, eine Willenserklärung abzugeben, dann sage ich: Dann ist Feuer am Dach, und dann muss auch dringend gehandelt werden.

Dass gerade das Europäische Parlament, das immer als Erster irgendetwas verurteilt, sich immer zu irgendetwas äußert, hier die Stimme nicht erheben und eine Debatte darüber heute in die Nachmittagsstunden verlagern will, das ist nicht in Ordnung! Was auf der Tagesordnung des Rates steht, ist allerdings das Türkei-Thema. Gerade Erdoğan, der jetzt sagt, dass er gar nicht mehr in die Europäische Union möchte, ist für Sie immer noch nicht Grund genug, diese Debatte endlich abzubrechen. Wir haben über fünf Milliarden verschwendet, sie angesichts einer katastrophalen Situation im Bereich Menschenrechte und Demokratie in Richtung Türkei zu bringen. Beenden Sie dieses Spiel mit der Türkei, und beenden Sie die Beitrittsverhandlungen.

Der Präsident. – Ich weise darauf hin, dass ich keine blauen Karten zulasse, wenn ich dem jeweiligen Redner wegen Überschreitung der Redezeit das Wort entzogen habe.

Σωτήριος Ζαριανόπουλος (NI). – Κύριε Πρόεδρε, ανταγωνισμοί και συμβιβασμοί κρατών και μονοπωλίων, κλιμάκωση της αντιλαϊκής επίθεσης και των επεμβάσεων της Ευρωπαϊκής Ένωσης, παντού με θύματα και πρόσφυγες για τα κέρδη τους, σημαδεύουν κάθε Σύνοδο Κορυφής. Η λαϊκή δυσσάρεσκεια διογκώνεται στην Ελλάδα των μνημονίων· αλλά και στη Γαλλία του «αναμορφωτή» Μακρον, θυμίζοντας ότι η Ευρωπαϊκή Ένωση αλλάζει, αλλά μόνο προς το χειρότερο· στις εκλογές της πλούσιας Γερμανίας, όπου επιβεβαιώνεται το ΚΚΕ: η καπιταλιστική ανάπτυξη χτίζεται με λαϊκές θυσίες δίχως τέλος· στην Καταλονία με τη βάρβαρη καταστολή όπου οι εθνικισμοί των δύο πλευρών πυροδοτούνται από σύγκρουση μερίδων του κεφαλαίου.

Η ανησυχία της Ευρωπαϊκής Ένωσης για τη συνοχή των κρατών είναι «à la carte». Η ίδια την αμφισβητεί αλλού υποδαυλίζοντας επικίνδυνες αλλαγές συνόρων (βλ. Βαλκάνια, Μέση Ανατολή). Όμως η λαϊκή δυσσάρεσκεια, εκφρασμένη είτε με εθνικισμούς είτε με ακροδεξιά μορφώματα, όπως το AfD στη Γερμανία, εγκλωβίζεται σε συμφέροντα άλλων μερίδων του κεφαλαίου, εξίσου αντιλαϊκών. Για να γίνει αποτελεσματική: πρέπει να στοχεύσει στην καρδιά του «θηρίου»: στην εξουσία του κεφαλαίου και στην ανατροπή της.

Janusz Lewandowski (PPE). – Panie Przewodniczący! Agenda najbliższej Rady jest zróżnicowana. Ciężko to ocenić w ciągu jednej czy dwóch minut, ale łatwo jest zauważyć, że Rada zajmie się zarówno największym wyzwaniem współczesności, jakim jest migracja, jak i największą szansą, jaką jest wspólny rynek cyfrowy w przekroju globalnym. Migracja bardzo dzieli, rodzi napięcia, kontrowersje. Natomiast wspólny rynek cyfrowy jest rzeczą bezsporną, niekontrowersyjną.

Oczywiście wszystkie uproszczenia są mylące, bo chociaż rewolucja cyfrowa jest nieuchronna, to przecież różny stopień zaawansowania krajów członkowskich może stworzyć albo pogłębić Unię wielu prędkości w sensie gospodarczym. Natomiast migracja oczywiście dzieli i rodzi napięcia, ale jeżeli rozmawiamy o systemach relokacji – przykra sprawa dla mnie, z pokolenia Solidarności, z kraju milionów uchodźców i emigrantów, gdy widzę zachowania niektórych rządów w tej sprawie.

Natomiast jeżeli patrzymy na agendę najbliższej Rady, to nie widać tu jakichś wielkich kontrowersji czy spraw spornych, to są mianowicie sprawy wspólne, te elementy, które będą omówione na najbliższej Radzie: zatrzymanie szlaków nielegalnej imigracji, dodatkowe narzędzia pomocy dla krajów najbardziej zagrożonych, współpraca z organizacjami międzynarodowymi, współpraca z krajami pochodzenia imigrantów czy uchodźców i krajami tranzytowymi, wreszcie reforma systemu azylowego.

To są cele wspólne Europy i to w dodatku w dziedzinie, w której rodzą się największe lęki, w której dziś najbardziej potrzebujemy bezpieczeństwa w Europie, i okazuje się, że narzędzia poszczególnych krajów są niewystarczające. Trzeba szukać odpowiedzi europejskiej i tu właśnie rozstrzygnie się spór pomiędzy frakcjami europejskimi a europejskim populizmem i ksenofobią. Zatem należy życzyć dobrze tej części agendy najbliższej Rady.

Victor Boştinaru (S&D). – Mr President, Schengen is the largest free travel area in the world and it is one of the major achievements of the European Union. It is an achievement that should be preserved, notably by including all Member States that wish to be integrated, if they already fulfil the criteria.

Unity is the most important element of the future of our Union. The Union today faces common cross-border challenges and threats, and it is of the utmost importance further to enhance police and judicial cooperation and to protect the external border of the Union more effectively. Therefore, I welcome the Commission communication last week, drawing conclusions from the implementation of the 'Back to Schengen' road map and proposing new steps for strengthening the Schengen area. If we want to strengthen the Schengen area and to enhance security cooperation and mutual trust between Member States, then it is more important than ever to open the Schengen area to Bulgaria and Romania immediately, as the Commission had proposed, and to Croatia once it has met all the criteria.

I call on the Council to act immediately on this proposal. Moreover, real progress in the fight against terrorism can be achieved only by working together towards effective security and defence cooperation and a Union in which both the external and internal dimensions are important. Therefore, I call for the immediate implementation of a consistent package for permanent structured cooperation (PESCO).

Ulrike Trebesius (ECR). – Herr Präsident! Sicherlich ein deutlicher Schuss vor den Bug der EU. Meine Hoffnung, dass man in Straßburg das Referendum in Großbritannien zum Anlass nimmt, um zu hinterfragen, was falsch gelaufen ist, wurde nicht erfüllt. Stattdessen will man die vermeintliche Chance nutzen, um einen Zentralstaat Europa zu installieren.

Deshalb bin ich besonders über die Zurückhaltung meiner deutschen Kollegen im Bundestagswahlkampf überrascht. Wenn Sie so sehr von der Richtigkeit einer europäischen Arbeitslosenversicherung überzeugt sind, liebe Genossen von der SPD, warum sind Sie dann damit in den letzten Wochen nicht offensiv umgegangen? Und wenn Sie von der Alternativlosigkeit von europäischen Finanzministern, den europäischen Steuern und europäischem Zentralismus überzeugt sind, liebe Genossen von der CDU und CSU, lieber Herr Weber, warum haben Sie das im Bundestagswahlkampf nicht thematisiert? Ich befürchte, weil Ihnen klar ist, dass man mit diesen Punkten in Deutschland keine Wahlen gewinnen kann. Deshalb ist es unlauter, was Sie nun hier in Straßburg tun, nämlich eine Transferunion zu unterstützen, ohne die deutschen Wähler über Ihr Vorhaben und die Konsequenzen aufzuklären.

Javier Nart (ALDE). – Señor presidente, la Unión Europea es una necesaria realidad entre naciones que, tras siglos de guerras fratricidas, entendieron que el camino era la paz, la unión en democracia. Y no hay democracia sin ley, y la ley, la Constitución, es el pilar que garantiza nuestros derechos, nuestra libertad, que todas las opiniones tengan su lugar en diálogo y no en confrontación.

Violar la Constitución es violar la democracia, los valores de la Unión Europea y el artículo 4 del Tratado de la Unión, que determina el respeto al orden constitucional a la integridad territorial.

En Cataluña, una mayoría parlamentaria, pero minoría en votos, ha violado el Estatuto de Autonomía y la Constitución española, para en sectaria irresponsabilidad intentar conseguir sus objetivos, fracturando en dos a la sociedad catalana.

Hans Kiesel, el referente del constitucionalismo, definió como golpe de Estado la subversión del orden constitucional fuera de las vías legalmente establecidas.

Esto es lo ocurrido en Cataluña, y Cataluña no es solo el domingo: fundamentalmente es antes y después del 1 de octubre.

No se trata solamente de un ataque contra la democracia en España, es también contra la Unión Europea: es una caja de Pandora.

Marina Albiol Guzmán (GUE/NGL). – Señor presidente, en el Estado español el régimen del 78 se hunde. Sus tres patas se rompen. El domingo se demostró que el Estado de las Autonomías no da respuesta a las aspiraciones de millones de catalanes y catalanas.

Ayer vimos una monarquía más rancia y peligrosa que nunca, y el sistema económico solo genera paro y pobreza. El Partido Popular quiere resucitar el régimen con «Arriba España», «Viva la Guardia Civil», sacando al Borbón a pasear y con porrazos. Y para esto, como para casi todo, cuenta con la inestimable colaboración del Partido Socialista y de una Unión Europea diseñada para que nada cambie y que, aún, a día de hoy, no ha condenado la violencia extrema de las fuerzas de seguridad españolas el domingo en Cataluña.

No hay solución con Mariano Rajoy en Moncloa, y por eso decimos: «Rajoy, dimisión». Pero, vamos más allá: no hay solución con este régimen. Que Cataluña sea el principio del fin de la monarquía y que abra las puertas a un nuevo modelo territorial, pero, sobre todo, que Cataluña sea lo que los catalanes y catalanas quieran que sea.

(La oradora acepta responder a una pregunta formulada con arreglo al procedimiento de la «tarjeta azul» (artículo 162, apartado 8, del Reglamento interno))

Beatriz Becerra Basterrechea (ALDE), pregunta de «tarjeta azul». – Señora Albiol, cuando usted habla del régimen del 78, ¿habla de esto? ¿Habla usted de la Constitución de 1978? ¿De la Constitución que votamos los españoles mayoritariamente, especialmente en Cataluña, y por la que nos dimos como forma política una monarquía parlamentaria, cuyo jefe de Estado es el rey? ¿Habla usted de este régimen? ¿Habla usted de la transición democrática después de 40 años de franquismo?

Por favor, explíqueme usted de qué habla, cuando se refiere a este régimen.

Marina Albiol Guzmán (GUE/NGL), respuesta de «tarjeta azul». – Sí, hablo del régimen del 78, del régimen heredero del franquismo, de una monarquía que no hemos votado. Nadie ha elegido a ese señor. No hemos podido votar y, además, el Gobierno de España siempre se ha negado a un referéndum sobre monarquía o república. La Constitución se ha demostrado ya caduca. Vayamos a un proceso constituyente y vayamos a una república federal.

Ernest Urtasun (Verts/ALE). – Señor presidente, señores del Consejo, señor Timmermans, no pueden dejar de ver lo que está pasando en Cataluña. Ayer, muchísima gente volvió a salir a las calles pacíficamente para denunciar la violencia y para pedir que se les escuche. Ustedes deben escucharles.

Tengo que decirle: deben condenar los actos de violencia que se produjeron. La actuación policial tenía orden judicial, pero el operativo del Ministerio del Interior vulneró derechos fundamentales reconocidos en la Carta de los Derechos Fundamentales, y usted tiene que decir algo, debe hacerlo.

Mire, tienen que ser muy conscientes de la situación actual. Si ustedes no intervienen —que es lo que ustedes deben hacer—, si no hay diálogo, vamos a una situación muy, muy preocupante.

En estos momentos, podemos ir a una declaración unilateral de independencia —que seguro es un error, pero que llevará a más represión por parte del Estado— o podemos abrir vías de diálogo.

Señor Timmermans, le pido en nombre de muchos catalanes y catalanas que hoy están preocupados en sus casas que abra vías de negociación y de diálogo. Es urgente, porque esto, señor Timmermans, también es un asunto europeo. Por favor, intervengan, faciliten el diálogo y respondan a lo que los catalanes están pidiendo estos días.

Alexander Graf Lambsdorff (ALDE). – Herr Präsident! Die Geschäftsordnung sieht ja vor, dass sich die Redner zum Tagesordnungspunkt zu äußern haben. Es wird heute Nachmittag eine Debatte zu dem Thema geben, das von vielen hier angesprochen wird. Aber die Tagesordnung des Rates sieht dieses Thema, über das hier viele reden, nicht vor. Also wäre es vielleicht nicht schlecht, wenn wir darauf achten würden, dass wir uns auf die Tagesordnung konzentrieren. Das ist nur eine Anregung für die Kolleginnen und Kollegen, die jetzt demnächst sprechen.

Der Präsident. – Vielen Dank, Herr Kollege Graf Lambsdorff! Ich habe die Sache mit Herrn Präsident Tajani erörtert. Sie haben natürlich auf der einen Seite recht, auf der anderen Seite kann dann sicher jeder auch für sich reklamieren, dass dieses Thema natürlich auch den kommenden Gipfel prägen wird, und deshalb werden sich die Kollegen darauf berufen.

Ich werde deshalb nicht eingreifen. Ihre Anregung sollten die Kollegen trotzdem hören. Aber ich werde sehr streng darauf achten, dass Zwischenfragen auch Zwischenfragen sind und keine Zwischenstatements, und ich werde ansonsten sehr bedacht auf die Einhaltung der Redezeit achten und im Übrigen auch alle gleich behandeln.

Peter Lundgren (EFDD). – Herr talman! Den punkt inför det kommande rådsmötet som måste stå i centrum är så klart händelserna i Katalonien och kommissionens senfärdiga agerande. Alla såg vi bilderna i tv och i tidningar där spansk militärpolis med urskillningslös brutalitet slog och sparkade människor, både unga och gamla, tills blodet rann. Detta sker i ett EU-land och där ska demokratin förväntas vara ledstjärnan.

Det är inget annat än en ren skam, det som har hänt, och kommissionens rädsla och feghet för att kritisera Spanien för detta brutala överväld är genant att behöva se. Givetvis måste man ha respekt för den spanska författningen, men den totala bristen på respekt för människor och det brutala våld som använts bör kommissionen kraftfullt fördöma.

Jag hörde nyss herr Weber säga att meningsmotståndare måste bekämpas. Ni valde då att använda ordet extremister om de människor som inte delar era åsikter. Samma budskap använder de flesta federalister i detta hus. Skulle jag använda mig av samma retorik till de människor som inte delar mina åsikter skulle jag ju stå här och kalla alla er för extremister. Ni har ju fullständigt missuppfattat vad demokrati går ut på. Demokrati innebär att man måste kunna lyssna på argumenten även från dem man inte delar åsikter med.

Mario Borghezio (ENF). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, abbiamo sentito ancora una volta parole generiche sul terrorismo e sull'immigrazione del tutto inconcludenti. Invece, questo prossimo Consiglio, che si svolge a poche ore di distanza dai fatti della Catalogna, esclude questo argomento dalle discussioni.

L' esponente del gruppo liberale ha detto che bisogna fare tutti i mesi una riflessione sull'Europa e sul futuro dell'Europa. Il dibattito di questi momenti è un dibattito sul futuro dell'Europa perché vede, da una parte – cioè da tutti noi che eravamo fascisti, antidemocratici, ecc. – tutti schierati a favore del popolo catalano, o almeno del suo legittimo desiderio di poter votare e, dall'altra, gli esponenti del super partito socialista e popolare che governa questa Europa dei burocrati, delle banche e delle multinazionali, che appoggia invece un'azione di polizia.

Una polizia che farebbe bene a continuare a occuparsi del terrorismo, magari anche dei clandestini, invece di manganellare – come ho visto io stesso – gente tranquilla, senza bandiere di parte, che è stata per ore sotto la pioggia per poter esercitare il proprio diritto di voto. Allora è chiaro che da che parte

(Il Presidente interrompe l'oratore)

Krisztina Morvai (NI). – Mr President, there is so much talk in this House about European values, so now it is time to act. Mr Timmermans, may I ask you please to make a statement – and the European Council should also make a similar statement soon – that mass police violence against unarmed people does not pass the human rights law tests of necessity and proportionality. It violates European values and norms and, under no circumstances, can it be tolerated by the European Union. You must make such a statement, regardless of who you think is right. Whether the Catalanian people are right or the Spanish government is right, no justification can be made for this brutal violence. Please make such a statement if you want the European Union and its values to be taken seriously.

Franck Proust (PPE). – Monsieur le Président, je souhaite d'abord exprimer, bien entendu, notre solidarité avec les familles des victimes de l'ignoble attaque de Marseille et de la terrible tuerie de Las Vegas. Plus que jamais, la lutte contre le terrorisme et l'éradication de Daech doivent faire l'objet d'une stratégie européenne.

Lors du prochain Conseil européen, les chefs d'État et de gouvernement évalueront les progrès des négociations sur le Brexit. Il n'y a aujourd'hui rien de tangible dans la position des Britanniques, nous l'avons encore rappelé dans notre résolution d'hier. Une telle négociation n'est évidemment pas facile, d'autant plus que nous avons d'un côté les Européens, emmenés par notre négociateur, Michel Barnier, qui adopte une approche séquencée et sérieuse, et de l'autre, aucun engagement clair et chiffré de M^{me} May.

Les grandes déclarations et les revirements britanniques masquent l'ampleur des difficultés que cause la sortie du Royaume-Uni. Le message britannique était au départ: «Nous ferons mieux seuls qu'avec vous». Maintenant, M^{me} May propose de copier les méthodes européennes, par exemple, dans les accords commerciaux. Quel hommage rendu à l'Europe!

Tant sur le plan tactique que technique, nous restons constants sur la nécessité de divorcer avant de stabiliser une relation à l'avenir. Pour faire avancer l'Europe, il faut avoir une méthode et ne pas être dans l'incantation. Récemment, le président français a montré qu'il souhaitait une politique européenne qui se décrète, en recyclant d'ailleurs des idées sur lesquelles nous travaillons ou même des propositions déjà mises en œuvre: lutte contre le dumping social et la concurrence déloyale avec la révision de la directive sur le détachement des travailleurs; sécurité avec des mécanismes de renforcement des contrôles aux frontières que nous avons votés; protection de notre industrie avec l'accord trouvé hier – on en parlait tout à l'heure – sur la nouvelle méthodologie antidumping. C'est une étape de plus pour l'Europe qui agit et, surtout, qui protège ses intérêts.

Enfin, on nous présente maintenant les listes électorales transnationales comme un remède au manque d'adhésion au projet européen, mais cela aura l'effet contraire. Pour rendre compte de notre action aux Européens, il faut une Europe du quotidien qui n'est pas celle des élus hors-sol, mais celle des représentants qui connaissent la réalité des territoires.

Josef Weidenholzer (S&D). – Herr Präsident! Wenn die Staats- und Regierungschefs diesmal wieder über Migration und Flucht diskutieren, dann erinnert das an ein regelmäßiges Déjà-vu: laut hinausposaunte Vorsätze, jetzt alles besser zu machen, große Pläne und Erwartungen. Der Fortschritt ist freilich gering. Positiv vielleicht: sich endlich ernsthaft mit Neuansiedlung auseinanderzusetzen.

Alarmierend finde ich, dass wir offensichtlich nichts gelernt haben. So haben die VN gestern bekannt gegeben, die Essensrationen in kenianischen Flüchtlingslagern um 30 % zu kürzen. Unglaublich! Niemand wird Notiz davon nehmen, bis es wieder mal zu spät ist. Ich möchte daran erinnern, was Frau Merkel am Höhepunkt der Flüchtlingskrise am 25. September 2015 auf einem dieser Gipfel gesagt hat: Wir haben alle nicht gesehen, dass die internationalen Programme nicht ausreichend finanziert sind, dass Menschen in Flüchtlingslagern hungern, dass die Lebensmittelrationen gekürzt werden. Dieses Mal könnten wir es sehen!

Anneleen Van Bossuyt (ECR). – Ik had van alles voorbereid over de vele digitale uitdagingen waarvoor Europa staat, maar vandaag kan ik niet anders dan het lange stilzwijgen van de Europese Unie over het geweld waarvan we zondag allemaal getuige zijn geweest streng te veroordelen.

Geweld kan nooit de oplossing zijn voor een politiek conflict, nooit. Ik roep dan ook op tot een dialoog tussen Madrid en Barcelona met internationale bemiddeling.

Commissaris Timmermans, u heeft mensenrechten in uw portfolio. U kan toch niet anders dan een lidstaat veroordelen die geweld gebruikt en schiet op haar eigen burgers?

Alexander Graf Lambsdorff (ALDE). – Herr Präsident! Ich bin hier in diesem Haus 2004 Mitglied geworden, als die Balten und die Polen, die Tschechen und die Slowaken, die Ungarn Mitglieder der Europäischen Union wurden. Für mich ist es immer noch ein Wunder, dass wir auf einem freien Kontinent in Einheit und Freiheit und Frieden vereint miteinander leben, wobei Einheit ganz klar nicht Einigkeit bei jedem Thema heißt. Ob das Migration oder Marktwirtschaft, Energiepolitik oder Erweiterung ist, es gibt zum Teil sehr unterschiedliche Ansätze zwischen Ost und West, zwischen Nord und Süd. Mir ist eines wichtig: dass wir in allen Debatten, die wir hier führen, einander den Respekt nicht versagen, dass wir auch andere Meinungen anhören – egal, was für Themen es sind.

Ich freue mich, dass die Europäische Union jetzt durch die Reden von Jean-Claude Juncker, aber besonders von Emmanuel Macron einen neuen Impuls bekommen hat, und ich werde weiter für die Europäische Union arbeiten – demnächst aus dem deutschen Parlament heraus.

Das ist nach 13 Jahren meine letzte Rede. Ich danke Ihnen sehr für die Zusammenarbeit. Ich werde nie vergessen, dass es mir als jungem deutschem Abgeordneten möglich war, hier mit einem Mann wie Bronisław Geremek zusammenzuarbeiten. Das war eine sehr bewegende Erfahrung. Ich danke allen Kolleginnen und Kollegen sehr und verabschiede mich. Herzlichen Dank!

(Beifall)

Der Präsident. – Vielen Dank, Herr Kollege Graf Lambsdorff! Alles Gute für Ihre Arbeit an neuer Stelle im neuen Parlament!

Josu Juaristi Abaunz (GUE/NGL). – Señor presidente, la delegación parlamentaria internacional en la que participé considera que el referéndum fue una demostración de la determinación del pueblo catalán en lo que al derecho de voto y proceso democrático se refiere, e insta a la Unión Europea a tener en cuenta el resultado. Pero dice la Comisión que es un asunto interno. Ya no. Ya es un asunto europeo, y lo estamos viendo claramente aquí. No se escondan detrás de la ley. La defensa tozuda de la Constitución ha llevado a un Estado miembro a la violencia.

Aquí hay un problema político de fondo que no es nuevo y hay que afrontarlo. El Gobierno español no lo va a hacer. No cometan el mismo error y actúen. Votar es un ejercicio democrático, y es que hay pueblos dentro de su mapa geopolítico que queremos ser libres, simplemente porque así lo sentimos.

No pedimos que lo entiendan, pero sí que lo respeten. Al pueblo catalán y a sus políticos, *moltes gracies* por su lección de dignidad y valentía. Tenéis el apoyo y la solidaridad del pueblo vasco, y pronto recorreremos el mismo camino.

(El orador acepta responder a una pregunta formulada con arreglo al procedimiento de la «tarjeta azul» (artículo 162, apartado 8, del Reglamento interno))

Maite Pagazaurtundúa Ruiz (ALDE), pregunta de «tarjeta azul». – Señor Juaristi, sorprende que usted dé significaciones de democracia a nadie, cuando su partido todavía no ha condenado completamente la violencia política que comandaron en el País Vasco.

Usted habla del pueblo vasco, en nombre de los que son como usted y de los que no lo son. Usted no puede arrogarse la representación de todo el pueblo vasco.

Usted está en contra de la ley. La ley es el fundamento de este Parlamento, el Estado de Derecho. Y el orden de los factores altera el producto.

(El Presidente retira la palabra a la oradora)

Josu Juaristi Abaunz (GUE/NGL), *respuesta de «tarjeta azul»*. – Quiero dirigirme a la Comisión, al señor Timmermans, para que vea que este es un problema realmente europeo. Por favor, actúen. Actúen. No piensen que es un asunto interno del Estado español. Esto necesita una solución, necesita una solución política y necesita la implicación europea. Por favor, actúen.

Der Präsident. – Ich werde mir künftig die Freiheit nehmen, auch die Fragesteller zu unterbrechen, wenn es sich nicht um eine Frage handelt. Und wenn der, der gefragt ist, keine Antwort gibt, dann werde ich mir auch erlauben, die Antwort zu unterbrechen.

Ulrike Lunacek (Verts/ALE). – Herr Präsident, Herr Vizepräsident der Kommission Timmermans, Vertreter des Rates! Das Thema Migration ist ein ganz wichtiges. Ich finde es gut, dass es das nächste Mal wieder auf der Tagesordnung des Rates steht. Was wir aber brauchen, sind endlich legale Zugänge in die Europäische Union, zum Beispiel über Botschaftsasyl und Solidarität innerhalb der Mitgliedstaaten.

Was ich aber auch ansprechen möchte: Es ist völlig inakzeptabel, dass auf dieser Tagesordnung des nächsten Rates das brutale Vorgehen der spanischen Polizei in Katalonien am letzten Wochenende einfach nicht einmal vorgesehen ist.

Y cambiaré al castellano ahora.

Después de que el Gobierno español se ha negado a hablar y de la actuación brutal de la policía el pasado domingo, yo le pido a usted que la Comisión ofrezca a Cataluña y al Gobierno de Madrid una mediación, para entablar un diálogo, para volver a la mesa a hablar.

Especialmente, les pido a los miembros del Grupo PPE, el Partido Popular Europeo, que ya no digan que esto es un asunto interno de España: dentro de la Unión Europea no existen asuntos internos; dentro de la Unión Europea eso no funciona. Somos todos europeos. Debe haber diálogo y una solución práctica.

Fabio Massimo Castaldo (EFDD). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, al punto numero uno dell'ordine del giorno di questo Consiglio figurano le emigrazioni: a fronte degli sforzi enormi di Italia e Grecia, ancora non è applicata una decisione sulla redistribuzione, che peraltro è stata confermata anche dalla Corte di giustizia dell'Unione.

Il sistema comune di asilo è ancora molto lontano da quello che dovrebbe essere, ovvero un vero meccanismo di redistribuzione obbligatorio, preventivo e permanente, per far sì che la solidarietà non sia solamente una chiacchiera. Le vergognose condizioni dei campi libici sono un male per la nostra democrazia: crediamo fortemente che ci sia un monitoraggio, un intervento delle Nazioni Unite e dell'Unione europea per ravvisare quello che purtroppo c'è sul campo, ovvero sequestri, violenze carnali, schiavitù, stupri, anche su donne incinte, e torture. Tutto questo è inaccettabile.

Pretendiamo anche che, quando si parlerà di Turchia, si prenda finalmente atto che il percorso scelto da Erdogan è molto lontano da quello che dovrebbe essere lo Stato di diritto e dai principi fondamentali dell'Unione e che si chiudano una volta per tutte i negoziati di adesione, che assomigliano sempre più a una farsa in cui non credono neanche più gli attori protagonisti.

Gerolf Annemans (ENF). – Wat betreft de maatregelen om illegale migratiestromen te controleren, wil ik de regeringsleiders eraan herinneren dat de inzet van bijvoorbeeld Belgische marineschepen niet langer mag dienen om illegale migratie te faciliteren, maar er integendeel op gericht moet zijn te verhinderen en te beletten dat mensen aan een gevaarlijke overtocht beginnen.

Het uitgangspunt moet zijn dat asielzoekers in eigen regio worden opgevangen. Opvang in eigen regio leidt tot efficiëntere besteding van beschikbare middelen en maakt dan ook de terugkeer naar eigen land makkelijker.

Er moet meer druk worden gezet op derde landen die niet meewerken aan het indammen van illegale migratie. Ontwikkelingshulp en samenwerkingsverbanden moeten worden gekoppeld aan de bereidheid van deze landen om afgewezen asielzoekers en illegalen terug te nemen.

Vandaag de dag overleven in Vlaanderen mensen die hun hele leven hebben gewerkt met een bruto pensioen van 1100 of zelfs soms amper 900 euro, terwijl voor de opvang van een asielzoeker gemiddeld 1300 euro per maand ter beschikking moet worden gesteld.

Voorzitter, het geld is op. Tijd voor een immigratiestop.

Esteban González Pons (PPE). – Señor presidente, hoy mi corazón está en España. Por eso he escrito mi discurso, para no emocionarme. En pocas horas o días, una región de España, que jamás ha sido independiente, declarará unilateralmente, de forma ilegal y por la fuerza a su independencia.

No sé si ustedes son del todo conscientes de eso. A todos nos duelen las imágenes del domingo, sí. Sin embargo, les ruego que no se queden ahí, cuando faltan 48 horas para que el segundo país más extenso de Europa, mi país, pueda romperse por la mitad. España no es Yugoslavia. Somos una democracia estable y madura, tan estable y tan madura como cualquiera de las que están representadas aquí, y no necesitamos tutelas y tampoco necesitamos mediadores con políticos insurrectos.

¿Vamos a dialogar? Sí, bajo el manto de la Constitución. ¿Nuestra Constitución puede cambiarse? Sí, pero no por la fuerza. Decidir si España se rompe o sigue unida corresponde a todos los españoles y solo a los españoles.

Como anoche dijo el Rey, no vamos a dejar solos a los catalanes. No vamos a dejar solos a los que, por miedo al estigma, permanecen en silencio y no participaron en el falso referéndum. Y tampoco a quienes, de buena fe, acudieron el domingo a votar, a los que ni puedo ni quiero ignorar. Todos los catalanes son españoles y todos los catalanes son mis compatriotas.

Pero no se equivoquen: el problema del nacional-populismo no es exclusivo de España. Es una plaga que se extiende por Europa. Si hoy ustedes dejan que España se rompa por Cataluña, una fila de fichas de dominó le seguirá por todo el continente. En lugar de una Europa de 27 tendremos una «no Europa» de mini Estados. El nacionalismo es históricamente el causante del dolor de Europa. Como europeístas no den ustedes la razón a los nacional-populistas.

Ayer se cumplieron 30 años de la reunificación alemana. Ahora es España la que está luchando por permanecer unida. Es España ahora a quien le corresponde dialogar con España, a nadie más. Termino: no nos señalen, apóyennos como en su momento nosotros apoyamos a Alemania, a las repúblicas bálticas o a Europa del Este. Europa está hecha para unir no para romper.

(Aplausos)

Francisco Assis (S&D). – Senhor Presidente, ia falar de outro tema, mas a forma como aqui foi abordada a questão espanhola/catalã, obriga-me – por um imperativo de consciência – a dizer o seguinte: é infame estabelecer qualquer comparação entre a Espanha democrática e uma forma qualquer de ditadura. A Espanha fez um percurso exemplar, uma transição democrática exemplar. Passou do franquismo para um regime democrático, um regime que consagra, aliás, autonomias praticamente sem paralelo no quadro europeu.

Eu não sou espanhol. Sou português, mas sinto-me neste momento na obrigação, em nome da defesa dos valores europeus, de fazer aqui esta afirmação clara: a Espanha é um grande país democrático e deve e tem que ser tratado, neste Parlamento, como tal.

A questão catalã existe naturalmente e espero que, com consenso e com diálogo, ela possa ser resolvida e todos estamos atentos ao que se está a passar. Agora isso não autoriza ninguém a pôr em causa a grande democracia que é a democracia espanhola.

Richard Sulík (ECR). – Herr Präsident! Ich möchte zuerst feststellen, dass es im Rahmen meiner blauen Karte nicht zu einem eigenen Statement kam, sondern zu einer direkten Reaktion auf die Frau Abgeordnete Niebler. Und das begünstigt doch die Diskussion, da sollten Sie eher dafür sein.

Vážený pán predsedajúci, dovoľte mi, prosím, pár poznámok k najnovším európskym návrhom francúzskeho prezidenta Emmanuela Macrona. Trochu ma prekvapujú tieto návrhy, lebo som si myslel, že bol zvolený, aby riešil problémy Francúzska. Po prvé, jeho návrhy považujem za socialistické, preto, lebo sú postavené na, po prvé, vyšších daniach, po druhé, viac prerozdelení, po tretie, nových úradoch. Ďalej, do veľkej miery ide o socializáciu dlhov, konkrétne o to, aby Nemecko zdieľalo dlhy Francúzska. Naopak, vyslovene chceme oceniť návrh prezidenta Macrona, aby Európska únia konečne zriadila utečenecké, migrantské tábory mimo územia Európskej únie. Avšak za najdôležitejšiu považujem otázku, s akým mandátom prezident Macron... *(prerušené po jednej minúte)*

Der Präsident. – Herr Kollege Sulík, Sie haben nicht mehr das Wort. Und Ihre wortreichen Erklärungen, dass das vorher kein Statement war, sind ja schön, und es ist besonders nett, dass Sie das auf Deutsch tun, aber es ist halt nicht zutreffend. Wenn man Debatten lebendiger gestalten will, dann kann man das tun, da gibt es viele Möglichkeiten, aber nicht dadurch, dass einige systematisch an die Grenzen der Regeln gehen und darüber hinaus. Und wenn Sie glauben, dass Ihre Bemerkung betreffend meine Entscheidung ein Statement war und dass das von Ihrer Redezeit abgezogen wird, dann liegen Sie halt eben auch falsch.

Zur Geschäftsordnung. Bitte, Herr Sulík. Das wäre der richtige Weg gewesen.

Richard Sulík (ECR). – Herr Präsident! (*Der Redner spricht ohne Mikrofon.*) ... Bitte welche? Ich bekomme eine oder zwei Minuten Redezeit pro Monat. Das ist das Erste. Ab und zu eine blaue Karte. Ich habe auf die Rede von Frau Niebler ganz konkret reagiert – zur Diskussion. Ich habe keine eigenen Statements vorgetragen und hier keine Regeln missbraucht. Und vielleicht könnte die Redezeit ein bisschen länger sein.

Der Präsident. – Herr Sulík! Ich empfehle erstens, dass Sie sich bei Ihrer Fraktion um mehr Redezeit bemühen. Hier gelten für alle die gleichen Regeln.

Und zweitens: Bemühen Sie sich doch mal bei den Vertretern Ihrer Fraktion im AFCO-Ausschuss, dass man dort über Geschäftsordnungsänderungen nachdenkt, wie man Debatten lebendiger gestalten kann. Aber die Regel, dass immer nur Herrn Sulík geholfen wird, gibt es halt nicht, und die wird es auch nicht geben.

Izaskun Bilbao Barandica (ALDE). – Señor presidente, la crisis migratoria, la amenaza del terrorismo global, los problemas que frenan la unidad de los mercados del transporte digital o de la energía son problemas reales, acuciantes, que tienen su lógico espacio en el próximo Consejo Europeo.

Y yo les voy a pedir, en línea con la carta que el presidente de mi país —el *lehendakari* Iñigo Urkullu—envió ayer al presidente de la Comisión Jean-Claude Juncker, que incorporen a la agenda el problema que se vive en Cataluña, porque la estabilidad de un Estado miembro está en juego y, en consecuencia, la de la propia Unión.

Somos europeístas, creemos en los valores de los padres fundadores y estamos muy preocupados porque el silencio, el bloqueo o la violencia no son soluciones para abordar un problema que solo puede afrontarse recurriendo a la política.

Hablamos de derechos fundamentales. Tras la Segunda Guerra Mundial, los gobernantes de las potencias que se enfrentaron en el campo de batalla fueron capaces de fundar este proyecto que nos une en nuestra diversidad. Aquel primer acuerdo, que dio lugar a la CECA, no se construyó intercambiando reproches y esgrimiendo los límites de la ley, sino escuchando, entendiendo al otro y construyendo con él.

Por favor animen a que esta forma de hacer se aplique a la solución de este problema.

Maria Lidia Senra Rodríguez (GUE/NGL). – Señor presidente, España no está dispuesta a dialogar, lo hemos visto nuevamente ayer con el mensaje del Rey. Por eso pido a la Unión Europea altura de miras, que haga respetar los derechos fundamentales de la Unión Europea y los derechos humanos, que han sido vulnerados en Cataluña.

Y esto no lo digo yo, lo dice el equipo internacional de expertos en investigación electoral. Leo textualmente: «Asistimos a acontecimientos que ningún observador de las elecciones debe atestiguar jamás, y esperamos no volver a presenciar escenas de esta naturaleza. Vemos numerosas y repetidas violaciones de los derechos civiles y humanos. Aún más, está claro ya que fue una operación central orquestada, de estilo militar, cuidadosamente planeada. Estamos atónitos de que oficiales armados y enmascarados entraron en las mesas electorales con el propósito de impedir un proceso democrático pacífico». Eso —dice también— insta a que se respete el proceso.

Consentir más represión sobre el pueblo catalán y sus instituciones solo provocará más desafecciones.

Julia Reda (Verts/ALE). – Madam President, the promise of the European Union is the unconditional validity of fundamental rights, including freedom of speech. It is the Commission and the Council's responsibility to uphold these values when they are threatened inside the EU, and this is not an internal matter. This week, the front pages show images of charges of Spanish police in Catalan schools.

Another serious form of repression took place in the weeks leading up to this weekend. Spanish police raided the registrar of the Internet domain '.cat'. Its CTO, Pep Masoliver, was held for more than 60 hours and is now facing criminal prosecution. More than 140 domains were blocked and a number of domains were seized, including websites run by civil society organisations. These measures are counterproductive; they undermine freedom of speech and they set a dangerous precedent for a Europe that wants to be a champion of digital rights.

The European institutions should immediately offer intermediation to help de-escalate the situation, and I call upon both sides of the conflict to accept such an offer and refrain from further steps that would escalate the situation. It should be on the top of every agenda, including the European Council meeting.

Elisabetta Gardini (PPE). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, mi consenta una piccola premessa: è entrato in modo violento e strumentale un dibattito che dovrebbe essere tenuto oggi pomeriggio. Io trovo scandaloso che ci sia quella parte di estrema sinistra che strumentalizza, in modo ideologico, una vera sofferenza, un dramma. Noi dobbiamo essere facilitatori di dialogo. Vergognatevi! Siete una parte ideologica e antidemocratica. Noi dobbiamo favorire il dialogo a favore di tutto un popolo, quello spagnolo. Noi tutti vogliamo offrire solidarietà a questo grande popolo, che troverà sicuramente la strada e l'uscita nel dialogo, nella concordia, nella pace, nella democrazia, nel rispetto dei diritti umani e nel rispetto dallo stato di diritto. Vergogna!

E torniamo adesso invece al Consiglio. Allora, noi dobbiamo lavorare per un'Europa più forte, più democratica, come ha detto Lei, caro Vicepresidente, siamo d'accordo, siamo tutti qui, abbiamo questo compito. Ci sono tanti segnali, anche positivi: dobbiamo rafforzarli e lavorare su quelli.

Non c'è dubbio che la prima delle condizioni è la sicurezza. Ed è proprio per questo che noi siamo sempre stati, come parte politica, a favore di una comune difesa europea. Solo se l'Europa avrà una sua politica estera, una sua politica comune, non solo potrà meglio difendere i propri cittadini, ma finalmente potrà avere un ruolo geopolitico quale ci aspetta, seduta tra i grandi della terra, e non come oggi, che siamo un po' – tante volte, non sempre – al seguito, a ricasco, a rimorchio o a reagire. No: noi siamo una grande storia, una grande civiltà! Con i nostri valori dobbiamo prenderci il posto che ci spetta nel mondo.

Abbiamo ancora una ferita aperta, come ha detto Weber, ossia l'immigrazione. Voglio anch'io ringraziare quanto fatto da tutto il Parlamento, con l'onorevole Cicu, nel mettere in campo queste regole *antidumping*, perché abbiamo bisogno di una comune politica industriale per risolvere il problema della disoccupazione, specialmente giovanile.

Hilde Vautmans (ALDE). – Voorzitter, ik heb eerst een vraag aan u als voorzitter. Op de agenda staat vandaag het debat over de Europese Raad. Ik hoor hier de ene na de andere tussenkomst over Catalonië en ik vind Catalonië erg belangrijk, maar dat staat vanmiddag op de agenda. Dus ik wil er graag toe oproepen dat we hier vandaag debatteren over wat nu op de agenda staat en dat is de Europese Raad. En daar staan belangrijke zaken op.

Ik hoor hier nu een mevrouw pleiten voor een Europese defensie. Ik ben blij dat de EVP eindelijk ook het ALDE-standpunt daarover volgt. Maar ik hoor u niets zeggen over de noodzakelijkheid van een migratiepact. Dat is prioriteit één.

Ik denk dat we als Unie sterk moeten optreden. Eén Europese asielaanvraag, strenge bewaking van de buitengrenzen en vooral: mensensmokkelaars aanpakken. Ik wil dat het dáár over gaat.

Der Präsident. – Frau Kollegin Vautmans! Ich habe jetzt Ihre Intervention nicht als Frage an Frau Kollegin Gardini verstanden, sondern als Geschäftsordnungsintervention. Deshalb habe ich Ihnen auch mehr Zeit gelassen als 30 Sekunden. Wir können nicht beliebig mischen. Wenn Sie vorher zugehört hätten, als ich dem Kollegen Lambsdorff geantwortet habe, dann würden Sie vielleicht schon wissen, dass ich das mit dem Präsidenten besprochen habe und dass, auch wenn es nicht auf der Tagesordnung steht, beim Gipfel sicher auch darüber gesprochen wird und ich den einzelnen Kollegen nicht die Freiheit ihres Mandats beschränken kann, hier im Rahmen dieser Debatte auch Schwerpunkte zu setzen.

Birgit Sippel (S&D). – Herr Präsident! Herausforderung: Flüchtlinge! Einige setzen auf Abschottung um jeden Preis. Echte Lösungen sehen anders aus.

Drei Kernpunkte: Erstens weniger Flüchtlinge in Europa und europäische Werte schützen, das heißt, Fluchtursachen bekämpfen, Herkunfts- und Transitländer stärken, damit auch sie Schutz und neue Perspektiven bieten können. Zweitens schnelle und transparente Asylverfahren sowie Abkommen mit Herkunftsstaaten, Zurücknahme abgelehnter Asylbewerber. Drittens klare Wege der Arbeitsmigration, verbunden mit Regeln zur Verhinderung von Lohn- und Sozialdumping.

Übrigens sagen viele: Echten Flüchtlingen würden wir gerne helfen. Erstaunlich, wie niedrig dann die Zahlen der Neuansiedlung sind! Mauern sind keine Lösung. Gestalten wir diese Herausforderung mutig und gemeinsam!

Cecilia Wikström (ALDE). – Mr President, in my capacity as rapporteur for the reform of the Dublin Regulation, I am convinced that this House is about to find a common position, gathering broad support for backing bold, ambitious and realistic reforms. However, we need our counterparts in the Council – and I would ask them to stop pandering back to domestic egoism – to engage with us in building a common European asylum system which is fit for purpose.

For too long, the Council has tried to find unanimity. Instead, it should try to find solutions to fix the broken, collapsed common European asylum system. Now it is high time to find solutions, and also one position. To the Estonian Presidency, I would like to say: stand firm. Knowing some Member States, you will never find unanimity, but a qualified majority is perfectly good enough, according to the Treaties. In my negotiating team, we are determined. We need to find a solution based on the fair sharing of responsibilities, aiming at taking back European control of migratory flows and ...

(The President cut off the speaker)

Matt Carthy (GUE/NGL). – Mr President, I see that the Council intends to discuss the EU's external relations at its next meeting. You guys have some nerve! You plan to lecture others on human rights while you sit on your hands while witnessing a vicious assault on peaceful EU citizens in Catalonia because they had the audacity to vote. The truth is that European leaders have disgracefully ignored thuggish human rights abuses that are happening within the EU. While this inaction on Catalonia continues, you have lost the right to lecture others. Let's be clear, nobody, not a non-elected king, not a non-elected Commission, not even a minority government in Madrid, has the right to declare illegal the democratic exercise on self-determination by a people.

We are told that the EU stands for peace, democracy and human rights. Where were those values on Sunday? If you dare to use the Council meeting to talk about peace or democracy without standing clearly for those values in Catalonia, then the people of Europe, the people of the world, will rightly consider you to be nothing more than a shower of utter hypocrites.

Ádám Kósa (PPE). – Elnök Úr! A két hét múlva sorra kerülő tanácsi ülés összes témája nagyon fontos. Engedjék meg, hogy ezekre reflektáljak. A migrációs helyzet kapcsán szeretném kihangsúlyozni, hogy az európai polgárok véleményére alapulva lehet csakis sikeres bevándorláspolitikát folytatni. Mi, magyarok, elutasítjuk a korlátozások nélküli bevándorláspolitikát.

Hatékony, de szigorú határvédelemre, az üldözöttek helyben való megsegítésére, ellenőrzött és csak a valódi menekültekre koncentráló protokollokra van szükség. A gazdasági bevándorlókat pedig az adófizető állampolgárok akaratával egybehangzóan, minél előbb vissza kell küldeni származási országukba.

Szeretnék utalni a nem régen elfogadott ukrán oktatási törvényre, amely a Kárpátalján élő, magyar, szlovák, román és lengyel nemzeti kisebbségek nyelvhasználati jogát csorbítja elfogadhatatlan módon. Nagyon remélem, hogy az Európai Tanács ezzel a mélyen jogsértő állapottal foglalkozni fog az ülésén, és egyértelmű jelzést fog küldeni az ukrán hatóságok felé.

A Digitális Európával kapcsolatban pedig szeretném hangsúlyozni, hogy ez csak akkor lehet sikeres, hogyha a szolgáltatások akadálymentesítve lesznek. Az akadálymentesítési jogszabálycsomag első olvasatát az Európai Parlament múlt hónapban, tehát a szeptemberi ülésen fogadta el, kérem tehát a soros elnökséget, hogy minél előbb fogadják el az álláspontjukat, hogy mielőbb megkezdődhessen a tárgyalás.

Pervenche Berès (S&D). – Monsieur le Président, la présidence estonienne est déjà associée à une image très positive sur le numérique. Vous êtes un pays de l'excellence numérique, et vous allez porter ce thème lors du Conseil européen, ce dont je vous félicite.

Mais vous devez faire cela de manière inclusive, comme nous aimons à le dire ici. Donc, vous ne pouvez pas attendre le dernier moment pour traiter de la dimension sociale de l'univers numérique.

Qu'est-ce que cela signifie? Notre collègue Kósa vient de parler de l'accessibilité, mais il y a aussi la question du statut des travailleurs dans le domaine du numérique, et de ce point de vue-là, l'accès à une protection, à la portabilité des droits, à la formation, à la possibilité de mener des revendications collectives, est un défi nouveau pour le droit social que vous devez aussi aborder.

Puis, bien sûr, il n'y aura pas de justice sociale pour les travailleurs du numérique s'il n'y a pas une fiscalité adaptée et, de ce point de vue, les initiatives qui sont lancées ici ou là, un peu dans le désordre, ne doivent pas miner la vraie réforme de la modernité dans le domaine fiscal, qui est celui de l'impôt sur les sociétés.

Aucune autre...

(Le Président retire la parole à l'orateur).

Андрей Ковачев (PPE). – Г-н Председател, г-н Министър, колеги, искам да се спра накратко на трите теми, които ще обсъжда Съветът – това е дигитализацията, миграцията, отбраната и външните отношения.

Цифровите технологии са бъдещето, ако искаме на нашия континент да имаме конкурентоспособна европейска икономика, и тя трябва да гарантира по-добро и вярно съдържание, киберсигурност и защита на личните данни, както и голямата тема за електронното здравеопазване.

Когато Съветът обръща обаче внимание на темата миграция, нека да спре с приказките, трябва да действат. Връщането на незаконно пребиваващите и влезли в Европейския съюз мигранти е приоритет. Относно реформите в Дъблинското споразумение от години чуваме само приказки, но не и действия.

Стига лицемерие по отношение на приемането на България и Румъния в Шенгенското пространство. Аз моля, или призовавам по-точно г-н Министъра това да бъде също поставено на дневен ред в Съвета.

Усещането на голяма част от европейските граждани е, че Европейският съюз, без да се прави разграничаване между институциите, е неефективен. Съветът е призован да промени това. Моят призив е за по-малко приказки и за реални действия за повече сигурност. Повече общ ангажимент по отношение на отбраната и ефективна външна политика. По отношение на ситуацията в Испания ние сме абсолютно солидарни с нашите испански приятели – конституцията, защитата на законния ред и, разбира се, правата на всички испански граждани, са на първо място.

Javi López (S&D). – Señor presidente, yo me quiero dirigir a ustedes como socialista catalán a la vista de los acontecimientos que hemos visto recientemente.

En primer lugar, muchos hemos visto unas imágenes que nos han horrorizado, que, en nuestro lugar, además, hemos denunciado por un uso desproporcionado de la fuerza contra manifestantes pacíficos.

Pero hoy el Parlamento Europeo sobre todo tiene que enviar un mensaje sobre la situación política de fondo y apelar a varias cosas: 1) al respeto del Estado de Derecho y no a la ley por la ley, sino a la ley como garantía de la convivencia, la ley como garantía de que no se cometan abusos por parte de los poderes públicos; 2) al diálogo, a encontrar soluciones políticas como única salida posible, a encontrar nuevos consensos políticos que reconozcan y garanticen a todos sus sensaciones, sus sentimientos, sus identidades; y 3) hacer un llamamiento para calmar la situación actual, para rechazar cualquier vía unilateral que lleve a la institucionalidad catalana al desastre, para, como europeos, encontrar soluciones — fruto del reconocimiento y la convivencia— para el conflicto.

Michaela Šojdrová (PPE). – Pane předsedající, dovoluji, abych se vyjádřila ke dvěma bodům Rady, které spolu úzce souvisí. Je to migrace a zahraniční politika. Migrační tlak nyní polevil a EU je v dobré kondici. Ale do budoucna musíme počítat s dalšími tlaky na migraci. Je to realita a my jsme získali čas na to, abychom se nyní mohli lépe připravit. Očekávám tedy, že summit Evropské rady bude provádět reflexi efektivnosti dosavadních opatření tak, abychom neopakovali v budoucnosti chyby. Nesmí se stát, že EU bude opět zaskočena a nebude připravena, proto podporuji bezpečnost jako prioritu. Musíme se zaměřit na ochranu hranic schengenského prostoru, na urychlení návratu a pomoc v zemích původu a v zemích tranzitu, které jsou klíčové v souvislosti např. s pomocí Liby jak finanční, tak v oblasti bezpečnostních kapacit ve spolupráci s OSN. Právě tam musíme posílit návratovou politiku a znovuusídlení v nejbližších zemích původu.

Pokud jde o návrh společného azylového systému, pak reforma azylového systému je nutná ve smyslu lepší koordinace. A rozhodnutí o udělení azylu musí zůstat plně v rukou členských států, protože členské státy jsou zodpovědné za vnitřní bezpečnost. Solidarita je samozřejmě nutná, ale musí být ve shodě s členskými zeměmi. Chtěla bych připomenout, že Česká republika je solidární, když vybudovala velký tábor pro 30 tisíc uprchlíků v Jordánsku.

(Řečnice souhlasila s tím, že odpoví na otázku položenou zvednutím modré karty (čl. 162 odst. 8 jednacího řádu).)

Maria Grapini (S&D), *Întrebare adresată conform procedurii „cartonașului albastru”.* – Stimată colegă, ați vorbit despre migrație, despre responsabilitate, despre securizarea frontierelor Schengen, dar ce părere aveți despre țări ca România și Bulgaria, Croația, care nu sunt în Schengen, dar au aceleași responsabilități vizavi de migrație?

Nu considerați că este necesar să decidă o dată Consiliul pentru aceste state care au același tratat, aceleași responsabilități, dar nu au aceleași drepturi?

Cum să securizăm frontierele Schengen? Iar pe celelalte țări cine le securizează, și cum?

Michaela Šojdrová (PPE), *odpověď na otázku položenou zvednutím modré karty.* – Děkuji za Vaši otázku, víme, že se jedná o přijetí těchto zemí do schengenského prostoru. Já se domnívám, že právě v otázce migrace tyto země splnily svoji úlohu, že se zachovaly velmi zodpovědně. Chtěla bych také připomenout, že Česká republika poslala do těchto zemí pomoc ve formě bezpečnostních složek, a jsem pro to, aby tyto země byly oceněny za své úsilí, které se týká zajištění bezpečnosti na svém území.

Cécile Kashetu Kyenge (S&D). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, il nostro futuro è l'Europa. Ieri ricorreva il quarto anniversario della strage di Lampedusa: era il 3 ottobre 2013 e ciò che rimane nella mia memoria non è solo il numero delle vittime, ma l'immagine di quella tragedia.

Quel giorno, abbiamo detto tutti insieme: mai più. Da allora ci siamo impegnati a sostituire cinismo ed egoismi con la solidarietà, in difesa della vita. Eppure la situazione è pressoché tornata ad essere quella di prima. Qualcosa non va. Qualcosa non è andato. L'immigrazione non è un fenomeno che si può fermare, ma è un fenomeno che si può gestire. La riduzione dei flussi, così come ribadito dal presidente Pittella, non ci può tranquillizzare. Sono le cause profonde che spingono le persone ad abbandonare i propri paesi.

Lavoriamo seriamente anche con il Consiglio per dare una risposta globale al fenomeno migratorio e i risultati finora raggiunti sono stati possibili grazie al ruolo di colegislatore del Parlamento, che ad oggi sta elaborando la propria posizione sulla riforma di Dublino. E noi non ci nascondiamo dietro le nostre divisioni e le nostre divergenze politiche. Noi andiamo avanti perché crediamo in una riforma solida del sistema...

(Il presidente interrompe l'oratore)

Gunnar Hökmark (PPE). – Mr President, the European Council must underline at its meeting that the European Union is a union of laws. They apply to all and everyone. To national governments as well as to local governments, authorities and citizens. That is the only way to stability, peace and dialogue.

Secondly, the defence issue. We need to develop a defence facing all the challenges we see today, where Russia is not only a test case, but also a real challenge. On all the levels of threats coming therefrom, we need to strengthen our capabilities and our defence.

Thirdly, the digital challenge. We cannot only talk about it, we need to ensure that we can be in the lead, phasing out not only roaming charges, but also roaming by pan-European networks, on mobile broadband, enabling other facilities and a scale of economy that can make us the leaders.

(The speaker agreed to take a blue-card question under Rule 162(8))

Tibor Szanyi (S&D), *Kékkártyás kérdés*. – Elnök Úr! A kollégának is köszönöm, hogy válaszol a kérdésemre! Nagyon helyesen Ön említette, hogy a törvényeket, az európai jogszabályokat mindenkinek be kell tartani, kormányoknak is. Ezt fontos, hogy említette, de vajon ezeket a mondatokat elmondja-e Ön a Néppárt soraiban ülő Fidesznek, hogy a magyar kormány az elmúlt napokban is olyan elképesztő hazugságkampányt folytat az Európai Unióval, különösen a menekültekkel kapcsolatban, ami, hogy mondjam, hova tovább a náci időkre emlékeztet, és én csak kérdezem [...] *(Az elnök megvonta a szót.)*

Der Präsident. – Herr Kollege Szanyi! Ich halte Vergleiche mit der Nazizeit nicht für angemessen.

Gunnar Hökmark (PPE), *blue-card answer*. – This is a very simple question and it has a simple answer: laws are for everyone. There is no party and no colour attached to laws. We all need to abide by the laws. I can be critical of bad policies wherever they come from – whether they belong to my party group or your party group – but the main thing is that the laws are decided here. We have a court and a legal system to implement them, and that must be respected. I continue to call on the Commission to ensure that the laws are implemented, and followed.

(The President cut off the speaker)

Neena Gill (S&D). – Mr President, the forthcoming EU Council risks being a complete non-event if ambitions are not raised. The EU needs to look seriously at reforms and at the implications of a no-deal Brexit: Capital Markets Union (CMU) for example, and the digital agenda could be another, given the strong presence of tech startups in the UK.

The EU and the UK also need to maintain close cooperation on foreign and defence issues. This is vital in files where the UK has been leading, such as Syria, where, over the past two weeks we have witnessed the highest death toll in 2017. Heavy retaliatory strikes by the Assad regime and Russia in the north, even targeting hospitals, have taken away all credibility from the Astana Process. A real political transition has to be a priority in Geneva. The EU has to take political leadership to balance Russian and Iran, but also the USA. I urge the Tory government to be earnest about continued collaboration with the EU on defence, and not to use security as a bargaining chip.

On migration, subsequent Commission plans have failed due to the lack of political will of Member States. I urge the Council to ditch the dithering and engage in substantial reform of the Common European Asylum System.

Λευτέρης Χριστοφόρου (PPE). – Κύριε Πρόεδρε, οφείλω σήμερα να καταγγείλω με όλη τη δύναμη της ψυχής μου τις απαράδεκτες, συνεχιζόμενες, προκλητικές και βίβαντες ενέργειες της Τουρκίας σε βάρος της Κύπρου, μιας χώρας μέλους της Ευρωπαϊκής Ένωσης. Ο κύριος Timmermans γνωρίζει, γιατί συμμετείχε στις διαπραγματεύσεις του Crans-Montana, ότι η Τουρκία με τις απαράδεκτες και προκλητικές της θέσεις οδήγησε σε αδιέξοδο τις διαπραγματεύσεις για το Κυπριακό, επιμένοντας να παραμείνουν κατοχικά στρατεύματα, εγγυήσεις και μονομερή επεμβατικά δικαιώματα σε χώρα μέλος της Ευρωπαϊκής Ένωσης. Αυτή η προκλητική και απαράδεκτη Τουρκία με το κατοχικό καθεστώς σήμερα το πρωί επέβαλε απαγόρευση διέλευσης ανθρωπιστικής βοήθειας για τους ηρωικούς Έλληνες εγκλωβισμένους της Καρπασίας, επιβάλλοντας νέα τετελεσμένα και πολιτικές εθνικού ξεκαθαρίσματος στην Κύπρο.

Κύριε Timmermans, η Ευρωπαϊκή Επιτροπή οφείλει να αντιδράσει άμεσα, όπως αντέδρασε η UNFICYP. Καλώ επίσης την Εσθονική Προεδρία να θέσει αυτό το ζήτημα άμεσα στο επόμενο Ευρωπαϊκό Συμβούλιο για να καταδικάσει με κυρώσεις την Τουρκία. Ακόμα καλώ με όλη τη δύναμή μου τους αγαπητούς συναδέλφους ευρωβουλευτές να κατατηφίσουμε όλα εκείνα τα κονδύλια που αφορούν την Τουρκία για να στείλουμε ένα ισχυρό μήνυμα.

Για την Ισπανία θέλω να δώσω ένα ξεκάθαρο μήνυμα: οφείλουμε όλοι μας, κύριε Πρόεδρε, να υπερασπιστούμε την εδαφική ακεραιότητα, τη συνταγματική τάξη και τη συνταγματική ακεραιότητα κάθε χώρας μέλους της Ευρωπαϊκής Ένωσης.

(Ο Πρόεδρος διακόπτει τον ομιλητή.)

Péter Niedermüller (S&D). – Elnök Úr! A migráció és a menekültek ügye még hosszú ideig meg fogja határozni az európai politikát. Éppen ezért kettős feladat előtt állunk. Egyrészt folytatni kell a közös európai menekültügyi rendszer kiépítését, szükség van hatékony európai menekültügyi ügynökségre, a Dublini Egyezmény újragondolására és a függőben lévő menekültügyi dossziéknak a mielőbbi lezárására.

Égető szükség van közös európai szociális integrációs modellre, hiszen csak így tudjuk elkerülni a radikalizációt, a későbbi súlyos társadalmi problémákat. Másrészt viszont az eddigieknél sokkal, de sokkal határozottabban kell szembefordulni azokkal a kormányokkal, amelyek a menekültügyet önző, és gyakran alantas politikai célokra használják. Semmi nem tesz annyi kárt Európában, mint a félelem- és gyűlöletkeltés, az idegenellenesség, a bezárkózó nacionalizmus.

Persze keresni kell a kompromisszumokat, de a kompromisszumoknak is van határa. Ha túl sok engedményt teszünk a szélsőjobb felé kacsingató kormányoknak, saját identitásunkat adjuk fel, saját hagyományainkat tagadjuk meg.

Tunne Kelam (PPE). – Mr President, the Tallinn Digital Summit agreed on an inspiring agenda, and after that the Estonian Presidency concluded that the Digital Single Market could be completed by 2018. That is in one year's time. The EU's biggest problem still is implementation: bringing to life the spirit of Tallinn requires continued political determination to avoid returning to 'business as usual'.

Incidentally, President Macron, in his maiden speech, was surprisingly modest when he called just for strengthening of the digital market. Today our job is not to limit ourselves anymore to Eurospeak terms like 'strengthening' or 'deepening' but rather to complete tasks on which we have all agreed. It is also important clearly to understand that the single European cyberspace and single cybersecurity market do not merely constitute a lofty goal but could and should be become a reality in eight years' time.

May I express my full support to the Spanish Constitution and Spain's integrity.

Evelyn Regner (S&D). – Herr Präsident! Ich erwarte mir von den Staats- und Regierungschefs, dass sie nicht nur über die Sonnenseiten der Digitalisierung sprechen. Das digitale Europa muss in einem Atemzug mit dem sozialen Europa diskutiert werden. Der digitale Binnenmarkt ohne soziale Mindeststandards ist absurd. Wir dürfen also nicht nur über Vereinfachungen für Unternehmen und das Boosten des digitalen Binnenmarkts sprechen, wenn jetzt schon europaweit per Mausclick digitales Sozialdumping betrieben wird.

Denn egal, ob als Uber-Fahrer, als Foodora-Lieferant oder als Fabrikarbeiter oder Fabrikarbeiterin – faire Löhne, arbeitsrechtlicher Schutz und Gewerkschaftsrechte müssen für alle arbeitenden Menschen in Europa gelten. Wenn wir über die Digitalisierung sprechen, dann erwarte ich mir außerdem, dass darüber gesprochen wird, wie wir die Internetmultis – Facebook, Google und Co. – dazu bringen können, endlich ihre Steuern zu zahlen.

Kati Piri (S&D). – Mr President, Turkey is on the agenda of the European Council meeting, and it is high time the European leaders developed a proper strategy on how to deal with developments in this EU candidate country. Until now, the approach has been to wait, see and hope that things will improve in the country whilst the situation continues to deteriorate. The European Parliament has called on the Council and the Commission to formally suspend the accession talks if the new Constitution is implemented, as it runs contrary to the Copenhagen criteria. But it is also important that we stand in solidarity with the Turkish population in these difficult times.

We expect EU leaders at the Summit to make the same distinction in their approach. Strict when it comes to our own values and in reaction to clear breaches of fundamental rights, while sending a strong message to the citizens of Turkey that we are willing to continue supporting democrats and civil society in their country. It would be a mistake only to react to President Erdogan and to forget about the population.

Sergei Stanishev (S&D). – Mr President, after many years of absence from the agenda of the European Council, security and defence are back, and with good reason. The citizens of the European Union expect us to act together in order to provide external and internal security, both for citizens and for our Member States.

The European Union is known as a soft power and this identity should be preserved and developed. This is unique for Europe, but it is good too to have strength and to show the ability to protect ourselves. There are two major tools which we possess, or rather which are in development. The first is the permanent structured cooperation (PESCO) initiative, and I would like to stress that it should be inclusive, because if we are to have a single shield we cannot allow cracks in it. The other is the European Defence Fund. I would like to stress that the intention to have more than EUR 5 billion per year for this fund requires own resources for the European Union. I think that if we act together we can respond to the expectations of our citizens.

Patrizia Toia (S&D). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, l'Europa ha accettato la sfida digitale, ma ora il punto è come vincerla questa sfida. Primo: il mercato unico digitale va completato al più presto, perché è una questione di rilevanza sociale e civile, come è stato detto, oltre che economica. L'abolizione del roaming è stato un progresso tangibile e apprezzato dai cittadini ma non possiamo permetterci di impiegare anni e anni per completare il mercato unico digitale.

Secondo: dobbiamo creare le infrastrutture necessarie dalla connessione a banda larga all'implementazione del 5G.

Terzo: servono investimenti massicci nella formazione del personale. Le statistiche ci dicono che c'è un grande, terribile *gap* tra le competenze esistenti sul mercato e quelle che sarebbero necessarie. Allora, investire nella formazione, oltre che nelle infrastrutture, io penso sia il modo per garantire una buona occupazione, come diceva la collega Berès.

Quarto: dobbiamo trovare i fondi, tassando in modo giusto le aziende digitali. L'elusione fiscale dei colossi del web, da un lato, e i ritardi europei nel digitale, dall'altro, sono due facce della stessa medaglia. E non possiamo risolvere l'una senza l'altra.

Infine, dobbiamo avere la consapevolezza che lo sviluppo e la corretta gestione delle tecnologie digitali sono una questione centrale per la sicurezza e la difesa.

Iratxe García Pérez (S&D). – Señor presidente, Europa nació como un proyecto de paz, de entendimiento, de diversidad y de convivencia, y hoy hay una parte de Europa donde ese proyecto está en peligro. Por supuesto que —al igual que ocurre a muchos de mis compañeros— hay imágenes que vimos el 1 de octubre que no nos gustan, que rechazamos y lamentamos, pero, sobre todo, hay una realidad, que es una fractura social que nos preocupa.

Por eso apelamos al Estado de Derecho. Por eso apelamos al cumplimiento de la legalidad. Porque entendemos que se puede votar, pero hay que votar un diálogo social. Hay que votar tras un acuerdo político de las fuerzas de nuestro país, para entender que debemos buscar esos espacios de convivencia. Apelo al entendimiento, al diálogo.

No es el momento de reproches. No es el momento de venir aquí a repartir responsabilidades. Habrán podido venir algunos a decir cuál es su discurso para verse aplaudidos, pero creo que es el momento de escuchar lo que se nos está pidiendo. Por, favor, hablemos. *Si us plau, parlem.*

Der Präsident. – Wir kommen nun zum *Catch-the-eye-Verfahren*. Ich bitte um Verständnis. Wir haben dreimal so viele Nachfragen, wie wir eigentlich Zeitfenster haben. Deshalb werde ich von jeder Fraktion nur einen Kollegen berücksichtigen.

Catch-the-eye-Verfahren

Ana Gomes (S&D). – Mr President, both President Juncker and President Macron were right to point out for the need for the EU to harmonise taxation and adopt qualified-majority voting in taxation decisions. This should be a priority at the European summit, otherwise, the EU will continue to be bogged down by an ungovernable European monetary union, shrinking national and European fiscal resources, a fictional single market with competition distorted by tax dumping, and the tax jungle prone to be made worse by Brexit.

The reality, however, is already alarming. We will not work for common security and defence by letting corruption and organised crime, including human trafficking and terrorism, continue, and by allowing the proceeds through our taxation and financial systems, taking advantage of the digital era. The Commission set alarm bells ringing with the report on VAT carousel fraud, showing it provides EUR 5 billion per year to organised crime, including terrorism. How can EU governments and the EU Council be effective with action on VAT and the common consolidated corporate tax base (CCCTB) if they go on enabling terrorists and mafia to get funds through our own tax system on a massive scale?

Ruža Tomašić (ECR). – Gospodine predsjedniče, Europsko vijeće još jednom će raspravljati o nezakonitim migracijskim tokovima i ništa se nakon te rasprave neće promijeniti.

Zašto? Zato što u Europskoj uniji nema konsenzusa o useljeničkoj politici, pa tako ni o tome kako se boriti protiv nezakonite migracije. Dok god je tako, dio članica nastavit će poticati useljavanje iz nekih svojih razloga, a dio će mu se i dalje ispirati. U takvim se okolnostima ne može donijeti i voditi učinkovita politika.

Na ovom se pitanju vide sve razlike među članicama. Neke su iz svog nacionalnog interesa, primarno zbog starenja autohtonog stanovništva i nedostatka radne snage, spremne pristati na masovno useljavanje, a neke druge imaju značajno drukčiju ekonomsku situaciju i ovo vide kao prijetnju svojoj kulturi i tradiciji.

Želimo li doista biti „ujedinjeni u raznolikosti”, europska useljenička politika mora uvažiti argumente, želje i ambicije obje strane u ovoj raspravi. Dosad to nije bio slučaj i to se mora promijeniti.

Beatriz Becerra Basterrechea (ALDE). – Señor presidente, a mí me gustaría utilizar este minuto para aclarar algunas cosas que forman parte del abecé de la democracia y de esta Cámara y de lo que representa.

España es miembro de la Unión Europea porque ha acreditado un orden constitucional y, para seguir siendo miembro, debe mantener ese orden. El vicepresidente Timmermans hace poco se expresó en este sentido porque, efectivamente, la situación en que estamos ahora mismo es claramente competencia europea, pero lo es porque España, que tiene su bandera ahí junto a las demás, debe mantener ese orden para seguir siendo miembro.

Lo único que quiero decir adicionalmente es que los secesionistas han intentado romper ese orden constitucional, y de lo que estamos hablando aquí es de representar y defender a todos los ciudadanos europeos y a todos los ciudadanos españoles.

Cuando hablamos de los catalanes, hablamos de todos los catalanes, y yo quiero recordar aquí solamente las palabras del jefe del Estado, del Rey, que ayer claramente expresó que había habido una deslealtad inaceptable y una apropiación indebida de las instituciones.

Por tanto, claro que sí, desde Europa yo reclamo que traslademos a todos los ciudadanos que debemos defender el orden de España.

Νεοκλής Συλικιώτης (GUE/NGL). – Κύριε Πρόεδρε, και πάλι το μεταναστευτικό μονοπωλεί τη συζήτησή μας. Η φτωχοποίηση στην οποία οδηγήθηκαν μεγάλα τμήματα του πληθυσμού λόγω των νεοφιλελεύθερων πολιτικών λιτότητας, μαζί με την ξενοφοβική ρητορική που ακολουθούν οι κυβερνήσεις, λιπαίνει το έδαφος για την ακροδεξιά, τον ρατσισμό και την ξενοφοβία. Κύριοι συνάδελφοι, δεν είναι αργά να αντιταχθούμε στην Ευρώπη-φρούριο. Δεν είναι αργά να εφαρμόσουμε, επιτέλους, ένα κοινό σύστημα ασύλου, νόμιμες και ασφαλείς μεταναστευτικές οδούς και να υποχρεώσουμε όλα τα κράτη μέλη να αναλάβουν τις ευθύνες τους με ίση κατανομή των βαρών. Να αντιταχθούμε στις απάνθρωπες πολιτικές στρατιωτικοποίησης των εξωτερικών και εσωτερικών συνόρων της Ένωσης που, αντί να ενισχύουν τις γειτονικές χώρες, τις μετατρέπουν σε συνοριοφύλακες. Η αλληλεγγύη των λαών φαίνεται μέσα από αναπτυξιακές πολιτικές, οι οποίες πρέπει να προάγουν την ειρήνη και την αλληλοκατανόηση. Προάγονται μέσα από πολιτικές, οι οποίες προωθούν την κοινωνική ανάπτυξη, την κοινωνική δικαιοσύνη προς όφελος των λαών εντός και εκτός της Ένωσης.

Ελευθέριος Συναδινός (NI). – Κύριε Πρόεδρε, τα θέματα της ατζέντας της επόμενης συνόδου του Ευρωπαϊκού Συμβουλίου είναι ιδιαίτερα σοβαρά, αν και πιστεύω ότι θα ακολουθηθούν οι ίδιες καταστροφικές πολιτικές στα θέματα μετανάστευσης, άμυνας και εξωτερικής πολιτικής. Την Κυριακή ο Πρόεδρος της Τουρκίας Erdoğan, μιλώντας στο Κοινοβούλιο της χώρας του, δήλωσε ότι η Τουρκία δεν χρειάζεται πια την ένταξη της στην Ένωση. Επιπρόσθετα, ο Ευρωπαίος Επίτροπος αρμόδιος για τη Διεύρυνση, Johannes Hahn, δήλωσε ότι η Τουρκία υπό την προεδρία του Erdoğan έχει γυρίσει την πλάτη της στην ένταξη της στην Ευρωπαϊκή Ένωση. Έπειτα από χρόνια τελεματωμένων ενταξιακών διαπραγματεύσεων με την Τουρκία οι Ευρωπαίοι πολίτες αντιλαμβάνονται ότι η διαδικασία είναι νεκρή, γνωρίζοντας τους διωγμούς του Erdoğan εις βάρος των επικριτών του, τις δηλώσεις περί ναζιστικών κυβερνήσεων στην Ευρώπη και το δημοψήφισμα που του έδωσε υπερεξουσίες. Όμως τώρα είναι μια χρυσή ευκαιρία για τους ηγέτες των κρατών μελών να απαλλάξουν την Ευρώπη από τον Erdoğan και να διακόψουν κάθε συνεργασία και συνομιλία με την Τουρκία.

PRESIDENZA DELL'ON. ANTONIO TAJANI

Presidente

(Fine della procedura catch-the-eye)

Frans Timmermans, First Vice-President of the Commission. – Mr President, I have listened very carefully to the comments made by the Members of Parliament. Many of the comments were made about the situation in Spain. I have taken careful note of all the comments, and I would like to refer those who put the questions and made the comments to the statement I will make on behalf of the Commission later today in this plenary.

Now, going back to the agenda of the European Council, it is clear to me that there is a strong convergence of views between the Commission and the European Parliament on such issues as the digital single market, the social pillar and tackling the enormous challenge of migration. Let me reiterate that last week we put on the table a number of proposals in a holistic approach to the migration issue. There is not one silver bullet that will solve this challenge to Europe and its societies.

We can only be successful in managing the challenge of globalisation and migration in that framework if we are better at protecting our external borders; if we make agreements with countries of origin to offer prospects to people where they are instead of having people think they need to find a better future elsewhere; if we have agreements with the countries of transit; if we are more successful at combating human trafficking, at combating this terrible criminal activity on the backs of innocent people; but also if we understand that the Dublin Agreement was made at a time of different challenges and that now it needs to be adapted to the world of today and tomorrow. This means that the issue of solidarity cannot be avoided and must also be tackled in this framework.

It is my firm belief that, although there are different emphases in different Member States on parts of the package, the package as a whole is the only way forward. I count on the strong support of the European Parliament to convince the leaders of the Member States that this should be done now, with a sense of urgency, so that we can show Europeans, before the next European elections, that Europe is capable of answering their call that we should do better at managing migration and that we should do more for our collective security.

(Applause)

Matti Maasilta, *President-in-Office of the Council*. – Mr President, I would like to thank the honourable Members for their comments and observations on the next European Council meeting. I will convey them to the President of the European Council, Donald Tusk, as it is he who sets the agenda of European Council meetings.

On the Presidency's behalf, I note that the reform of the Common European Asylum System was mentioned repeatedly during the debate. As first Vice-President Timmermans said, we should not lose sight of the fact that there are seven legislative proposals under this reform of the Common European Asylum System. Good progress has been made on some of them, others are already in the negotiation phase between the Council and Parliament, but the reform of the Dublin Regulation remains controversial. It was rightly mentioned that some Member States have not moved on this proposal, and I would add that this is the case with not just one but both extremes in this particular debate. Estonia is doing what the Presidency must do: we are in intense consultations with the Member States. The Estonian Minister for the Interior, at the Ministers' meeting next week, will present the state of play, and we are also looking for guidance from the European Council meeting in two weeks' time on that particular legislative proposal.

The broader debate on the future of Europe was discussed over dinner at the Tallinn Digital Summit. President Tusk's conclusion was that, within two weeks, he will consult the Heads of State and Government of the EU Member States and will then set out his way forward in this debate.

Last, but not least, I would like to thank all the Members of this House for their comments on the digital single market and, more broadly, on the digital society. Ms Berès, Mr Kelam and others rightly brought out various aspects of the digital society. The debate is not only about the digital single market proposals, it is much broader, and the digital revolution affects us all. There was overwhelming agreement and a common understanding at the Tallinn Digital Summit last week that all these aspects must be tackled by the European leaders. This, if you will, is indeed the spirit of Tallinn.

Presidente. – La discussione è chiusa.

La seduta è sospesa fino alle 12.

Dichiarazioni scritte (articolo 162)

Κώστας Μαυρίδης (S&D), *γραπτώς*. – Λέχθηκε ότι πρέπει να χειριζόμαστε την Τουρκία με πολιτικές που αναγνωρίζουν τη διαφορά ανάμεσα στο καθεστώς Erdoğan και τις δημοκρατικές δυνάμεις. Αυτό είναι ορθό. Εννοείται ότι πολιτικές που ενδυναμώνουν το καθεστώς Erdoğan και που τις επιζητεί για να εμποδώσει την εξουσία του είναι λάθος και πρέπει να αποφεύγονται. Μπορούν να τεκμηριώσουν οι υποστηρικτές της αναβάθμισης της Τελωνειακής Ένωσης της Τουρκίας με την ΕΕ πώς αυτή η πολιτική αποδυναμώνει τον Erdoğan; Αυτό το καθεστώς Erdoğan που σήμερα το πρωί αποφάσισε να στερεί τα τρόφιμα και την ανθρωπιστική βοήθεια που η Κυπριακή Δημοκρατία στέλνει επί δεκαετίες -βάσει αμοιβαίας συμφωνίας μέσω του ΟΗΕ- στους λιγοστούς Ελληνοκύπριους εγκλωβισμένους στα κατεχόμενα, που η Τουρκία θέλει να εκδιώξει. Αυτά συμβαίνουν σε έδαφος της ΕΕ, στην Κύπρο, που η Τουρκία κατέχει από το 1974.

Αναφορικά με το δημοψήφισμα στην Καταλονία, η Ευρωπαϊκή Ένωση οφείλει να προστατεύει την εθνική κυριαρχία, το κράτος δικαίου και την εδαφική ακεραιότητα της Ισπανίας, καθώς και την τήρηση της συνταγματικής τάξης και της ενότητας της χώρας. Μόνο το σύνολο του λαού της Ισπανίας μπορεί να αποφασίσει για οποιαδήποτε αλλαγή στην ίδια του τη χώρα μέσω των δημοκρατικών διαδικασιών.

Csaba Molnár (S&D), *írásban*. – Nyugaton új Európa van születőben. A francia elnök a DK által is támogatott Európai Egyesült Államokat jelentette be múlt héten, közös hadsereggel, határvédelemmel, európai pénzügyminiszterrel. Ma két fajta uniós tagállam létezik: a kisebb uniós tagállamok és olyanok, amelyek még nem tudják magukról, hogy kicsik. Németország például, Európa legnagyobb állama csak közepes kínai tartománynak megy el.

Az Európai Unió az európai államok közös sorsa, jövője. Ha van Unió, fennmarad az európai jólét, szociális háló, mindenkinek járó egészségügy. Ha nincs, mindennek búcsút inthetünk. A nacionalista nosztalgia nem használ az orosz agresszióval, vagy a kínai befektetésekkel szemben. Ez a hamis nosztalgia, ellenségkeresés elterelheti figyelmünket ideig óráig, de az Európai Unió az egyetlen esélyünk a feltörekvő hatalmakkal szemben. Néhányan keleten ezt az utolsó esélyt támadják kizárólag rövidlátó politikai érdekből. A francia elnök által most bejelentett javaslatokat a DK már 2014 óta támogatja. Európának és benne Magyarországnak egyetlen járható útja van, az pedig az Egyesült Európai Államok létrehozása. Ezért támogatom az olyan javaslatokat, mint az európai egyetem, az európai FBI vagy az európai valutalap létrehozása.

Ivan Štefanec (PPE), *písomne*. – Predstavitelia Európskej rady a Komisie sa venovali blížiacemu sa zasadnutiu Európskej rady, pričom boli načrtnuté štyri body programu. Prvým bodom bude migrácia, kde boli dosiahnuté pozitívne výsledky v zmysle zníženia počtu migrantov smerujúcich do EÚ. Je však potrebné prijať také legislatívne kroky, ktoré budú namierené voči pašerákom, budú posilňovať hranice schengenskej zóny a prehlbovať spoluprácu s OSN. Oceňujem, že Rada aj Komisia sa v ďalšom bode venujú digitálnej agende, kde musíme prijať rámcové opatrenia nato, aby sa EÚ pripravila na zmeny, ktoré digitalizácia prináša. Tretí bod, ktorému sa zasadnutie bude venovať, je bezpečnosť, kde oceňujeme mierový dialóg s Iránom, ktorý by mohol byť vzorom diplomatického riešenia konfliktov vo svete. S posledným bodom blížiaceho sa zasadnutia budú zahraničné vzťahy, kde sa budú riešiť mnohé aktuálne témy, ako napríklad i vzťahy s Tureckom.

Theodor Dumitru Stolojan (PPE), *în scris*. – Comisia Europeană și-a luat angajamentul de a prezenta noul cadru financiar 2021-2027 în mai 2018. Numai astfel va fi posibil ca acest cadru financiar să fie adoptat înainte de noile alegeri pentru Parlamentul European din iunie 2019 și să se asigure buna pregătire a tuturor regulamentelor necesare pentru execuția programelor și proiectelor europene, începând cu primul an 2021. Acest cadru financiar ar trebui să cuprindă deja efectul deciziilor cu privire la viitorul Uniunii Europene. De aceea, este important ca statele membre să folosească și acest Consiliu European pentru a pregăti aceste decizii, care să fie adoptate în primul trimestru al anului viitor.

Miguel Viegas (GUE/NGL), *por escrito*. – No passado dia 30 de Setembro acabaram as quotas do açúcar e aquelas que era o último regime de quotas agrícolas ainda em vigor na União Europeia. A decisão de pôr agora termo às quotas de açúcar resulta da reforma de 2013 da política agrícola comum (PAC) que teve início em 2006 e que inclui, entre outras malfeitorias o fim das quotas leiteiras e dos direitos de plantio da vinha. O fim das quotas de açúcar acaba por ter um significado político que marca o fim de uma viragem em direção à completa liberalização da oferta que passa agora a reger-se única e exclusivamente através da lei do mercado. Mas como a realidade demonstra, o tal mercado que a União Europeia apregoa não passa de um mecanismo destinado a concentrar a produção nos países mais ricos criando laços de pura dependência e vassalagem para com os países mais pobres. Com a crise agrícola em pano de fundo, é hoje imperioso parar com esta deriva neoliberal ao nível da PAC, seja repondo os instrumentos de regulação da oferta, seja ao nível dos diversos acordos de livre comércio que estão a colocar uma pressão insuportável nos nossos agricultores.

(La seduta è sospesa per qualche istante)

IN THE CHAIR: MAIREAD McGUINNESS

Vice-President

8. Composição das delegações

President. – Before we move to the vote, I give the floor to Ms Berès.

Pervenche Berès (S&D). – Madame la Présidente, n'ayant jamais eu l'honneur d'occuper votre position, je mesure toute la difficulté de présider les séances de notre assemblée.

Il n'empêche que ce matin votre prédécesseur, M. Wieland, a mené les débats de telle manière que, finalement, nous avons eu dix minutes de suspension, alors qu'il a interrompu un certain nombre d'orateurs, dont moi-même, dans des conditions parfaitement discourtoises et contraires à la cohérence de la pensée.

Donc, je voulais faire cette observation.

President. – Ms Berès, to show solidarity with Vice-President Wieland, I have never found him discourteous, but I take note of your comment. I will perhaps bring it to the Bureau and we could look at this issue because I also get criticism when I am very strict with time.

My one observation is that yesterday I did not use the gavel during one debate, as an experiment, and it actually worked very well. But we take note of your comment.

Indrek Tarand (Verts/ALE). – Madam President, for over one month now this Parliament has failed to fulfil its duty under Rule 20 of our Rules of Procedure, which sets out an imperative requirement. I quote: 'If it becomes necessary for the President, a Vice-President or a Quaestor to be replaced, a successor shall be elected'.

Former Vice-President, Ms Gáll-Pelcz, left the Parliament for the Court of Auditors in September this year, and I wish to announce to this Chamber, to the democratically-elected representatives of the European people, that I have fulfilled the criteria for nomination, according to Rule 15(1).

I ask the President to put the vacant post to the vote tomorrow, in order to stop embarrassing this Parliament with indecisiveness, and to give the EPP Group enough time to nominate their candidate. If they continue not to be interested in this important parliamentary post, I will humbly accept the seat of Vice-President by acclamation.

These times are scary, colleagues, and Europe needs leadership, not vacancies and empty-seat policies.

President. – Mr Tarand, your humility is noted and recorded.

As you know, the Conference of Presidents sets the agenda. With respect to their prerogative in this area, we will vote when they set a deadline for submission of nominations for the position and put it on our agenda. But we take note of your comments.

I have one announcement before the vote. The President has received from the S&D Group a nomination for membership of a delegation. This nomination will be noted in the minutes of the sitting. If no observations have been submitted by the time the minutes are adopted, the nomination will be deemed to have been accepted.

Xabier Benito Ziluaga (GUE/NGL). – Señora presidenta, quería presentar una moción de orden por el artículo 186, porque hoy el debate de preparación para el próximo Consejo se ha centrado en la cuestión de Cataluña, y quien presidía el debate se ha quejado. El problema de esto es que el lunes decidieron permitir celebrar el debate sobre la situación de los derechos fundamentales en Cataluña solo a los presidentes de grupo y de una forma muy poco transparente. El presidente Tajani dijo el lunes que estábamos votando, en primer lugar, si el debate tenía lugar, en segundo, la hora, y, en tercero, el título; pero en ningún momento se votó ni se decidió en esta Cámara el formato.

Por favor, no traten de tapar la gravedad del conflicto de Cataluña y la violencia contra civiles con una chapuza. Deberíamos decidir claramente en qué formato vamos a celebrar ese debate. La ciudadanía y este Parlamento se merecen decidirlo clara y democráticamente.

President. – Just to inform the House: those of us who were here at the start of business reached an agreement across the House as to how this debate would be handled. We are all extremely aware of the sensitivities of this issue. I think that, as a responsible parliament, we look forward to this debate and hope that we can assist in a very delicate situation.

9. Período de votação

President. – The next item is the vote.

(For the results and other details of the vote: see Minutes)

9.1. Acordo que institui a Fundação Internacional UE-ALC (A8-0279/2017 - Javier Couso Permuy) (votação)

9.2. Disposições do acervo de Schengen respeitantes ao Sistema de Informação sobre Vistos na Bulgária e na Roménia (A8-0286/2017 - Agustín Díaz de Mera García Consuegra) (votação)

— *After the vote:*

Nuno Melo (PPE). – Madam President, in the previous vote I voted in favour, but the light changed by itself. I did not touch the button, so something must have happened. That is why.

(Laughter)

President. – Mr Melo, just be warned. Keep a close eye on the light on your vote should it move or change without your intervention.

9.3. Intercâmbio automatizado de dados de registo de veículos na República Checa (A8-0288/2017 - Maria Grapini) (votação)

9.4. Intercâmbio automatizado de dados dactiloscópicos em Portugal (A8-0289/2017 - Jaromír Štětina) (votação)

9.5. Intercâmbio automatizado de dados dactiloscópicos na Grécia (A8-0287/2017 - Claude Moraes) (votação)

9.6. Regras e normas de segurança para os navios de passageiros (A8-0167/2017 - Daniela Aiuto) (votação)

9.7. Registo das pessoas que viajam em navios de passageiros que operam a partir de ou para portos dos Estados-Membros (A8-0168/2017 - Izaskun Bilbao Barandica) (votação)

9.8. Sistema de inspeções para a segurança da exploração de ferries ro-ro e embarcações de passageiros de alta velocidade em serviços regulares (A8-0165/2017 - Dominique Riquet) (votação)

9.9. Critérios científicos para a determinação das propriedades desreguladoras do sistema endócrino (B8-0542/2017) (votação)

9.10. Objeção nos termos do artigo 106.º: projeto de decisão de execução da Comissão que autoriza a colocação no mercado de produtos que contenham, sejam constituídos por, ou produzidos a partir de soja geneticamente modificada FG72 x A5547-127s do Regulamento (CE) n.º 1829/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a géneros alimentícios e alimentos para animais geneticamente modificados (B8-0540/2017) (votação)

9.11. Objeção nos termos do artigo 106.º: projeto de decisão de execução da Comissão que autoriza a colocação no mercado de produtos que contenham, sejam constituídos por, ou produzidos a partir de soja geneticamente modificada DAS-44406-6, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1829/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a géneros alimentícios e alimentos para animais geneticamente modificados (B8-0541/2017) (votação)

9.12. Erradicar o casamento infantil (B8-0535/2017) (votação)

9.13. Conferência da ONU sobre Alterações Climáticas de 2017 em Bona, na Alemanha (COP23) (B8-0534/2017) (votação)

President. – That concludes the vote.

10. Declarações de voto

10.1. Regras e normas de segurança para os navios de passageiros (A8-0167/2017 - Daniela Aiuto)

Oral explanations of vote

Rosa D'Amato, a nome del gruppo EFDD. – Signora Presidente, onorevoli colleghi, con questa relazione la relatrice si propone di introdurre un requisito di registrazione di notifica digitale dei dati dei passeggeri tramite procedimenti amministrativi armonizzati, intesi a facilitare le operazioni di ricerca e salvataggio in caso di emergenza.

Ho deciso di sostenere il lavoro della collega Bilbao, per la particolare attenzione rivolta alla tutela dei dati dei passeggeri alla loro distruzione quando non più necessari. Un aspetto, quello della tutela dei diritti e dei dati dei cittadini, molto caro in Movimento. Sono contenta di vedere che la nostra proposta di aggiungere la data di nascita e un numero di contatto ai dati richiesti sia stata accettata, contribuendo così a una maggiore chiarezza nelle identificazioni.

Per quanto riguarda alcune deroghe, sebbene avessimo chiesto che fossero accessibili, attraverso la creazione di un database pubblico online, la trasparenza delle esenzioni è comunque garantita dalla loro accessibilità al pubblico.

Ringrazio la collega per il lavoro svolto e saluto i suoi sforzi per una maggiore garanzia dei diritti dei passeggeri europei.

Maria Grapini (S&D). – Doamnă președintă, vreau să felicit raportoarea și să spun că am susținut acest raport pentru că eu cred că protecția datelor este o prioritate și cred că modalitatea în care a fost cuprins în raport acest lucru trebuia votat.

Sper să fie și aplicat pentru că, de multe ori, avem probleme nu cu reglementarea, nu cu apariția unei noi legi, ci cu aplicarea. Este important ca datele să se șteargă, așa cum s-a prevăzut în raport și, de fapt, raportul a mers în sensul propunerii Comisiei, a fost un raport tehnic și mulțumesc celor care au contribuit.

Am depus amendamente și am susținut acest raport, considerând că este necesar să avem claritate în ceea ce privește protecția datelor pe navele de circulație.

Rupert Matthews (ECR). – Madam President, some years ago I wrote a book about the wreck of RMS *Titanic*. That terrible night showed all too clearly the consequences of not enforcing safety rules at sea.

These rules that we have passed today bring the European Union into line with the International Maritime Organisation, a branch of the United Nations which is based in London, a great maritime city with a seagoing heritage reaching back more than 2 000 years. That is a reminder that in many areas of international relations it is not the European Union that calls the shots, but other international organisations, and that Britain is already a member of many of those organisations. This is just another reason why I believe Brexit is going to be a great success.

Bogdan Andrzej Zdrojewski (PPE). – Pani Przewodnicząca! Zawsze wypowiadałem się przeciwko biurokracji i jestem – jak tego wielokrotnie dowodziłem – zwolennikiem jej ograniczania, dlatego też przyjąłem tę rezolucję z dużą satysfakcją. Cieszę się, że ogranicza się ilość rozmaitych potencjalnych ingerencji do mniejszej ilości podmiotów. Cieszy mnie także zapowiedź przewodniczącego Junckera, że Parlament Europejski w coraz większym stopniu będzie przeznaczać swój czas na rzeczy ważne, te rzeczy kluczowe, i rezygnować ze szczegółowych regulacji. Ten dzisiejszy dowód jest według mojej oceny znakomity, aby potwierdzić deklarację całego Parlamentu.

Tibor Szanyi (S&D). – Elnök Asszony! A hatályos szabályokkal összhangban lefolytatott európai bizottsági célravezetőségi vizsgálat megállapította, hogy a jogi rendelkezésekben meglévő egyes pontatlanságok a nemzeti hatóságoknál eltérő értelmezésmódokhoz vezettek, különösen a tekintetben, hogy az irányelv hatálya kiterjed-e a kisebb hajókra, illetve más hajófajtákra.

Az Európai Bizottságnak most a követelmények egyszerűsítése és egyértelművé tétele a feladata, ezért átfogó felülvizsgálatot indított el. A jelentéstevével egyetértek abban, hogy a személyhajók biztonságáról szóló rendelet fő céljával annak biztosítását kell kitűzni, hogy az utasok és a legénység biztonságosan közlekedhessenek az Unióban a személyhajók fedélzetén. Többek között mindezek miatt szavazatommal támogattam a jelentést.

Daniel Hannan (ECR). – Madam President, my colleague, Rupert Matthews, just propagated an enduring myth, namely that the Titanic did not meet the safety standards of its time. It is an idea sedulously propagated ever since, not least in the film in which Leonardo DiCaprio and Kate Winslet show such impressive post-coital vigour and energy for the rest of the duration of the sinking. In fact, the Titanic was well in advance of the safety rules of its time on lifeboats and everything else, but I think there is a lesson to be drawn there about modesty, and about not thinking that you can declare some invincible or irresistible policy.

Look at the things we are voting on today: all these plans to eliminate unemployment and become the greatest knowledge economy, and so on. We are like the architects of that doomed vessel, with the lack of self-awareness to see that we cannot decree these things and make them happen. Let us rather act in the spirit of the poor bandleader, Wallace Hartley, who, in his final minutes, played himself out with his threnody, remembering the hymn he had learned as a boy. If we stick to what we know, rather than presuming to tell the rest of the world what to do, we might be a little bit more respected.

Lucy Anderson (S&D). – Madam President, in contrast to some of the bizarre views just expressed on the other side of the Chamber, this is a very important update to passenger ship safety laws. It is quite a technical measure but it is very important. The main purpose of these laws must be to ensure that passengers and crew can travel safely on board passenger ships and boats in the EU.

This simplification should help to ensure improved implementation, monitoring and enforcement of the rules, and it should therefore be supported. However, it is important that passenger confidence is maintained and that penalties for breaches of the national provisions adopted will be adequate and enforced. Some of my amendments and the amendments of colleagues have ensured that. The final text moves in the right direction in these respects. It is absolutely worth voting for, and I am glad that I did so.

10.2. Registo das pessoas que viajam em navios de passageiros que operam a partir de ou para portos dos Estados-Membros (A8-0168/2017 - Izaskun Bilbao Barandica)

Oral explanations of vote

Rosa D'Amato, a nome del gruppo EFDD. – Signora Presidente, onorevoli colleghi, ringrazio il collega Riquet per il lavoro profuso in questa relazione che mira ad eliminare l'incertezza derivante dalla coesistenza di due direttive sull'ispezione delle navi, rispettivamente la direttiva del 1999 e del 2009.

La proposta mira a eliminare alcune incertezze legate alle modalità tempistiche delle ispezioni dei traghetti Ro-Ro e alle unità veloci passeggeri adibite a servizi di linea da parte delle autorità competenti.

Due aspetti che mi stanno particolarmente a cuore sono la sicurezza dei passeggeri e gli aspetti sociali delle suddette ispezioni. Per quanto riguarda la sicurezza dei passeggeri, ho deciso di sostenere il lavoro della collega, perché il testo garantisce standard di sicurezza elevati, la semplificazione delle direttive precedenti non lede in questo modo i diritti dei passeggeri.

In merito agli aspetti sociali, le ispezioni previste da questa nuova direttiva tengono conto degli ambienti di lavoro e della vita personale di bordo, coniugando così una maggiore attenzione alla sicurezza con il necessario rispetto dei lavoratori e dei loro diritti.

Tibor Szanyi (S&D). – Elnök Asszony! Szavazatommal támogattam a tagállamok kikötőibe érkező, vagy onnan induló személyhajókon utazó személyek nyilvántartásáról szóló jelentés elfogadását. Egyetértek a személyhajók fedélzetén utazó utasok és a személyzet számbavételével kapcsolatos jelenlegi szabályok és nyilvántartásuk aktualizálásával, egyértelműsítésével és egyszerűsítésével, amely várhatóan a biztonság szintjének növekedésével jár majd.

Így hasznosnak ítélem a Bizottság által javasolt, egy ablakos nemzeti rendszeren keresztüli digitális bejelentést is a hosszabb távú utazás esetén, miközben osztom a jelentéstevő véleményét az utasok személyes adatainak védelmével kapcsolatos megjegyzéseit.

Bogdan Andrzej Zdrojewski (PPE). – Pani Przewodnicząca! Bezpieczeństwo obywateli czy bezpieczeństwo ich danych osobowych – tak zaczynał się spór, który pamiętam, przy okazji kontroli ruchów pasażerskich, a dotyczyło to lotów lotniczych. Dziś mamy ten sam dylemat – bardzo dobrze rozstrzygnięty – przy okazji pasażerów statków.

Muszę powiedzieć, że według mnie nie ma sprzeczności między tymi dwoma elementami: trzeba dbać równocześnie o bezpieczeństwo danych osobowych, jak i bezpieczeństwo samych pasażerów. Te dwa elementy można upraszczać, można łączyć, a ta rezolucja jest tego najlepszym dowodem.

10.3. Sistema de inspeções para a segurança da exploração de ferries ro-ro e embarcações de passageiros de alta velocidade em serviços regulares (A8-0165/2017 - Dominique Riquet)

Oral explanations of vote

José Inácio Faria (PPE). – Senhora Presidente, votei a favor desta resolução porque o seu objetivo primeiro é assegurar a exploração segura dos navios ro-ro, passageiros e das embarcações de passageiros de alta velocidade. Com mais de 400 milhões de passageiros a passar em portos europeus todos os anos, o transporte marítimo tem sido um dos pilares fundamentais do crescimento económico e da prosperidade na Europa. Esta proposta da Comissão inscreve-se no programa para a adequação e a eficácia da regulamentação REFIT, tendo por objetivo simplificar o quadro legal, assegurar regras comuns, claras, simplificadas e reforçadas para os ferrys e as embarcações de passageiros de alta velocidade a partir da União Europeia e com destino à União Europeia, reduzindo os encargos administrativos que recaem sobre os armadores e racionalizar os esforços das administrações marítimas dos Estados-Membros.

Caros Colegas, acabamos de aprovar um quadro jurídico sólido e coerente do transporte marítimo de passageiros. Acredito que estas medidas garantem e reforçam o nível de segurança comum e um ambiente de concorrência equitativo para todos os operadores.

10.4. Critérios científicos para a determinação das propriedades desreguladoras do sistema endócrino (B8-0542/2017)

Oral explanations of vote

Urszula Krupa (ECR). – Pani Przewodnicząca! W ostatnich raportach WHO i Europejskiej Agencji Środowiska potwierdzono na podstawie aktualnych badań szkodliwość chemikaliów stosowanych do produkcji żywności, kosmetyków, opakowań czy innych produktów plastikowych dla ludzi i środowiska. Zaburzacze hormonalne powodują zaburzenia płodności i wiele innych chorób cywilizacyjnych jak wady, nowotwory, cukrzyca, choroby neurologiczne, nad którymi Parlament debatuje co najmniej od 2009 r. Dlatego wstrzymałam się od głosu, mając nadzieję na postępowanie.

Pouczająca debata z jednej strony pokazywała odmienne stanowisko wobec obowiązującego prawa, ale przede wszystkim konflikt między dbałością o ludzkie zdrowie i środowisko a troską o konkurencyjność europejskiego rolnictwa na światowym rynku. Mimo ogromnej ilości środków, także biopestycydów, brakuje zapewnienia odpowiedniego poziomu ochrony chemicznej, gdyż producenci tych środków koncentrują się na najbardziej opłacalnych uprawach wielkoobszarowych.

Younous Omarjee (GUE/NGL). – Madame la Présidente, heureusement qu'il y a le Parlement européen. Nous pouvons être fiers de notre vote qui redonne de l'élan à la démocratie européenne, violente il faut bien le dire, de bout en bout sur ce dossier des perturbateurs endocriniens.

La Commission doit à présent revoir sa copie, tant elle nous a donné l'impression d'être tenue pendant huit ans par les lobbies auxquels elle n'a jamais cessé de se soumettre, au risque d'être tenue responsable, demain, d'un des plus grands scandales sanitaires en Europe. Il s'agit de lobbies très puissants, comme Monsanto, que le Parlement européen, lui, a tenu à distance en lui fermant la porte de notre institution.

La Commission doit agir maintenant en faisant le choix, non pas des intérêts morbides des lobbies industriels, mais de la santé des citoyens européens.

Igor Šoltes (Verts/ALE). – Predsednica, torej, Evropska komisija je zopet popustila lobijem in pa tisti industriji, ki želi zaščititi predvsem svoje lastne kapitalske interese, zlasti seveda na račun zdravja ljudi, zato seveda pozdravljam, da je danes Evropski parlament izglasoval veto na merila, ki jih je Evropska komisija predlagala za določitev endokrinih motilcev.

Komisija je seveda prekoračila svoj mandat s tem, ko je predlagala, da se določene kemikalije izvzamejo iz opredelitve endokrinih motilcev, ker merila bi tako zelo oteževala prepoznavanje endokrinih motilcev, kar pomeni, da bi bilo s trga odstranjenih zelo malo izdelkov, kar seveda koristi tej industriji. Kar pomeni, da bi seveda zopet izpostavili zdravje ljudi za interese kapitala.

Že večkrat smo opozorili, da so ti motilci snovi, ki lahko spremenijo delovanje hormonskega sistema ljudi in so izjemno nevarni in predstavljajo na nek način globalno grožnjo, zato še enkrat pozdravljam odločitev Parlamenta za ta veto.

Sylvie Goddyn (ENF). – Madame la Présidente, la proposition actuelle de définition des perturbateurs endocriniens, dont il faut rappeler qu'ils sont responsables de nombreux cancers, d'un accroissement de la stérilité chez les hommes et les femmes, d'une baisse généralisée du quotient intellectuel, ou encore de troubles comportementaux chez l'enfant, n'est en aucune façon à la hauteur de la fermeté et du courage qu'il faut avoir sur ce sujet.

Avec un coût sanitaire de 100 milliards d'euros par an pour l'Europe, les perturbateurs endocriniens sont un véritable fléau. Aujourd'hui, la Commission se moque du monde en faisant inscrire au débotté une dérogation concernant des molécules spécialement conçues pour perturber le fonctionnement du système endocrinien.

Ce n'est pas le rôle du Parlement européen d'encourager la fabrication de pesticides ayant comme mode d'action la perturbation endocrinienne. C'est pourquoi, avec mes collègues du groupe Europe des Nations et des Libertés, j'ai soutenu cette objection qui s'oppose à la définition des perturbateurs endocriniens proposée par la Commission.

Νότης Μαριάς (ECR). – Κυρία Πρόεδρε, ψήφισα υπέρ της αντίρρησης και χαιρετίζω το βέτο, το οποίο εγκρίθηκε από το Ευρωπαϊκό Κοινοβούλιο με 389 ψήφους. Είναι ένα σημαντικό μήνυμα προς την Επιτροπή ότι το Ευρωπαϊκό Κοινοβούλιο δεν ανέχεται να γίνεται υπέρβαση εξουσίας, όπως έγινε εν προκειμένω με το σχέδιο κανονισμού της Επιτροπής σχετικά με τον καθορισμό επιστημονικών κριτηρίων για τον προσδιορισμό των ιδιοτήτων της ενδοκρινικής διαταραχής. Διότι από τη συζήτηση αποδείχθηκε ότι τα κριτήρια τα οποία αξιοποίησε η Επιτροπή, επί του πρακτέου προήλθαν από πολιτικό συμβιβασμό και δεν ήταν κριτήρια που έχουν σχέση με επιστημονικές και τεχνικές προδιαγραφές. Είναι γνωστό ότι οι ενδοκρινικοί διαταράκτες είναι χημικές ουσίες επικίνδυνες για τη δημόσια υγεία και για το περιβάλλον και χαιρετίζω για άλλη μια φορά την αποφασιστικότητα του Ευρωπαϊκού Κοινοβουλίου να στείλει μήνυμα ότι δεν περνάνε οι πιέσεις των λόμπι.

10.5. Erradicar o casamento infantil (B8-0535/2017)

Oral explanations of vote

Krisztina Morvai (NI). – Elnök Asszony! Tartózkodtam ennél a jelentésnél, és főleg azért, mert egyáltalán nem foglalkozott a gyermekházasságoknak azzal a de facto fajtájával, ami az én hazámban, Magyarországon is, különösen a roma közösségekben jellemző. Tehát itt nem de jure, jog szerinti házasságokról van szó, hanem olyan de facto, tényleges helyzetekről, amikor 14, 15, 16 éves, 17 éves lányok az úgynevezett szokások vagy tradíciók vagy hagyományok miatt közvetve arra kényszerülnek, nem valamiféle fizikai kényszerrel, hanem közvetett kényszerrel, hogy felhagyjanak a tanulással, gyermeket szüljenek, háztartást vezessenek, gyerekeket neveljenek, és ezáltal elveszítsék azt a lehetőséget, hogy máshogy élhessenek, mint az édesanyjuk generációja, a nagymamájuk generációja.

A cigánység felemelkedésének, és különösen a roma nők felemelkedésének a legfontosabb záloga a tanulás, az oktatás, a szakmaszerzés, és ehhez át kell törni ezeket az évszázados hagyományokat. Erre több gyakorlati útmutatást, és tanácsot szerettem volna ebből a jelentésből.

José Inácio Faria (PPE). – Senhora Presidente, caros Colegas, votei a favor desta resolução no reconhecimento de que o casamento infantil é uma violação dos direitos das crianças e uma forma de violência contra as mulheres e as raparigas e deve ser liminarmente condenado. O casamento infantil, precoce ou forçado, constitui uma violação dos direitos da criança e constitui uma negação básica do direito das crianças à autonomia de dispor do seu próprio corpo e ao respeito pela sua integridade física. Dados recentes da Organização Save the Children apontam que, a cada 7 segundos, uma menina de quinze anos é forçada a casar-se e o último relatório do Banco Mundial refere que todos os anos 15 milhões de meninas em todo o mundo se casam antes de completarem os dezoito anos, ou seja, direitos humanos fundamentais são negados a 37 mil meninas diariamente.

O casamento infantil, caros Colegas, precoce e forçado deve constituir uma das prioridades para a ação externa da União Europeia no domínio da promoção dos direitos das mulheres e dos direitos humanos no quadro do respeito pelos princípios fundamentais e pelos valores fundamentais essenciais da União Europeia, em particular, a igualdade de género e a proteção dos direitos da criança.

Момчил Неков (S&D). – Г-жо Председател, аз подкрепих тази резолюция, защото намирам проблема със сключването на брак в детска възраст за изключително важен и търсенето на решението му за нетърпящо отлагане във времето. Този проблем съществува и в моята страна България, което ме прави още по-съпричастен към позициите, изразени в тази резолюция.

Според експерти, ранното начало на семеен и родителски живот създава предпоставки за ранно напускане на училище, което съвсем нормално означава, че тези деца не успяват да придобият умения, които са нужни за живота, и по този начин попадат в категорията на социално изключените хора.

В тази връзка, светът, в който живеем, е изключително динамичен и неусвояването на тези умения води до попадането на тези хора в категорията на хора, които страдат от бедност през целия си живот. Още повече, ако говорим и за проблеми със здравето, които възникват от ранната бременност.

Marek Jurek (ECR). – Pani Przewodnicząca! Przymusowe małżeństwa dzieci, najczęściej dziewczynek, i to często wysyłanych za granicę, to jest dodatkowy efekt masowej imigracji islamskiej. Efekt tym większy, im bardziej masowa jest ta imigracja, bo integracja społeczna tych rodzin byłaby prostsza, gdyby nie żyły w tak utrzymujących te nieeuropejskie obyczaje otoczeniach.

I wykorzystywanie tej patologicznej praktyki do tego, żeby forsować konwencję stambulską, to chyba najbardziej kuriozalny przykład lewicowo-liberalnego populizmu, którego często jesteśmy świadkami. Ja w tym kontekście chcę zwrócić uwagę, że kraje, które przeciwstawiają się konwencji stambulskiej – kraje katolickie, takie jak Chorwacja czy Słowacja – nie znają tej dramatycznej praktyki. Jedynym krajem, gdzie ona występuje, który podjął konkretne działania, żeby się temu przeciwstawić, uruchomił biuro, jest Wielka Brytania, i ona również nie ratyfikowała konwencji stambulskiej, więc naprawdę zastanówcie się Państwo nad tym.

Urszula Krupa (ECR). – Pani Przewodnicząca! Oczywiście popieram w projekcie rezolucji wyeliminowanie możliwości zawierania małżeństw przez dzieci, jakie dotyczy zwłaszcza środowisk imigranckich i przynajmniej w naszej kulturze chrześcijańskiej, europejskiej traktowane jest od dawna jako przemoc i przestępstwo, istniejące także w prawie międzynarodowym. Jednak zawieranie małżeństw przez dzieci jest popularne nie tylko wśród europejskich środowisk imigranckich, ale w Azji, w Afryce i całej Ameryce Łacińskiej, co wymaga przeciwdziałania na arenie międzynarodowej.

Przemoc seksualna, przymusowe małżeństwa stanowią poważne zagrożenie dla zdrowia psychofizycznego, porzucania edukacji, zwiększają możliwość wykorzystania i przemocy seksualnej, a nawet wielu chorób i śmierci.

O ile ochrona dzieci i przeciwdziałanie przymusowym małżeństwom powinny być priorytetem, to jednak nie może być zgody na kontrowersyjne zapisy dotyczące finansowania aborcji, a także wykorzystania dramatów dziewczynek do wprowadzenia nie mniej szkodliwej i urazowej seksualizacji.

Jadwiga Wiśniewska (ECR). – Pani Przewodnicząca! Przymusowe małżeństwa kilkuletnich dziewczynek są obrzydliwym, są pedofilią w czystej postaci. Wstrząsające dla mnie jest to, że do takich małżeństw dochodzi również w wielu krajach Unii Europejskiej. Szczególnie można tutaj wskazać te kraje, które tak głośno krzyczą o konwencji stambulskiej, która jakoby miała chronić przed przemocą. A to w tych krajach również do takich małżeństw dochodzi, szczególnie w strefach objętych szariatem.

Zastanawiające jest to, jak Unia Europejska chce pouczać stać cały świat, a sama nie potrafi posprzątać w swoim własnym domu. To właśnie w związku z nasilającym się kryzysem migracyjnym to patologiczne, zbrodnicze, bestialskie postępowanie niestety się szerzy. Chcę powiedzieć z całą odpowiedzialnością, że Komisja Europejska, jej przywódcy, powinni podjąć radykalne działania i wszcząć wszelkie procedury przeciwko państwom członkowskim Unii Europejskiej, gdzie ta patologia występuje.

Νότης Μαρτιάς (ECR). – Κυρία Πρόεδρε, υπερψήφισα το ψήφισμα για την εξάλειψη των γάμων παιδιών, διότι οι γάμοι παιδιών, οι πρόωροι γάμοι, οι καταναγκαστικοί γάμοι συνιστούν παραβίαση και άρνηση των θεμελιωδών δικαιωμάτων των παιδιών. Σύμφωνα με τα στοιχεία, στις αναπτυσσόμενες χώρες το 1/3 των κοριτσιών που συνάπτουν γάμο είναι κάτω των 18 ετών, το 1/9 είναι κάτω των 15 ετών. Αποδεικνύεται, λοιπόν, ότι στην πράξη στερούνται αυτά τα παιδιά και την εκπαίδευση, πέραν του γεγονότος ότι οδηγούνται σε πρόωρη εγκυμοσύνη ως δήθεν απόδειξη της γονιμότητας. Κατά την άποψή μου, η Σύμβαση της Κωνσταντινούπολης πρέπει να προωθηθεί, καθώς απαγορεύει τον καταναγκαστικό γάμο. Ο ρόλος της κοινωνίας των πολιτών είναι σημαντικός, αλλά πρέπει να επισημάνουμε ότι οι πρόωροι γάμοι έχουν, κυρίως, σχέση με ισλαμικές παραδόσεις, οι οποίες πλέον περνούν και στην Ευρώπη, καθώς είναι αυξημένος ο αριθμός των μεταναστών. Και αυτό πρέπει να σταματήσει.

Stanislav Polčák (PPE). – Paní předsedající, já jsem toto usnesení podpořil, budu ve svém vysvětlení stručný. Pokládám danou rezoluci za správnou, i když do jisté míry měkkou, umím si představit i tvrdší rezoluci. Osobně bych byl především pro to, aby EU zvýšila diplomatický tlak na země, které porušují tato práva dětí, protože tyto sňatky jsou nepochybně porušením základních práv dítěte. Je to násilí na dětech, je to sexuální násilí. Měli bychom to řešit nejen ve světě, ale podle mého názoru samozřejmě i na domácím dvorku, protože jak jsem se dozvěděl, v Německu je dokonce několik set těchto manželství uzavřeno. A myslím si, že je důležité především si udělat pořádek doma, ale také vzhledem k tomu, že se jedná o základní právo dětí, využít i diplomatickou službu EU.

Deirdre Clune (PPE). – Madam President, it is important that the Parliament today supported this resolution on the issue of child marriage. It affects both boys and girls, but in fact girls are more at risk. Eighty-two percent of married children are girls. It is not just a problem for third countries. It is also a problem that affects Europe.

The Istanbul Convention on preventing and combating violence against women and domestic violence asks that the act of intentionally forcing a child to enter into marriage be criminalised. So, if we are serious about gender equality, we need to act in this area as well and end the practice. It promotes the empowering of women through education, and it improves social and economic development for women.

There have been important recommendations in the resolution that we work with law enforcement authorities on the need for special training and assistance in this area and on education and prevention programmes, and that special procedures would be applied to refugee and asylum seekers reception centres. These are important recommendations, and it is essential that we welcome the fact that Parliament has today put this item on the political agenda. We need more political commitment to working in this area, in particular, internationally.

Jiří Pospíšil (PPE). – Paní předsedající, já jsem podpořil toto usnesení, protože to považuji za velmi důležitý boj proti tomuto potlačování lidských práv, konkrétně dětí. Ale chci tady sdělit, a proto jsem zvolil formu vysvětlení hlasování, že mne mrzí, že ta samotná deklarace dnes přijatá je z mého pohledu příliš měkká. Myslím si, že jsme měli být tvrdší ve svém usnesení.

Třeba bod 14, který se týká dětských sňatků v členských státech EU, hovoří pouze o tom, že máme tento jev řádně monitorovat. Já se domnívám, že bychom měli na území EU vyvinout evropskou iniciativu, jak zkrátka dětské sňatky na území EU vymýtit. Je to forma v zásadě trestné činnosti. Takže proto říkám ano, usnesení podporuji, ale do budoucna bychom měli být i na evropské úrovni tvrdší, razantnější proti tomuto negativnímu jevu.

10.6. Conferência da ONU sobre Alterações Climáticas de 2017 em Bona, na Alemanha (COP23) (B8-0534/2017)

Oral explanations of vote

Момчил Неков (S&D). – Г-жо Председател, уважаеми колеги, изменението на климата е само предизвикателство пред нас, но е участ за следващите поколения. Затова смятам, че трябва отговорно отношение и конкретни стъпки, които да намалят ефекта от глобалното затопляне.

Особено съм притеснен от факта, че южната част на Европа, към която принадлежи и моята страна България, ще бъде засегната от зачестилите климатични крайности. Наводненията и засушаванията са само няколко примера. Ще има и повишаване на температурата.

Изменението на климата ще засегне много сектори, един от които е земеделието, който се грижи за прехраната на всички нас. В тази връзка земеделието и сектор горско стопанство могат да бъдат основните приемници на парниковите газове, които се получават заради климатичните промени.

От тази гледна точка подкрепих тази резолюция. Смятам, че 23-тата конференция по изменение на климата в Бон трябва да надгради това, което беше заложено в Маракеш и Париж.

Bogdan Andrzej Zdrojewski (PPE). – Pani Przewodnicząca! Wylesianie i degradacja lasów, lasów nie tylko tropikalnych, odpowiada za 20 % problemów klimatycznych związanych z emisją gazów cieplarnianych. O tym mówi także ta rezolucja, ale nie zwraca uwagi na słabości mechanizmów, słabości różnego rodzaju narzędzi, aby temu przeciwdziałać, także w Europie.

Wydaje mi się, że zwrócenie uwagi na zwiększanie się stopnia zurbanizowania miast w Europie, przeznaczania wielu terenów zielonych albo przeznaczonych pod tereny zielone na nowe bardzo gęsto zabudowane osiedla to problem Europy i problem poważny. Zwróciłbym uwagę właśnie w Bonn, kiedy będziemy mieli ten kolejny szczyt klimatyczny, aby pokazywać dobre praktyki, aby starać się zwiększać siłę oddziaływania, tak aby ograniczenia parków, lasów, ogrodów w obszarze naszej odpowiedzialności, europejskiej odpowiedzialności, dało się ograniczyć.

Deirdre Clune (PPE). – Madam President, this text is important for Parliament. It clarifies and defines its position in view of the COP 23 Climate Change Conference. The text is important and I would emphasise – and have done – the contribution of all sectors, specifically those of international aviation and the maritime sector.

Efforts are ongoing in the area of the International Civil Aviation Organisation and the International Maritime Organisation. So it is very important that we reiterate that global agreements are the best place in which to deal with emissions and with the effect on climate change in these areas. We have done so previously in other resolutions, and it is important that it is reiterated today.

I also think that the ambitious targets that have been set down in the Paris Agreement, whilst they are very welcome, do not guarantee that significant climate impacts will be avoided. The resolution has called for global greenhouse gas emissions to reach their peak, and to do it as soon as possible.

Νότης Μαρτιάς (ECR). – Κυρία Πρόεδρε, η κλιματική αλλαγή είναι πραγματικά σημαντική πρόκληση για την ανθρωπότητα και φυσικά όλοι παλεύουμε ενάντια στην υπερθέρμανση του πλανήτη. Βεβαίως πρέπει να λάβουμε σοβαρά υπόψη τι συμβαίνει. Διότι ο δεύτερος μεγαλύτερος ρυπαντής του κόσμου, οι Ηνωμένες Πολιτείες, έχουν αποχωρήσει πλέον από τη Συμφωνία του Παρισιού και δεν δεσμεύονται. Το ερώτημα είναι: πώς θα αναγκαστούν οι Ηνωμένες Πολιτείες να επανέλθουν και να δεσμευτούν; Δεύτερον, η Κίνα δεσμεύεται ουσιαστικά σε κανόνες για μετά το 2030. Αρα μέχρι τότε ουσιαστικά και η Κίνα θα ρυπαίνει τον πλανήτη. Όσον αφορά την Ινδία, συμβαίνει το ίδιο. Επομένως, ποια είναι τα όρια παρέμβασης της Ευρωπαϊκής Ένωσης; Τι μπορεί να κάνει μόνη της η ίδια η Ευρωπαϊκή Ένωση με τα μέτρα τα οποία λαμβάνει; Διότι τα παρεμβατικά μέτρα που ισχύουν μόνο για την Ευρώπη, επί της ουσίας διαλύουν την ανταγωνιστικότητα της Ευρώπης και είναι εις βάρος των ίδιων των καταναλωτών και των πολιτών της.

Jadwiga Wiśniewska (ECR). – Pani Przewodnicząca! Najważniejszym zadaniem negocjatorów klimatycznych jest sfinalizowanie prac nad pakietem wykonawczym do porozumienia paryskiego. Konferencja w Bonn będzie kluczowym krokiem na drodze do ostatecznego celu, jakim jest przyjęcie wszystkich decyzji w trakcie COP24 w Katowicach. W Bonn musimy osiągnąć mierzalny cel, czyli opracować pierwsze projekty decyzji, a także jasny, ale i elastyczny harmonogram dalszych prac.

Polska popiera wynikającą z porozumienia paryskiego otwartość w zakresie dobrowolnego wyboru metod realizacji jego celów, aby możliwe było zachowanie bezpieczeństwa energetycznego i bezpieczeństwa dostaw uwzględniającego uwarunkowania krajowe i oparte na wykorzystaniu własnych zasobów energetycznych. Konferencje klimatyczne w Bonn i w Katowicach będą doskonałymi momentami dla utrzymania dynamiki z 2015 r., dlatego przyjęcie pakietu wykonawczego do porozumienia paryskiego będzie stanowiło początek lepszej przyszłości dla naszej Ziemi.

President. – That concludes the explanations of vote.

11. Correções e intenções de voto: Ver Acta

(The sitting was suspended at 13.08)

PRESIDENZA DELL'ON. ANTONIO TAJANI

Presidente

12. Reinício da sessão

(La seduta è ripresa alle 15)

Carlos Iturgaiz (PPE). – Señor presidente, le pediría que se retire una bandera golpista contra un Estado miembro de la Unión Europea, que es España, que están enarbolando esas personas.

Jonathan Arnott (EFDD). – Mr President, under Rule 162, on Monday in this House I proposed, as did other representatives of political groups, that we should have a debate on the situation in Catalonia. This is a complex situation. It requires a proper debate, and I believe that the suspension of blue cards and catch-the-eye for this debate means that this matter cannot truly be debated. I would just like to put on record my protest that this debate is now containing the bare minimum in the way of debate.

If these events had happened anywhere else in the world, if this had been something that had happened in the USA or Russia, we would be holding a major debate on this now. Yet with something that is actually happening in a Member State of the European Union, it seems that we are doing the absolute bare minimum. I just want to put that comment on record.

(Applause)

Presidente. – La discussione è adeguata. Credo che bisogna portare rispetto alla Commissione europea e ai presidenti dei gruppi che intervengono. Tutti i gruppi avranno la possibilità di parlare, per cui verranno espresse tutte le posizioni dell'intero Parlamento.

Enrique Calvet Chambon (ALDE). – Monsieur le Président, une petite remarque pour plus de précision dans nos débats, parce que la confusion est à l'ordre du jour.

Je demanderai à mes collègues, quand ils parlent de ce problème, qui est un problème espagnol, de parler de la Catalogne espagnole et pas de la Catalogne tout court, parce qu'il existe heureusement une Catalogne française très démocratique qui n'a rien à voir avec tout ça. Par conséquent, soyons précis dans nos allocutions.

James Carver (EFDD). – Mr President, with respect to the previous interjection, this is not a Spanish-Catalonian problem. This is a problem of human rights, decency, democratic process and democratic rights. It is a matter not just for the European Union, but an international matter.

13. Constituição, primado do Direito e direitos fundamentais em Espanha à luz dos acontecimentos na Catalunha (debate)

President. – The next item is the debate on the Commission statement on the Constitution, rule of law and fundamental rights in Spain in the light of the events in Catalonia (2017/2888(RSP)).

Frans Timmermans, First Vice-President of the Commission. – Mr President, today's debate is carefully worded as being about the Constitution, the rule of law and fundamental rights in Spain in the light of the events in Catalonia.

In Europe, after the Second World War, then after the end of dictatorships in Spain, Portugal and Greece, and again after the fall of the Berlin Wall, we have shaped our democratic societies on the basis of three principles: democracy, respect for the rule of law, and human rights. The three need each other. They cannot exclude each other. You cannot use one against the other. If you remove one pillar, then the others will fall too.

Respect for the rule of law is not optional: it is fundamental. If the law does not give you what you want, you can oppose the law, you can work to change the law, but you cannot ignore the law.

(Applause)

So it is fundamental that the constitutions of every one of our Member States are upheld and respected, and this is the basis for our debate today. In that debate, we should be guided by the values set out in Article 2 of the Treaty on European Union, values which are common to Member States and citizens, and on which our Union is founded.

As Jean-Claude Juncker said in his State of the Union address to this House last month, our Union is not a state but it is a community of law. We must never lose sight of this. There is general consensus that the regional government of Catalonia chose to ignore the law when organising the referendum held last Sunday, the Spanish Constitutional Court having suspended the Catalan laws on the organisation of the referendum and issued daily penalties against those who went against its orders.

That does not change the fact that we have all seen saddening images from Sunday. Let me be clear: violence does not solve anything in politics. It is never an answer, never a solution, and it can never be used as a weapon or instrument. Europe knows this better than anywhere else. None of us want to see violence in our societies. However, it is a duty of any government to uphold the rule of law, and this sometimes requires the proportionate use of force.

We understand that people wanted to express their views. Freedom of expression is a fundamental right for all European citizens, and thus for all Spanish citizens. But one opinion is not more valuable than another opinion only because it is expressed more loudly.

As the Commission has stated, under the Spanish Constitution Sunday's vote in Catalonia was not legal. Looking ahead, it is clear that an agreed way forward is needed in Spain. In the Commission's view, as President Juncker has reiterated repeatedly, this is an internal matter for Spain that has to be dealt with in line with the constitutional order of Spain. That is why the Commission has called on all relevant parties to move quickly now from confrontation to dialogue. The power of dialogue – of sitting down and talking to each other even if, and especially when, we passionately disagree – is what our Union is built on. All lines of communication must stay open. It is time to talk, to find a way out of the impasse, while working within the constitutional order of Spain.

At the end of the day, the real answers can only come from all those concerned. Those directly concerned are all 46 million Europeans who are Spanish citizens. Those indirectly concerned are all Europeans who are citizens of all the other Member States.

Jean-Claude Juncker is in touch with Prime Minister Mariano Rajoy, who, I trust, will ensure that the situation is resolved in a spirit of dialogue and in full respect for the Spanish Constitution and the fundamental rights of citizens. This must be the goal for all of us.

Allow me to stress that the development of Spain since the Spanish people liberated themselves from dictatorship is one of the greatest success stories Europe has seen in its history.

(Applause)

In less than my lifetime, Spain was transformed from a nation under the boot of a dictator into a nation that leads globally in a great many areas, where every citizen has full rights protected by the rule of law, where culture flourishes and the economy grows. This is the awe-inspiring achievement of all Spaniards, including Catalans. It would not have been possible without full respect for the rule of law, respect for the separation of powers, and respect for the rulings of judges. And, let me add, nowhere is attachment to the rule of law stronger than in those nations which have memories of what it means to be deprived of it.

All this was achieved through hard work, commitment, dialogue and respect for diversity. Please let this inspire all of us to leave the path of confrontation and follow the road of cooperation and dialogue to resolve the situation.

(Applause)

Manfred Weber, *on behalf of the PPE Group*. – Mr President, nobody can remain indifferent to what we have seen in Catalonia over the last days. We are very sorry for all those who were hurt. The news arriving from Catalonia is extremely worrisome. Citizens were hurt, but so also were policemen who were sent to stop the referendum – not by the Spanish Government, they were sent by Catalan judges to defend the rule of law.

The European People's Party (EPP) rejects force as a political solution. European history teaches us that violence is never an answer. What is at stake today is the integrity of an EU Member State, and this justifies the debate we are having today. An EPP Group colleague, who is from Catalonia, yesterday told us: 'I am Catalan and I am Spanish.' It is not a conflict between Catalonia and Spain, he said, it is a conflict within Catalonia. A government without a majority of votes in the last elections is using all means for this escalation. We as the EPP, cannot accept such a behaviour. Europe is built upon the rule of law and Spain is built upon the rule of law. There is no doubt that Spain is a country that guarantees fundamental rights for all citizens. We stand by the freedom to demonstrate. For a living democracy, freedom of demonstrations is not only indispensable, it is also desired.

Nevertheless, demonstrations cannot replace a democratic decision-making process in a society. Not the protests on the streets, but the institutions in a democracy in Spain, will decide on the future of the country. Let me be very clear: mass demonstrations in Barcelona will not change the Constitution of Spain. Only democratic institutions can do so. For the moment, everybody is focusing on the separatists, but who is taking the perspective of the rest of the country into account? Spaniards from Catalonia, Aragon, Castilians, have been living together in one country over centuries peacefully and now an irresponsible government in Catalonia is splitting the country. The Spanish legal situation is clear for us: in Spain, no person in charge, not even the Catalan regional government, is allowed to disregard the law. The rights of all Spanish citizens have to be respected. It is unacceptable that a few Catalan politicians encourage civil servants, officials and citizens to break the law.

From our point of view, the referendum is not valid. The legal base was not adopted in line with the Constitution of Catalonia. It is against the Spanish Constitution, and last Sunday, the Catalan authorities were changing the electoral law 45 minutes before the so-called referendum started. This is not credible behaviour.

Another point dear friends is also clear: we need an inner-Spanish dialogue, on the basis of Spanish law. We appeal to everybody, please sit all together. Instead of further escalations, we call upon all the actors involved to engage in dialogue in Spain, but first and foremost in Catalonia itself. A peaceful dialogue in Spain is necessary. We will not find a solution to this Spanish internal conflict here in the European Parliament. This conflict can only be solved by the Spanish people itself. The EU has neither the will nor the right to intervene in a true liberal democracy such as Spain. The dialogue has to be frank. The times in Europe in which division trumped compromise, hatred won over cooperation and egoism beat solidarity, have long gone.

As a Bavarian, I know that nation states are compatible with proud regions. Europe needs both strong nation states and regional diversity. For today we appeal to the Catalan authorities: do not take irreversible steps and please keep in mind that whoever leaves Spain, leaves the European Union. This means leaving the internal market, leaving the Schengen area and leaving the Eurozone. Is this really in the Catalans' best interest? Europe is living in historic times. This morning, we asked for more European cooperation in our debate. The European way of life does not need division, but unity in diversity. The European way of life needs not more nationalism but more cooperation. The European way of life needs not more egoism but solidarity and the willingness to compromise.

We are sorry for all people hurt. We stand behind Spain's integrity. We support the Spanish Government and the politicians who respect the rule of law and we ask everybody for a constructive, peaceful dialogue in a European spirit.

(Applause)

Gianni Pittella, a nome del gruppo S&D. – Signor Presidente, onorevoli colleghi, io penso che questa sia l'ora dell'unità e della responsabilità, non delle divisioni, non delle bandiere, non del tifo, bensì l'ora della prudenza e della saggezza. Dimentichiamo per un attimo le nostre appartenenze: dobbiamo pronunciare una parola sola: «Parad»!, «Fermatevi»!

A volte basta un gesto per cambiare il corso della storia. E quando si è sull'orlo del baratro, basta poco per cadere nel baratro; ma basta anche poco un gesto di raziocinio e di buona volontà perché il dialogo riparta, come ha chiesto il primo vicepresidente Frans Timmermans.

Mi rivolgo, innanzitutto, al governo della Generalitat catalana. E lo dico esplicitamente: una dichiarazione unilaterale di indipendenza sarebbe un'ulteriore provocazione e getterebbe benzina sul fuoco dopo l'inutile referendum di domenica: un plebiscito unilaterale imposto in aperta violazione della Costituzione democratica e dello Stato di diritto. Un governo regionale che rappresenta meno del 50% non può pregiudicare il futuro di un popolo intero.

Il referendum non era legale, lo abbiamo detto in molti e non si tratta di un'arguzia giuridica. Sfidare oggi la legalità internazionale significa contribuire a distruggere quel sistema di regole che ha assicurato la pace in Europa negli ultimi cinquant'anni, sorto proprio per proteggere i popoli più deboli contro l'arbitrio dei più forti.

E dovremmo guardare con meno superficialità al ritorno del nazionalismo in Europa. Quando si sventola la bandiera della secessione, quando le identità tendono cioè ad escludere invece che ad includere, si sa dove si inizia ma non si sa dove si finisce.

Alcuni di voi ricorderanno la frase pronunciata da François Mitterrand nel suo ultimo discorso al Parlamento europeo: «*le nationalisme, c'est la guerre*». È la guerra! Io non rinuncerò mai all'idea che si possa essere allo stesso tempo catalani, spagnoli ed europei, senza bisogno di creare nuovi Stati, nuove frontiere e c'è un filo indissolubile che lega Catalogna, Spagna, Spagna, Europa: l'Europa è nata per riconciliare i popoli. L'Europa è nata per portare unità e pace.

In questi giorni, mentre in Spagna si discute di secessione, in Germania si celebra l'anniversario della riunificazione tedesca. La riconciliazione: questa è la ragione d'essere dell'Unione europea. Siamo nati per questo ed è per questo che noi europei dobbiamo fare tutto il possibile perché si esca da questa impasse. Noi lo dobbiamo non soltanto perché la Spagna è parte di noi, ma perché noi siamo – o dobbiamo essere – i difensori dell'Europa, dell'essenza dell'Europa, del DNA dell'Europa.

Voglio rivolgermi anche al Primo ministro, Mariano Rajoy, senza voler fare polemica: dico con onestà intellettuale che la gestione di questa crisi poteva essere e doveva essere diversa. I socialisti spagnoli e catalani hanno offerto proposte serie e praticabili, anche contemplando la possibilità di modificare la Costituzione. Si può cambiare ma con gli strumenti propri, non in spregio delle leggi e delle regole comuni: si lavora così in uno Stato di diritto: rispettando le leggi. Possiamo avere opinioni diverse ma nessun democratico può compiacersi delle cariche della polizia e degli scontri di domenica scorsa. E quando c'è un'irruzione delle forze di polizia in modo sproporzionato, c'è sempre il fallimento della politica.

Ora c'è bisogno di uno sforzo di rigenerazione. Serve un nuovo inizio. E io voglio fare un appello alle autorità catalane: non pronuncino questa sera la dichiarazione di indipendenza perché questa pronuncia potrebbe essere foriera di nuovi scontri e di nuovi disastri.

L'appello è congiuntamente rivolto al Primo ministro Rajoy, affinché, insieme alle altre forze politiche spagnole, porti avanti con tutte le loro forze il dialogo, perché la Spagna ha bisogno della sua integrità e della sua unità: una Spagna forte, con realtà interne forti e autonome dentro un'Europa ritrovata.

Questa è la nostra missione.

Ryszard Antoni Legutko, *on behalf of the ECR Group*. – Mr President, the European Commission repeatedly resorts to a moralistic language. We have just heard it talking about a union of values, but when we view the actions of the Commission in the handling of this particular situation in Catalonia, it looks more like a union of selective values. The double standards of the Commission is something that leaps to the eye. All are equal, but some are more equal than others. Everything depends on who is involved. Let us be honest, ladies and gentlemen, if it were another Member State rather than Spain, the consequences and the rhetoric from the Commission would have been far harsher.

I want to be clear: I do not believe the EU, or the European Commission for that matter, strengthens the EU's unity through infringement proceedings, or triggering the articles of the Treaties or all the political point-scoring and suchlike. This polarises the debate and pushes Member States and its voters further away from the EU. I urge the Commission to practice the virtue of self-restraint, but consistently, not selectively.

Coming to Catalonia, I do believe – a rather simple-minded observation but always worth repeating – that significant progress can be made through patient negotiations. Whether and how soon an effective resolution is possible in Catalonia, I do not know, and very few people, if anyone, in this Chamber knows that. I wish to be honest with our Spanish colleagues: riot police and violent scenes have not helped but shocked and, whatever your intentions, those scenes will continue to be a part of the image of your government for some time. Let us admit it, the handling of the crisis was appalling. It was really appalling.

What are the next steps to be taken? Whether it involves constitutional reform, or the granting of a referendum or international mediation, the role of the Commission is probably as an intermediary or a go-between. It is for the Spanish Government, Spanish society and the Catalanian people to decide for themselves. However, I do caution that the passions of those citizens in Catalonia seeking a new settlement is unlikely to fade away by simply drowning out or ignoring the voices of dissent.

To sum it up, the action of the riot police, the conspicuous silence or the Aesopian language of the European Commission will not make the problem disappear.

(Applause)

Guy Verhofstadt, *on behalf of the ALDE Group*. – Mr President, I have to tell you first of all that I am a big admirer of Spanish democracy, especially since that dramatic date of 23 February 1981. That was the day that Colonel Tejero attempted his coup d'état. Javier Cercas, in his famous book '*Anatomía de un instante*', describes how, under the threat of Tejero's pistol, three Spanish political leaders stayed upright in their seats, refusing to hide under their benches. They were Santiago Carrillo, the historical leader of the Communist Party, Adolfo Suárez, the first Prime Minister of democratic Spain, and his deputy, General Gutiérrez Mellado.

Despite the shots, not one of them blinked, an act of courage and determination that anchored forever democracy in Spanish souls. Spanish democracy was born under the pistol of the putschist Tejero, so no one among us has to give a lesson in democracy to Spain.

(Applause)

Now, 36 years later, Spanish democracy has to surmount itself again – to surmount this deep division and to overcome this existential crisis. It has to do so not by believing that the judiciary can solve the problems on its own, and certainly not by using deplorable violence, even though it is based on a court ruling. In other words, this cannot be done just by relying on the power of the state.

No, what we need is a renewed political vision, an inclusive dialogue, a vision that the future and the interest of all people living in Spain lies in a multicultural, multilingual, federal state embedded in a multicultural, multilingual, federal Europe. It is true that you cannot go against the law and it is also true that you cannot govern without the law, but it is even more true that you cannot solve such a deep division only with the law. You also need to listen, to try to understand each other, to have dialogue and to talk with each other. That is the only way to find solutions, and that is the real strength of good politicians and of statesmen.

To my friends in Catalonia, it is not in the interests of your citizens to pursue separatism at all costs. That the referendum was against the Constitution is not my main point. The point is that this referendum simply lacked basic democratic legitimacy. You knew very well in advance that a majority of Catalans would not participate and would stay at home, as the majority of them are against separation. It is not by accident that you did not even install a minimum threshold. So the result of this referendum was already known before it began. What do you call this? Manipulation? Deception?

Moreover, to declare independence based on the outcome of a defective referendum is totally irresponsible, not so much for Spain, not so much for Europe, but for Catalonia itself. It will cause a fatal fracture in your society, a fracture that may be impossible to heal. Who is going to profit from this gamble? The anti-Europeans who, as we know, want to destroy our union and who have already started to abuse your cause and violate our treaties today.

(Applause)

I urge all sides to stop the escalation and to go and sit around the table. The spirit there, around that table, has to be the understanding that the future of more than 70 European nations, the future of Catalonia, the future of my own Flemish community, lies not in brutal separation but lies in deep cooperation – cooperation inside federal structures in a federal Europe. Look a little bit – if I can ask that – to your own Basque countrymen. Look at what they have achieved, how they have developed their country, defeating terrorism and reinventing themselves, proud and autonomous.

(Applause)

Finally, let me say that in politics it is not shameful to make compromises. The opposite is true. I have done it all my life and I am still alive. But, moreover, when you have to make a choice between the steps forward of a compromise or the standstill due to purity, then choose the way forward, however small the steps may be. In the words of Barbara Tuchman, in her famous book – whose title is applicable today – ‘The March of Folly’: ‘Don’t throw away the greater for the less, and don’t pursue the unworkable at the sacrifice of the possible’.

(Applause)

Patrick Le Hyaric, *au nom du groupe GUE/NGL*. – Monsieur le Président, Monsieur le Vice-président, chers collègues, si dans n’importe quelle contrée lointaine, on avait, ce premier dimanche d’octobre, empêché par la force les citoyens de s’exprimer dans les urnes, fait charger la police, violenté et blessé plus de 900 personnes, tous les dirigeants européens auraient protesté contre le chef du gouvernement responsable de ces actes, demandé de mettre ce pays au ban des nations et que sais-je encore, peut-être demandé un blocus économique.

Or, ces événements se sont déroulés dimanche en Espagne, du fait d’un gouvernement aussi froid que faible, assis à la table du Conseil européen, alors que les autorités européennes détournent le regard en laissant une nation de l’Union se déchirer.

Nous vous demandons, M. Timmermans, de condamner clairement et sans délai la violence et la répression en Catalogne, et de dénoncer la violation de la charte des droits fondamentaux.

Cette crise ne nous est pas étrangère car on ne peut accepter l’usage de la force dans l’Union européenne, pas plus que nous ne pouvons accepter les proclamations unilatérales du gouvernement de Catalogne.

Nous devons demander au gouvernement espagnol de cesser son escalade dans la tension, dans l’utilisation de la répression et de la force policière et militaire. Et nous devons demander au gouvernement espagnol, comme au président du gouvernement de Catalogne, de mettre un terme à cette logique de confrontation, qui peut mener au pire. Les premières victimes ne seront pas les responsables politiques mais les citoyens et le peuple.

Hors de toute ingérence, l’Union européenne doit proposer ses services pour faciliter le dialogue en vue d’une sortie pacifique et démocratique de cette crise, dans le respect du droit international, du pacte fondateur de la constitution espagnole de 1978, de l’histoire de la Catalogne et de l’Espagne, et du pacte des droits civils et politiques de 1966 ratifié par l’Espagne, dont l’article premier dispose que «tous les peuples ont le droit à l’auto-détermination».

Le dialogue doit donc reprendre et nous devons le favoriser. Aidons à la recherche d’un compromis, qui passera sans doute par une définition commune du statut du référendum de dimanche dernier. Oui, il est illégal, oui, il n’a pas de légitimité démocratique, mais on ne peut pas ignorer l’aspiration à s’exprimer, l’aspiration démocratique des Catalans.

En même temps, les institutions régionales doivent être respectées, ainsi que le statut d’autonomie de la Catalogne. À partir de là doit s’ouvrir une période de dialogue et de débat approfondi en Catalogne et dans toute l’Espagne, dans la perspective de la conférence constitutionnelle, à l’issue de laquelle le peuple doit pouvoir se prononcer.

De façon plus générale, cette crise pose une nouvelle fois les questions de la sortie des politiques d’austérité imposées par la Commission européenne, du combat contre les inégalités territoriales, et d’une juste répartition des richesses au sein de l’Union européenne et de chaque pays.

Elle interroge aussi notre conception de l’Union européenne: soit une Europe de la coopération et de la solidarité, communauté de nations libres et souveraines, soit une Europe fédérale de régions en concurrence, sous domination encore plus grande des puissances industrielles et financières. Notre choix doit être la coopération, la solidarité et l’union des peuples libres et souverains.

Le dernier mot doit revenir à la démocratie.

Ska Keller, *on behalf of the Verts/ALE Group*. – Mr President, last Sunday will be remembered as a sad day and, I think, not just in Spain but all over Europe. We saw peaceful citizens confronted with a huge police force ready to use all the force they had. Families, pensioners, people of all backgrounds, were confronted with a state that was willing to use almost all means to stop the referendum from taking place.

The world was watching while this was happening, while the riot police met people with brutality, charging with batons and even firing rubber bullets. Polling stations and hotels, schools and city halls and streets were turned into front lines between national police and their own citizens. What happened in Spain is unacceptable. I think it will unfortunately also set the image that we all have of the situation for the future. This was massive police violence against peaceful people, and that was beyond any proportionality. Violence so disproportionate cannot be justified, no buts and no excuses. Whatever you think about the referendum, whatever you think of independence, I think that has to be clear: that violence is not a mean for solving political conflict.

And whatever the views about the referendum and everything, it is also clear that the strategy of Prime Minister Rajoy has clearly failed. He has refused the dialogue that was offered and he has used and reverted more to judicial means, to police means. But the judges cannot solve a political problem, police cannot solve a political problem. Criminal prosecution cannot work that way. It is inappropriate. What we need is a political solution, but rather than doing that Rajoy has worsened the problem. He has escalated the situation. The massive mobilisation we saw yesterday: it is not just independentists who are appalled by what happened last Sunday. I really think that Rajoy has not really been helpful in this situation.

In the future, I believe the Spanish Government must refrain from using police violence against peaceful people. It must aim to find a political solution, because the Catalan crisis is a political crisis, a political problem and therefore it needs to be solved politically, not by police force. The political solution must always mean that people talk to each other, that all sides talk to each other.

I believe the European Union has a role to play in that because the whole affair is not just an internal matter for Spain. Spain and Catalonia are inside the European Union. President Juncker cannot sit on the fence and just watch from Berlaymont what is happening and how the conflict escalates. The Catalan crisis is a European affair. It goes to the heart of the European Union's fundamental values because the European Union is built on the conscious decision to live together on this continent, settling our differences, however great they might be, through dialogue, through negotiation and through compromise rather than through violence. It is wrong, I believe, that the Commission shies away. It is its duty as the guardian of the Treaty to get involved and help in solving this problem, to offer mediation, to offer its help. I think this is something I would really expect of the European Union. Citizens all over Europe are looking at us, looking at what we are doing in the European Union. I think it is important that we offer our help, that we promote dialogue, that we tell both sides to stop escalations. The Commission can be an honest broker here.

Colleagues and Commissioner, I think it is very important that all of us understand how grave the situation is and how easily and how quickly it can escalate even further. No one knows what tomorrow will bring. I think if we have any chance at all to do something, to do our small bit, then we should do it. I believe, Mr Timmermans, that you have a chance to do something and I hope that we will use it all together.

The Spanish and the Catalan Governments, of course, also have their responsibility. They have to agree to negotiate, to sit together, to accept mediation and to prevent further escalation. The whole crisis is a breakdown of the rules and the democratic consensus that so far ensured a peaceful and non-violent relationship between Spain and Catalonia. The right to self-determination is firmly anchored in international law, and both sides, both the Spanish Government as well as the Catalan Government, have to take the responsibility to find a common solution for how to put it into place in a peaceful and in a democratic way.

Further police violence and intimidation will not solve the problem. Many actors have called for dialogue, including all over Catalonia, such as the Mayor of Barcelona, Ada Colau, many people have called for dialogue. Colleagues here have said that this is the way forward. I think this is something we all have to agree on. The European Union is built on dialogue. We have to solve political problems by political means and dialogue is the only way forward.

(Applause)

Raymond Finch, *on behalf of the EFDD Group*. – Mr President, I note the breaking news saying that the Spanish Government has now sent the army into Catalonia. This is not a good sign. We have all seen the media images regarding the attempted suppression of the independence referendum called by the Catalan Government over the weekend. My first question would be: why? Why did the Madrid Government feel it necessary to stop this in such a heavy-handed, brutal and, in the final analysis, counter-productive manner? It is blatantly obvious that by doing so, they have handed the initiative to the Catalan nationalists. Is the Madrid Government so afraid of its own people and so removed from political reality that it thought these actions would calm the situation?

Given that the Madrid Government has repeatedly stated, and we have heard it today, that a majority of Catalans do not want independence, and furthermore that the referendum had no validity under Spanish law, why did the government not simply state that whatever the result, the vote was null and void, and the Catalan Government was merely wasting everybody's time and money? Instead of which we now have a template which every independence movement on our continent can use to provoke unrest. Mark my words: by their actions, Mr Rajoy and his advisers have lit a bonfire under your Europe.

The fact that the EU's institutions and its leaders have failed to recognise the human rights abuses which have taken place and have instead focused merely on legalistic verbiage shows how shallow the foundations of this project really are. Any ruling order that can condone acts of state violence has no popular legitimacy. Those Catalans who have looked to the EU for succour will be sorely disappointed. I feel that the only way the Spanish Government can restore trust is to accept that its behaviour was ill-conceived, launch an immediate independent committee of inquiry into the violence and state, that when the inquiry has concluded, a new and binding referendum under the auspices of the Office for Democratic Institutions and Human Rights will take place. Otherwise, ladies and gentlemen, this fire will burn and it will spread.

Marcel de Graaff, *on behalf of the ENF Group*. – Mr President, in July of this year the Commission and this Parliament threatened Poland with the withdrawal of voting rights because of legislation on the judiciary. The Commission and Parliament opposed amendments to the Constitution of Hungary, which included the organisation of public broadcasters. The Commission and this Parliament are fully at ease with the condemnation of laws and constitutions of democratic states when they do not obey the diktats of Brussels.

They claim that the EU is a community of values. What they do not say is that laws are subordinate to it, that democratic decisions, freedom and self-determination are subordinate to it. Freedom, democracy and human rights apply only to Member States that serve the EU agenda.

For Spain, national sovereignty and the primacy of the Constitution apply. For Poland and Hungary, they do not. This EU is indeed a community of values: of double values and double standards. If you are in favour of the EU elitist, globalist agenda, then you can do anything. When you are against it, they will combat you using all available means.

The hypocrisy of this Commission has no limits. In September last year, Mr Juncker explicitly condemned violence against Polish workers in the United Kingdom. In Spain 800 people have been beaten up and needed hospital treatment because hundreds of thousands were about to vote in a formally illegal referendum. In its declaration, the Commission stated only that violence can never be an instrument in politics. Certainly, violence does not belong in politics. And of course the state has the monopoly to use force to protect the rule of law. The state can use proportionate violence to stop unlawful behaviour or to prevent this from happening. But when hundreds of thousands illegally enter a country, would it be proportional to beat up 800 of them (so that they end up in hospital)? Would your response there be that violence can never be an instrument of politics?

I am convinced that Mr Timmermans would explode in anger and this Parliament would demand immediate action, so let me be clear: I fully support the rule of law – that is, the rule of law of the sovereign nation state, the free nation state, the democratic nation state. That is the rule of law which should be defended. However, I certainly cannot accept the hypocrisy of this Commission and this Parliament, which are concealing the advancement of their own elitist economic interest under the guise of European values.

I am completely against silencing opponents, against financing pro-EU propagandists and persecuting EU-sceptical parties and Member States, and I am telling Mr Timmermans and Mr Verhofstadt that Article 2 of the Treaty on European Union calls for respect for human dignity and equality. Equality and respect are not a right only for Europhiles and globalists: they are a right for all citizens in the EU. They should start acting accordingly.

(Applause from certain quarters)

Steven Woolfe (NI). – Mr President, Sunday, 1 October, will forever be remembered in Spain and across the globe as the day that a forgotten history of Spanish state brutality on its people returned to its country. I watched with horror as a grandmother's blood washed down her tear-strewn face after a beating by the Spanish police. I watched as young people, hands held aloft in peace, were smashed by black-suited armed storm troopers and their wild batons.

The shame on Spain rests mainly on Rajoy, and now also the King of Spain, for not only permitting the brutality of their police, but also – shamefully – for blaming the violence on those violated and seeking to dismiss the abused as the originators of the abuse. And what of the European Union's response? Their first response should have been to completely condemn the violence. But no, whilst every right-minded person was outraged, they were critically silent on the violence. They sought to deflect the issue as a matter of breaking the rule of law by Catalans. This is from the EU, which recognised the independence of Kosovo without a referendum and which recognised Palestine as a nation state, even though the EU treaties did not permit it.

Twenty five years ago, Barcelona held the Olympics. The closing song was 'Amigos para siempre'. It was written by a Brit, Andrew Lloyd Webber, and sung by a Catalan, José Carreras. It means 'friends forever'. Well, I will tell the Catalan people: there are those who oppose violence by your police against you, and they are your friends forever, but if the EU continues to ignore the violence against your people, you will know that they are not your friends ever.

Frans Timmermans, Vice-President of the Commission. – Mr President, perhaps you will allow me to reiterate that, for the European Union as a whole to function, respect for the rule of law is important. If you believe that because you feel passionately about something you can then say 'Because I feel so passionately I get to say what the rule of law is' and you can also say 'I feel so passionately I can ignore the rule of law', then be aware of the fact that what you think works for you now can be used against you by others who, perhaps, might feel as passionate about their position.

The rule of law in our Union is the only thing that protects the weak from the power of the powerful. The rule of law is the only thing that protects what is small from what is big. The rule of law is the only way we can create a union of Member States and citizens where big does not dominate small, where there is equal treatment before the law of every single citizen wherever they come from.

(Applause)

I detect, in some of the discourses by political movements who feel deeply inspired by populist nationalism, that democracy is portrayed as a tool you can use against the rule of law, that because you are a majority the minority no longer exists. The rule of law is enshrined in the EU Treaties, signed by sovereign Member States, ratified by national parliaments and thus conferring the protection of the law on every single European citizen. I insist on this today because I know you also debated the political side, the violence and everything else, and I would refer to what was said by Guy Verhofstadt about that. From the institutional position of the Commission, however, I have to insist on this point of the rule of law.

I say this also because there is no doubt – not in this Chamber, and not even among those who are extremely critical – that the referendum held on Sunday was not within the remit of the rule of law. There is also no doubt that the only way forward is dialogue, and there is also no doubt that Spain is a country where the rule of law is respected, where the institutions are independent and where there are no impediments whatsoever for a dialogue to start immediately. The only thing you need is political will.

Presidente. – Ringrazio la Commissione europea, custode dei Trattati, per la chiara posizione espressa in quest’Aula. Alla luce della discussione che si è appena svolta e come sintesi della posizione espressa dalla maggioranza del Parlamento, voglio sottolineare alcuni elementi fondamentali: come la storia dell’Unione europea ci insegna, in democrazia l’unica strada da percorrere è quella di lavorare insieme per la concordia e l’unità.

Nessuno, nessuno ha gradito gli eventi accaduti domenica. Ma le decisioni unilaterali, compresa la dichiarazione di indipendenza da uno Stato membro, sono in contrasto con l’ordinamento giuridico europeo e sono destinate a provocare pericolose divisioni.

Da questo Parlamento parte un appello a sostegno di una riflessione serena e profonda, che favorisca il dialogo in Spagna, nel rispetto del quadro costituzionale, compreso lo Statuto dell’autonomia della Catalogna, e che restituisca la politica alle istituzioni.

Dichiarazioni scritte (articolo 162)

Nicola Caputo (S&D), per iscritto. – Quello che è accaduto in Catalogna parla di una storia di inadeguatezza politica e di arroganza istituzionale, di violazione delle leggi e dei diritti civili, prima che politici. In altre parole: un episodio vergognoso nel cuore della civilissima Europa. Civilissima perché viviamo in uno Stato di diritto, abbiamo un ordinamento e delle leggi che sono i punti di riferimento del nostro agire, politico e istituzionale, e non solo dei meri principi ispirativi. Ma civilissima anche perché democratica, perché esiste la libertà di parola, di pensiero, di manifestazione – come giuridicamente andrebbe derubricato un referendum incostituzionale – contro la quale ogni uso della violenza costituisce un abuso, una repressione inaccettabile, che non credo rimarrà senza conseguenze. E in mezzo a tutto questo, l’assordante silenzio delle Istituzioni europee, che non dovevano e non devono parteggiare ma sicuramente non possono ignorare il problema senza tentare una mediazione. Mediazione che deve essere ancora possibile, prima che la situazione ci sfugga di mano e degeneri ulteriormente. Anche l’Europa ha i suoi testi di riferimento, che dicono che la Spagna è membro dell’Unione e che la Carta dei diritti fondamentali, pur non essendo integrata nei Trattati, ha il loro stesso valore giuridico.

Eugen Freund (S&D), schriftlich. – Dialog statt verhärteter Fronten! Es steht außer Zweifel, dass das am Sonntag in Katalonien abgehaltene Referendum über die Unabhängigkeit der Region keine rechtliche Basis hatte und das Ergebnis dadurch auch rechtlich nicht bindend sein kann. Genauso steht aber auch außer Zweifel, dass die gewaltsame Reaktion der konservativen Regierung Spaniens unverhältnismäßig war. Auch wenn die Stimmabgabe ungesetzlich war, darf darauf nicht mit Gewalt geantwortet werden. Die Zusammenstöße zwischen der Polizei und der Zivilbevölkerung hätten durch frühzeitige Gespräche verhindert werden können. Rechtsstaatlichkeit ist ein sehr wichtiges Gut, und das gilt für beide Seiten. Kritisiert werden muss, dass die katalanischen Behörden ihre Bürger trotz der negativen Justizurteile des spanischen Verfassungsgerichtshofs und katalanischer Gerichte zum Urnengang aufriefen. Genauso aber muss die monatelange Untätigkeit der spanischen Zentralregierung kritisiert werden. Der Konflikt zwischen Madrid und Barcelona ist nicht neu, genau deshalb kann er aber nur politisch und nicht mit polizeilichen Maßnahmen gelöst werden. Die Europäische Union muss hier vermitteln, und beide Seiten sollten das anstreben. Auch die Katalanen haben unterschiedliche Ansichten. Auch darauf muss entsprechend reagiert werden. Eine Lösung kann nur durch einen rechtlichen und politischen Dialog herbeigeführt werden – zu diesem müssen beide Seiten bereit sein.

Ana Gomes (S&D), por escrito. – O referendo de 1 de outubro foi unilateral, não permitindo que parte significativa da população da Catalunha votasse: mas só aconteceu porque não houve negociação sobre um estatuto autonómico num quadro constitucional em que a entidade nacional catalã se possa afirmar. Eu sou europeísta e federalista, logo contra a fragmentação de Estados e nacionalismos na UE.

Mas ninguém fez e está a fazer mais pela causa independentista da Catalunha do que o governo do Sr. Rajoy, somando à recusa de negociar a repressão de pacíficos cidadãos que queriam votar, a que todo o mundo assistiu horrorizado no passado dia 1. A tragédia do franquismo que conduziu à guerra civil em Espanha está na nossa memória coletiva. Como portuguesa, não posso deixar que resvalemos para mais enfrentamento violento. A UE não pode ficar à margem, a coberto do argumento estéril da legalidade: este problema não é apenas espanhol, é de toda a UE: afetados seremos todos se a Espanha se partir ou explodir em mais violência. É premente que a UE intervenha e facilite o diálogo e a negociação, contra medidas unilaterais que só farão escalar a violência.

Indrek Tarand (Verts/ALE), kirjalikult. – Ma olen väga mures, et niivõrd vanad kultuurirahvad nagu hispaanlased ja katalaanid on jõudnud sellisesse olukorda, et vajavad Euroopa Liidu vahendust. Sõltumata sellest, et PPE ja S&D teesklevad, et probleemi ei ole, eksisteerib ta tegelikult ikka ja seega ma nõuan presidentidelt Junckerilt ja Tuskitl ning õnnetul kombel ka just praegu roteeruvat ELi eesistumist pidavalt Eesti peaministrilt Rataselt kiiret ja otsustavat vahendusplaani, mille võiks Euroopa Parlamendile esitada hiljemalt kahekümne kolmandaks oktoobriks käesoleval aastal.

László Tókés (PPE), írásban. – Kevésé ismert, hogy az október 1-jei katalóniai népszavazást megelőzően a katalán kormányzati tisztségviselők, valamint a megfenyegetett polgármesterek zaklatása idején a spanyol parlament 166-158-as arányban leszavazott egy Mariano Rajoy miniszterelnök represszív politikájának támogatására irányuló törvényhozási határozatot.

A madridi parlamenti többséghez hasonlóan Európa többi demokratikus országa és polgárai sem érthetnek egyet azokkal az elnyomó és erőszakos módszerekkel, amelyeket a spanyol hatóságok, illetve karhatalmi erők alkalmaztak a vasárnapi népszavazáson a katalóniai választópolgárokkal szemben. Az Európai Parlament jelentős számú tagjával egyetértésben határozottan elítélem a spanyol rendőrség által elkövetett erőszakos cselekményeket. A teljes körű és tényleges kisebbségi autonómia híveként a spanyol–katalán viszony, tárgyalások útján történő, békés rendezését sürgetem.

Carlos Zorrinho (S&D), por escrito. – Os acontecimentos ocorridos em 1 de outubro na Catalunha, pela sua substância e gravidade, são intoleráveis. Perante os factos, nenhuma das partes pode reivindicar a razão para o seu lado. O Governo Autónomo e as autoridades centrais foram cúmplices ao não evitarem a escalada da violência política e física. Urge que reatem o diálogo de forma a encontrar uma via de solução política que, respeitando o Estado de Direito democrático, permita que os catalães expressem a sua vontade em relação ao modelo de autonomia e relacionamento com o Estado espanhol. Neste contexto, as instituições europeias devem exortar ao diálogo político em Espanha, enquanto Estado-Membro da UE, e reforçar a sua vigilância para usar os instrumentos legais ao seu dispor, se isso vier a ser necessário, para assegurar o primado do direito e dos direitos fundamentais naquele País.

14. Aprovação da acta da sessão anterior: Ver Acta

VORSITZ: ALEXANDER GRAF LAMBSDORFF

Vizepräsident

15. O Pacto Orçamental e a sua incorporação no enquadramento jurídico da UE (debate de atualidade)

Der Präsident. – Als nächster Punkt der Tagesordnung folgt die Aussprache über ein aktuelles Thema gemäß Artikel 153a der Geschäftsordnung: „Der fiskalpolitische Pakt und seine Integration in den Rechtsrahmen der EU“ (2017/2866(RSP)).

Bei dieser Art von Aussprache gibt es kein *Catch-the-eye*-Verfahren und auch keine blauen Karten.

Marco Valli, autore. – Signor Presidente, onorevoli colleghi, oggi parliamo del *fiscal compact* e quindi della sottrazione della sovranità dei popoli e della loro sottomissione attraverso il vincolo economico.

Per farlo dobbiamo tornare un po' alla preistoria: 1972. Si parte col serpente monetario, il primo tentativo fallito di vincolare i cambi delle valute, per poi riuscire ad attuarlo nel 1979 con lo SME. 1981: gli italiani lo ricorderanno bene; è l'anno della separazione tra la Banca d'Italia e il ministero del Tesoro ad opera di due federalisti, nonché architetti di questa Unione europea, Ciampi e Andreatta, che consegnarono il controllo del nostro debito pubblico al mercato finanziario. 1992: il trionfale ingresso in Maastricht, con l'introduzione di vincoli numerici, come quello del limite della spesa del 3%, basati su nessun tipo di logica economica. Poi, nel 1999, arriva l'euro, voluto da Prodi che dichiarava: «lavoreremo un giorno di meno e guadagneremo come se avessimo lavorato un giorno in più».

La verità è che ci hanno privato della leva monetaria, senza dirci che ci avrebbero tolto la libertà di autodeterminarci. Ed eccoci al 2012: l'anno in cui 25 Stati membri su 28 sottoscrivono il *fiscal compact*, rendendo vincolanti il principio di pareggio di bilancio e il parametro del debito/PIL del 60% contenuta in Maastricht. Nel 2012 i governi si sono dati appuntamento a 5 anni per discuterne. Quei 5 anni scadono tra 3 mesi e i cittadini, a Natale, potrebbero trovarsi sotto l'albero l'ennesima cessione di sovranità, perché il *fiscal compact* diventerà giuridicamente superiore alla legislazione nazionale e renderà irreversibili le politiche liberiste ed austerità.

Il *fiscal compact* assume la trappola del debito unico come cornice indiscutibile entro la quale costruire la gabbia per i diritti sociali e del lavoro e la privatizzazione dei beni comuni. Se i governi confermeranno il *fiscal compact*, il mio paese per esempio, sarà obbligato per i prossimi vent'anni a portare il rapporto del debito PIL dall'attuale 133% al 60% attraverso un taglio sconsiderato della spesa pubblica relativa al welfare, e soprattutto, trattamenti medievali per le pensioni e i diritti dei lavoratori.

Questo è il pareggio di bilancio previsto dal *fiscal compact* e inserito nella Costituzione italiana con un colpo di Stato avvenuto nel 2011, per mano del professor Monti. Quello che è la Grecia è il più grande successo dell'euro, sostenuta dai partiti come il Partito democratico e Forza Italia che militano nel Parlamento europeo tra socialisti e popolari, che hanno vincolato per sempre la democrazia del mio paese al volere di Bruxelles.

Molti di voi a telecamere accese continuano a dire di essere contrari a questi principi di austerità ma lo fate solo per raccogliere voti: è accaduto nel passato, sta accadendo nel presente e non possiamo permettere che accada anche in futuro con questioni vitali come quelle sancite nella relazione Brok-Bresso, la parlamentare del Partito democratico del 40% di Renzi, quello della riscossa contro l'austerità e i vincoli economici, una relazione vergognosa, dove si celebrano il *fiscal compact* e quella che di fatto è un'istituzionalizzazione della troika.

Volete trasformare il Meccanismo europeo di stabilità nel Fondo monetario europeo, volete istituzionalizzare quel sistema perverso e di ricatto per fare in modo che gli Stati siano schiacciati dalla Troika. Volete istituzionalizzare tutto questo. Ci chiedete di mettere i nostri soldi nel Meccanismo europeo di stabilità e poi ce li date in prestito per pagare interessi finanziari insostenibili e soprattutto illegittimi. Il tutto orchestrato da un super ministro dell'Eurozona che dirà ai popoli cattivi della periferia quali riforme lacrime e sangue dover implementare.

Quindi che cosa sono il pareggio di bilancio e il *fiscal compact*? Sono semplicemente dei beceri strumenti di ricatto verso i diritti dei popoli europei, in contrasto con i principi delle Costituzioni dei nostri paesi e nello stesso trattato di Lisbona su cui si dovrebbe fondare tutta questa Unione europea.

Ma tutto questo può essere fermato entro fine anno: gli Stati dovranno decidere il destino del *fiscal compact*. Questo Parlamento ha il dovere morale di dare un'indicazione negativa alle politiche di austerità insostenibili e depressive.

Noi nel 2012 non c'eravamo: oggi sì e sappiamo che il nostro governo umilierà ancora i suoi cittadini. Chiediamo a questo Parlamento di sostenere la nostra battaglia per stracciare definitivamente il *fiscal compact*.

Matti Maasikas, *President-in-Office of the Council*. – Mr President, the Intergovernmental Treaty on Stability, Coordination and Governance in the economic and monetary union aims for its substance to be incorporated into the EU legal framework. This includes the fiscal compact. At present, a review of the implementation of the fiscal compact by Member States is ongoing. In the context of the March 2017 Ecofin Council, Member States had a first exchange of views on this based on a Commission report.

According to this report, all contracting Member States have significantly adapted their national fiscal frameworks as a result of the fiscal compact requirements, but the Council has not yet been in a position to address the issue of integrating the Treaty on Stability, Coordination and Governance into EU law. At the same time, a broader debate is currently taking place on the future governance of the EMU, of which the fiscal policy coordination is a part.

The Presidency supports this debate and looks forward to the Commission's legislative package on the economic and monetary union deepening to be presented on 6 December. This, as we understand, will include a proposal for incorporating the Treaty on Stability, Coordination and Governance into EU law. Going forward, the December inclusive euro area summit at the invitation of President Tusk will be an important meeting, following which work on the EMU governance reform will continue.

Valdis Dombrovskis, *Member of the Commission*. – Mr President, as you know, the fiscal compact is a cornerstone of the Intergovernmental Treaty on Stability, Coordination and Governance in the Economic and Monetary Union (TSCG). It was signed in March 2012 by 25 Member States. 22 out of those 25 contracting parties, namely the euro area countries Bulgaria, Denmark and Romania, are bound by the fiscal compact. The chief objective of the fiscal compact is to strengthen budgetary discipline by operating as a complement to the Stability and Growth Pact, the EU rule-based framework.

In fact, the fiscal compact was initially proposed as an amendment to the Treaty on the Functioning of the European Union and became part of the intergovernmental instrument only after having failed to garner unanimity in the European Council. But this intergovernmental approach was understood from the onset as a way to move forward swiftly, as a response to the economic and financial crisis. The integration of the fiscal compact into Union law was already foreseen at the time of its creation. This is clearly acknowledged in the text itself, specifically in the so-called repatriation clause. This clause states that the necessary steps will be taken with the aim of incorporating the substance of the TSCG into the Union legal framework within five years at most from its entry into force. This means 1 January 2018.

The Commission is not legally bound by the provisions of TSCG. However, as a general principle, the Commission is in favour of integrating intergovernmental arrangements such as TSCG or the Treaty Establishing the European Stability Mechanism into Union law. These intergovernmental solutions were conceived as stop-gaps during the crisis. Their incorporation into Union law would bring greater democratic accountability and legitimacy across the Union.

These are not just the views of the Commission. The Five Presidents' report argues that a well-functioning Economic and Monetary Union would benefit from the integration into Union law of all intergovernmental instruments created during the crisis.

The Commission's Reflection Paper on deepening the Economic and Monetary Union published this May recalls the agreement among the contracting parties to integrate the relevant provisions of the fiscal compact into EU law as one of the elements towards completion of the Economic and Monetary Union by 2025. Accordingly, President Juncker's letter of intent that accompanied his State of the Union speech lists this step among the priority initiatives to be taken forward by the end of 2018. The integration into Union law should take into account the flexibility built into the Stability and Growth Pact.

The Commission is currently exploring the concrete options for this incorporation, with the aim of putting forward the proposal as part of the December package on the EMU as announced by President Juncker. I am looking forward to hearing your views.

Dariusz Rosati, *on behalf of the PPE Group*. – Mr President, the fiscal compact, as part of the Treaty on Stability, Coordination and Governance, was adopted in 2012 as a response to the lack of compliance by some Member States with the provisions of the stability and growth pact. Its objective was to strengthen budgetary discipline across the EU, with the introduction of more effective and stricter fiscal rules, including independent monitoring, the automatic corrective mechanism, transposition of a balanced budget rule into national legislation, and swifter sanctions for non-compliance.

Four years after the Treaty entered into force, its implementation is only partly completed, and the results achieved are not very impressive. First, specific measures undertaken to comply with the fiscal compact vary from country to country, with different degrees of commitment and effectiveness. As a result, the budgetary situation in some Member States has not improved despite a generally better macroeconomic environment and stronger growth. Moreover, many Member States do not generate progress towards their medium-term objectives at a sufficient speed.

Moreover, the overall fiscal framework in the EU has become even more complex making its implementation more difficult and less transparent. Therefore, further steps are needed. While fully endorsing the fiscal compact, we need to enforce it more effectively. First, we need to make sure that its transposition into Member States' legislation leads to stronger national ownership and better compliance with the rules. Second, we have to reduce the complexity of the whole EU fiscal framework in order to make it more transparent and to ensure better monitoring and equal treatment of all Member States. And third, the revised and improved fiscal compact should be incorporated into the primary law of the EU to give it more legal clout and make it binding for all Member States.

Pervenche Berès, *au nom du groupe S&D*. – Monsieur le Président, Monsieur le Vice-président, Monsieur le représentant du Conseil, le TSCG (pacte budgétaire), signé et entré en vigueur en 2012, prévoit en son article 16, cinq ans après, son intégration dans le droit communautaire. Peut-être est-ce le moyen de transformer le TSCG, objet juridique mal identifié, en un instrument qui soit plus conforme à ce qu'il aurait dû être depuis le départ, et non pas un traité intergouvernemental accaparant des institutions de l'Union.

Pour autant, dès le début, notre groupe a été très clair, et nous avons bataillé pour que, a minima, les objectifs poursuivis par ce traité soient conformes à ceux qu'il nous semble indispensable de poursuivre, à savoir l'objectif d'une croissance durable de l'emploi, de la compétitivité et de la cohésion sociale.

Dès le départ, nous avons aussi été critiques sur la conditionnalité de l'accès au mécanisme européen de stabilité qu'il instituait, sur l'incorporation nécessaire dans l'ordre juridique des États membres de la règle d'or ou sur le durcissement qui nous semblait excessif de la surveillance budgétaire.

D'entrée de jeu, nous avons dit qu'il fallait que ce traité soit complété par des politiques économiques favorables à la croissance durable ou à la création d'emplois.

Nous en venons aujourd'hui aux conditions de son intégration dans le droit communautaire. Depuis longtemps, ce Parlement européen, résolution après résolution, et la dernière fois encore, dans le rapport de Guy Verhofstadt, demande que cette intégration soit précédée d'une évaluation rigoureuse de l'expérience acquise au terme de sa mise en œuvre. De ce point de vue, je ne peux que citer le président Juncker lui-même qui, dans son discours sur l'état de l'Union, a dit très clairement que l'application intelligente des règles avait permis d'améliorer la situation de l'Union sans casser la croissance.

C'est dans cet esprit que nous vous demandons de réviser et d'évaluer ce pacte pour le rendre conforme à l'objectif que nous avons toujours poursuivi. De ce point de vue, il y a beaucoup à faire car, dans le calcul des déficits structurels, dans l'évaluation de la trajectoire d'ajustement des économies, lorsqu'elles rentrent dans le «bras» préventif du pacte, nous voyons bien que le traité, tel qu'il a été dessiné il y a cinq ans, n'est pas adapté.

Par conséquent, nous soutiendrons une intégration, mais après une évaluation rigoureuse dans le cadre d'un débat démocratique ouvert que nous sommes prêts à mener.

Joachim Starbatty, *im Namen der ECR-Fraktion*. – Herr Präsident! Es ist bekannt, dass Währungsunionen auseinanderbrechen, wenn die fiskalpolitische Disziplin nicht in allen Mitgliedstaaten ausgeübt wird. Jeroen Dijsselbloem, der Präsident der Euro-Gruppe, hat das in einen Vergleich gebracht, der das Haus sehr aufgeregt hat. Er sagte: Wenn die einen sich mit Frauen und Schnaps vergnügen, können sie nicht erwarten, dass andere die Zeche bezahlen! Schäuble hat das auch gesagt – nur vorsichtig. Warum ist es so, dass wir dauernd darüber sprechen, dass der Fiskalpakt effektiver ausgestattet werden muss, dass man da noch etwas ändern muss, dass man den integrieren muss? Warum ist das so?

Es ist ganz einfach! Wenn die Länder nicht für ihre Entscheidungen haften, können sie auch nicht für bestimmte Dinge haftbar gemacht werden! Es ist wie bei einem Fußballspiel. Wir haben Fußballspielregeln, und Regelverstöße werden geahndet. Dafür gibt es eine gelbe Karte. Und jeder Spieler weiß, dass bei einem zweiten Regelverstoß nicht eine zweite gelbe Karte, sondern die rote Karte kommt. Jeder Spieler weiß, dass bei mehrfachen Regelverstößen Platzverweis droht. Aber wenn es keine roten Karten gibt, kann man so viele gelbe Karten zeigen, wie man will, es wird sich nichts ändern!

Wir haben hier beim Fiskalpakt ein System, wo nur gelbe Karten aufgezeigt werden. Deswegen fragen wir uns immer wieder: Warum wird das nicht besser?

Jetzt haben Jean-Claude Juncker und Emmanuel Macron einen europäischen Finanzminister und ein eigenes Budget vorgeschlagen. Nur ist der Finanzminister nichts anderes als die Fortschreibung des Fiskalpakts. Wenn die Länder nicht wollen, dann wird man sie nicht disziplinieren können. Denn wenn wir sagen, wir haben eine unauflösliche Schicksalsgemeinschaft, und kein Land das Euro-Währungsgebiet verlassen muss, dann können wir uns nicht wundern, dass es Regelverstöße über Regelverstöße gibt.

Die Konsequenz wird sein, dass nur die Fonds, die Budgets für das Euro-Währungsgebiet übrig bleiben – also weitere Transfers, eine fiskalische Drainage. Aber was wir als Ökonomen auch wissen, ist: Wenn Subventionen und Transfers eingeführt werden, hören sie nicht irgendwann mal auf, sondern sie perpetuieren sich! Das ist die Erkenntnis der Ökonomie und auch der Politik. Budgets für das Euro-Währungsgebiet werden das Problem nicht lösen, sondern sie werden es verlängern, weil es jetzt nicht mehr notwendig ist, Regeln einzuhalten, denn andere kommen ja dafür auf!

Wenn ich dann Herrn Timmermans' Engagement für die Rechtsstaatlichkeit höre, die notwendig ist, – da unterstreiche ich jeden Satz, jeden Akzent! Aber in der Europäischen Währungsunion ist es ja so, dass wir uns nicht fragen: Ist das regelgerecht? Sondern wir fragen uns: Was müssen wir tun, um das Euro-Währungsgebiet zusammenzuhalten? Da werden auch Regeln gebrochen! Ich möchte, dass die Kommission und das Haus die Rechtsstaatlichkeit auch für die Währungsunion anwenden.

Petr Ježek, *on behalf of the ALDE Group*. – Mr President, the Economic and Monetary Union needs improvement in the areas of stability, convergence and governance. We do not only need to put in check public deficits, which in most Member States are now under control. We also need to reduce the excessively high debt levels to free money to invest in the future.

We also need to keep public spending under control so as not to overburden future generations, and we need to cater for future crises by not over-spending in economic good times so we have sufficient buffers in case the next crisis comes from the US. Moreover, the economic policies in the Union need to be more closely coordinated to generate positive spill-over effects and to enhance competitiveness in all Member States. We need a coordinated effort in modernising and reforming economies to create jobs and growth and face global competition. The Union has created so many new institutions, structures and procedures partly under Union law, partly on an intergovernmental basis, but not all of these new creatures have an equivalent counterpart holding them accountable.

If we want our citizens to have greater acceptance of the decisions that are taken at EU or indeed national level, we need to make sure that those can be effectively scrutinised, as many of these issues can be addressed if the Fiscal Compact were to be transposed into Union law. It is not without flaws and some of its provisions may need amendments, but overall, my group is strongly in favour of transposing the Treaty on Stability, Convergence and Governance to the greatest extent possible into the Union law in order to strengthen the principle of sound public finances, improve economic policy and coordination and legal uncertainty, and allow for proper democratic accountability.

Miguel Viegas, em nome do Grupo GUE/NGL. – Senhor Presidente, a estabilidade, a coordenação e a governação da União Económica e Monetária foi assinada em 2012 como resposta à crise financeira de 2008. Mas, em vez de tirar lições desta crise financeira, acentuou os aspetos mais negativos do Pacto de Estabilidade e Crescimento, querendo assim matar o paciente com a doença.

Como era de esperar, o tratado orçamental apenas prolongou a trajetória de divergência encetada com o euro e o Pacto de Estabilidade e Crescimento, impondo austeridade e a agenda neoliberal da União Europeia aos Estados-Membros contra a vontade dos seus povos.

Como o demonstra a situação de Portugal, a austeridade não é inevitável, revertendo as medidas da troika, apesar da chantagem da Comissão Europeia e das ameaças de sanções e cortes dos fundos estruturais, os salários e as pensões aumentaram, os impostos sobre o trabalho diminuíram e as privatizações andaram para trás, o crescimento voltou e o défice até baixou. Em vez de incorporar o pacto orçamental no quadro jurídico da União Europeia, melhor seria acabar com a União Económica Europeia ou, pelo menos, permitir a saída ordenada dos Estados-Membros que assim o desejem.

Ernest Urtsun, en nombre del Grupo Verts/ALE. – Señor presidente, el Pacto Presupuestario ha sido uno de los grandes errores de la Unión Europea y uno de los puntos de inflexión que han alimentado de alguna forma también el antieuropeísmo. Este acuerdo intergubernamental es el buque insignia de la austeridad en Europa y ha sido el elemento que ha permitido al Consejo ser el brazo ejecutor de un programa de austeridad y reformas estructurales que ha empobrecido a muchos países y disparado las desigualdades.

Ahora ya podemos decir que esta receta ha sido un fracaso a nivel económico y devastadora a nivel social. Este artefacto, además, tiene graves faltas de escrutinio democrático tanto por el Parlamento como por parte del Tribunal de Luxemburgo.

Permítame que le recuerde cómo se aplicó en España la llamada «regla de oro» en 2011: con una reforma antidemocrática de la Constitución, sin debate, sin refrendo ciudadano, creando una grave crisis institucional...

Y muchas de las crisis institucionales posteriores tienen una gran vinculación con lo que pasó ese día, con un sentimiento de secuestro de la democracia en una parte de la ciudadanía que todavía hoy perdura.

Por eso, creo que lo mejor que se puede hacer con el Pacto Presupuestario es derogarlo y asegurar que todas las políticas de coordinación económica y presupuestaria en la Unión Europea, que son extremadamente necesarias, se hagan dentro de los Tratados con un fuerte escrutinio en el Parlamento Europeo y con pleno respeto de los procesos democráticos en cada Estado de la Unión Europea.

Bernard Monot, au nom du groupe ENF. – Monsieur le Président, Monsieur le Commissaire, nous sommes totalement opposés à l'intégration du pacte budgétaire, le TSCG, dans le cadre juridique de l'Union européenne, et ce pour deux raisons principales.

Premièrement, par principe, parce que nous sommes partisans de l'Europe des nations, nous avons une nette préférence pour les accords intergouvernementaux, comme le TSCG, et ce afin d'éviter la propagation fédéraliste du cadre juridique de l'Union. Or, les matières du TSCG sont très importantes pour l'autonomie budgétaire des États.

Deuxièmement, parce que l'intégration du pacte budgétaire dans l'ordre juridique de l'Union européenne est extrêmement dangereuse dans le contexte de la mise en place d'un fonds monétaire européen, le FME.

La Commission européenne prépare en effet pour décembre un paquet de réformes de la zone euro qui inclut ce FME. Ce fonds monétaire européen est voulu par l'Allemagne. Gendarme macro-financier, il aura pour mission de mettre en place un mécanisme de restructuration des dettes publiques, c'est-à-dire un *buy-in* pour les États.

Le FME annoncera ainsi aux investisseurs et agents économiques les différentes paires qui seraient appliquées en cas de défaut. Cela aura l'effet d'accroître préventivement les pressions sur les États, via les disciplines de marché, et le renchérissement du coût des financements par la dette.

Le FME assurera le respect le plus strict du TSCG. Sa tâche sera facilitée par la possibilité nouvelle de saisir la Cour de justice de l'Union européenne. Cette possibilité, activement défendue par M^{me} Merkel lors de la négociation originelle du TSCG, avait alors été rejetée par les autres États. Cinq ans après, discrètement, nous y revenons.

Monsieur le Commissaire, nous nous opposerons résolument à la mise en place de la schlague du fonds monétaire européen et aux visées impérialistes de l'Union européenne, qui seront justement facilitées par la transformation législative du pacte budgétaire.

Janusz Korwin-Mikke (NI). – Panie Przewodniczący! Słucham tej dyskusji z ogromnym rozbawieniem, bo Unia Europejska narzuca państwom członkowskim masę kretynizmów, masę zupełnie idiotycznych ustaw, a jak raz usiłuje narzucić coś rozsądnego, to słyszę głosy, że to jest skandal, że demokracja musi się ugiąć przed tym, że dwa razy dwa równa się cztery. My demokratycznie chcemy sobie uchwalać dług, ale kto nam to narzuca? Unia Europejska, której bank centralny drukuje fałszywe pieniądze – którymi nawiasem mówiąc płaci nam również nasze pensje – drukuje te pieniądze bez opamiętania, fałszując oczywiście monetę, Unia Europejska nam to narzuca. Proszę Państwa, powiedzmy sobie jasno, przez cały XIX wiek była deflacja, a nie inflacja, i był rozwój. Nie ma co się tego obawiać, że dyscyplina finansowa spowoduje zastój gospodarczy. To nie dyscyplina finansowa, tylko socjalizm hamuje rozwój gospodarczy. Państwo chcecie zachować socjalizm, bo większość tego chce. Pamiętajmy jasno, że głupich jest więcej niż mądrych. Dopóki mamy demokrację, nic rozsądnego nie będzie wprowadzone.

Luděk Niedermayer (PPE). – Mr President, we are talking about fiscal rules in the European Union. Let me start with a broad perspective and also history, but not so old. In pre-crisis time, the fiscal framework of European Union – the so-called SGP – has failed – or we should rather say that politicians of that time let it fail.

SGP was not respected, the purpose, neither substance. As the consequence, countries soon after suffered with substantial difficulties, and people have suffered. During the crisis, under the threat and during the very limited time, a new framework, including the Fiscal Compact that we are debating today, was created. More intelligent rules, as some would say, were the result of that. The results, the data and the figures are quite impressive. Just looking at the data, I would observe that in the Eurozone from 2009, every year there was a decline of deficit to GDP. Since 2014, there is a decline of debt to GDP, and the deficit to GDP reached 1.5% last year.

At the same time, if I look at the US data, I can see the deficit was twice as high. The debt is growing since 2008, with only one exception. People can ask: what about the growth? The European Union is growing, unemployment has dropped down and employment is at an all-time high. People can say that it was too much of austerity; I would rather say it was a responsibility. Spending money that people do not have is not a good policy; sometimes it is a mistake, and sometimes it is even a crime.

I fully support the idea of incorporation of the Fiscal Compact into EU legislation, but I understand why, at a given time, it was not part of that. But as Mr Dombrovskis said, it was always intended. We can build on current results and not waste them.

Roberto Gualtieri (S&D). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, il *fiscal compact* è un trattato sbagliato due volte: nella forma, perché è intergovernativo, e nel contenuto, perché esprime una visione economica antiquata, che contraddice la necessità di politiche anticicliche e nega la funzione fondamentale degli investimenti pubblici.

Esatto, signor Starbatty, per il *fiscal compact* gettare denaro in donne e alcol, come ha detto infelicemente Dijsselbloem, è la stessa cosa del New Deal di Franklin Delano Roosevelt: non c'è differenza – cioè, una visione, appunto, che decenni di cultura economica del Novecento hanno contribuito a superare – e, inoltre, disconosce il concetto di posizione fiscale aggregata della zona euro, oltre a negare il fatto che una politica economica non si conduce solo sulle regole, sul pilota automatico, ma ha bisogno di un governo economico.

Questo, tanto più in quanto l'Unione economica e monetaria non dispone di un bilancio comune serio, degno di questo nome, che giustificerebbe un maggiore rigore a livello degli Stati membri. Peraltro, questa impostazione, com'è noto – forse il Movimento 5 Stelle lo ignora – è presente anche nel Patto di stabilità e di crescita, che è la vera fonte delle regole di cui si parlava.

Noi in questi anni ci siamo opposti a questa visione e ci siamo battuti per un'applicazione flessibile delle regole del patto di stabilità. E se oggi c'è la ripresa e il deficit si sta riducendo, come diceva Niedermayer, è proprio perché abbiamo applicato la flessibilità a delle regole, invece, concepite in un modo eccessivamente rigido e antiquato.

E tuttavia, è altrettanto evidente, che noi dobbiamo costruire delle regole migliori: non ci basta semplicemente ogni anno trovare il modo di applicarle in modo più intelligente. E in questo senso, il vero problema non è il *fiscal compact*, anche perché c'è un articolo 2 – vi spiego – che spiega che esso deve comunque assecondare eventuali cambiamenti delle leggi dell'Unione, ma è il patto di stabilità e noi chiediamo di migliorarlo, di cambiarlo, di introdurre una «golden rule», che distingua tra gli investimenti e la spesa corrente e di introdurre il concetto di posizione fiscale aggregata dell'eurozona.

Per questo noi crediamo che la Commissione farebbe bene a utilizzare, in modo più utile, il proprio tempo, a occuparsi a costruire una capacità fiscale dell'eurozona e a migliorare le regole del patto di stabilità. Se ciò non sarà, e si proporrà l'integrazione, sia chiaro che il Partito democratico in Italia e nel Consiglio porrà il veto, a meno di profondi cambiamenti nel contenuto del *fiscal compact*.

Νότης Μαριάς (ECR). – Κύριε Πρόεδρε, το δημοσιονομικό σύμφωνο είναι ένα σύστημα επιβολής μιας μόνιμης «μερκελικής» λιτότητας σε βάρος όλων των λαών της Ευρώπης. Επιβάλλει μάλιστα την υποχρέωση ενσωμάτωσής του στο Σύνταγμα των κρατών μελών. Επιπλέον, επιβάλλει στα κράτη μέλη τον περίφημο χρυσό κανόνα της Merkel, δηλαδή κρατικούς προϋπολογισμούς ισοσκελισμένους ή πλεονασματικούς. Σε διαφορετική περίπτωση, ενεργοποιούνται αυτόματα διορθωτικοί μηχανισμοί – ο γνωστός «κόφτης» – με μειώσεις μισθών, συντάξεων, κοινωνικών επιδομάτων και μέτρα βίαιης δημοσιονομικής προσαρμογής. Έτσι η δημοσιονομική πειθαρχία μπαίνει πάνω από την ανάπτυξη.

Πρόκειται για έναν δημοσιονομικό «ζουρλομανδύα», που επιβάλλει πρόστιμα και κυρώσεις, που περιορίζει την εθνική κυριαρχία, που αυξάνει την ανεργία, τις κοινωνικές ανισότητες. Η τρόικα και το Eurogroup εφαρμόζουν αυτή την πολιτική στην Ελλάδα, που έχει μετατραπεί σε πειραματόζωο του δημοσιονομικού συμφώνου με εκατομμύρια φτωχούς και στρατιές ανέργων, με ξεπούλημα της δημόσιας περιουσίας και αύξηση του επονείδιστου χρέους. Όμως, κύριε Dombrowskis, ο ελληνικός λαός δεν ανέχεται τα μνημόνια και την τρόικα και σύντομα θα σας στείλει το μήνυμα.

Marisa Matias (GUE/NGL). – Senhor Presidente, a política orçamental única da União Europeia, com regras como a limitação do défice, restringe a capacidade dos Estados-Membros de responderem ao ciclo económico através da sua própria política orçamental.

O Tratado orçamental mostra que a União Europeia não aprendeu nada com a História e o que faz é reforçar dois aspetos perversos das regras que já existem, o envasamento ultraliberal das regras orçamentais, ou seja, austeridade como regra, agravando os problemas dos países na resposta à estagnação prolongada e ao desemprego elevado e ao introduzir o critério do saldo estrutural, a arbitrariedade que já existia na imposição das regras, tratando os países de forma desigual, que passa agora a ser ela própria uma regra.

Integrar o Tratado orçamental no direito comunitário será trágico. O papel dos socialistas é determinante e espero que não seja trágico como foi em momentos anteriores. Apelo a todos os grupos que reivindicam o Estado social, a proteção do trabalho e a Europa social que rejeitem esta conversão. Não sei se vamos a tempo de salvar a União. Mas não dar este passo será fundamental para isso.

Marco Zanni (ENF). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, mi dispiace che il collega Gualtieri se ne sia andato, perché mi avrebbe fatto piacere ricordargli che il suo partito non solo ha sostenuto il *fiscal compact* ma ha sostenuto anche Maastricht e il Patto di stabilità e crescita. Quindi è un po' ridicolo, dopo vent'anni, venire a chiedere scusa, e dopo i danni fatti agli italiani ridotti in povertà.

Per quanto riguarda il *fiscal compact*, questa è l'essenza dell'Unione europea: la morte dello Stato e della democrazia. È follia pensare che il bilancio di uno Stato venga gestito come il bilancio di una famiglia: vuol dire avere ignoranza e non capire come funziona il bilancio di uno Stato. Ci avete fatto credere che il problema e la causa della crisi fossero il debito pubblico e il deficit. No, non è il debito pubblico; il debito pubblico è stato una conseguenza delle azioni scellerate dell'asimmetria che l'euro ha portato all'interno dell'Unione europea.

Non lo dico io: lo dicono coloro che voi ritenete persone credibili e di buon senso. Lo dice il vicepresidente della Banca centrale europea, Constâncio, lo dice il Presidente della Banca centrale, Mario Draghi, lo dice il capo economista della BCE e uno dei più alti dirigenti della BCE, Benoît Cœuré: uno Stato che ha sovranità monetaria, che ha il potere di stampare la moneta in cui è denominato il suo debito, può sempre sostenere il suo debito. Andate a vedere il sito della BCE: queste ricerche e questi discorsi sono pubblici per tutti.

Oggi noi non possiamo sostenere questo sistema: dentro all'Europa, dentro a queste regole si muore. L'unica via è ritornare alla sovranità monetaria.

Danuta Maria Hübner (PPE). – Mr President, as Chair of the Committee on Constitutional Affairs, I will not refer to the substance of this Treaty but to the constitutional aspects of the Treaty. One may recall that the European Parliament has never been a proponent of resorting to an intergovernmental treaty governed by international law to strengthen the fiscal rules and compliance with fiscal discipline in the Union, and this is why, in the phase leading to the adoption of this Treaty in 2012 (which was exactly after the most famous, I think, of the British vetoes in December 2011), the European Parliament has insisted on certain safeguards to be put in the Treaty in order to guarantee conformity with the Union Treaties, the Union law in general, and to make the international nature of the Treaty temporary. It was the European Parliament that insisted on this specific clause contained in Article 16, which requires the substance of the Treaty to be incorporated into the legal framework of the Union before January 2018.

The Committee on Constitutional Affairs is concerned with the institutional aspects of the incorporation of the substance of the Treaty in the EU framework, and we have been investigating this issue for quite some time. Now we have it in the Commission work programme; we have it in the letter of intent of Jean-Claude Juncker, so we are expecting the proposal. There is in the Treaty the substance that is not necessary or suitable to be incorporated, because the provisions relate to the intergovernmental nature of the Treaty and have no substantial content or duplicate existing legislation but also concern elements that could be established within another framework.

There is also substance that is already – or can be – incorporated through secondary legislation, but there is also substance that most likely would require Treaty change, and this is about the key provisions of the Treaty. So we are awaiting the December proposal with a sort of curiosity, especially in the context of the declaration of the President of the Commission that No Treaty change is on the Union's agenda.

Maria João Rodrigues (S&D). – Mr President, the integration of the fiscal compact into the legal framework of the European Union should be envisaged only if the lessons of recent years are properly taken into account. The first lesson is that this Treaty is also about coordination and governance. When it comes to coordination, the objectives are not only stability but also growth and convergence. We have learned in recent years that this convergence should be guided by economic and social targets together and the European Semester should be designed with this purpose.

When it comes to reforms, the assumption is that the reforms which should be recommended to Member States should take into account their real priorities and not invented priorities. But we also need to deal with the governance part of the treaty and the governance must be democratic, which is not yet the case. This means that, if a eurozone summit is now being convened, let me remind you that the Treaty provides for Parliament's President to be invited. Most of all, we need to make sure that, all through the process, Parliament will play a central role: when we discuss the reforms of the economic and monetary union (EMU), when we discuss the fiscal stance and when we discuss the recommendations for the euro area. We also need to recognise that there is a role for the national parliaments – yes, there is – when they are involved in discussing the national reform programmes and the country-specific recommendations. But overall we need an interinstitutional agreement to set the rules for real democratic governance of the EMU.

Finally, on fiscal discipline, let me be clear: of course we need common fiscal discipline in the eurozone to make it sustainable, but it is also clear that, in order to have this common fiscal discipline, if we do not want to hinder growth and growth potential, we need to complement national fiscal discipline – which should be intelligent – with a proper fiscal capacity, as all other monetary zones in the world have. No monetary zone in the world has existed and been sustainable without a fiscal capacity.

So these are our lessons to be integrated into the new framework.

Ryszard Czarnecki (ECR). – Panie Przewodniczący! Panie Komisarzy! Kiedy ponad sześć lat temu w moim kraju, w Polsce, toczyła się debata na temat ratyfikacji traktatu fiskalnego, wyraźnie przedstawiliśmy swoje zastrzeżenia. Dotyczyły one przekazania do Brukseli suwerennych praw parlamentów krajowych w kwestiach budżetowych, forsowania koncepcji federalistycznej Unii Europejskiej oraz wykorzystywania zasobów całej Unii i jej instytucji do realizacji celów określanych w gronie niepełnej Unii, czyli w państwach eurostrefy.

Dzisiaj z rozczarowaniem obserwujemy, że trochę daliśmy się nabrać. Brak jest pozytywnego wpływu na wzrost gospodarczy unijnych gospodarek czy konkurencyjność krajów peryferyjnych strefy euro. Forsowany zintegrowany rygor fiskalny nie niweluje trwałego deficytu rachunków bieżących w Grecji, Portugalii, Hiszpanii czy Włoszech, o czym mówił pan Zanni. Zamiast tego pogłębia on przepaść między nimi a najsilniejszymi gospodarkami eurostrefy, głównie Niemcami. Wydaje mi się, że teraz Komisja powinna przedstawić, Panie Komisarzy, dokładną ocenę wpływu traktatu o stabilności. Jaki ma on wpływ na gospodarkę poszczególnych krajów?

Miguel Urbán Crespo (GUE/NGL). – Señor presidente, hace veinticinco años se firmaba el Tratado de Maastricht. Yo tenía doce años, pero recuerdo muy bien cómo mucha gente entendió ya entonces que tratar de imponer, mediante un tratado, un modelo económico neoliberal era un peligro directo para la democracia, la soberanía y los derechos sociales en Europa. Desde entonces, la historia de Europa ha consistido en el esfuerzo de los poderosos por imponer políticas económicas neoliberales frente a la resistencia de los pueblos.

La firma del Pacto Presupuestario llevó a mi país a la modificación de la Constitución en medio de un verano, lo que supuso un golpe encubierto contra la democracia de la gran coalición de socialistas y populares. Lo único que se ha logrado con todo esto es sumir al continente en una situación de crisis política permanente, desempleo masivo, desigualdad y crisis territoriales.

Señorías, la Comisión anuncia ahora que pretende aprovechar la salida del Reino Unido para integrar este Pacto en la legislación europea: nosotros les decimos que desistan de su intento. El Pacto Presupuestario no lleva a una mayor cohesión europea, sino a un aumento de las tensiones y a la desintegración del propio proyecto europeo: no lo vamos a permitir. Desistan de su intento.

Mara Bizzotto (ENF). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, inserire il *fiscal compact* nei Trattati è pura follia. Il *fiscal compact* ha reso l'Italia ancora più schiava dei diktat di Bruxelles e della troika. Noi siamo stanchi dell'imposizione dell'Europa e dello Stato centrale: noi vogliamo essere liberi di usare i nostri soldi per i nostri cittadini. Le nostre regioni, i nostri comuni, i nostri territori hanno il diritto di usare questi soldi che sono soldi nostri, non dell'Europa, di Bruxelles o di Berlino.

Faccio un esempio: il mio Veneto e la Lombardia hanno residui fiscali più alti di tutta Europa. Sono le regioni che pagano di più ma che ricevono meno dallo Stato. Paghiamo più di tutti ma non possiamo usare in autonomia i nostri soldi.

Il prossimo 22 ottobre il Veneto e la Lombardia voteranno nel referendum per l'autonomia: quindici milioni di cittadini saranno chiamati alle urne e andranno a votare, serenamente e tranquillamente, non come è successo in Catalogna. Referendum ufficiali e legali, sanciti dalla Costituzione, che hanno l'obiettivo di trattenere più risorse economiche sul nostro territorio: meno centralismo e più autonomia per i territori e per le regioni.

È questa la direzione che dobbiamo prendere, in Italia e in Europa, per governare meglio e per creare sviluppo e benessere per i nostri cittadini.

Gunnar Hökmark (PPE). – Mr President, the idea of a fiscal compact is not as new as it sounds here, because it is a very old rule: if you spend more money than you have then you will in the end cause problems either for yourself or for someone else. That is why, in solidarity and in respect for others, you need to have stability in your economy. If you spend more than you get, then you either need to reform and spend less, or reform and earn more. A third alternative is of course to borrow money, and if you borrow money then your deficit will increase and your debt will increase.

I say this because reality is much more important than the rules. The rules we have are important, but reality is the really worrisome thing, because if you are increasing your deficit and cannot finance your public spending then it is the deficit and the increased deficit that is creating the austerity, not the rules. The rules are there in order to hinder the road to austerity. The rules are there to make us keep together around a sound and stable economy, sound and stable public finances, and I can never understand, if we look at all the experiences we have had, when countries – Sweden at the beginning of the 1990s, others in recent times – have nearly not been able to finance the public spending, not because of the rules but because of reality. That is why we need a fiscal compact in order to safeguard our economies.

Ramón Jáuregui Atondo (S&D). – Señor presidente, conviene recordar que el Pacto Presupuestario y el Pacto de Estabilidad en gran parte son consecuencia de la moneda común. Me gustaría trasladarles un poco de reflexión histórica sobre lo que fue el abismo al que se enfrentó la economía europea con la moneda común hace ya unos años.

El Pacto de Estabilidad y el Pacto Presupuestario son la consecuencia de que las diferencias entre los diferentes países, las divergencias macroeconómicas entre el norte y el sur, obligaban a mantener el euro con arreglo a una serie de condiciones. A mí muchas de ellas no me gustan. El Pacto no me gusta en su conjunto, pero es la consecuencia de una moneda común, señorías. Y esto es lo que tenemos que asegurar, que tenemos una moneda común con la que enfrentar la crisis, el futuro, la globalización. Y yo, que soy europeísta, quiero una moneda común y asumo algunas condiciones.

Y esas condiciones, ahora, se van a poder discutir porque, al incorporar el Tratado al Derecho de la Unión, tenemos la posibilidad de que el Parlamento pueda discutirlo, cambiarlo, flexibilizarlo, evaluarlo. Sí, tenemos el control parlamentario. No es fácil, pero el Tratado es intergubernamental, el Derecho de la Unión es Derecho parlamentario.

Yo querría referirme a quienes se oponen a la moneda común y a la gente que quiere volver a la lira o la peseta o al franco. ¿Qué futuro ofrecen ustedes a sus ciudadanos volviendo a la lira? Díganlo claramente a los ciudadanos, porque no hay futuro económico fuera de la moneda común, aunque esto exija sacrificios.

Matt Carthy (GUE/NGL). – Mr President, it is simply astounding to me that so many in this House want to permanently impose an austerity straitjacket on the entire EU by inserting the fiscal compact into the Treaty. The evidence is stark. The fiscal compact has prolonged the downturn, stifled growth and ensured that stagnation is the new normal. It has tied the hands of governments in the diverse countries now entirely reliant on the European Central Bank's one-size-fits-all monetary policies, which are running out of steam.

Where are the strict rules to reduce current account surpluses that will inevitably cause a new debt crisis? A single Member State could veto this move to enshrine this failed model into the treaties, but will any government in the EU have the courage to say that the German model does not work for us?

The failed austerity model has caused the rise of the far right in Europe. It has led to a crisis of legitimacy for the EU institutions. We have the opportunity to shake off the straitjacket. If we do not do so, the EU's political and economic crisis will become a political and economic catastrophe.

Othmar Karas (PPE). – Herr Präsident, Herr Kommissar, meine Damen und Herren! Es ist eine Selbstverständlichkeit, dass der Fiskalpakt in Unionsrecht übergeführt wird. So wie im Vertrag von Maastricht festgeschrieben wurde, dass der Euro die Währung für alle Mitgliedstaaten der Europäischen Union ist, die die Kriterien erfüllen, so ist im zwischenstaatlichen Fiskalpakt festgeschrieben, dass dessen Bestimmungen so bald wie möglich in die europäischen Verträge übergeführt werden sollen.

Ich möchte mich überhaupt einmal dafür aussprechen, dass wir eine Generalklausel vom Rat beschlossen bekommen, dass alle europäischen Gesetze auf dem Boden des Unionsrechts und damit unter Mitbeteiligung des Europäischen Parlaments erarbeitet und beschlossen werden. Alle Maßnahmen zur Weiterentwicklung der Währungsunion und zur Wirtschafts- und Sozialunion, zur Schaffung einer Banken-, Kapitalmarkt-, Fiskal- und Investitionsunion müssen auf dem Boden des Unionsrechts erfolgen. Denn nur dann ist ihre demokratische Legitimierung durch diese Bürgerkammer gegeben.

Damit unsere einheitliche Währung funktionieren kann, brauchen wir gesunde öffentliche Haushalte, Marktdisziplin und klare Vorgaben für die gesamtwirtschaftliche und haushaltspolitische Überwachung. Daher müssen wir den Stabilitäts- und Wachstumspakt weniger komplex, aber verpflichtender und effektiver auslegen. Wir benötigen strengere und effektivere Sanktionsmaßnahmen gegenüber jenen, die das gemeinsam Beschlossene nicht einhalten. Bereits im Stufenplan zur Vollendung der Wirtschafts- und Währungsunion, dem sogenannten Pierre-Werner-Plan von 1970, steht, dass alle Maßnahmen im Laufe eines Jahrzehnts erreicht werden können, sofern ausreichend politischer Wille der Mitgliedstaaten besteht. Auf diesen politischen Willen kommt es an, nicht mehr und nicht weniger.

Mercedes Bresso (S&D). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, da europeista convinta concordo con quanti hanno ricordato che il trattato è in vigore ma non è un trattato comunitario e quindi esclude da qualunque potere questo Parlamento e le istituzioni comunitarie. Quindi la discussione deve avvenire e deve essere anche chiaro che la revisione in corso dovrà definire nuovi parametri che tengano conto dello scenario attuale.

Quando è stato ratificato dai governi, dagli Stati e dai parlamenti nazionali il *fiscal compact*, l'economia europea era in una situazione disastrosa: ricordo gli *spread* che salivano a centinaia e centinaia di punti e quindi il rischio di fallimenti concreti degli Stati era in corso. Oggi l'economia è in ripresa, grazie ai grandi sforzi che sono stati fatti. Non bastano le misure di austerità, anzi vanno dimenticate. Occorre affrontare in modo diverso una revisione delle politiche economiche dell'Unione, che da un lato, garantisca investimenti da parte dell'Unione europea, a fronte della disciplina fiscale e degli Stati, investimenti non solo privati ma anche quelli che forniscono beni pubblici e producono occupazione.

È solo se ci sarà un bilancio della zona euro, che consenta di rilanciare crescita e occupazione, che si potrà affrontare la questione della riduzione del debito, che è certamente necessaria, ma in un quadro che non crei povertà e ostilità nei confronti delle istituzioni europee.

Trenta secondi Presidente perché sono stata insultata personalmente. Al signor Valli, che è poco onorevole, risponderò di *sui social* che tanto è l'unica cosa che sa

(Il presidente interrompe l'oratore)

Laura Agea (EFDD). – Signor Presidente, come capo delegazione del Movimento 5 Stelle, mi riservo di chiedere quali affermazioni ha fatto la collega Bresso, rivolgendosi alla mia delegazione, e voglio sapere dalle registrazioni se le offese che ci ha rivolto, mentre interveniva il suo collega Gualtieri, corrispondono a quanto da lei detto, perché mi riserverò di agire a nome della mia delegazione. Nessuno l'ha offesa! Si riservi un comportamento consono a quest'Aula e ai cittadini che anche Lei rappresenta.

Der Präsident. – Frau Kollegin! Es gibt in unserer Geschäftsordnung den Artikel 164. Wenn Sie sich persönlich angesprochen oder beleidigt oder unrichtig wiedergegeben fühlen, können Sie hier beim Präsidenten beantragen, nach dem Ende der Debatte eine persönliche Erklärung abzugeben, um das richtigzustellen. Aber Sie können nicht die laufende Debatte unterbrechen, in der jetzt der Kollege Chountis warten musste. Bitte schauen Sie in die Geschäftsordnung, beantragen Sie die persönliche Erklärung und geben die dann ab. Die wird zu Protokoll genommen. Sie haben dafür drei Minuten Zeit, das ist mehr als die wenigen Sekunden, die Sie jetzt hatten.

Νικόλαος Χουντής (GUE/NGL). – Κύριε Πρόεδρε, αγαπητοί συνάδελφοι, το δημοσιονομικό σύμφωνο είναι η άρνηση της δημοκρατίας στην Ευρωπαϊκή Ένωση. Τα κράτη μέλη που το έχουν υπογράψει μεταφέρουν τις εξουσίες επί των οικονομικών τους πολιτικών στους θεσμούς της ΟΝΕ. Όλες οι χώρες είναι υποχρεωμένες να υιοθετήσουν, ακόμα και στα Συντάγματά τους, κανόνες ισοσκελισμένων προϋπολογισμών και μηχανισμούς αυτόματης περικοπής δαπανών. Το αποτέλεσμα είναι να εφαρμόζεται μία και μόνη πολιτική, η νεοφιλελεύθερη πολιτική των ισοσκελισμένων προϋπολογισμών, των χαμηλών κοινωνικών δαπανών, της μείωσης των εισοδημάτων, της απελευθέρωσης των αγορών και των ιδιωτικοποιήσεων, της μείωσης των δικαιωμάτων και της διαπραγματευτικής δύναμης των εργαζομένων. Τα αποτελέσματα και τις συνέπειες μιας τέτοιας νεοφιλελεύθερης πολιτικής βιώνει ο ελληνικός λαός τα τελευταία επτά χρόνια κατά δραματικό τρόπο.

Αγαπητοί συνάδελφοι, οι λαοί της Ευρώπης, αν θέλουν οικονομικές πολιτικές που να υπηρετούν την κοινωνική δικαιοσύνη και την ευημερία τους, οφείλουν να έρθουν σε ρήξη με τις πολιτικές και τις δομές της ΟΝΕ και του ευρώ. Αν θέλουν να επαναφέρουν τη δημοκρατία, οφείλουν να υπερβούν τα όρια που θέτει η Ευρωπαϊκή Ένωση, το σύμφωνο σταθερότητας και το δημοσιονομικό σύμφωνο.

Der Präsident. – Meine Damen und Herren, liebe Kolleginnen und Kollegen! Wir haben einen Fehler auf der Tafel. Der nächste Redner ist gleich Herr Stolojan.

Erlauben Sie mir nur, mich zu verabschieden. Das war meine letzte Sitzung als Vizepräsident. Ich bin in das nationale Parlament gewählt worden. Ich möchte das nicht tun, ohne mich hier zu bedanken bei denjenigen, die mir geholfen haben: den Beamten der Generaldirektion Präsidentschaft, den Saaldienern, den Dolmetschern für ihre hervorragende Arbeit und der Technik, die normalerweise dafür sorgt, dass hier alles reibungslos läuft.

Ich hoffe, dass Sie meiner Nachfolgerin das gleiche Vertrauen entgegenbringen wie mir. Ich danke sehr herzlich und wünsche einen guten Fortgang der Debatte.

(Beifall)

PRZEWODNICTWO: BOGUSŁAW LIBERADZKI

Wiceprzewodniczący

Theodor Dumitru Stolojan (PPE). – Domnule președinte, criza financiară și criza datoriilor publice nesustenabile ne-au reamintit că nu există niciun substitut pentru disciplina bugetară, disciplina fiscală. Toți cei care au crezut că pot să susțină o bunăstare prin îndatorare continuă au fost treziți la realitate de către crizele prin care am trecut, iar cel mai mult au avut de suferit oamenii simpli, pensionarii, oamenii atât din sectorul public, cât și din sectorul privat.

Exemplul Greciei este edificator. Grecia, după ani de suferință, și-a pus casa în ordine și, în prezent, înregistrează rezultate pozitive. De aceea, este necesar ca acest compact fiscal să devină regulă în legislația Uniunii Europene, pentru că, înainte de a te gândi la capacitate fiscală, la solidaritate, trebuie să fii conștient că trebuie să respecti regulile privind disciplina bugetară, disciplina fiscală și, după aceea, dacă respecti aceste reguli, să te gândești la solidaritate în cadrul Uniunii Europene. De aceea, așteptăm propunerile Comisiei în decembrie cu privire la transpunerea în legislația europeană a compactului fiscal.

Paul Tang (S&D). – Een gemeenschappelijke munt vraagt om een gemeenschappelijk beleid en niet om rigide regels. Ik sta in een Nederlandse traditie, ooit begonnen met een liberale minister van Financiën, Gerrit Zalm, wanneer ik pleit voor een structureel begrotingsbeleid waarbij schokken in de begroting worden opgevangen en niet worden afgewend door te bezuinigen en mensen voor hun baan moeten vrezten, en waarbij wordt gestreefd naar volledige werkgelegenheid in goede én in slechte tijden.

De euro kan zoveel beter. De euro had landen bij elkaar moeten brengen, maar heeft landen uit elkaar doen groeien. De euro had moeten zorgen voor stabiliteit, maar de economieën zijn kwetsbaar gebleken – vooral in het zuiden.

Dus pleit ik voor een euro met 1) een duidelijke, afgebakende, Europese verantwoordelijkheid door een bufferfonds, door schokdempers om de schok op te vangen, door een Europese achtervang, zodat banken landen niet omver kunnen trekken; maar ook met 2) een duidelijke Europese verantwoording. Want de euro is van ons en er moet democratische verantwoording worden afgelegd aan gekozen volksvertegenwoordigers. Dat kan door een Europese minister van Financiën en niet door een ongekozen voorzitter van een schimmige eurogroep. En dat kan ook door een begrotingsunie zoals nu wordt voorgesteld, maar anders dan nu is vastgelegd.

Kortom, de euro kan zoveel beter en de euro moet zoveel beter.

Siegfried Mureșan (PPE). – Mr President, fiscal discipline is obviously an essential tool for the success of a Union of 27 Member States which share a common single market and a common currency. Only by maintaining a balanced budget can a country increase its resilience in order to face an economic downturn or a financial crisis.

Fiscal rules make our economy stronger not weaker. Having a balanced budget means having more fiscal space when it is needed. It means having funds available to implement structural reforms, not only in bad times but also in good times. The time to repair the roof is always when the sun is shining.

My country, Romania, has been part of the fiscal compact since the beginning. Joining it was the correct decision. Let me explain briefly why. The actions of the current government of the country make clear why the fiscal compact is necessary and why it protects our citizens from what is sometimes irresponsible governance at national level. In Romania, the debt-to-GDP ratio has increased by 4 percentage points from 37% to 41% of GDP in less than two years, and structural deficit has increased from 0.6% of GDP to more than 3%. Due to the significant deviations from the budgetary medium-term objective, the Commission issued a warning, and the Council followed. In the case of any country that does not comply with the provisions, the Commission or any other country can take the case to the Court of Justice. The last step is the imposition of sanctions.

These current developments, in any Member State, highlight the importance of respecting EU fiscal rules and the importance of imposing them on governments that sometimes work only for short-term objectives. Otherwise, who will carry the burden of the increasing deficit and debt in any Member State? Certainly not the current government which just happens to be in office and which will have been voted out by the time the debt comes to maturity. Then it will be the younger generations who will have to shoulder this debt and who will have fewer options for the future than the previous generations.

Przewodniczący. – Było pytanie o niebieską kartę. Chciałem wyjaśnić, że to jest debata na tzw. temat aktualny i nie mamy ani formuły niebieskiej karty, ani też nie mamy formuły pytań z sali.

Hugues Bayet (S&D). – Monsieur le Président, Monsieur le Commissaire, l'inclusion du pacte de stabilité et de croissance dans les traités n'est, à mon sens, pas souhaitable, en tout cas pas sans modification en profondeur de ce pacte. Car si le TSCG doit être remplacé par un traité qui encourage la convergence économique et sociale des pays européens et, plus particulièrement, des pays de la zone euro, il ne peut l'être qu'en évitant évidemment de reprendre des mesures comme celles qui ont conduit à l'accentuation de l'austérité.

Pour l'instant, reconnaissons-le, la Commission n'analyse que les données budgétaires, mais aucune vision globale n'est envisagée. Pourtant, il serait vraiment plus pertinent de prendre en compte tous les indicateurs, qu'ils soient sociaux, environnementaux ou économiques, et pas uniquement budgétaires.

En ne prenant en compte qu'une partie des données, le TSCG empêche les États membres d'investir et, on le sait tous, sans investissement, aucune relance économique n'est possible. Cela signifie tout simplement de nouveaux emplois en moins et plus de précarité pour les citoyens européens.

La modification du TSCG est donc une condition indispensable pour proposer des emplois de qualité au plus grand nombre et lutter contre la pauvreté grandissante dans l'Union européenne. Le fait de considérer le budget comme une entité déconnectée de la vie des Européens a créé, comme vous le savez, des inégalités inacceptables en Europe au lieu d'apporter des solutions pour les réduire.

Ayez donc le courage de mettre fin à l'austérité. Nous pouvons en constater les dégâts tous les jours. Le retour à la confiance des citoyens nécessite un changement de cap social et économique majeur. Je pense qu'il en est plus que temps, Monsieur le Commissaire.

Κώστας Μαυρίδης (S&D). – Κύριε Πρόεδρε, όπως τονίστηκε, το νομικό πλαίσιο για το δημοσιονομικό σύμφωνο και το σύμφωνο σταθερότητας είναι πολύ σημαντικό, αλλά εφόσον προωθεί τη σύγκλιση στο επίπεδο των πραγματικών οικονομιών μας προς τα πάνω. Από τον Ιανουάριο του 2013 που τέθηκε σε ισχύ το δημοσιονομικό σύμφωνο μέχρι σήμερα, το αποτέλεσμα σε επίπεδο πραγματικής σύγκλισης των οικονομιών μας είναι απογοητευτικό. Θα αναφερθώ σε συγκεκριμένα παραδείγματα, αλλά θα τονίσω ότι χρειάζονται απαραίτητως προσαρμογές και αλλαγές που να στοχεύουν στη βελτίωση της πραγματικής οικονομίας. Χρειάζεται εμπλοκή των ιδίων των κρατών μελών στον σχεδιασμό των διαρθρωτικών τους αλλαγών και όχι επιβολή, ούτε ένα μέγεθος για όλους.

«Υπευθυνότητα» αναφέρεται στους κανόνες. Ναι, η Επιτροπή θα πρέπει να επιζητεί τη διόρθωση των μακροοικονομικών υπερβολών, αλλά αυτό θα πρέπει να στρέφεται τόσο προς τα υπερβολικά ελλείμματα όσο και προς τα υπερβολικά πλεονάσματα. Άλλωστε τα ελλείμματα των μεν είναι εν πολλοίς τα πλεονάσματα των άλλων. Όσον αφορά τα Διαρθρωτικά Ταμεία, πρέπει να σταματήσει η διασύνδεσή τους με το Ευρωπαϊκό Εξάμηνο. Όσοι θέλουν να αφαιρέσουν την πρόσβαση στα Ταμεία λειτουργούν ενάντια στους κανόνες που διέπουν τη λειτουργία τους, τους κανόνες της αλληλεγγύης και της κοινωνικής συνοχής. Τελειώνω με ένα ερώτημα: είναι δυνατόν να φτάσουμε μέχρι εδώ χωρίς ακόμα να έχει εφαρμοστεί πανευρωπαϊκή τραπεζική εγγύηση των καταθέσεων;

Evelyn Regner (S&D). – Herr Präsident! Wir müssen uns vor Augen führen, was als Reaktion auf die Krise passiert ist: Sozialstandards wurden abgebaut, Gewerkschaftsrechte nicht nur in Griechenland ausgehebelt, und man hat das Ganze mit einer Flucht aus dem Europarecht ermöglicht. Der Fiskalpakt und die Rettungsschirme wurden um die Verträge herum errichtet, demokratische Sicherheitsmaßnahmen des Europarechts umgangen. Es liegt also auf der Hand, dass wir die europäische Wirtschaftspolitik demokratischer gestalten müssen. Die demokratische Kontrolle durch uns im Europäischen Parlament muss sichergestellt werden.

Aber für eine zukunftsfähige europäische Wirtschaftspolitik brauchen wir vor allem eines: eine Abkehr von der neoliberalen Sparpolitik – am Rücken von Beschäftigten, am Rücken von Schwächeren. Öffentliche Investitionen in die Zukunft, etwa in Bildung, müssen aus den strikten Regeln des Stabilitätspakts ausgenommen werden.

Bernd Lucke (ECR). – Herr Präsident, meine Damen und Herren! Der Fiskalpakt ist angelegt worden, um die Schuldenstände in der Europäischen Union zu senken und um die Neuverschuldung zu dämpfen. Wenn man jetzt darüber spricht, ob man den Fiskalpakt in die europäischen Verträge integrieren möchte, dann muss man doch erst mal gucken: Hat sich der Fiskalpakt denn bewährt? Hat er denn so funktioniert, wie er hätte funktionieren sollen? Hat es denn funktioniert, dass Staaten, die ihre Neuverschuldungsobergrenzen ein ums andere Mal überschritten haben, Sanktionen zahlen mussten, so wie es im Fiskalpakt vorgesehen ist? Und dann stellen wir fest, dass das nicht der Fall gewesen ist, dass man diesen Staaten immer wieder Aufschub gegeben hat, dass man beide Augen zugedrückt hat, dass man letzten Endes, als der Vertrag zwingend vorschrieb, dass wir jetzt Sanktionen verhängen müssen, gesagt hat: Na super, jetzt verhängen wir Sanktionen, nämlich Sanktionen von null Euro.

Was ist denn das für eine Politik? Jeder Autofahrer, der mal die Geschwindigkeit ein bisschen überschreitet, muss 30, 40, 50 EUR für ein kleines Delikt bezahlen, und hier, wenn ganze Staaten nicht rechtzeitig auf die Bremse treten, wenn sie ein ums andere Mal ihre Verschuldung, ihre Neuverschuldungsgrenze überschreiten, dann kriegen sie eine Strafe von null Euro!

Vizepräsident Timmermans hat vorhin in der Aussprache zum Katalonien-Konflikt gesagt, dass die Europäische Gemeinschaft auf dem Prinzip der Rechtsstaatlichkeit basiert. Das ist sicherlich richtig. Aber wir brauchen nicht nur die Rechtsstaatlichkeit, wir brauchen auch die Verlässlichkeit des Rechts. Wir müssen wissen, dass das staatliche Handeln berechenbar ist. Wenn der Staat aber immer wieder willkürlich handelt, wenn die Gesetze so flexibel angelegt sind, dass man ihren Geist einfach missachten kann, dann ist es mit der Verlässlichkeit des Rechts nicht weit her.

Valdis Dombrovskis, Vice-President of the Commission. – Mr President, this was an important opportunity to exchange views on the integration of the fiscal compact into the Union's legal framework. The fiscal compact emerged five years ago as a stop-gap solution at a time of deep crisis. Even though today our European economies are sailing in calmer seas, the basic tenet of the fiscal compact, of pursuing responsible fiscal policies, remains entirely valid. Moreover, bringing the fiscal compact into the body of the EU fiscal framework will help enhance the resilience of the EU going forward, and it will do so in a way that ensures more accountability. But we also have to acknowledge that the incorporation is unlikely to be a routine operation. As we could also see from today's discussions, there are serious political and legal implications at stake. This is why on the Commission side we are looking carefully into possible options.

Once again, let me thank you for your persistent interest in this matter.

Marco Valli (EFDD). – Signor Presidente, all'ordine 664 la deputata Mercedes Bresso ha dichiarato, durante il suo intervento, che io l'avrei insultata all'inizio, quando è stato appunto enunciato il mio dibattito.

Per quanto mi riguarda, io ho rivisto il mio discorso e non ho fatto nessun insulto. Quindi vorrei che, nel caso, si vedesse la registrazione di questo dibattito e si dichiarasse che io non ho insultato nessuno, perché ho rispetto per tutti i parlamentari che sono qui dentro.

Przewodniczący. – Przczytamy tę debatę, przeczytamy zapisy i wtedy stosownie zareagujemy.

Zamykam debatę.

Oświadczenia pisemne (art. 162)

Laura Ferrara (EFDD), per iscritto. – La gravissima crisi economica, sociale e politica che sta attraversando l'Unione europea è stata aggravata da politiche di austerità che hanno avuto forti effetti prociclici e hanno generato livelli insostenibili di disoccupazione, povertà e disuguaglianze soprattutto nei paesi della periferia della zona euro. In tal senso, la paventata incorporazione del «Fiscal Compact» nell'ordinamento giuridico dell'Unione, con tutto quello che ciò comporta in termini di vincoli di bilancio giustiziabili davanti alla Corte di giustizia, rappresenta un pericolo gravissimo che occorre contrastare. Siamo convinti, infatti, che il «Fiscal Compact» impegni i governi a perseguire obiettivi di bilancio tecnicamente irrealistici e insostenibili da un punto di vista economico, politico e sociale, e ciò in quanto le misure di austerità che si renderanno necessarie a seguito della sua malaugurata inclusione nell'ordinamento dell'UE, saranno talmente drastiche da alimentare un'ulteriore recessione ed una conseguente disaffezione dei cittadini verso l'UE. Condivido pienamente, pertanto, l'allarme lanciato dal collega Marco Valli, e mi associo all'appello, rivolto al Parlamento europeo, a sostenere la nostra battaglia contro il «Fiscal Compact».

Андрей Ковачев (PPE), в писмена форма. – Приветствам предложението на Европейската комисия за включването на фискалния пакт в правната рамка на ЕС. Сключването му като междуправителствено споразумение в разгара на финансовата и икономическа криза беше необходимо, за да се преодолее липсата на единодушие в Европейския съвет, но общностният метод трябва да се запази и да не бъде отслабван.

Европейският съюз винаги се е развивал динамично, когато се е придържал към този метод на вземане на решения, и винаги е буксувал, когато решенията се основават на междуправителствени споразумения без необходимата прозрачност и контрол от страна на Европейския парламент. Съюзът трябва да изпълнява задачите си в контекста на единна институционална рамка и да се избягва създаването на нови институции извън тази рамка.

Включването на фискалния пакт в правната рамка на ЕС ще гарантира не само по-добър демократичен контрол по отношение на правилата за бюджетна дисциплина, но и по-голямата легитимност на европейските институции.

Κωνσταντίνος Παπαδάκης (NI), γραπτώς. – Το «δημοσιονομικό σύμφωνο» της ΕΕ αποτελεί βήμα περαιτέρω ευρωενωσιακής ενοποίησης. Ο ενιαίος ευρωενωσιακός προϋπολογισμός, ο Ευρωπαϊός Υπουργός Οικονομικών, το Ευρωπαϊκό Νομισματικό Ταμείο, σε ανταγωνισμό, αλλά και με τον ίδιο ρόλο με το ΔΝΤ, είναι η δίχως τέλος θωράκιση της αντεργατικής πολιτικής των κυβερνήσεων, υπό τη διαρκή εποπτεία της ΕΕ. Η υποχρέωση για ισοσκελισμένους προϋπολογισμούς – εντός του πλαισίου του «Συμφώνου Σταθερότητας» - σε περίπτωση υπέρβασης, υποχρεώνει τα κράτη σε ακαριαία αντεργατικά μέτρα, με «αυτόματους δημοσιονομικούς κόφτες», νέες περικοπές μισθών, συντάξεων, κοινωνικών δαπανών. Σε συνδυασμό με τον «ΕΜΣ» και το «Σύμφωνο του Ευρώ» για την ασφυκτική ευρωενωσιακή εποπτεία έως την αποπληρωμή του δημόσιου χρέους υπόσχονται μνημόνια διαρκείας. Τα αιτήματα διαφόρων κυβερνήσεων, όπως της κυβέρνησης ΣΥΡΙΖΑ – ΑΝΕΛ, πρωταθλήτριας στην εφαρμογή μνημονίων, για εξαίρεση από το σύμφωνο σταθερότητας των «αναπτυξιακών» επενδυτικών δαπανών δεν αφορούν σε καμία περίπτωση τη χαλάρωση της αντιλαϊκής πολιτικής, αλλά επιδοτήσεις με τζάμπα χρήμα και φοροαπαλλαγές για το κεφάλαιο που θα πληρώσει πάλι ο λαός με αλλεπάλληλες καταγίδες μέτρων και φόρων. Η πείρα των λαών μπορεί να αποτελέσει κριτήριο και βάση αντιμετώπισης του εργατικού – λαϊκού κινήματος. Καπιταλιστική ανάπτυξη χωρίς θυσίες διαρκείας των λαών, δίκαιη ανάπτυξη μέσα σε ένα άδικο σύστημα δεν υπάρχει.

Alfred Sant (S&D), in writing. – Proposals for reforming and deepening the EU have proliferated. In the European Union, formally or informally, they must be acknowledged and taken into account. Especially with regard to the eurozone, most proposals envisage further deepening of central management structures on a federalist basis. They then put a bracket around meaningful consolidation strategies. Yet, these should be considered the top priority.

One reason why it's not happening follows from the dogma that the eurozone cannot operate as a transfer union. But that is the rationale behind any federal arrangement covering a monetary union. The US, a mature federal system, operating as a transfer union, has less controls on the policy options available to its component parts, than the eurozone already has as of now. Meanwhile, the 'terms of trade' defined by the eurozone's implicit internal exchange rate, actually make it a systemic 'transfer union' from south and east to north and centre.

The EU should aim to bridge these contradictions through a political settlement. Firstly, it must focus on convergence between economies and consolidation of existing euro management structures. Otherwise, deepening of the euros system will remain either a chimera or a further curb on the weaker, smaller Member States.

Σωτήριος Ζαριανόπουλος (NI), γραπτώς. – Το «δημοσιονομικό σύμφωνο» της ΕΕ αποτελεί βήμα περαιτέρω ευρωενωσιακής ενοποίησης. Ο ενιαίος ευρωενωσιακός προϋπολογισμός, ο Ευρωπαϊός Υπουργός Οικονομικών, το Ευρωπαϊκό Νομισματικό Ταμείο, σε ανταγωνισμό, αλλά και με τον ίδιο ρόλο με το ΔΝΤ, είναι η δίχως τέλος θωράκιση της αντεργατικής πολιτικής των κυβερνήσεων, υπό τη διαρκή εποπτεία της ΕΕ. Η υποχρέωση για ισοσκελισμένους προϋπολογισμούς – εντός του πλαισίου του «Συμφώνου Σταθερότητας» - σε περίπτωση υπέρβασης, υποχρεώνει τα κράτη σε ακαριαία αντεργατικά μέτρα, με «αυτόματους δημοσιονομικούς κόφτες», νέες περικοπές μισθών, συντάξεων, κοινωνικών δαπανών. Σε συνδυασμό με τον «ΕΜΣ» και το «Σύμφωνο του Ευρώ» για την ασφυκτική ευρωενωσιακή εποπτεία έως την αποπληρωμή του δημόσιου χρέους υπόσχονται μνημόνια διαρκείας. Τα αιτήματα διαφόρων κυβερνήσεων, όπως της κυβέρνησης ΣΥΡΙΖΑ – ΑΝΕΛ, πρωταθλήτριας στην εφαρμογή μνημονίων, για εξαίρεση από το σύμφωνο σταθερότητας των «αναπτυξιακών» επενδυτικών δαπανών δεν αφορούν σε καμία περίπτωση τη χαλάρωση της αντιλαϊκής πολιτικής, αλλά επιδοτήσεις με τζάμπα χρήμα και φοροαπαλλαγές για το κεφάλαιο που θα πληρώσει πάλι ο λαός με αλλεπάλληλες καταγίδες μέτρων και φόρων. Η πείρα των λαών μπορεί να αποτελέσει κριτήριο και βάση αντεπίθεσης του εργατικού – λαϊκού κινήματος. Καπιταλιστική ανάπτυξη χωρίς θυσίες διαρκείας των λαών, δίκαιη ανάπτυξη μέσα σε ένα άδικο σύστημα δεν υπάρχει.

16. Apresentação do relatório anual do Tribunal de Contas - 2016 (debate)

Przewodniczący. – Kolejnym punktem porządku dnia jest prezentacja sprawozdania rocznego Trybunału Obrachunkowego – 2016 r. (2017/2765(RSP))

Witam serdecznie prezesa Trybunału Obrachunkowego, pana Klaus-Heinera Lehnego. Jeszcze raz witam pana komisarza Oettingera.

Klaus-Heiner Lehne, Präsident des Rechnungshofs. – Herr Präsident, Herr Kommissar, meine Damen und Herren Abgeordnete! In diesem Jahr begeht der Europäische Rechnungshof sein 40. Jubiläum. Wie die Debatten diese Woche in diesem Hause gezeigt haben, haben sich im Verlauf der vergangenen vier Jahrzehnte die politischen, finanzpolitischen und wirtschaftlichen Rahmenbedingungen der Europäischen Union erheblich verändert. Die Herausforderungen der jüngsten Zeit haben das Vertrauen unserer Bürger in die europäischen und nationalen Institutionen vor eine Zerreißprobe gestellt. Wir, die wir in diesen Institutionen arbeiten, müssen darauf reagieren und Lösungen finden, und zwar jeder im Rahmen seines jeweiligen Verantwortungsbereiches. In dieser Hinsicht freue ich mich, Ihnen mitteilen zu können, dass ich durchaus Positives berichten werde.

Unserer Einschätzung nach vermittelt die EU-Jahresrechnung für 2016 ein den tatsächlichen Verhältnissen entsprechendes Bild. Die Einnahmen im Jahre 2016 waren nicht in wesentlichem Ausmaß mit Fehlern behaftet. Vor allem aber hat sich die geschätzte Fehlerquote bei den Zahlungen zulasten des europäischen Haushaltes kontinuierlich verbessert. Rund die Hälfte der von uns im Jahre 2016 geprüften europäischen Ausgaben wies eine Fehlerquote auf, die unter der Wesentlichkeitsschwelle von 2 % lag. Infolgedessen erteilten wir zu den Zahlungen des Jahres 2016 ein eingeschränkt positives Prüfungsurteil, anstatt dies zu versagen. Das ist unser erstes eingeschränktes Prüfungsurteil, seit wir 1994 begannen, jährlich eine Zuverlässigkeitserklärung vorzulegen. Es steht für eine bedeutende Verbesserung im EU-Finanzmanagement.

Konkret bedeutet dies: Die geschätzte Gesamtfehlerquote bei den EU-Ausgaben im Jahre 2016 beläuft sich auf 3,1 % gegenüber 3,8 % im Jahre 2015 und 4,4 % im Jahre 2014. Dies ist also eine kontinuierliche Verbesserung.

Die sogenannten anspruchsbasierten Zahlungen, die bei Erfüllung bestimmter Bedingungen geleistet werden, machen rund 49 % der EU-Ausgaben aus und wiesen Fehlerquoten von unter 2 %, unterhalb der Materialitätsgrenze, auf. Darunter fallen Direktbeihilfen für Landwirte, Studien und Forschungsstipendien sowie Personalkosten, um eine Reihe von Punkten beispielhaft zu benennen.

Demgegenüber wurden bei den sogenannten erstattungsbasierten Zahlungen, die geleistet werden, um Ausgaben zu erstatten, höhere Fehlerquoten festgestellt. Von den Mitgliedstaaten und der Kommission ergriffene Maßnahmen trugen zwar dazu bei, die geschätzte Gesamtfehlerquote zu verringern, doch stellten wir fest, dass ausreichende Informationen zur Verfügung standen, um weit mehr Fehler zu verhindern bzw. aufzudecken und zu berichtigen. Unserer Auffassung nach bedeutet dies, dass keine zusätzlichen Kontrollstufen nötig sind, die bestehenden Kontrollen aber ordnungsgemäß vollzogen werden müssen.

Lassen Sie mich aber auch eine Warnung aussprechen: Der Gesamtbetrag der Zahlungen, zu denen die Europäische Union im Rahmen künftiger Haushaltspläne verpflichtet ist, war mit 238,8 Mrd. EUR im Jahre 2016 so hoch wie noch nie zuvor. Die Beseitigung dieses Rückstandes und die Verhinderung neuer Rückstände sollten mit Blick auf die Planung der europäischen Ausgaben für den Zeitraum nach 2020, also im Zusammenhang mit dem nächsten MFR, im Vordergrund stehen.

Es ist für unsere Bürger wichtig, zu wissen, dass die öffentlichen Gelder rechtmäßig ausgegeben werden. Aber genauso wichtig – vielleicht sogar noch wichtiger – ist es für die Menschen, zu erfahren, was sie für ihr Geld erhalten haben. War der Bau einer bestimmten Straße oder eines Flughafens an einem bestimmten Standort oder irgendeiner anderen Infrastruktur wirklich sinnvoll? Wurden damit tatsächlich Arbeitsplätze und Wachstum geschaffen? Um diese Fragen zu beantworten, stellen wir zunehmend die Wirtschaftlichkeit und Wirksamkeit der europäischen Ausgaben und der Programme in den Fokus unserer Arbeit.

In vielen Bereichen des europäischen Haushaltes wurden Kontrollsysteme, die dazu dienen, Fehler zu verhindern, aufzudecken und zu berichtigen, in den letzten Jahren verbessert. Dies bietet für uns auch eine Chance, die Zuverlässigkeitserklärung mit dem Ziel weiterzuentwickeln, uns künftig im Hinblick auf die Ordnungsmäßigkeit der Ausgaben stärker auf diese Kontrollsysteme verlassen zu können. Wir werden so in der Lage sein, Parlament und Rat mehr und bessere Informationen im Rahmen der Prüfung des europäischen Haushaltes zur Verfügung stellen zu können.

Meine Damen und Herren, in den kommenden Jahrzehnten werden wir auch weiterhin als Hüter der europäischen Finanzen und der Interessen unserer Bürger tätig sein. Wir werden auch weiterhin eine unabhängige Stimme sein und Bereiche aufzeigen, die gut funktionieren, aber auch unbequeme Wahrheiten aussprechen. In einer Welt, in der Fehlinformationen und die Manipulation von Daten zunehmend weit verbreitet sind, wird der Europäische Rechnungshof fortfahren, zuverlässige und unparteiische Informationen zu liefern. Lassen Sie uns gemeinsam in jedem Stadium des Gesetzgebungs- und Haushaltszyklus dafür sorgen, dass die Europäische Union in Fragen, die für den Bürger von Bedeutung sind, Ergebnisse auf effiziente Weise erzielt.

Günther Oettinger, Mitglied der Kommission. – Herr Präsident, verehrter Herr Präsident Lehne und Herr Lazarou vom Europäischen Rechnungshof, meine sehr verehrten Damen und Herren Abgeordnete! Der Jahresbericht und die Empfehlungen des Europäischen Rechnungshofs sind für uns als Europäische Kommission wichtige Grundlagen für unsere weitere Arbeit. Diese Zusammenarbeit zwischen den verschiedenen Organisationen – dem Haushaltskontrollausschuss, dem Rat und dem Rechnungshof und andererseits der Kommission – tragen, so glaube ich, auch Früchte. Daran, dass wir zum zehnten Mal in Folge die Zuverlässigkeit unserer Rechnungsabschlüsse bestätigt bekamen, dass wir eine sich weiter verringernde Fehlerquote aufzeigen, dass das Prüfungsurteil des Rechnungshofes uns bestärkt, sieht man: Wir sind gemeinsam nicht ohne Erfolg unterwegs. Ein langer Prozess scheint sich auch zu lohnen.

Das Europäische Parlament kann stolz sein auf seinen Beitrag, der im Kontext des Entlastungsverfahrens durch Sie erbracht wird. Sie haben über Jahre hinweg dafür gesorgt, dass wir als Europäische Kommission durch konstruktive und kritische Begleitung besser geworden sind. Der Rechnungshof macht ganz konkrete Vorschläge, um das öffentliche Auftragswesen korrekt durchzuführen, um die Bemessung von Agrarflächen richtig vorzunehmen, um bei Finanzhilfen im Forschungssektor den bürokratischen Aufwand für Forscher zu verringern und damit einen höheren Wert unseres Forschungsprogramms zu erreichen.

Klar ist: Wir sind immer auch in engem Zusammenhang auf die Mitgliedstaaten angewiesen. Wir haben eine gemeinsame Verantwortung, und die Verwaltung der Mitgliedstaaten, ihrer Regionen ist oftmals mit uns gemeinsam oder gar federführend für eine ordnungsgemäße Mittelverwendung und Verfahrensdurchführung verantwortlich.

Das eingeschränkte Prüfungsurteil ist für uns eine durchaus gute Nachricht. Aber wir sagen nicht selbstzufrieden: „Das war's“, wir wollen unsere Arbeit effizienter machen und weiter verbessern. Herr Präsident Lehne hat den Backlog und die Schwierigkeiten erwähnt, die daraus in den Haushalten 2014 und 2015 entstanden. Stand heute laufen wir wieder in der Schlussphase dieser Periode in eine vergleichbare Entwicklung hinein, denn die Mittel, die 2015, 2016, 2017 und auch 2018 bereitstehen, werden vermutlich nicht mehr gebraucht. Wir werden in den nächsten Tagen Änderungsvorschläge machen und Kürzungen am laufenden Etat vornehmen, aber auch am Haushalt für 2018. Daraus müssen wir für die nächste Periode lernen – die Mitgliedstaaten und wir. Und möglicherweise sollte ein neuer MFR nicht erst kurz vor Weihnachten des letzten Jahres verabschiedet werden. Ein Jahr früher brächte früher Sicherheit für alle Beteiligten, und die Vorbereitung und die Fahrgeschwindigkeit wären ab dem ersten Jahr besser unterwegs.

Wir sagen gerne zu, dass wir aus all den Vorschlägen des Rechnungshofs lernen wollen. Und das Thema Erfolgsorientierung: Die Wirksamkeit und die Frage des Mehrwerts, den wir begründen werden und müssen, stehen dabei im Vordergrund bei allen Maßnahmen der Infrastruktur, bei Kohäsionsprogrammen, bei neuen Aufgaben wie Migration – der Mehrwert, den wir auf europäischer Ebene gegenüber einer Aufgabenerbringung und -finanzierung auf nationaler Ebene nachweisen müssen.

Wir wollen nochmals das Hohe Haus auf den Reflexionsprozess hinweisen. Für den nächsten Haushaltsrahmen haben wir ein Papier vorgelegt, in dem wir Optionen aufzeigen und wo wir auf Ihre Meinung großen Wert legen. Das gilt für die Zahl der Jahre des nächsten MFR, das gilt für die Prioritäten im nächsten MFR, das gilt für die Rubriken, und es gilt auch für die Programmierung, die dann wiederum für die Auftragsdurchführung und für die Erfolgsorientierung entscheidend wichtig ist.

Mein Dank gilt dem Rechnungshof. Ich glaube, dass die Grundlagen für eine gute Beratung in den nächsten Wochen hier in dem Hohen Hause heute geschaffen worden sind.

(Beifall)

Joachim Zeller, im Namen der PPE-Fraktion. – Herr Präsident, Herr Kommissar, lieber Präsident des Rechnungshofs! Zunächst einmal wieder einen herzlichen Dank an Sie, Klaus-Heiner Lehne, und Herrn Lazaro und die Mitarbeiter des Rechnungshofs für den Jahresbericht für das Haushaltsjahr 2016. 322 Seiten des Jahresberichts des Rechnungshofs geben detailliert Auskunft darüber, wie die Kommission und die Mitgliedstaaten mit dem Haushalt der EU gearbeitet haben. Auch wenn es ein Blick zurück ist, bietet der Rechnungshofbericht gemeinsam mit den Sonderberichten des Rechnungshofs, die ich an dieser Stelle noch mal erwähnen möchte, eine sehr gute Analyse zur Zielerreichung bei den europäischen Programmen und Projekten. Die erneut gesunkene Fehlerquote von jetzt im Durchschnitt 3,1 % ist ermutigend, und wir begrüßen natürlich diesen positiven Trend.

Ein Blick auf die Fehlerquote allein reicht allerdings nicht aus. Fehler sagen häufig mehr über die Komplexität von Regeln aus als über Missbrauch und Betrug. Daher müssen wir das Regelwerk unserer Finanzverwaltung weiter vereinfachen, damit die Zahlungsempfänger noch schneller und besser in den Genuss der europäischen Haushaltsmittel kommen können.

Die höchsten Fehlerquoten treten nach wie vor wieder im Bereich der geteilten Mittelverwaltung auf. Mein Appell geht daher an die Mitgliedstaaten und ihre Verwaltungsbehörden, noch entschiedener an der Vermeidung von Fehlern zu arbeiten.

Anlass zur Sorge geben die auch vom Hof und auch vom Kommissar erwähnten und festgestellten erheblichen Verzögerungen beim Einstieg in die jetzige Förderperiode und damit zusammenhängende eklatante Zahlungsrückstände, denn das Jahr 2016 war bereits das dritte Jahr der laufenden Förderperiode. Das kann zu einem erheblichen Zahlungsüberhang beim nicht mehr allzu fernen Ende in der jetzigen Förderperiode führen. Deswegen ist es jetzt höchste Zeit, an der Abarbeitung der Rückstände zu arbeiten, damit die Ziele, die mit dem europäischen Haushalt erreicht werden sollen, auch wirklich erreicht werden können.

Durch die aktuellen Debatten ist die Redezeit bei mir begrenzt worden, deswegen kann ich jetzt nur sehr allgemein auf den Rechnungshofbericht eingehen. Aber in den nächsten Wochen werden wir gemeinsam mit der Kommission dieses opulente Werk im Detail diskutieren und dann zu einem Bericht des Parlaments führen. Noch mal herzlichen Dank für die geleistete Arbeit und für die konstruktive Zusammenarbeit!

Inés Ayala Sender, *en nombre del Grupo S&D*. – Señor presidente, señor Lehne, señor comisario Oettinger, en este Pleno donde abundan los debates sobre —digamos— malas noticias para la Unión Europea —un *Brexit* que se atasca por incomparecencia de la parte que lo propició y un ejemplo de cómo procurarse réditos políticos secesionistas incumpliendo la legalidad y el Estado de Derecho y manipulando la buena voluntad de la gente—, sin embargo, solo podemos felicitarnos por una noticia excelente que hemos tardado solo veintitrés años en conseguir.

Y a usted le corresponde el éxito, señor Lehne, a todos sus colegas del Tribunal de Cuentas y a todos nosotros en general, puesto que este Parlamento y la Comisión de Control Presupuestario, especialmente, nos hemos peleado y batido el cobre para conseguirlo: una opinión no negativa, sino solo sujeta a reservas, que nos da, por fin, una foto verdadera de la realidad.

Una verificación rigurosa en la metodología del resultado de enormes inversiones en la mejora de los sistemas internos y externos de auditoría, en la formación de recursos humanos en todos los niveles, en visitas y entrevistas con responsables de instituciones, con responsables de Estados miembros, regiones, ayuntamientos, empresas, universidades, etcétera, para ir, año a año, aprobación de la gestión tras aprobación de la gestión, reduciendo el porcentaje inicial de dos dígitos al actual, para 2016, del 3,1 %; donde, por fin, tenemos, además, claramente datos que nos permiten comparar, con rigor y según los estándares internacionales obligatorios para una cámara pública como el Tribunal de Cuentas Europeo, lo que puede ser comparable, y no peras con manzanas.

De ahí que agradezca especialmente la aclaración sobre la necesidad de otra fórmula o formato para controlar los instrumentos financieros y para no seguir confundiendo a los ciudadanos europeos.

También le agradezco cómo, poco a poco, hemos ido consiguiendo los datos y su presentación hasta ser capaces de presentar no solo una tasa de error con mejor justificación metodológica sino, sobre todo, para indicar e incentivar la acción a instituciones europeas y Estados miembros, sabiendo que la información que ya tienen podía haberles ayudado a mejorar esa tasa de error.

Por fin y rápidamente, solamente le solicito —y prometo nuestro apoyo para ello— que mejore la metodología en los sistemas internos, que mejore la presentación y la pedagogía —que sean comparables con las de los Estados miembros, que los ciudadanos comprenden—. Y, finalmente, el salto hacia el siglo XXI: una metodología para los resultados y para poder medir el presupuesto fundado en los resultados, lo que usted muy bien nos ha explicado.

Ryszard Czarnecki, *on behalf of the ECR Group*. – Mr President, I would like to thank the President of the Court of Auditors for his annual report regarding the financial year 2016. You have done a great deal of work. According to your report, there has been improvement in the estimated level of error in payments from the EU budget. You have issued a qualified opinion on the 2016 payments rather than an adverse one.

The overall level of error for EU spending was estimated at 3.1%. Your report indicates that 'entitlement payments', made for meeting specific conditions, and accounting for about 49% of EU spending, show levels of error below 2%. These payments include direct aid to farmers, grants to students and researchers and staff costs.

However, higher levels of error were found in 'reimbursement payments', made for economic, social and territorial cohesion. The estimated level of error here was 4.8%. For 'natural resources, world development, the environment, climate action and fisheries' it was 4.9%.

Action by the Member States and the Commission reduced the overall estimated level of error. However, sufficient information was available to further prevent, or detect and correct, many errors. If this information had all been used correctly the levels of error for economic social and territorial cohesion and for natural resources and 'Global Europe' would have been below the 2% threshold.

We strongly encourage the Commission to continue focusing on performance and simplification because simple rules reduce errors and increase the effectiveness of EU funding.

Martina Dlabajová, za skupinu ALDE. – Pane předsedající, pane předsedo Lehne, pane komisaři, letošní výroční zpráva Evropského účetního dvora za rok 2016 je nejen zprávou výroční, ale i jubilejní. Nese pořadové číslo 40, což je skutečně úctyhodné a také hodné malé oslavy. Nejsm si ale jistá, zda to je úplně na otevření šampaňského. Laická veřejnost by asi nechápala, ale my všichni, kteří se zabýváme evropskými financemi, bychom mohli oslavovat třeba tu skutečnost, že po 23 letech obsahuje výroční zpráva výrok s výhradou o spolehlivosti uskutečněných operací namísto výroku záporného. A v případě nárokových a správních plateb je chybovost dokonce hluboko pod úrovní míry významnosti.

Snižování chybovosti výdajové oblasti rozpočtu Evropské unie je jednou z řady priorit, kterých bychom při vynakládání prostředků EU v souladu se zásadami řádného finančního řízení rádi dosahovali trvale. Druhým, dle mého názoru ještě podstatnějším aspektem, je zaměření na výkonnost a přidanou hodnotu všech projektů a investic.

Novým a nelehkým úkolem, jež leží před Evropským účetním dvorem, je hledání odpovědi na otázku, zda nízká chybovost automaticky znamená i hospodárné, efektivní a účinné vynakládání finančních prostředků EU. Identický úkol stojí před Evropskou komisí a členskými státy. Zpoždění aktuálního víceletého finančního rámce má za následek historické maximum nespotřebovaných prostředků Unie. Jistě se shodneme na tom, že prostředky občanů EU nesmí být vynakládány jen za účelem vyčerpávání národních alokací. Naopak. Usilujme o to, aby bylo těch téměř neuvěřitelných, nevyčerpaných 240 miliard EUR využito na financování kvalitních projektů, které budou mít pro evropské společenství skutečný přínos a přidanou hodnotu. Teprve potom možná přijde čas na to bouchnout šampaňské.

Dennis de Jong, namens de GUE/NGL-Fractie. – Dank aan de voorzitter van de Rekenkamer voor de presentatie van zijn jaarverslag, wat een heel belangrijk document is omdat het de basis vormt voor veel van ons werk over de begrotingscontrole.

Ik geef graag toe dat in het verleden de discussie over het verslag nogal is blijven hangen in de vaststelling dat de Rekenkamer alweer geen goedkeurende verklaring kon geven vanwege een te hoog foutenpercentage. Dat is niet goed, want het gaat natuurlijk om méér dan een foutenpercentage alleen. Daarom juich ik het op zich toe dat de Rekenkamer nu breder wil kijken naar waar voor ons geld.

Tegelijkertijd mag de aandacht voor de rechtmatigheid van de uitgaven niet verslappen. Als ik in een voetnoot moet lezen dat je ook kunt zeggen dat het werkelijke foutenpercentage geen 3,1 maar 5,1 procent is, dan is er iets mis. Het gaat hier om de verantwoording van de bestedingen uit de financiële instrumenten. De Rekenkamer stelt zelf dat 2,3 miljard euro aan bestedingen is uitgegeven buiten de bevoegde periode, dus zonder dat er een wettelijke basis is waar ook het Parlement mee heeft ingestemd. Hoe kan dat?

Hetzelfde geldt voor de voorbehouden van de Commissiediensten, die stijgen van 21 naar 26 procent van de uitgaven. Dan zou het voor het eerst zijn dat de Commissie zelf kritischer is dan de Rekenkamer. Dat zou echt een unicum zijn.

Hoe verklaart de Rekenkamer deze tegenstrijdigheden? En kunnen we er ook de komende 40 jaar op blijven vertrouwen dat de Rekenkamer zeer precies en zeer kritisch zal controleren op rechtmatigheid?

Indrek Tarand, im Namen der Verts/ALE-Fraktion. – Herr Präsident, sehr geehrter Herr Lehne, Herr Kommissar Oettinger! Ich würde gern in meiner Muttersprache sprechen.

Ühesõnaga, järjekordne raport kontrollikojal teeb meid rõõmsaks, sest vigu on jäänud vähemaks ja ainult kolm protenti rahast läheb kulutustele, mille põhjendatust ei ole võimalik tõestada. See on tore ja julgustav. Ning on huvitav, kas need kulud, mida me teeme kontrollimisele Luksemburgis, et saada teada neid audiitortulemusi, on ka põhjendatud. Ja nagu te teate, minu kauaaegne mõte on olnud selles, et pärast laienemise esimest vooru 2004. aastal on Euroopa institutsioonid mõttetult üles paisutatud rahvusriikide kasuks. Me teame, et iga riik peab saama voliniku, iga riik peab saama kontrollikoja liikme, iga riik peab saama prokuraatori või prokuröri jne, jne. Minu arvates ei ole see, kui me tahame mõelda Euroopa Liidust kui efektiivselt toimivast organisatsioonist, üldse vajalik. Ja ma paluks härra Lehnel järgmisel aastal teha kindlasti audit ja analüüsida, kas on mõttekas pidada seitset Ida-Euroopa riigi endist peaministrit asepresidentidena komisjonis, kus nuginii volinik Oettinger teeb kogu töö ära ja nemad ainult asepresideerivad, ja kas on mõttekas kontrollikojas omada Eesti kontrollöri, meest, kes on põhja lasknud lennufirma, laevafirma, rongifirma, praamifirma, mida iganes, ja nüüd ta kontrollib meid. Palun tehke selles osas audit. Sest tegelikult on ka Euroopa Liidu mõttes võimalik teha kordamööda – kord on Saksamaal volinik, kord on Prantsusmaal, kord on Eestil, kord on Lätil. Aitäh teile!

Marco Valli, a nome del gruppo EFDD. – Signor Presidente, onorevoli colleghi, ringrazio la Corte dei conti per la sua relazione che ogni anno ci dà elementi per valutare quella che è la spesa relativa ai fondi dell'Unione europea. Prendiamo atto della diminuzione degli errori anche se dobbiamo dire che tanti di questi errori, che molto spesso sono errori che si citano come procedure burocratiche, messe in un modo sbagliato e riportate in un modo sbagliato, in realtà, poi, sotto forse c'erano delle vere frodi, tipo procedure d'appalto che favoriscono determinate aziende rispetto ad altre, e inclusioni, magari, di spese non ammissibili e mancanza di documenti giustificativi.

E questa, comunque, è solo una parte, perché la Commissione europea, come sapete, si limita a prendere questi documenti e a pagare le fatture. Non ha la capacità, ovviamente, di controllare tutto. E tutto, da quello che ho capito, è delegato agli Stati membri, che invito – ovviamente, per evitare proprio che la Commissione poi venga a dirci quello che dobbiamo fare – a creare un sistema più trasparente e di controllo di certificazione sui fondi. Perché, in tutti gli Stati in cui sono stato, in questi anni, soprattutto nei viaggi delle delegazioni, ho notato come questo sistema sia molto basato sul conflitto di interesse, dove le autorità di certificazione e controllo vengono poi dopo nominate dalla politica stessa, come è logico che sia, però allo stesso tempo, in molti casi si creano appunto campanilismi o rapporti poco trasparenti.

Quindi sta agli Stati membri, in questo momento, dal mio punto di vista, agire per evitare che una Commissione poi in futuro interferisca sull'utilizzo di questi fondi.

Olaf Stuger, namens de ENF-Fractie. – Er wordt al jarenlang aantoonbaar belastinggeld over de balk gesmeten. Dat is niet zo verwonderlijk, want er zit namelijk een fout in het systeem. Als je bijvoorbeeld kijkt naar subsidiegeld: dat komt vanuit Brussel, maar moet door de lidstaten worden gecontroleerd. Die hebben daar geen belang bij, dus gebeurt het ook niet. Toch heeft de Rekenkamer met heel veel kunst- en vliegwerk en een hoop trucs gemeend goedkeuring te moeten geven en dat is onterecht.

Wat al helemaal geen pas geeft, is dat de heer Brenninkmeijer suggereert om champagne of prosecco open te trekken. Want wezenlijk is er niets veranderd ten opzichte van de afgelopen jaren. Het enige wat ik kan bedenken, is dat we in 2019 Europese verkiezingen hebben en dat je niet vroeg genoeg kunt beginnen met de goednieuwsshow.

Maar het ergste vind ik nog dat de heer Brenninkmeijer, het Nederlandse lid van de Europese Rekenkamer, hiermee een van de laatste rationele bastions in het EU-geweld – de Europese Rekenkamer – het subjectieve politieke moeras intrekt.

Brian Hayes (PPE). – Mr President, I want to welcome the report, the President of the ECA, and indeed the comments made by Commissioner Oettinger here today. This is a very important part of our procedure where we discharge on an annualised basis the expenditure under the EU budget. It is important not just because of the role of Parliament, but also the role of the Council in making sure that EU taxpayers know that their funds are being used properly in key areas of public expenditure. But we should never forget that we are talking about a very small fraction of total public expenditure in the European Union. That means that we should use that expenditure to the very best of our abilities and for the objectives of the programmes that we set out.

This particular report this year is welcomed, not least because of the qualified opinion that the Court has been able to make – that is a very welcome development – but also because of a very significant improvement in the error rate. It is not fair for Members of this House not to recognise the fact that, over the past three years, we have seen effectively a 25% reduction in the error rate, from about 4.4% to 3.1% over the past three years. That is a significant improvement and it is something to be recognised and something to be celebrated in this House and within the Council.

There are issues that we need to address. As other colleagues have said, the question of simplification of rules is crucial to reduce the error rate. One of the issues outlined in the report from the ECA this year is this question of outstanding payments. Substantial amounts of commitments are made into the future and the money is not spent. We have got to make sure we can get on with the task of spending those monies. But there will be enormous challenges, not least because of the question mark of the budget into the future on the question of Brexit, but also because we have to review the MFF. I think if we do this in a sensible and deliberative way, we can make sure that not only can we shine a light on what is bad about expenditure, but also shine a light on what is good and learn from that.

Derek Vaughan (S&D). – Mr President, I would like to thank the Commissioner and, in particular, the President of the Court of Auditors and I wanted to welcome his new approach which I think has been a breath of fresh air. Also, of course, I wanted to welcome this year's positive report. It is welcome to see that not only do we have a positive report, overall the error rate is reducing and I am also pleased to say that the error rate for economic, social and territorial cohesion is also reducing, down from 5.2% to 4.8%. Of course we would all like to see further reductions in the error rate in the future.

It would be useful to know what actions have been taken which have led to the biggest fall in errors. I think that this information could be shared between Member States and then used to reduce errors in the future. I believe this is something we should be looking at and focusing on.

It is also important to note, as the President said, that Member States have the information to detect and reduce the error rate, maybe even below the 2% threshold. So again it would be useful to know why Member States are not using the information they have, which would allow them to reduce error rates even further.

On the important question of measuring performance – and I think this is something we all welcome, we talk about it all the time and we need to find better ways of measuring performance in the future – of course a number of measures have already been introduced to measure performance. Previously in its report the Court does suggest the Commission continues to look at other ways of linking payments to performance. I would be interested to know from the Commission and from the Court what those measures might be.

Richard Ashworth (ECR). – Mr President, I thank Klaus-Heiner Lehne and his team for their report and I am delighted to note that this is the first audit to receive a qualified positive opinion since the system began in 1994. This is welcome, but there is always room for improvement, and I note the continuing weakness in the areas of joint management.

In public finance it is important to strike the right balance between rigorous checks and controls and, on the other hand, ensuring public funding is readily available. So for that reason, controls need to be proportionate rather than a barrier to entry. This is taxpayers' money, and it is our duty to ensure that it is spent in a manner that is both beneficial and fully compliant.

This is a most encouraging report and I urge the Commission to ensure that they continue the steady improvement that we have seen over recent years.

Nedzhmi Ali (ALDE). – Mr President, the budget, as the annual financial framework of revenues and spending, is of significant importance for the implementation of the EU's policies. In this regard, the European Court of Auditors' (ECA) general conclusion that the revenue and payments for 2016 were legal and regular, with some exceptions for the payments, is good news. The estimated level of errors in the payments made from the EU budget for the last three years shows a clear trend of steady decrease from 4.4% to 3.1%.

The bulk of the errors are concentrated within the areas of economic, social and territorial cohesion as well as in the competitiveness for growth and jobs. We should underline that, in the ECA's report, there is an early warning on a number of issues that we should be careful about. The challenges are mainly related to budgetary and financial management. Delayed implementation of the programmes could create, at the end of the current programming period, a huge backlog of outstanding payments.

We need a budget that provides more flexibility to respond to unforeseen events, such as financial problems, disasters and refugee crisis. We should continue our efforts towards a budget focused on results, in order to achieve maximum effectiveness of spending the EU's financial resources.

Bart Staes (Verts/ALE). – Ik wil de heer Lehne bedanken voor het werk dat hij en zijn collega's en hun vele medewerkers hebben verricht om dit rekenverslag af te leveren.

We horen inderdaad mooie cijfers. 3,1 procent is een mooi cijfer, beter dan vorig jaar, zelfs lager dan het laagste cijfer ooit, van 2009. Maar ik sluit me aan bij de vragen van de heer De Jong. Die noot waarin sprake is van vijf procent, de voorbehouden van de Commissie: ik zou daar graag in de loop van de kwijtingsprocedure uitleg over krijgen.

Nu, alles kan beter. 3,1 procent is een mooi resultaat, zonder enige twijfel, maar we weten dat het overgrote deel van de middelen beheerd wordt – 80 procent van de middelen – in medebeheer, waar de lidstaten en regio's de verantwoordelijkheid dragen. In het jaarverslag lezen we dat er nu reeds een extra inspanning wordt gedaan om middelen terug te vorderen. Dat gebeurt ongetwijfeld onder druk van het Parlement, maar het kan beter gedaan worden.

Ik heb een vraag aan de heer Oettinger: hoe kunnen we samen – de Commissie en het Parlement – de lidstaten en de overheden van de regio's ertoe dwingen om hun verantwoordelijkheid beter op te nemen, om ervoor te zorgen dat die foutenmarge effectief onder de 2 procent uitkomt? Meneer Oettinger, ik denk dat we op dit punt moeten samenwerken, Parlement en Commissie, en de lidstaten en de regio's op hun verantwoordelijkheid moeten wijzen.

Jonathan Arnott (EFDD). – Mr President, the qualified opinion on the legality and regularity of payments underlying the EU accounts is still a very, very serious thing indeed. If any business were receiving a qualified opinion on its accounts, it would rightly be worried. Even more worrying, I suppose, is the way that we have arrived at this situation and why it was not the even worse adverse opinion as previous years.

Firstly, it is argued that errors are not pervasive, claiming that the errors are only high for reimbursement-based expenditure, but it needs to be pointed out that the errors exist across every single area of spending within the EU budget. The error rate of 3.1% is still over EUR 4 billion of taxpayers' money every year. If it were just that, it would still be bad enough, but it is not just that; there is an awful lot more to it than that.

First, the error rate does mask a far, far higher rate of projects where there are errors. For example, 23% of EAGGF payments had errors, but the error rate reported is 1.7%. For Rural Development and Environment, 39% of projects have some errors within them but the error rate then is 4.9%, so it masks something that is somewhat bigger. Second, about a third of all errors are not quantifiable and those therefore do not show up in the statistics. Third, foreign aid sent via third-country governments is just assumed to have zero error, which for accountancy purposes is understandable, but in practice is palpable, self-evident nonsense.

Fourth, we are only talking about money spent outside of the rules and waste of the money within the rules is not counted. Fifth, the errors in special instruments are not included, which would have led to a 5.1% error rate, rather than 3.1%. Sixth, the burden of proof is unequivocal errors, so these are only the errors that we are absolutely certain about. There are clearly more in practice.

Then we see that, in effect, there are blind eyes being turned left, right and centre. On page 47 of this report, we are reminded that pension contributions are not ringfenced but used to fund the general EU budget. Now that is something which, in any context and in any organisation, is not good practice. This is also the reason why we have the whole pension liability question in the Brexit debate in the first place, since this has not been done properly at EU level for many decades.

I now have deep concerns with regard to the Court of Auditors because auditors should always be completely independent of the organisation that they audit. That is the whole point of auditing. But now we are in a situation where nearly 40% of the Court are ex-politicians, and most of those are ex-MEPs. When all but six of the auditors are former civil servants, it starts to undermine a level of public confidence in those same auditors.

Throughout this report the perspective seems to me to be one of excusing problems so when 31% of projects contained errors on page 260, the report instead described them as 69% error free. It is not the job of the auditors to excuse failings. It is the job of auditors to expose them.

PRZEWODNICTWO: RYSZARD CZARNECKI

Wiceprzewodniczący

France Jamet (ENF). – Monsieur le Président, mes chers collègues, d'après le rapport de la Cour des comptes sur l'exécution budgétaire 2016, on peut se féliciter du niveau d'erreur global qui se situe, nous dit-on, à 3,1 %, soit près de 4 milliards, ce qui n'est pas rien.

D'autre part, alors que les dépenses de l'Union européenne s'élèvent en 2016 à 136,4 milliards d'euros, les auditeurs nous précisent que ses dirigeants se sont d'ores et déjà engagés pour des dépenses à hauteur de 238,8 milliards d'euros. Nous n'avons donc plus de possibilité d'action jusqu'à la fin du mandat.

Vous relevez tout à l'heure le caractère exceptionnel de ces résultats. Moi, je relève ici une dramatique récurrence.

Alors que nos concitoyens sont soumis chaque jour à des exigences d'austérité et de rigueur imposées par l'Union, celle-ci, sans qu'il ne lui soit fait ici aucun reproche, se permet des libertés avec sa propre gestion.

Alors ce deux poids – deux mesures est insupportable. Les technocrates de Bruxelles d'un côté, le peuple de l'autre, l'enfer fiscal pour les uns, et la grâce pour les autres. Ce rouleau compresseur administratif qui impacte notre quotidien doit être radicalement réformé, selon nous. C'est la vision que nous défendons dans l'intérêt de nos compatriotes.

Petri Sarvamaa (PPE). – Mr President, this Parliament benefits highly from the expertise of the Court of Auditors. The annual report gives us a great amount of useful information and plays a crucial role in the discharge procedure. It acts as a basis for a thorough analysis of the implementation of the EU budget, so congratulations on this important work.

This year we can once again be mostly satisfied with the Court's report itself and the conclusions it incorporates. However, despite improvements in the error rates, there are still some weaknesses. I have to emphasise in particular the issues of compliance and performance. Indeed, the issue of the error rate as such can be seen as of relative importance. Unfortunately – a confusing case of non-compliance regarding the eligibility period of disbursements within financial instruments – the estimated level of error for cohesion expenditure does not necessarily represent the true state of its implementation. It has to be made clear, this is not the Court's fault. The Court is not at fault here. It did what it was bound to do within the legal interpretation. But the point beyond that is this: the European citizen has to have direct access to clearly understandable numbers, and there we still have some work to do.

We do appreciate that the Court has begun to put more emphasis on performance audit and this is the right path. In the coming years we still need more data on actual results and added value, also in and by Member States.

Arndt Kohn (S&D). – Herr Präsident, Herr Kommissar, Herr Präsident Lehne! Auch ich möchte Ihnen, Herr Lehne – stellvertretend für den Europäischen Rechnungshof – für die geleistete Prüfungsarbeit und den ausführlichen Bericht danken. Das eingeschränkt positive Prüfungsurteil, das der Rechnungshof zum ersten Mal seit 1994 abgibt, zeigt, dass es über die letzten Jahre deutliche Fortschritte bei der Verwaltung der EU-Mittel gegeben hat. Bei rund 50 % der verwendeten EU-Gelder liegt die Fehlerquote unter der Wesentlichkeitsschwelle von 2 %. Und auch wenn die Fehlerquote im Bereich der Kohäsionspolitik bei 4,8 % liegt, kann man doch auch hier gegenüber den Vorjahren deutliche Verbesserungen erkennen und aus Ihren Empfehlungen für die Zukunft lernen.

Die Kohäsionspolitik muss im nächsten mehrjährigen Finanzrahmen weiterhin eine wichtige Rolle spielen, um den sozialen, wirtschaftlichen und territorialen Zusammenhalt in Europa zu fördern. Ob die Menschen nun am Schwarzen Meer, am Atlantik oder an der Nordsee leben, mit diesen Fördermitteln wird Europa sichtbar und greifbar.

Die Kohäsionspolitik sollte auch weiterhin überwiegend auf Zuschüssen basieren. Finanzinstrumente sind insbesondere für kleinere Empfänger wie zum Beispiel Kommunen oder KMU schwerer zugänglich.

Die parlamentarische Kontrolle der EU-Finzen ist unerlässlich. Die europäischen Bürgerinnen und Bürger haben einen Anspruch darauf zu wissen, wie und wofür die Gelder ausgegeben wurden. Transparenz schafft Vertrauen, und nur über das Vertrauen der Bürger können wir Begeisterung und Unterstützung für Europa wiedergewinnen.

Anneleen Van Bossuyt (ECR). – Het is hier al aangehaald: het foutenpercentage daalt, maar er is nog altijd meer dan 4 miljard euro aan Europese subsidies die niet volgens de regels besteed wordt. We moeten dus nog efficiënter omgaan met het belastinggeld.

Daarom stel ik voor dat we gaan voor nog betere en duidelijkere Europese regels. Die moeten ervoor zorgen dat het makkelijker wordt om de uiteindelijke effecten van de uitgaven te beoordelen en zo ook beter prioriteiten te gaan stellen.

Ten tweede – en dat is ook al aangehaald, onder andere door collega Staes – is het belangrijk dat ook de lidstaten hun verantwoordelijkheid nemen: zij zijn immers verantwoordelijk voor 75 procent van het geld dat uit naam van de Europese Unie wordt uitgegeven.

Ten slotte moeten we er ook over waken dat enkel die uitgaven worden gedaan die een Europese meerwaarde hebben. Als ik dan zie dat we nog altijd 12 miljoen euro gaan besteden aan gratis InterRail-tickets, dan denk ik dat we hier jammer genoeg nog een lange weg te gaan hebben.

Hannu Takkula (ALDE). – Arvoisa puhemies, kiitoksia puhemies ja komission jäsen, kiitoksia tilintarkastustuomioistuinten presidentti Lehne vuosikertomuksen esittelystä. Iloksemme voimme todeta, että olemme viimein päässeet olennaisuusrajan alapuolelle virhemarginaaleissa. Tämän myönteisen kehityssuunnan ylläpito edellyttää jatkuvaa työtä, sillä kuten kaikki tiedämme, kehitys pysähtyy tyytyväisyyteen. Tästä syystä hyvä vuosikertomus valaa uskoa siihen, että yhä parempia tuloksia on odotettavissa, jos ja kun me jatkamme samalla huolellisella linjalla Euroopan unionin taloudenpidossa.

Vuosikertomus kuitenkin nostaa esille huolia, joihin meidän tulee jatkossa kiinnittää huomiota paremmin. Ne on myös varmasti tilintarkastustuomioistuimessa otettu valmistelun alle. Yksi merkittävä tekijä on tämän vuoden budjetin ennätysasuuret erääntyvät maksuerät, mikä tarkoittaa myös tarkastusten määrän kasvua. Meidän tulee edelleen taata se periaate, että EU:n kansalaisilla on oikeus tietää mihin heidän varojaan käytetään. Heidän on myös voitava luottaa siihen, että näitä varoja valvotaan oikein. Tässä katsannossa myös rahoituksen tarkoituksenmukaisuus korostuu, ja toivoisin yhä enemmän panostusta siihen, että veronmaksajien varoja ei ainoastaan käytetä teknisesti oikein vaan myös käytöllä täytetään rahoituksen tavoitteet.

Rosa D'Amato (EFDD). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, la Corte europea dei conti non ce le manda a dire neppure questa volta: ci dice chiaramente che ci sono risorse finanziarie che non dovevano essere erogate dall'Unione europea poiché non utilizzate in conformità alla normativa e, per lo più, negli ambiti delle risorse naturali, quindi, sviluppo rurale, ambiente, azione per il clima e la pesca e della coesione economica, sociale e territoriale.

L'Europa ha commesso parecchi errori nei pagamenti. Errori commessi con denaro pubblico. Quali errori? L'assenza di documentazione essenziale, spese non ammissibili, conflitti d'interesse e irregolarità negli appalti. C'è poi un altro aspetto rilevante che viene sottolineato dalla Corte, ossia la complessità dei meccanismi di finanziamento, che è continuata ad aumentare. La Commissione ha giustificato il massiccio incremento del numero di soggetti e di strumenti che partecipano al finanziamento dell'attuazione delle politiche e dei programmi europei con la necessità di far fronte a nuove sfide, quali l'immigrazione, la Brexit, il cambiamento climatico. Onestamente non troviamo il nesso.

Tant'è però che la Corte si trova in difficoltà, a gestire, controllare e rendicontare la spesa, con il futuro rischio reale di non essere in condizione di comprendere come sia di fatto speso il denaro. In effetti, già alla fine del 2015 erano stati istituiti ben 1052 strumenti finanziari, il cui impiego non è sempre stato tracciabile in maniera precisa. Per di più, segnala ancora la Corte, uno dei principali vantaggi di questi strumenti, ossia la capacità di utilizzare i fondi per più di una volta, non è stato pienamente sfruttato.

In conclusione, quindi, ci sono troppe zone d'ombra, troppi errori nei conti del bilancio dell'Unione. Bisogna intervenire ed evitare di ripetere le prassi che hanno portato a risultati tutt'altro che esaltanti. L'Unione, che tanto spesso parla di trasparenza e di efficienza, ha il dovere di impiegare con correttezza e in maniera efficace il denaro dei cittadini europei.

Ingeborg Gräßle (PPE). – Herr Präsident, Herr Kommissar, liebe Kolleginnen und Kollegen! Wir können zufrieden sein mit diesem Rechnungshofbericht, weil er uns Hoffnung macht, dass die Arbeit, die wir hier leisten, doch zu irgendetwas führt. Von daher, glaube ich, ist dies einer unserer besseren Tage heute.

Was mich beunruhigt, ist, dass sich die Probleme der Haushaltsabwicklung in den letzten Jahren doch sehr zuspitzen. Die Frage der RAL, die Frage der n+3, die Frage von manchen Mitgliedstaaten. Deswegen, Herr Rechnungshofpräsident, möchte ich Sie bitten, dass wir das Problem da benennen, wo es ist, damit wir gezielt Abhilfe schaffen können. Wir glauben, dass nicht alle Mitgliedstaaten die gleichen Probleme haben. Das heißt, wir müssen wissen, wo das Problem ist und was wir tun können, um dieses Problem lösen zu helfen. Das ist für uns sehr wichtig.

Ich bin besorgt: In Ihrem Bericht steht, dass erst drei Viertel der Behörden vom Kohäsionsfonds benannt worden sind. Wenn es keine Behörden gibt, wie kann dann das Geld ausgegeben werden? Warum tun wir das, und warum werden die Behörden nicht benannt, Herr Kommissar? Was können wir tun?

Leistungsberichterstattung – ich gratuliere zu dem Kapitel. Aber damit, dass wir bei 50 % der Strukturfondsprojekte nur teilweise die Ziele erreichen, können wir nicht zufrieden sein. Aber es wäre wichtig zu wissen, welchen Teil wir erreichen und welchen Teil wir nicht erreichen. Damit, dass bei einem Drittel der Projekte im ländlichen Raum die Kosten nicht angemessen sind, können wir natürlich auch nicht zufrieden sein. Fast schon Satirecharakter hat die Tabelle, mit der Sie – es ist eine tolle Arbeit – die Zahl der Leistungsindikatoren je Milliarde darstellen. Je größer das Programm, desto geringer die Leistungsindikatoren, je kleiner das Programm, desto größer die Erwartungen. Dass das schiefliegt, ist natürlich auch klar. Hier brauchen wir natürlich auch Abhilfe, das kann ja auf keinen Fall so bleiben.

Eine Herausforderung: Finanzinstrumente. Herr Kommissar, wir können bei den Finanzinstrumenten nicht bis 2020 warten, um zu wissen, was los ist.

Георги Пирински (S&D). – Г-н Председател, г-н Комисар, г-н Председател на Палатата, за първи път от 1994 г., откакто Палатата изготвя декларация за достоверност, за 2016 г. тя дава становище с резерви за бюджетните разходи, а не както през целия период досега – отрицателно. Каквото и да говорим, основание за това становище е ясната тенденция за намаляване на процента грешки, констатирани от Палатата.

В отговор на императивната необходимост от бюджет, ориентиран към резултати, се налага час по-скоро целите и показателите на бюджетната рамка драстично да бъдат съкратени и оптимизирани в съответствие с изричната препоръка на Палатата. По тази задача ще очакваме конкретните действия на комисаря Йотингер.

Крайно време е Комисията да изпълни и настоятелната препоръка на Палатата от поредица доклади да представи сравнителен анализ на финансовите инструменти и грантовете от гледна точка на крайния ефект от прилагането им за изпълнение на бюджета. Само на такава основа бихме били сигурни, че правилно подбираме подходящите средства за успешно изпълнение на отделните цели, които предстои да залегнат в многогодишната финансова рамка след 2020 г.

Zbigniew Kuźmiuk (ECR). – Panowie Przewodniczący! Panie Komisarzy! Zabierając głos w tej debacie, chciałbym na ręce obecnego tu Pana Przewodniczącego Lehnego przekazać podziękowania za wysoką jakość udostępnianych posłom materiałów pokontrolnych, a także analiz, które powstają na ich podstawie. W sposób szczególnie chciałbym zwrócić uwagę na dwa ważne sprawozdania specjalne.

Pierwsze dotyczy pomocy dla młodych rolników i pokazuje ogromne problemy rolnictwa w Europie. Mimo ogromnych nakładów z budżetu unijnego codziennie znika w Unii około tysiąca gospodarstw, głównie rodzinnych. Wieś się starzeje, zaledwie co piąty rolnik ma mniej niż 45 lat, rolnictwo europejskie jest na drodze ku likwidacji. Potrzebne są głębokie zmiany w WPR, aby je ratować.

Drugie z kolei to sprawozdanie dotyczące procedury nadmiernego deficytu. Pokazuje ono, że rządy udzielające innym lekcji zasad – myślę tu głównie o rządzie Francji – same łamią unijne zasady, że deficyt finansów publicznych nie powinien przekraczać 3 %, a dług publiczny 60 % PKB. A Komisja Europejska to łamanie zasad toleruje: choć powinna uruchomić sankcje, nie czyni tego. Gdy to porównać z determinacją, z jaką Komisja atakuje mój kraj, Polskę, za wyдуманym problemy z praworządnością, jak na dłoni widać, że stosuje ona podwójne standardy.

Claudia Schmidt (PPE). – Herr Präsident, Herr Präsident des Rechnungshofes, liebe Kolleginnen und Kollegen! Der Rechnungshof hat uns wie jedes Jahr einen umfassenden Tätigkeitsbericht geliefert. Er ist mehr umfassend als spannend. Als Schattenberichterstatterin für den Haushalt dieses Hohen Hauses habe ich die zehn Seiten, die dem Kapitel Verwaltung gewidmet sind, als äußerst dürftig empfunden, vor allem, wenn man sich den Gesamtbericht mit 316 Seiten ansieht.

Natürlich ist die Fehlerquote von 0,2 % eine großartige Sache, auch im Vergleich zu der Gesamtfehlerquote, die bei 3,1 % liegt, wie wir schon gehört haben. Trotzdem kommt dem Europäischen Parlament hier ein Betrag von 1,9 Mrd. EUR zu, damit die Kosten abgedeckt werden können. Ich würde mehr ins Detail gehen, aber leider liefert dieser Jahresbericht für mich nicht die Grundlage, die nähere Ausführungen ermöglichen würde. Ich finde es bedauerndwert oder vielleicht auch ein bisschen fragwürdig, dass die Anhörung mit Herrn Klaus Welle uns wahrscheinlich mehr Informationen liefern wird als der vorliegende Bericht.

Wenn der, der kontrolliert wird, die Hauptinformationsquelle ist, läuft meiner Meinung nach doch etwas nicht ganz richtig. Es sind einige Fragen für mich offen geblieben. Ich möchte nur wenige erwähnen: Wie schaut es mit dem Fahrdienst aus? Was machen wir im Bereich der Übersetzer? Wie schaut es mit der Gebäudesicherheit aus? Wie stehen wir zur fragmentierten Parlamentsverwaltung? Und eine der wichtigsten Fragen: Wird es irgendwann einmal nur einen Sitz des Europäischen Parlaments geben?

Iris Hoffmann (S&D). – Herr Präsident, Herr Kommissar Oettinger, Herr Präsident Lehne! Ich möchte mich natürlich auch für die Arbeit des Europäischen Rechnungshofs bedanken, welche dazu geführt hat, dass sich die Gesamtfehlerquoten für die EU-Ausgaben kontinuierlich verringert haben. Der Europäischen Kommission stehen laut Jahresbericht 2016 alle Informationen zur Verfügung, um zukünftig die Wesentlichkeitsschwelle von 2 % zu erreichen. Hieran muss sich die Kommission weiterhin orientieren und engagiert daran arbeiten. Gleiches gilt für den Europäischen Entwicklungsfonds. Ich freue mich über eine Verbesserung der Mittelvergabe im Vergleich zu den Vorjahren.

Europäische Entwicklungszusammenarbeit besteht mittlerweile aber nicht mehr nur aus dem Entwicklungsfonds. Eine Reihe von Treuhandfonds hat sich in den letzten Jahren etabliert. Der neue Europäische Fonds für nachhaltige Entwicklung soll die Entwicklungszusammenarbeit außerdem komplementär begleiten, damit durch europäische Garantien Investitionen in Milliardenhöhe für Afrika generiert werden können. Ich begrüße die Einrichtung dieser Finanzierungsinstrumente ausdrücklich und halte eine ambitioniertere Politik auf diesem Gebiet für ausgesprochen wichtig.

Innerhalb dieser komplexen Garantie- und Geberstrukturen ist es allerdings nicht immer leicht, den Überblick zu behalten. Das macht die Rechnungsprüfung und die parlamentarische Kontrolle dieser Instrumente natürlich nicht leichter und einfacher und beschädigt die Transparenz der europäischen Entwicklungsbemühungen. Wir sollten langfristig zu einer einheitlichen Entwicklungszusammenarbeit unter dem Dach des EU-Haushalts kommen.

José Ignacio Salafranca Sánchez-Neyra (PPE). – Señor presidente, señor comisario, señorías, quisiera también saludar la presencia del presidente del Tribunal de Cuentas, el señor Lehne, y felicitar al Tribunal por su 40 cumpleaños. He retenido un dato de su intervención que me ha satisfecho, que es el aumento de la confianza del ciudadano con respecto a las instituciones, señor comisario. Yo creo que este dato tiene mucho que ver, de alguna manera, con la manera en la que las instituciones utilizan los recursos que pone a su disposición el contribuyente.

Con otros colegas, me felicito de la reducción de la tasa de error, de que no haya errores generalizados, de que, efectivamente, las medidas de control hayan surtido efecto; pero, como decían el señor Zeller o la señora Grässle, es importante que no nos durmamos en los laureles —aunque sean merecidos—, sino que quedan también muchas cosas por hacer.

Una de ellas, es poner el acento en estos 280 000 millones, que es un récord en lo que se refiere a los créditos aplazados, y que debe hacernos reflexionar sobre cómo mejorar nuestros procedimientos; en el aumento del riesgo financiero global, que aumenta considerablemente y que afecta también a la Unión Europea; y, por supuesto —se ha señalado aquí, en este debate—, en el número de instrumentos financieros, el número de entidades que se benefician de los recursos del presupuesto. Creo que eso compromete, de alguna manera, la rendición de cuentas y la transparencia.

Vamos a seguir trabajando en las próximas semanas en la preparación del informe de aprobación de la gestión. El informe del Tribunal de Cuentas es, evidentemente, un instrumento precioso, y tenemos que seguir trabajando para que tengamos un presupuesto más eficaz, más ágil y más transparente.

Caterina Chinnici (S&D). – Signor presidente, onorevoli colleghi, signor Commissario, La ringrazio signor presidente della Corte dei Conti per avere oggi presentato la relazione annuale che tutti noi attendiamo perché ci fornisce una fotografia precisa dell'impiego del bilancio dell'Unione.

Il fatto che nella sua analisi la Corte stia ponendo sempre maggiore attenzione ai dati sulla *performance* dei risultati è, per i colegislatori europei, un dato di fondamentale importanza, perché ci aiuta a delineare le priorità nelle scelte e nelle modifiche, in alcuni casi necessarie, delle diverse politiche dell'Unione, in particolar modo quelle riferite ai Fondi strutturali.

Sicuramente conforta sapere che c'è stato un miglioramento nel quadro finanziario generale, segno che le riforme richieste in passato da questo Parlamento, se messe correttamente in pratica, possono contribuire ad un miglioramento costante del bilancio dell'Unione e della sua esecuzione, con un tasso di errore, abbiamo visto, costantemente in diminuzione.

Desidero sottolineare poi l'importanza di un *audit* specifico nei settori della sicurezza della cittadinanza, il cui *budget*, seppure costituisce una parte relativamente piccola del bilancio dell'Unione, rappresenta però uno dei fondamentali strumenti di sostegno agli Stati membri.

Un'ultima considerazione: il parere qualificato fornito dalla Corte a seguito della propria attività di controllo nei confronti dell'utilizzo del bilancio dell'Unione per il 2016 ha una valenza particolarmente significativa, mi sento di poter dire, poiché contribuisce, seppure indirettamente, ad accrescere la fiducia dei cittadini nei confronti delle istituzioni europee.

Julia Pitera (PPE). – Panie Przewodniczący! Panie Komisarzu! Panie Prezesie! Europejski Trybunał Obrachunkowy odgrywa ważną rolę w procesie budowania zaufania obywateli do Unii Europejskiej, zwłaszcza w ostatnich latach naznaczonych negatywnymi, często dramatycznymi zdarzeniami, które bywają cynicznie wykorzystywane przez populistycznych polityków do budowania własnej siły kosztem jedności Unii Europejskiej. I właśnie na tle tych zjawisk prawidłowe funkcjonowanie instytucji europejskich i prawidłowe gospodarne zarządzanie pieniędzmi obywateli staje się szczególnie ważne. Dlatego z zadowoleniem trzeba przyjąć wyniki podane w sprawozdaniu Europejskiego Trybunału Obrachunkowego za 2016 rok. Miejmy nadzieję, że utworzenie izby odpowiedzialnej za kontrolę finansowania Unii Europejskiej i administracji oraz Komitetu ds. Kontroli Jakości dodatkowo podniosą jakość postępowań kontrolnych. Podobnie jak ustanowienie izb, z których każda zajmuje się określonym obszarem tematycznym, pozwoli na pogłębienie procesu specjalizacji. Trzeba też odnotować fakt, że w 2016 roku wszystkie sprawozdania roczne i specjalne zostały zrealizowane zgodnie z planem oraz że aż 80 % z nich opublikowano w przewidzianym wcześniej terminie. Ważne jest też, że w 2016 roku blisko 70 % sprawozdań specjalnych opracowano w czasie krótszym niż dotychczasowy termin docelowy. Efekty tych wysiłków organizacyjnych będziemy mogli wstępnie ocenić w przyszłym roku.

Bogusław Liberadzki (S&D). – Panie Przewodniczący! Panie Komisarzu! Pan prezes Lehne wypowiedział takie charakterystyczne zdanie, iż celem jest mówić prawdę. Nie zakwestionowaliśmy żadnego zdania z tego sprawozdania, a zatem rozumiem, że w tym sprawozdaniu jest prawda. I prawda wygląda następująco: po prostu funkcjonujemy coraz lepiej; Komisja funkcjonuje coraz lepiej, Trybunał Obrachunkowy coraz lepiej, sprawnie ocenia wyniki tej Komisji – taka jest prawda. Oczywiście zdarzają się błędy i można byłoby powiedzieć, że każdy błąd to o jeden błąd za dużo, ale nie w takiej rzeczywistości, kiedy mamy Komisję, kiedy mamy państwa członkowskie, kiedy mamy samo życie i kiedy mamy również pewną spuściznę, o której pan komisarz Oettinger mówił, czyli opóźnienia z lat 2014-2015, które przełożyły się na rok 2016.

Proszę zauważyć, że w tym sprawozdaniu nie pada słowo „nadużycia”, w tym sprawozdaniu natomiast padają sformułowania typu „efekty”, „funkcjonowanie” i w zasadzie powinniśmy tutaj w duchu tego sprawozdania mówić nie tyle o wydatkowaniu środków, co zainwestowaniu środków, bo tutaj Trybunał Obrachunkowy nam też pokazuje stopę zwrotu czy europejską wartość dodaną.

I chciałbym bardzo serdecznie polecać słowa ostrzeżenia, o których pan prezes Lehne mówił, odnośnie do przyszłości i także tych dylematów, o których pan komisarz Oettinger mówił, jak uniknąć w najbliższych dwóch latach błędów, które zdarzyły się w latach 2015-16.

Tomáš Zdechovský (PPE). – Pane předsedající, chtěl bych poděkovat a vyzdvihnout to, že míra chybovosti vlastně rozpočtů v roce 2016 se snížila z 3,8 % na 3,1 %, přestože Účetní dvůr zjišťuje řadu nesrovnalostí. Ale jak už bylo tady řečeno předřečníkem, myslím si, že je tady velikánský posun a ten posun je poměrně pozitivní. Z výroční zprávy o plnění rozpočtu také vyplývá, že stále největším problémem je absorpce dostupných prostředků poskytovaných ze strany EU. A tady si myslím, že se shodneme s panem komisařem Oettingerem, že na tuto věc je potřeba se do budoucnosti zaměřit.

Čerpání evropských prostředků bývá často nástrojem různých kritik a dezinterpretace. Dokola se tady mluví o tzv. zjednodušení evropských peněz. Myslím si, že některé výsledky se dostavily. Ale některé je potřeba ještě dále změnit, především ale v členských státech. Stále zde vidím v členských státech obrovskou administrativní náročnost. Stále vidím změny podmínek pro čerpání, nadměrnou kontrolu finančních prostředků, kdy některé prostředky jsou kontrolovány pětikrát nebo šestkrát, a nepředvídatelný výsledek celého řízení.

Tím, že členské státy nečerpají peníze, jak by měly, vzniká finanční deficit a v praxi se dostavuje nedostatek zdrojů z EU, který se promítá v makroekonomické situaci zemí i celé EU.

Marian-Jean Marinescu (PPE). – Domnule președinte, domnule președinte al Curții de Conturi, mulțumesc pentru raport. Eu cred că este un raport foarte complet.

În ceea ce privește Raportul privind protecția intereselor financiare ale Uniunii, se vede o îmbunătățire față de anul precedent: 15% mai puține neregularități, 8% mai puțin ca sumă, însă suma este în continuare destul de mare, peste două miliarde.

Este evident că e importantă activitatea de pedepsire, de identificare a problemelor, dar, în același timp, este importantă și – cred eu – activitatea de prevenire. Iar pentru asta trebuie să lucrăm foarte mult la regulamente.

Există deja o încercare de simplificare prin modificările aduse la regulamentul financiar, dar cred că Curtea, printr-un raport special, se poate gândi și la alte instrumente, pentru că a avea același tip de regulamente, aceleași reguli în toate regulamentele pentru toate fondurile ar fi un lucru foarte bun, a avea standarde de cost stabilite în fiecare stat membru, a încerca, poate, ca directiva de *public procurement* să fie transformată într-un regulament și apoi o activitate electronică – totul, de la cerere, de la evaluare, de la aprobare, de la urmărire, să fie făcut electronic – cred că ar aduce foarte mari avantaje.

O să fac câteva astfel de propuneri în raportul meu.

Andrey Novakov (PPE). – Mr President, first of all, I would like to congratulate the European Court of Auditors for making this step forward with the annual report. It is much more analytical – something which I appreciate. It is not just numbers and percentages, but it has very fruitful information for us.

Obviously, dropping the percent of error rate is something which we should celebrate and appreciate. By saying this, I am not saying that we can shift the focus from fraud prevention to something else, but we could have other priorities as well: for example, fully-fledged audit reform. What do I mean? First: single audit. Let us prevent double checks by managing authority, certifying authority and audit authority by same beneficiary. Why not introduce risk based audit as well? Those beneficiaries with a proven track record and those who are object of audit of national authority should have lighter control, otherwise we make their life worse.

Another thing: we can have simplified audit as well, introducing more simplified approach and removing unnecessary requirements. After all, I think we are moving in the right direction, and I am sure cooperation between the Court of Auditors and the Parliament will go in even greater perspective.

Daniel Buda (PPE). – Domnule președinte, fără îndoială, Curtea de Conturi este una dintre cele mai importante instituții la nivel european. Câteva observații se cuvin însă a fi făcute în contextul actualului raport.

Astfel, apreciez că atât Curtea de Conturi, cât și celelalte instituții europene, dar, mai ales, autoritățile naționale din statele membre, trebuie să fie preocupate de implementarea unor proceduri unice și simplificate la nivelul Uniunii Europene cu privire la cheltuirea banului public.

Definirea erorilor este extrem de importantă. Nu orice eroare trebuie să atragă suspendarea plăților pentru beneficiari, după cum prevenirea apariției acestora presupune consolidarea rolului de îndrumare și coordonare a Curții înaintea rolului de control.

Abordarea unitară a legislației la nivelul Uniunii este absolut necesară, astfel încât, fie la București, fie la Praga sau la Roma, să existe aceeași interpretare asupra unei norme juridice. Este inadmisibil să avem astăzi o anumită conduită care să fie incriminată ca abatere în România, dar, în același timp, să reprezinte un demers corect și legal în alte state.

Autorităților de audit și de reglementare de la nivel național trebuie să li se interzică în mod expres adăugarea de condiționalități dincolo de normele europene, deoarece acest lucru generează întotdeauna o birocrație excesivă. Schimbarea procedurilor pe durata derulării procesului de implementare a unui proiect european este un alt factor limitativ pentru beneficiarii fondurilor Uniunii Europene.

Am însă convingerea că o bună cooperare între autoritățile europene și cele naționale poate duce la fluidizarea procesului de absorbție a fondurilor europene.

(Posiedzenie zostało zawieszona na kilka chwil)

PRZEWODNICTWO: BOGUSŁAW LIBERADZKI

Wiceprzewodniczący

Catch-the-eye procedure

Νότης Μαρτιάς (ECR). – Κύριε Πρόεδρε, πράγματι θεωρούμε το έργο του Ελεγκτικού Συνεδρίου ιδιαίτερα σοβαρό, διότι ενισχύει την εμπιστοσύνη των πολιτών της Ένωσης στον τρόπο διαχείρισης των ευρωπαϊκών κονδυλίων. Όμως αυτή η εμπιστοσύνη κλονίζεται στην Ελλάδα, κύριε Oettinger, κύριε Lehne, διότι οι πολίτες παρακολουθούν έργα ΕΣΠΑ, τα οποία έχουν χρηματοδοτηθεί, να μπαίνουν στην ιδιωτικοποίηση. Συγκεκριμένα, η Fraport, στο πλαίσιο της ιδιωτικοποίησης, έχει πάρει το αεροδρόμιο της Θεσσαλονίκης, όπου εκεί εκτελέστηκαν έργα ΕΣΠΑ 400 εκατομμυρίων ευρώ, το αεροδρόμιο των Χανίων, όπου ακόμη εκτελούνται έργα ΕΣΠΑ 100 εκατομμυρίων ευρώ, και έργα ΕΣΠΑ 30 εκατομμυρίων ευρώ στη Σκόπελο. Είναι δυνατόν να συμβαίνει αυτό; Εμείς θεωρούμε ότι δεν επιτρέπεται να ιδιωτικοποιούνται έργα ΕΣΠΑ. Δεν έχει περάσει ούτε πενταετία. Θέλω να τα εξετάσετε αυτά τα θέματα διότι είναι σοβαρά, διότι οι Έλληνες πολίτες θεωρούν ότι γίνεται εν προκειμένω ξεπούλημα των περιφερειακών αεροδρομίων στη Fraport.

Maria Grapini (S&D). – Domnule președinte, domnule comisar, domnule președinte al Curții de Conturi, sigur, și eu vreau să vă felicit. Eu cred că trebuie să criticăm atunci când trebuie să criticăm și să felicităm atunci când lucrurile sunt bune.

Pe de altă parte, eu vin din mediul privat și știu foarte clar că prevenția este mai bună decât constatarea pe care dumneavoastră o faceți, și nu e vina dumneavoastră, dumneavoastră constatați niște greșeli. Eu cred că sistemul și regulamentele europene și naționale trebuie să prevadă un control mai riguros *ex ante*, pentru că nu mai puteți corecta, eventual ne ajută pentru perioada următoare.

Apoi, s-a spus aici, cred că este foarte important, domnule comisar, să vedeți legea achizițiilor publice. Am fost întreprinzător, am accesat fonduri europene, am modificat deja Directiva privind achizițiile publice, însă nu funcționează. Vă spun sigur, există posibilitatea de a se face erori.

De asemenea, acte normative – un întreprinzător, un IMM-ist, dacă vrea să ia fonduri europene pe diverse axe, are diverse proceduri. Posibilitatea de eroare crește și, atunci, eu cred că, dacă dumneavoastră veniți cu măsuri suplimentare și, mai ales, domnule comisar, - că la dumneavoastră mă adresez acum pentru că, sigur, Curtea de Conturi își poate găsi mecanisme de control noi -, trebuie să avem proceduri uniforme în Uniunea Europeană, simplificate – birocrăția costă și poate duce și la eroare.

PRZEWODNICTWO: RYSZARD CZARNECKI

Wiceprzewodniczący

Doru-Claudian Frunzuliță (S&D). – Mr President, the discharge exercise is highly important to the European Parliament, and it must be carried out with the utmost political commitment and objectiveness, while putting at the centre and safeguarding the financial interests of the European Union's citizens.

With regard to the Court of Auditors Annual Report 2016, I am glad that sustained efforts have been taken which generated an improvement in the estimated level of error in payments made from the EU budget, with a decrease from 4.4% to 3.1%. Furthermore, pertaining to the level of error, I am particularly glad to see that a slight decrease has been recorded in the area of European Development Funds as well.

Finally, I believe that while efforts have been mobilised, there is still scope for improvement, for instance, further action should be oriented towards the way in which the European Union's added value could be measured.

Ivana Maletić (PPE). – Gospodine predsjedniče, zahvaljujem Revizorskom sudu na izvješću. Uvijek su nam ova izvješća itekako važna, jer nam pomažu da poboljšamo sustav upravljanja sredstvima iz EU proračuna.

Naravno, ono na što moramo paziti je da se uz usmjeravanje na zakonito namjensko u skladu s pravilima korištenja sredstava, usmjerimo i na efikasno i pravovremeno korištenje sredstava te ispunjavanje zadanih ciljeva i rezultata. Zato apeliram na Revizorski sud da u svojim revizijama što više daje preporuke i ocjene koliko su zaista europski ciljevi u državama članicama kroz korištenje europskih sredstava ispunjeni.

Otvaramo li nova radna mjesta, smanjujemo li nezaposlenost mladih, ostvarujemo li rast i razvoj i to dugoročan i održiv, to je ono na što moram zajedno paziti.

Isto tako, ako pojednostavljujemo sustav važno je da i revizori to prate, recimo kad je u pitanju metoda pojednostavljenih troškova.

Nicola Caputo (S&D). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, signor Commissario, grazie signor Presidente della Corte dei Conti per l'esautiva relazione annuale. Il giudizio con rilievi formulati dalla Corte rispecchia un importante miglioramento nella gestione delle finanze dell'Unione europea: la percentuale di spese generali è stata ulteriormente ridotta e per i pagamenti 2016 la Corte non ha emesso un giudizio negativo, ma un giudizio con rilievi. È la prima volta che ciò accade da quando la Corte ha iniziato a rilasciare una dichiarazione di affidabilità.

Mi rammarico, tuttavia, per la scarsa flessibilità del bilancio dell'Unione europea nel rispondere a eventi imprevisti, così come evidenziato dalla stessa Corte: basti pensare alla crisi del settore agricolo, alla quale l'Unione europea non ha saputo dare le giuste risposte in maniera rapida.

Un altro aspetto negativo riguarda la complessità, peraltro in continuo aumento, dei meccanismi di finanziamento dell'Unione europea: se questa tendenza dovesse persistere, si rischia di compromettere il rispetto dell'obbligo di rendiconto e la trasparenza del bilancio dell'Unione europea.

La Commissione deve accogliere l'invito della Corte ad una maggiore focalizzazione sulla *performance*. I fondi dell'Unione europea vanno spesi secondo i principi di sana gestione finanziaria, economici, di efficienza e di efficacia.

(End of catch-the-eye procedure)

Günther Oettinger, Mitglied der Kommission. – Herr Präsident, verehrte Kolleginnen und Kollegen, sehr geehrter Herr Präsident Lehne! Die Vielzahl von konstruktiven und auch kritischen Beiträgen, aber auch die lobenden Worte haben wir gehört und werden sie innerhalb unserer Dienste gründlich auswerten. Ich beschränke mich auf ganz wenige Punkte.

Zum Ersten: Wir wollen in der Tat unseren Ehrgeiz beibehalten, um die Fehlerquote weiter abzusenken. Das heißt, eine gewisse Verlagerung auf das Thema Wirksamkeit, Erfolgsbezogenheit, *performing* darf nicht bedeuten, dass man die Fehlerquote außer Acht lässt. Hier ist weiterer Fortschritt hoffentlich erreichbar. Mit der von Frau Kollegin Jourová nachher hier vertretenen neuen Behörde und Staatsanwaltschaft, der EUSTa, haben wir ein Instrument, das sicherlich auch in diese Richtung als Partner auf europäischer Ebene Betrug, Untreue und Korruption im europäischen Haushalt bekämpfen hilft.

Zweitens: Ich teile die Meinung, dass neue Finanzinstrumente – Garantien, Darlehen – eine Ergänzung unserer Hebelinstrumente sind und man Barmittel damit nicht ersetzen kann. Für wichtige Projekte in wichtigen Mitgliedstaaten, namentlich auch in ländlichen Räumen und bei Kommunen, wird man auch weiter die Kofinanzierung und Barmittel aus dem europäischen Haushalt für die Realisierung von Projekten benötigen.

Zu Recht wurde angemahnt, dass noch immer nicht alle Mitgliedstaaten die für die Programmdurchführung verantwortlichen Behörden benannt haben. Wir haben diese Mitgliedstaaten angeschrieben, wir sind vorangekommen, aber noch nicht bei 100 %. Wir arbeiten hier nach, aber letztendlich sind wir in der Europäischen Union auf die konstruktive Mitwirkung der Mitgliedstaaten angewiesen. Wir haben keine eigene Verwaltung, keinen eigenen Unterbau in den Regionen. Und dass die Mitgliedstaaten die eigentlich ihnen zustehenden Strukturmittel nicht abrufen – im Grunde genommen müsste der Wähler merken, wie erfolgreich seine Verwaltungen arbeiten, und dies für Wahlentscheidungen, die anstehen, zu einem Maßstab machen. Wir können die Regierungen in den Regionen der Mitgliedstaaten nur beraten. Wir helfen, wo wir können, mit Rat und Tat. Aber die Beantragung von Mitteln, die Durchführung von Projekten und dann die Inrechnungstellung der gezahlten Beträge – all dies ist Verantwortung der Mitgliedstaaten, der Regionen, die hier für uns vor Ort die Ansprechpartner sind, die wir aber nicht ersetzen können.

Wir bauen darauf, dass die Mittel in den beiden nächsten Jahren hoffentlich stärker abfließen, und der Zeitplan für den nächsten MFR – wir sprachen gestern darüber – sollte entscheidend sein. Wir sollten uns nicht Zeit lassen, nicht erst im neuen Parlament beraten, nicht erst 2020 beraten. Ich will dringend vorschlagen, dass dieses Parlament gemeinsam mit Rat und Kommission ab Frühjahr des nächsten Jahres bis zur Europawahl die Zeit nutzt, um für die nächste Haushaltsperiode möglichst viel, wenn nicht gar alles entschieden und in trockenen Tüchern zu haben, damit man die Umsetzung dann auf den 1. Januar 2021 hinbekommt und zu Beginn des nächsten Haushaltsrahmens keine verlorene Zeit hat.

Es wurde Vereinfachung in den Verfahren hier kritisch angemerkt. Mit unserem „Omnibus“ und der Reform der Haushaltsordnung haben wir genau dies vor. Wir bauen darauf, dass das Parlament in den nächsten Wochen die Beratungen zu einem Ergebnis führt und es dann schon ab dem nächsten Jahr zur Vereinfachung bei entsprechenden Finanzförderverfahren kommen kann.

Ansonsten besten Dank für die Mitwirkung. Ich freue mich auf die Beratungen, die auf der Grundlage jetzt im Fachausschuss stattfinden werden. Wir sind hier zu jeder weiterführenden Antwort, auch im Detail, gegenüber den Abgeordneten bereit.

Klaus-Heiner Lehne, *Präsident des Rechnungshofs*. – Herr Präsident! Zunächst einmal freue ich mich, dass es Ihnen besser geht und dass Sie dort oben wieder auf Ihrem Stuhl Platz genommen haben.

Herr Kommissar, sehr geehrte Damen und Herren Abgeordnete! Ich denke, das ist im Laufe der Debatte auch klar geworden, ich will es aber hier noch einmal sagen: Ein eingeschränktes Prüfungsurteil bedeutet jetzt nicht, dass alles perfekt ist, sondern es ist ein klares Ja, aber. Wer den Bericht liest, der wird auch erkennen, dass wir ein Gesamtbild betrachtet haben und im Rahmen dieses Gesamtbildes eben signifikante Veränderungen, Verbesserungen festgestellt haben. Wer aber in die Kapitel einsteigt und sich im Detail anschaut, was wir im Einzelnen in den Bericht geschrieben haben, der wird feststellen, dass es eine Vielzahl von Punkten gibt, in denen konkrete Verbesserungen anstehen und vorgenommen werden müssen.

Die Fehlerquote ist eben bei der Gesamtbetrachtung nur ein Faktor. Wir haben uns darum bemüht – und das ist auch unsere Aufgabe –, nicht im Rahmen einer mathematischen Guillotine irgendetwas zu entscheiden oder zu beurteilen, sondern ein sogenanntes *professional judgement*, eine qualitative Bewertung des Gesamtbildes vorzunehmen. Das ist der Grund, warum wir zu dem Ergebnis gekommen sind, zu dem wir gekommen sind.

Ich will auch ganz deutlich machen: Das ist nicht unsere Leistung. Wir haben als Hof nur Fakten und das Bild zu beurteilen gehabt. Es ist im Wesentlichen die Verbesserung des Finanzmanagements durch die Kommission. Daran haben wir natürlich indirekt mitgewirkt. Wir, das heißt der Rechnungshof, aber vor allem auch Sie, meine Damen und Herren früheren Kollegen im Europäischen Parlament.

Das nachhaltige Immer-wieder-darauf-Drängen in ihrer Arbeit – vor allen Dingen im Haushaltskontrollausschuss – und das Zusammenwirken unserer Organe – das kann man wirklich sagen – haben im Ergebnis zu dieser Verbesserung geführt. Ich denke, darauf können wir auch wirklich stolz sein, und das ist ein Prozess, den wir weiter fortsetzen wollen, der zeigt, dass unsere Bemühungen Früchte getragen haben. Ich denke das ist ja auch schon von Frau Kollegin Ayala Sender, von Frau Dlabajová, Frau Gräßle und Herrn Liberadzki hier im Einzelnen ausgeführt worden.

Zu den Anmerkungen von Herrn de Jong: Er hat die Fragen gestellt, die ja auch im Haushaltskontrollausschuss letzte Woche schon zum Teil eine Rolle gespielt haben. Warum haben wir das Thema Finanzinstrumente bei den Fehlern so bewertet, wie wir es getan haben? Das ist ganz einfach. Ich will das hier noch einmal sagen: Auf die Fehler, die wir hier in der Vergangenheit bemängelt haben, haben wir aus Gründen der Transparenz im laufenden Bericht natürlich wieder hingewiesen – das ist klar –, aber sie erneut in die Fehlerberechnung mit hineinzunehmen wäre sachlich nicht gerechtfertigt gewesen aus dem ganz einfachen Grunde, weil es sich um untypische Fehler gehandelt hat, Fehler, deren Ursache im Wesentlichen in einer anderen von uns nicht so geteilten Rechtsauffassung zu suchen sind. Vor dem Hintergrund wäre eine entsprechende Mitaufnahme in die Fehlerquote einfach nicht sachlich zu rechtfertigen gewesen. Auch hier haben wir unser *professional judgement* in dieser Frage angewandt.

Ich will vielleicht auch noch mal darauf hinweisen, welche Bedeutung diese geschätzte Fehlerquote eigentlich hat. Das muss man vielleicht auch gerade hier im Plenum noch einmal deutlich sagen. Wir sagen nicht, dass die Fehlerquote exakt die 3,1 % sind. Wir wenden ein mathematisches statistisches Verfahren an, bei dem wir Ergebnisse einer Stichprobe verwerten und am Ende – und das werden Sie sehen, wenn Sie die Erläuterungen in dem Bericht lesen – sagen, dass sich die eigentliche Fehlerquote mit einer Wahrscheinlichkeit von 95 % in einem Korridor zwischen 2,2 und 4 % bewegt. Da ist das, was wir angegeben haben, die 3,1 %, schlicht und ergreifend der relativ wahrscheinlichste Mittelwert. Das ist alles. Das muss man im Rahmen des Gesamtbildes, wenn man über diese Frage zu urteilen hat, natürlich auch berücksichtigen. Ich glaube, diese Erklärung ist wichtig. Herr Tarand hat das Thema der Größe der Organe angesprochen. Das ist nicht unsere Sache, die wir zu entscheiden haben, das entscheidet der Primärgesetzgeber der Europäischen Union, der Verfassungsgesetzgeber, also im Klartext der Konvent, in dem ja auch das Europäische Parlament mitwirken kann, danach die Regierungskonferenz und im Übrigen die Parlamente nationaler Mitgliedstaaten. Das ist etwas, was sich unserer Beurteilung entzieht, was der Verfassungsgesetzgeber der Europäischen Union zu diesen Fragen meint.

Herr Vaughan, Herr Kollege Staes und Herr Ashworth haben die Frage der Details, der Ursachen der Fehler angesprochen. Mit Blick auf die wenige Zeit, die wir haben, möchte ich dazu jetzt nichts sagen, sondern das den Ausschussberatungen überlassen.

Ich teile die Ansicht, die von Herrn Takkula, Herrn Salafranca und anderen gesagt wurde – das steht auch im Bericht drin: Wir brauchen verständlichere, klarere, einfachere Regeln und Zahlen.

Wir werden uns bemühen – das hat Frau Gräßle angesprochen –, in Zukunft mit der neuen Herangehensweise, die wir haben, mehr länderspezifische Informationen und auch konkret mehr Informationen zu Ursachen zu geben. Eine Anmerkung zu Frau Schmidt – die ist jetzt leider nicht mehr da –, die ich machen muss. Dass wir in diesem Bericht die Verwaltung nur mit wenigen Seiten behandelt haben, ist eigentlich völlig naheliegend. Denn bei einer Fehlerquote von 0,2 % kann man nicht viel sagen. Der Bericht befasst sich im Wesentlichen mit den Fragen der Rechtmäßigkeit. Die Fragen, die Frau Schmidt angesprochen hat, betreffen eher Fragen der *performance* der Wirtschaftlichkeit. Ich gebe das ganz einfach zurück: Wenn wir im Rahmen des Entlastungsbeschlusses als Rechnungshof aufgefordert werden, eine detaillierte Wirtschaftlichkeitsprüfung über die Verwaltung des Europäischen Parlaments zu machen, dann werden wir das natürlich ernsthaft in Erwägung ziehen. Dahin gehört das. Es ist ein Wirtschaftlichkeitsthema und kein Rechtmäßigkeitsthema. Von daher ist diese Frage, die dort gestellt worden ist, damit wohl auch beantwortet.

Das Stichwort Kontrolldichte ist von zwei Kollegen angesprochen worden, von Herrn Zdechovský und vom Herrn Novakov. Das ist tatsächlich ein zentrales Problem, und Sie werden aus meinen Ausführungen zu Beginn entnommen haben: Unser Ziel ist es, in Zukunft stärker auf die Qualität statt auf die Quantität der Kontrollmechanismen zu achten. Wir sind uns dieses Problems einer überzogenen Kontrolldichte durchaus bewusst, weil das natürlich auch ein Hindernis für die Umsetzung europäischer Politik sein kann. Darum lieber mehr Qualität als Quantität in dieser Frage, lieber bessere und weniger Kontrollen als zu viele Kontrollstufen, die theoretisch möglich sind. Das ist ein sehr konkretes klares Ziel.

Herr Buda hat gefordert, dass eine einheitliche Anwendung erfolgen soll, eine europaweite Regelung. Ich denke, da sind wir in völligem Konsens, das ist keine Frage. Herr Caputo hat etwas angesprochen, was wir wiederholt auch angesprochen haben: die fehlende Flexibilität im Gesamthaushalt. Das ist ein Thema, das aber – so hoffe ich – im Rahmen des MFRs adressiert werden wird.

Ich möchte mich zum Schluss bei Ihnen ganz herzlich für die interessante und wertvolle Debatte und vor allem auch für die ermutigenden Worte im Hinblick auf unsere Arbeit noch einmal herzlich bedanken. Ich werde das den Kollegen in der morgigen Kollegiumssitzung so mitteilen und bin sicher, dass das auf große Zustimmung und Freude stoßen wird.

Przewodniczący. – Zamykam debatę.

Oświadczenia pisemne (art. 162)

Tamás Deutsch (PPE), írásban. – Az Európai Parlament Költségvetési Ellenőrző Bizottsága felel az uniós költségvetés végrehajtásának ellenőrzéséért. Az egyes pénzügyi évek zárszámadási eljárásai során ellenőrzik a források felhasználásának, az egyes intézmények gazdálkodásának szabályosságát, hatékonyságát. A 2016-os pénzügyi év zárszámadása az Európai Számvevőszék éves jelentésének szakbizottsági, majd plenáris bemutatásával indul el.

Nagyon fontos eredmény, hogy 1994 óta most először fordul elő, hogy 2016-ra nézve a beszámoló alapjául szolgáló tranzakciók szabályszerűségéről nem elutasító véleményt fogalmazott meg az Európai Számvevőszék. Az ellenőrzött 2016-os kiadások jelentős részét nem jellemezte lényeges hibaszint, és az elmúlt három évben folyamatosan javult az uniós költségvetésből teljesített kifizetések becsült hibaszintje is: a 2014-es 4,4%-ról 2015-ben 3,8%-ra, 2016-ban pedig 3,1%-ra csökkent.

Az Európai Számvevőszék jelentésében megállapítja, hogy az Unió 2016-os beszámolója megbízható és valós képet ad az Unió pénzügyi helyzetéről. Az elmúlt években több zárszámadási jelentés felelőseként a mentesítési eljárást, mint a pénzügyi ellenőrzés legfőbb parlamenti eszközét nagyon fontosnak tartom a közösségi költségvetés szabályosságának és hatékony felhasználásának biztosítása érdekében.

Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (S&D), *na písmie*. – W swoim sprawozdaniu za 2016 rok Europejski Trybunał Obrachunkowy informuje, że nastąpiła stopniowa poprawa w kwestii szacowanego poziomu błędów w płatnościach dokonanych z budżetu UE. Kontrolerzy wydali opinię z zastrzeżeniem na temat płatności z 2016 r., a nie – jak we wcześniejszych latach – opinię negatywną. Poziom błędów w około połowie skontrolowanych w 2016 r. wydatków unijnych znajdował się poniżej 2 %. Ponadto kontrolerzy wydali opinię bez zastrzeżeń w odniesieniu do wiarygodności całego sprawozdania za rok 2016. W 2016 r. wydatki unijne wyniosły 136,4 mld euro. Wydatki te stanowią około 1 % dochodu narodowego państw członkowskich brutto i odpowiadają w przybliżeniu 2 % całkowitych wydatków publicznych państw członkowskich UE. Tegoroczna opinia z zastrzeżeniem odzwierciedla wyraźną poprawę w zakresie finansów UE. Cieszy mnie postanowienie Trybunału, aby w dalszym ciągu ulepszać swoje metody kontrolowania budżetu UE.

Pavel Poc (S&D), *písemně*. – Těší mě, že v roce 2016 došlo k snížení chybovosti na 3,1 %. O něco méně rád jsem ale za to, že největší míru pochybení nalézáme opět u programů a politik, kde dochází ke sdílenému řízení. V tomto ohledu je nutno poukázat opět na výdajovou oblast politiky soudržnosti, kde je procento chybných plateb až 4,8 %. Ačkoliv se vždy nejedná o úmyslné pochybení, musím vyjádřit zklamání nad tím, že do tohoto procenta spadají i úmyslná poškození a špatné interpretace pravidel. Jsem velmi smutný ze skutečnosti, že v oficiální zprávě figuruje u příkladů nezpůsobilých příjemců Česká republika. To, že se tyto podvody dějí hned v několika zemích, ale neznamená, že jsou akceptovatelné. Věřím proto, že Komise, Účetní dvůr, OLAF a nově i Úřad evropského veřejného žalobce nepoleví a sníží tuto nepěknou statistiku.

Soraya Post (S&D), *in writing*. – The European Court of Auditors in its special report last year with the title 'EU policy initiatives and financial support for Roma integration', stated that although Roma integration is explicitly mentioned in the European structural and investment funds, additional efforts are required from the Commission and the Member States to make sure that this will result in projects which contribute to Roma integration on the ground. As the Court of Auditors report says, the Commission should make sure, when checking the relevant operational programmes, that the supported projects are inclusive and fight segregation. Segregational practices should be clearly described and explicitly excluded from funding under the structural and investment fund framework and particular attention should be paid to education and housing projects. Unfortunately, we can see that most mainstream programmes systematically fail to reach out to young Roma (for example the YEI or Erasmus+). We would, therefore, call on the Court of Auditors to check the performance of EU employment and education programmes in a more thorough way and on a regular basis.

17. **Cooperação reforçada: Procuradoria Europeia (debate)**

Przewodniczący. – Kolejnym punktem porządku dnia jest debata nad zaleceniem sporządzonym w imieniu Komisji Wolności Obywatelskich, Sprawiedliwości i Spraw Wewnętrznych w sprawie projektu rozporządzenia Rady wdrażającego wzmocnioną współpracę w zakresie ustanowienia Prokuratury Europejskiej (09941/2017 — C8-0229/2017 — 2013/0255(APP)) (sprawozdawczyni: Barbara Matera (A8-0290/2017))

Barbara Matera, *relatrice*. – Signor Presidente, onorevoli colleghi, siamo finalmente giunti alle ultime battute di un iter legislativo iniziato con la proposta di regolamento della Commissione risalente al 2013 e che ci ha visti impegnati in un estenuante lavoro di ricerca e di attività intensa, fatta di negoziati, compromessi e tanti incontri di confronto.

Con una base giuridica che si fonda sul capitolo quarto del Trattato sul funzionamento dell'Unione europea nell'ambito di cooperazione giudiziaria in materia penale, il legislatore europeo ha sentito la necessità di combattere i reati che ledono gli interessi finanziari dell'Unione, attraverso una procedura legislativa speciale, atta ad istituire una Procura europea.

La frode, la corruzione e le altre attività illecite che ledono gli interessi finanziari dell'Unione europea costituiscono un grave *vulnus* per il raggiungimento degli obiettivi che, attraverso l'impiego di proprie risorse, l'Unione stessa si propone di realizzare, e richiedono pertanto un'attività di contrasto efficace, che necessita anche del ricorso al diritto penale.

L'istituzione della Procura europea rappresenta senza dubbio un tassello fondamentale nel processo di integrazione europea in materia di diritto penale, un'esigenza che nasce dai numerosi illeciti che vengono perpetrati. Secondo dati forniti dalla Commissione europea, ogni anno i bilanci nazionali europei perdono quasi 50 miliardi di euro di gettito IVA a causa di frodi transfrontaliere. La criminalità organizzata, agendo ad un livello transnazionale, trae guadagno nell'ordine di miliardi di euro, eludendo le norme nazionali ed evitando le azioni penali.

Pensate che nel 2015 gli Stati membri hanno individuato e segnalato alla Commissione irregolarità fraudolente per un importo di circa 600 milioni di euro. Gli strumenti a disposizione dei procuratori nazionali nella lotta contro la criminalità finanziaria transfrontaliera su vasta scala sono limitati.

La nuova procura dell'Unione fornirà un'azione di coordinamento, conducendo rapide indagini in tutta Europa e procedendo a uno scambio di informazioni in tempo reale. Le indagini penali sulle frodi e sugli altri crimini contro il bilancio dell'UE sono spesso ostacolati da una legislazione divergente: le autorità nazionali di contrasto, i procuratori e i giudici degli Stati membri decidono in base alle priorità stabilite dalla politica penale nazionale e sulla base delle competenze nazionali.

Di conseguenza, il livello di protezione degli interessi finanziari dell'Unione differisce significativamente da uno Stato all'altro, con risultati spesso deludenti. L'OLAF ci ha segnalato che il tasso di procedimenti di successo nei confronti dei reati contro il bilancio dell'Unione europea varia dal 19% al 90% da Stato a Stato.

L'attività di coordinamento della procura porterà così ad una maggiore efficacia nel perseguimento di tutti i crimini che hanno una dimensione transfrontaliera. Proprio rispetto a questa prospettiva, mi unisco alle tante voci che nelle ultime settimane hanno espresso l'esigenza di ampliare al più presto le competenze della Procura europea. Lo ha detto il Presidente Juncker durante il suo discorso sullo Stato dell'Unione, dichiarando di ritenere quanto mai opportuno incaricare la nuova Procura europea di perseguire i reati di terrorismo transfrontalieri.

Lo ha ripetuto anche il Presidente della Repubblica francese, Macron, che alla Sorbonne, pochi giorni fa, ha proposto la creazione di «una Procura europea antiterrorismo». Una posizione quindi in linea con quanto auspicato anche il Presidente dell'Europarlamento Antonio Tajani.

Ampliare il ventaglio delle competenze della Procura creerà i presupposti per una maggiore efficienza nella lotta alla criminalità organizzata e alle organizzazioni terroristiche: essere uniti, essere più forti, ed essere meno vulnerabili.

Věra Jourová, Member of the Commission. – Mr President, it is a pleasure to be in the Parliament today and, believe me, that is not just a courtesy phrase. Just before the summer break, after long and extremely complex negotiations, the Council reached a political agreement to set up the European Public Prosecutor's Office (EPPO) as an enhanced cooperation, and I am happy that 20 Member States have already expressed their agreement to bring the protection of financial interests to an entirely new level through the establishment of a new Union body.

The EPPO will considerably step up the current efforts to fight crimes against the EU budget such as fraud, corruption, money laundering or VAT fraud, since its work will be more effective, especially as regards cross-border criminality; more criminals will be put behind bars; more money will be recovered; and more money will be put to the right use. The regulation provides a robust set of procedural rights of suspects and accused persons.

The EPPO will become the centrepiece of a new system, joining together national law enforcement, judicial authorities and EU actors such as OLAF, Eurojust and Europol. It will be to the benefit of the EU as a whole, the Member States and European taxpayers. Criminal investigations are essential to counter the most serious forms of abuse against the EU budget. The EPPO will carry out this task on the basis of a truly European investigation and prosecution policy. OLAF will closely cooperate with the EPPO to ensure complementarity of their respective mandates. The missions of the EPPO and OLAF are clearly defined. Strong energies will need to be created in order to allow both the EPPO and OLAF to perform their tasks in the most efficient and productive manner.

There will be no duplication of work. On the contrary, I believe that the result will be a significant enhancement of our capacity to tackle fraud. The Commission has just transmitted, on 2 October, the evaluation of the OLAF Regulation and is analysing the need to adapt the OLAF Regulation to ensure that OLAF can cooperate smoothly with the EPPO and has the tools it needs to fulfil its mandate. Also, Eurojust will continue to play an important role as a crime fighter in Europe, focusing more on other forms, such as the trafficking of human beings or drugs. I am therefore pleased to see that you are advancing well on the Eurojust reform under the leadership of the rapporteur, Mr Voss.

We would not be here today without the Parliament's strong support. I would particularly like to thank the Parliament's successive rapporteurs on the EPPO, Mr Iacolino, Ms Macovei, Ms Matera, as well as all the shadow rapporteurs, for their tireless efforts for a strong, independent and efficient EPPO. I would, of course, also like to thank Ms Reding for her efforts, because I took over the EPPO from her in a very good condition, ready to be finalised. I would also like to thank Ms Grässle and Mr López Aguilar for their crucial work, in particular on the Anti-Fraud Directive, which included serious cross-border VAT fraud in the scope of the material competence of the EPPO. The EPPO and the Anti-Fraud Directive are two sides of the same coin. They are constitutive parts in our joint efforts to better fight crimes affecting the EU budget.

The Parliament made its voice heard in key moments during the negotiations and improved many important aspects of the regulation. For instance, you have ensured a clear delineation of competences between the EPPO and the other European actors; helped to design appointment procedures and introduce permanent chambers which guarantee the EPPO's independence; ensured a robust judicial review of the EPPO's procedural acts, or made sure that, from the beginning, the EPPO can cooperate on a solid basis with non-participating Member States.

But the Parliament's involvement does not stop here. You will have your say in the selection process of the European Chief Prosecutor, as well as in ensuring the general political accountability of the EPPO's activities, and you will have a decisive say on its budget. I have no doubt that this House will continue to support the EPPO in its operations. As President Juncker said in his State of the Union speech, there is a strong case for tasking the new European Public Prosecutor's Office with prosecuting cross-border terrorist crimes and, as announced in the letter of intent, the Commission will issue, in the next year, a 2025 perspective – a communication on a possible extension of the tasks of the new European Public Prosecutor's Office to include the fight against terrorism on the basis of Article 86/4 of the Treaty on the Functioning of the European Union. The Parliament will debate this question in due course.

I am convinced that the Member States that can participate in the EPPO but are still missing will soon see that this is a game changer and will join. We will welcome them with open arms – the sooner the better, and they know it from me. Your vote tomorrow will allow the Council to move to the final adoption of the regulation at next week's Justice Council, and it will allow the Commission to start setting up the EPPO so that, by 2020, the first cases can be investigated and prosecuted.

I would like to thank you for your support and to encourage you to give a strong consent to the EPPO regulation presented to you.

Sylvia-Yvonne Kaufmann, im Namen der S&D-Fraktion. – Herr Präsident, Frau Kommissarin! In der Tat, nach vier Jahren Verhandlungen ist es nun so weit: Morgen stimmen wir über die Schaffung der Europäischen Staatsanwaltschaft ab. Ein wichtiger Schritt hin zu einem gemeinsamen europäischen Rechtsraum, ja, ein großer Tag für Europa insgesamt. Erst recht, wenn man kurz die noch viel längere Vorgeschichte Revue passieren lässt. So hat das Parlament schon vor mehr als 20 Jahren – 1996 — die Einrichtung der Europäischen Staatsanwaltschaft gefordert, und die Kommission legte schon 2002 ein Grünbuch zu ihrer Schaffung vor, in dem es unter anderem heißt: „Soll die Glaubwürdigkeit des europäischen Aufbauwerks keinen Schaden nehmen, muss die Gemeinschaft ihren Mitgliedstaaten und den europäischen Steuerzahlern die Gewähr bieten, dass Betrug und Korruption tatsächlich, und zwar auch strafrechtlich, verfolgt werden.“

Genau darum geht es: Straftaten gegen die finanziellen Interessen der EU wie Fördermittelbetrug oder grenzüberschreitender Mehrwertsteuerbetrug sind keine Kavaliersdelikte! Der jährliche Schaden geht in die Milliarden, die Rechnung aber bezahlen wir alle als europäische Steuerzahler. Es ist wirklich höchste Zeit zu handeln.

Das Parlament kann zum ausgehandelten Text zwar nur Ja und Nein sagen, doch die Mitgliedstaaten hatten von uns keinen Blankoscheck. Wir haben den Verhandlungsprozess intensiv begleitet und klargemacht: Die Europäische Staatsanwaltschaft muss unabhängig agieren können, sie muss über effiziente Strukturen verfügen, und die Verfahrensrechte der Beschuldigten müssen jederzeit gewahrt sein.

Da all dies gegeben ist, wird unsere Fraktion grünes Licht für die Europäische Staatsanwaltschaft geben. Wir wollen, dass europäische Steuergelder in Zukunft effektiver geschützt sind.

Zutiefst bedauerlich ist jedoch, dass die Europäische Staatsanwaltschaft nur im Rahmen der Verstärkten Zusammenarbeit entsteht und vorerst nur 20 Staaten dabei sind. Dies schwächt ohne Zweifel den europäischen Mehrwert. Bände spricht, finde ich, dass gerade die Regierungen von Ungarn und Polen die Staatsanwaltschaft nicht wollen. Ungarn erhält die meisten EU-Fördermittel pro Kopf der Bevölkerung, Polen mit 86 Milliarden im Zeitraum 2014-2020 die meisten Gelder von allen. Wir werden daher in Zukunft dafür streiten, dass alle Mitgliedstaaten teilnehmen, damit dieses europäische Gemeinschaftsprojekt rundum zum Tragen kommen kann.

Monica Macovei, *în numele grupului ECR*. – Domnule președinte, mâine votăm Regulamentul Biroului procurorului european. Am negociat cu miniștrii de justiție și de interne din statele membre timp îndelungat, tocmai pentru că am dorit un birou al procurorului european puternic, independent, cu o misiune clară și puteri de investigație care să ne permită investigații oriunde în Uniune.

După aproape trei ani de negocieri, Biroul procurorului european va fi, în fine, înființat. Pe scurt, cauzele de fraudă transfrontalieră cu bani europeni și unele infracțiuni teroriste vor fi investigate de la început la sfârșit, inclusiv finalizate prin trimitere în judecată, de Biroul procurorului european, iar, în cazurile de condamnare, evident, se vor confisca banii furați din buzunarele noastre. Frauda în Uniunea Europeană, reamintesc, este de 500 de milioane de euro în fiecare an.

Apoi, procurorul european va strânge probe din fiecare stat membru implicat în fraudă transfrontalieră. Pentru percheziții, de exemplu, în România, se va urma legea română, pentru interceptări în Germania, legea germană, pentru audieri sau alte investigații în alte state membre se va respecta legea acelor state membre. Toate aceste probe făcute în diferite state însă vor fi admisibile și valabile în instanța care va judeca cauza, dosarul cu fraudă transfrontalieră. E foarte important acest lucru și asta va face ca toate aceste cauze să fie anchetate și judecate mult mai rapid.

Procurorul european va avea competență prioritară asupra tuturor infracțiunilor, inclusiv asupra așa numitului carusel al TVA-urilor. Pentru infracțiunile cu fonduri europene se prevăd pedepse minime, adică judecătorii nu pot condamna la mai puțin de limita de ani stabilită în Directiva împotriva fraudelor cu fonduri europene.

Roberta Metsola, *fisem il-grupp PPE*. – Grazzi Sur President, grazzi Kummissarju, tad-dedikazzjoni tieghek fuq dan is-sugġett. Nixtieq ukoll niringrazzja lil kollegi li għal dawn is-snin kollha tant hadmu fuq dan il-proġett tista' tgħid, nibda minn Monika Macovei u Barbara Matera, meta l-grupp tagħna.

Dan l-uffiċċju huwa verament importanti. Meta aħna ktibna u hdimna fuq it-Trattat ta' Lisbona, għarafna l-bżonn li jkun kreat uffiċċju li l-ghan tiegħu jkun biex jipproteġi l-interessi finanzjarji tal-Unjoni Ewropea. Kien hemm minn kellu xi dubji dwar dan l-uffiċċju meta bdejna niddiskutuh imma tul is-snin rajna l-importanza tiegħu. U allura jiena nixtieq li nkunu nerġghu nistgħu nkunu f'din il-kamra u naraw li kull Stat Membru tal-Unjoni Ewropea jkun jista' jissieheb f'dan l-uffiċċju, għaliex dan huwa uffiċċju li tant jista' jibgħat il-messaġġ li kull Stat Membru tal-Unjoni Ewropea huwa favur li nikkumbattu, il-frodi transkonfinali. Dawn huma affarijiet li aħna kollha nistgħu nkunu on-board miegħu u jiena nerga' nappella lil kull Stat Membru, kull gvern li qiegħed ipoġġi fil-Kunsill tal-Ministri biex jara u jisma' l-appell tal-Kummissjoni Ewropea, halli kulhadd ikun jista' jingħaqad f'dan l-uffiċċju.

Jiena minn naħa tiegħi nista' nkompli nuri l-appoġġ tiegħi, tal-grupp tagħna għal dan il-Prosekutur Ewropew u ser inkomplu nahdmu sabiex ikun verament effiċċjenti f'dak li jagħmel fl-attivitatiet tiegħu dejjem skont l-iskop tal-poteri li huma mogħtija lillu fit-Trattat.

Louis Michel, *au nom du groupe ALDE*. – Monsieur le Président, Madame la Commissaire, je suis convaincu pour ma part que le Parlement européen va apporter une plus-value inédite dans la protection des intérêts financiers de l'Union et je me réjouis, en particulier, de l'inclusion, malgré certaines limites, que je regrette d'ailleurs, de la fraude à la TVA dans les compétences du parquet.

Bien que nous n'ayons aucun pouvoir d'approbation sur le dossier, les préoccupations du Parlement ont été prises en compte de manière satisfaisante. Une ombre au tableau, naturellement: certains États membres ont décidé de ne pas participer, poussant ainsi les autres à se lancer dans une coopération renforcée. Je tiens pourtant à rappeler que la lutte contre la fraude au budget de l'Union relève d'une responsabilité partagée: celle de l'Union et celle des États. Nous parlons bien ici de l'argent des contribuables européens. Je trouve donc particulièrement regrettable, voire choquant, que des États membres, dont certains figurent parmi les plus grands bénéficiaires de fonds européens, puissent se soustraire à leur devoir moral et politique de tout mettre en œuvre pour lutter contre la fraude.

Pour ce qui me concerne, je crois d'ailleurs qu'il faudrait songer sérieusement à lier l'octroi de fonds européens à l'obligation de se soumettre à ce devoir.

Il est à mes yeux inconcevable que les intérêts financiers de l'Union ne bénéficient pas d'un niveau de protection uniforme dans tous les États membres. Heureusement, nous avons quand même à nous féliciter du fait que pas moins de vingt États membres aient décidé d'aller de l'avant pour protéger l'argent public européen. Il s'agit d'une étape cruciale de l'intégration européenne et de la construction de notre espace de justice.

J'espère vivement que le parquet pourra rapidement montrer son efficacité et que ses compétences seront à l'avenir élargies aux autres menaces transfrontières auxquelles sont confrontés tous les États européens, telles que la criminalité transfrontalière, le terrorisme et la criminalité organisée que l'on connaît aujourd'hui. Ce serait le minimum d'élargir les compétences à ces matières.

(L'orateur accepte de répondre à une question «carton bleu» (article 162, paragraphe 8, du règlement))

Kazimierz Michał Ujazdowski (ECR), *pytanie zadane przez podniesienie niebieskiej kartki*. – Panie Pośle! Pan z łatwością oskarża państwa, które nie przystąpiły do wzmocnionej współpracy, chociaż ta wzmocniona współpraca z istoty rzeczy jest dobrowolna. To Panu przychodzi z łatwością, tymczasem rzecz polega przede wszystkim na odpowiedzialności państw narodowych i Belgia ma wymiar sprawiedliwości, który nieraz jest poddawany bardzo ostrej krytyce, także ze strony innych państw, choćby polityków francuskich. Czy nie lepiej zacząć jednak od uzdrowienia wymiaru sprawiedliwości na poziomie narodowym, zanim oskarży się innych o to, że nie wchodzi do dobrowolnej współpracy?

Louis Michel (ALDE), *réponse «carton bleu»*. – Monsieur le Président, ma réponse sera extrêmement brève.

Je n'ai que vraiment très incomplètement compris la portée de cette question. Ce n'était pas une question, c'était..., je ne sais pas.... Il m'a renvoyé à la Belgique, il pense que la Belgique fait partie des 20 pays qui se sont donc ligüés pour faire cette coopération renforcée, donc je n'ai pas compris la portée de la question, vraiment, donc je m'en excuse auprès de l'intervenant.

Jiří Maštálka, *za skupinu GUE/NGL*. – Pane předsedající, paní komisařko, přes některé pozitivní změny, které tu byly konstatovány předčasně, jsem k návrhu na zřízení Úřadu evropského veřejného žalobce i nadále skeptický a to hned z několika důvodů. Domnívám se, že v EU již nyní máme dostatečné mechanismy pro boj s finančními podvody, jako je Eurojust, Europol a OLAF. Dalším problémem bude podle mě složitá struktura rozhodování o kompetenci k vyšetřování, kdy se bude muset nejdříve posoudit, zda spadá do kompetence národního nebo evropského žalobce. Není mi také jasné, kdo bude moci podávat dovolání a další opravné prostředky. Otázka dohledu rovněž zůstává nevyřešena. Máme v neposlední řadě nakročeno k postupné harmonizaci trestního práva v EU, což je trnitá cesta. Nekonečné zřizování nových a nových evropských úřadů jen těžko přispěje k rychlejšímu průběhu trestních řízení a snížení počtu procesních pochybení.

Jan Philipp Albrecht, *im Namen der Verts/ALE-Fraktion*. – Herr Präsident, sehr geehrte Frau Kommissarin, sehr geehrte Damen und Herren, Kolleginnen und Kollegen! Wir erleben hier heute Abend einen historischen Moment: Wir haben etwa acht Jahre nach dem Inkrafttreten des Vertrags von Lissabon die finale Aussprache über die Schaffung der Europäischen Staatsanwaltschaft. Das ist ein wirklich historischer Moment, und ich glaube, wir sollten den wertschätzen.

Umso enttäuschter bin ich, dass wieder mal auch der Rat nicht anwesend ist und auch die Mitgliedstaaten diesen Fortschritt nicht wirklich würdigen und tatsächlich mit Leben füllen. Ich hoffe, dass sich das ändern wird, und ich hoffe auch, dass die 20 Mitgliedstaaten, die sich auf den Europäischen Staatsanwalt eingelassen haben, die noch verbleibenden Mitgliedstaaten dazu bewegen können, an diesem Instrument teilzunehmen.

Es ist wichtig für die Bürgerinnen und Bürger der Europäischen Union, für den EU-Haushalt. Wir verlieren jedes Jahr mehrere hundert Millionen Euro in diesen Kriminalitätsbereichen, wenn es um die Straftaten zulasten des EU-Budgets geht. Manche Rechnungen gehen sogar deutlich darüber hinaus. Das haben wir zum Beispiel im Sonderausschuss gegen organisierte Kriminalität, Korruption und Geldwäsche vorgelesen bekommen: Mehrere Billionen Euro können es sogar sein. Das heißt, der Schaden ist enorm, und es ist deswegen umso wichtiger, dass wir dieses Instrument jetzt wirklich nutzen, dass es mit Leben gefüllt wird, dass die Mitgliedstaaten daran teilnehmen und dass sie es als Vorbild für eine ordentliche Zusammenarbeit in polizeilichen und in justiziellen Strafangelegenheiten nehmen. Das ist auch genau die Priorität, die wir uns geben müssen, wenn es darum geht, effektive Strafverfolgung in der Europäischen Union voranzubringen.

Es macht wenig Sinn, nach neuen Ermittlungsmaßnahmen oder irgendwelchen Datenbanken zu rufen, wenn am Ende das Personal und die Infrastruktur für ordentliche Zusammenarbeit von Polizei und Justiz in der Europäischen Union nicht zur Verfügung gestellt werden. Wir können diese Aufgaben nur gemeinsam bewältigen, und dafür ist der Europäische Staatsanwalt ein großes Vorbild und ein wichtiger Schritt.

Insofern stehen auch wir Grüne absolut hinter diesem Vorschlag. Wir werden für diese Schaffung der Europäischen Staatsanwaltschaft stimmen, und wir sind auch der Meinung, dass die jüngst geäußerten Vorschläge, die Kompetenzen in Zukunft zum Beispiel auch auf Terrorismusstraftaten zu erweitern, absolut diskutiert werden müssen, dass das ein richtiger Vorschlag ist. Wir als Europäisches Parlament sollten da dranbleiben und auch bei der Schaffung hoher Verfahrensstandards selbstverständlich weitermachen.

(Der Redner ist damit einverstanden, eine Frage nach dem Verfahren der „blauen Karte“ gemäß Artikel 162 Absatz 8 der Geschäftsordnung zu beantworten.)

Jiří Pospíšil (PPE), *otázka položená zvednutím modré karty*. – Pane kolego, pozorně jsem poslouchal Vaše vystoupení, které na mě působilo velmi optimisticky. Já se přiznám, že tak optimistický nejsem. Dovolte mi otázku. Myslíte si, že do doby, než ostatní státy případně přistoupí k tomuto novému institutu, než se, jak jste řekl, přidají k evropskému prokurátorovi, tak by tento nový úřad měl spolupracovat s justičními orgány těch členských zemí, které nechtějí evropského veřejného žalobce? Měla by zde probíhat taková spolupráce?

Jan Philipp Albrecht (Verts/ALE), *Antwort auf eine Frage nach dem Verfahren der „blauen Karte“*. – Sehr geehrter Kollege! Auf jeden Fall sollte eine enge Kooperation vereinbart werden zwischen den Staaten, die die Europäische Staatsanwaltschaft jetzt aufbauen, und denjenigen, die – noch jedenfalls – nicht dabei sind, aber möglichst demnächst beitreten. Gerade ein Land wie Polen täte gut daran, ganz aktiv daran teilzunehmen. Wir haben die Eurojust-Verordnung noch auf dem Tisch liegen. Ich bin absolut dafür, eine sehr enge Zusammenarbeit dort zu vereinbaren. Aber es ist nicht so, dass man die gleichen Vorteile auch im Rahmen von Eurojust genießen wird. Sie werden diese Kriminalität nur dann effektiv bekämpfen können, wenn sie auch an diesem Instrument teilnehmen.

Laura Ferrara, *a nome del gruppo EFDD*. – Signor presidente, onorevoli colleghi, con il voto di oggi vedrà finalmente la luce la tanto attesa Procura europea, che noi consideriamo un elemento centrale della lotta contro la corruzione nell'Unione europea. Spiace innanzitutto constatare come alcuni Stati membri abbiano preferito rimanere fuori dall'ambito di competenza di questo nuovo organismo dell'Unione e, in tal senso, confidiamo in un loro repentino ravvedimento.

La procura, come sottolineato anche nella risoluzione del Parlamento europeo sulla lotta alla corruzione, di cui sono stata relatrice, dovrà essere efficiente e indipendente dai governi nazionali e dalle istituzioni dell'Unione europea, ma soprattutto al riparo da influenze e pressioni politiche.

Ritengo che il lavoro della Procura europea, grazie anche all'utilizzo delle risorse già esistenti in ambito europeo e grazie allo scambio di informazioni con altri organismi di contrasto alle frodi e alla corruzione, come l'OLAF, Europol ed Eurojust, possa garantire un'implementazione sia delle attività repressive, sia in ordine alla prevenzione dei crimini perpetrati ai danni dell'Unione europea.

Pertanto, auspico che vengano assegnate alla Procura europea risorse finanziarie umane e adeguate ai suoi compiti e mi rammarico del fatto che non rientrino nel suo mandato, quanto meno in maniera esplicita, competenze necessarie per il contrasto alla criminalità organizzata. Dico questo con la consapevolezza di chi ha visto andare in fumo milioni di euro di fondi dell'Unione europea, destinati ad esempio all'agricoltura nelle regioni del Sud Italia, finanziamenti che, purtroppo, sono finiti nelle mani di truffatori e della criminalità organizzata, come fra l'altro rilevato nell'ultima relazione del comitato per la lotta contro le frodi nei confronti dell'Unione europea, istituito presso il governo italiano, che ha registrato, tra i casi di frode agli interessi finanziari dell'Unione, addirittura casi di percezioni di contributi, in agricoltura, da parte di soggetti sottoposti a misure di prevenzione antimafia.

In conclusione, si poteva fare di più e meglio: ma non vi è dubbio che oggi l'Unione europea compie un significativo passo avanti nel contrasto al crimine.

IN THE CHAIR: MAIREAD McGUINNESS

Vice-President

President. – Colleagues, I mentioned during the votes that I am going to try not to use the gavel. We are running slightly over time and I would ask you if you could cooperate with me and see whether, as an experiment, we can have a good debate without my having to use this. I think it is inappropriate.

Gilles Lebreton, *au nom du groupe ENF.* – Madame la Présidente, merci pour le rappel.

La justice pénale est une prérogative régalienne qui appartient aux États depuis toujours et est indissociable de leur souveraineté. C'est pourquoi je m'oppose à la création d'un parquet européen, qui serait compétent pour poursuivre les auteurs d'infractions portant atteinte «aux intérêts financiers de l'Union».

C'est aux parquets nationaux de poursuivre ce genre d'infractions, en coopérant entre eux en cas de besoin. Je m'oppose donc à l'idée d'un parquet européen qui les dépouillerait de leurs compétences.

Je m'y oppose d'autant plus qu'il travaillera en étroite collaboration avec l'OLAF. Or l'OLAF est décrédibilisé par les scandales. L'Union pervertit tous ses domaines de compétence, c'est pourquoi je lui dis stop, je ne veux pas qu'elle pervertisse aussi la justice pénale.

Κωνσταντίνος Παπαδάκης (NI). – Κυρία Πρόεδρε, η Ευρωπαϊκή Εισαγγελία αποτελεί ένα ακόμα κατασταλτικό εργαλείο που προστίθεται στο ήδη υπάρχον επικίνδυνο πλέγμα καταστολής στην Ευρωπαϊκή Ένωση και τα κράτη μέλη της. Με Γενικό Ευρω-εισαγγελέα και ευρωεισαγγελίες σε κάθε κράτος μέλος θα έχουν στη διάθεσή τους Ευρωπόλ και Eurojust, εθνικές αστυνομικές και δικαστικές αρχές, βάσεις δεδομένων και «φακελώματος», ευρωπαϊκά εντάλματα και άλλα. Η Ευρωεισαγγελία προορίζεται έτσι για τον ρόλο συντονιστή των κατασταλτικών μηχανισμών, ευρωενωσιακών και εθνικών.

Η αντιμετώπιση της απάτης αποτελεί πρόσχημα και προπομπό επέκτασης της δράσης της σε άλλους τομείς δίωξης και καταστολής, όπως της λεγόμενης «καταπολέμησης της τρομοκρατίας». Ο κανονισμός ψηφίζεται με σκοπίμες αοριστίες, διευρύνοντας ήδη το πεδίο δράσης. Πραγματικός όμως στόχος όλων αυτών των μηχανισμών είναι το εργατικό λαϊκό κίνημα, η κατάπιξη των λαϊκών ελευθεριών. Για αυτό η πάλη ενάντια στην καταστολή για τις λαϊκές ελευθερίες και δικαιώματα πρέπει να στοχεύει τον πραγματικό εχθρό και αντίπαλο: την εξουσία των μονοπωλίων, τη θωράκιση της οποίας υπηρετούν οι ενώσεις και οι μηχανισμοί τους.

Ingeborg Gräßle (PPE). – Frau Präsidentin, Frau Kommissarin, liebe Kolleginnen und Kollegen! Also manchen Kollegen sollte man hier wirklich das Wort verbieten, weil sie mangels Sachkenntnis überhaupt nicht zum Thema sprechen sollten.

Der Europäische Staatsanwalt ist ein Meilenstein in der europäischen Justizgeschichte, weil es – Herr Kollege von gerade eben: Aufgepasst! – die einzige Einrichtung auf der europäischen Ebene ist, die selbst bestimmen kann, welche Fälle sie ermittelt. Bei allen anderen muss der Mitgliedstaat darum bitten, dass ermittelt wird. Und wir haben inzwischen halt Mitgliedstaaten, bei denen wir erhebliche Zweifel haben können, ob wirklich alle Verbrechen ermittelt werden, vor allem Verbrechen, von denen Mitgliedstaaten selber profitieren. Wir können uns eben – und das ist das Problem, und nehmen Sie es bitte zur Kenntnis, statt so dumm rauszureden, Entschuldigung – nicht mehr darauf verlassen, dass die Justizbehörden wirklich so funktionieren, wie sie funktionieren sollten. Das ist unser Problem, und da hilft die EUStA.

Frau Kommissarin, herzlichen Glückwunsch! Heute ist ein großer Tag. Liebe Frau Kollegin Matera, das haben Sie toll gemacht! Es war mühsam, aber es ist wichtig. Ich möchte wirklich sagen, dass dank Ihrer Hartnäckigkeit, Frau Kommissarin, diese Geschichte jetzt zu einem einigermaßen guten Ende geführt wird. Leider sind viele Kleingeister im Rat Justiz und Inneres, nicht in der Lage gewesen, ein wirkliches Gemeinschaftsmodell bei der EUStA voranzutreiben. Wir haben in der Organisation, in der Konstruktion erhebliche Mängel, und diese Mängel werden uns noch sehr beschäftigen.

Ich möchte, dass wir das tun, was Herr Michel gesagt hat: kein europäisches Geld mehr für all diejenigen, die nicht an der EUStA teilnehmen. Das muss das Ergebnis der nächsten MFR-Verhandlungen sein. Nur so kann es gehen! Wir müssen gerade Länder, an deren Justizsystem wir Zweifel haben müssen, in das europäische System zwingen. Wer von uns Geld will, muss auch dafür sorgen, dass im Zweifel Finanzverbrechen weiterverfolgt werden.

Ich möchte Ihnen sagen, dass wir mit der EUStA, mit Eurojust, mit Europol noch schwierige Tage vor uns haben werden. Wir müssen dafür sorgen, dass wir ein gutes Zusammenspiel dieser neuen Behörden haben, auch zusammen mit dem OLAF, das natürlich von den Befugnissen nicht mal ansatzweise mit der EUStA zu vergleichen ist. Wir müssen dafür sorgen, dass die Dinge funktionieren. Wir müssen aber auch dafür sorgen, dass die EUStA nicht mit Aufgaben überlastet wird. Deswegen: Seid vorsichtig, wenn Ihr die Ausdehnung neuer Kompetenzen fordert. Ich halte davon nicht viel. Lasst uns zuerst die jetzige Organisation zum Funktionieren bringen!

Juan Fernando López Aguilar (S&D). – Señora presidenta, comisaria Jourová. ¡Por fin la Fiscalía Europea! Estamos dando un paso histórico.

Después de cuatro años de trabajos arduos, de debates, de tarjetas amarillas en los Parlamentos nacionales y de vetos de algunos Estados miembros, sale adelante una cooperación reforzada con veinte de los veinticinco posibles Estados miembros participantes, teniendo en cuenta que el Reino Unido, Irlanda y Dinamarca se han excluido de este espacio de libertad, justicia y seguridad.

Pero es un paso realmente enorme el que estamos dando, y el Parlamento Europeo hizo cuanto estuvo en su mano para facilitararlo, porque aprobamos efectivamente el Derecho penal sustantivo, la Directiva relativa a la protección de los intereses financieros de la Unión por medio del Derecho penal —y le agradezco que lo haya recordado, comisaria Jourová, fui ponente del informe—, ya que esta herramienta será crucial para proteger los intereses financieros de la Unión y el presupuesto de la Unión contra el fraude, que puede ascender a 500 millones de euros al año de acuerdo con la estimación más baja.

Y lo hará superando todas las dificultades técnicas, las dificultades impuestas por lo que se ha llamado la regalía de los Estados, una herramienta de captación de pruebas, de recolección de pruebas, de medidas de garantía de los derechos, de la defensa, dificultades procesales y el vínculo del fiscal del Estado nacional con la Fiscalía Europea cuando haya un interés específico de un Estado miembro.

Es un paso muy significativo, y lo que queremos es que se amplíe la base jurídica para cubrir también la delincuencia grave transnacional del artículo 83 y el terrorismo y para que el resto de los Estados miembros pueda subirse a bordo de este instrumento formidable que es la Fiscalía Europea.

Ojalá consiga cuanto antes ser efectiva y recuperar recursos económicos contra el fraude, que serán fundamentales para combatir el paro y producir empleo y crecimiento económico en la Unión Europea.

Helga Stevens (ECR). – Het Europees Openbaar Ministerie of EOM moet complexe gevallen van fraude bestrijden. Geen fait divers, want het verschil tussen de geraamde btw-inkomsten en de werkelijk geïnde btw-bedragen bedroeg in 2015 zo'n 152 miljard euro. Dat is gelijk aan de gehele jaarbegroting van de Europese Unie.

Sommige lidstaten, zoals België, zijn koploper inzake fraudebestrijding. Andere landen laten betijen. Het nieuwe EOM zal deze lidstaten kunnen verplichten om fraudeonderzoeken op te starten. Daar kunnen we natuurlijk niet tegen zijn, maar er is een maar. Eerst wisten we ondanks lopende onderhandelingen niet welke misdrijven het EOM ging vervolgen. Nadat duidelijk werd dat de focus zou liggen op grootschalige fraude, werd besloten om een nieuw agentschap op te richten. Maar volgens het Verdrag moest het EOM ingebed worden in Eurojust, de Europese Eenheid voor justitiële samenwerking. Helaas werd besloten om het EOM te laten functioneren naast Eurojust en OLAF. Niet erg efficiënt, maar gezien het belang van fraudebestrijding, zullen we ons hierbij neerleggen.

Maite Pagazaurtundúa Ruiz (ALDE). – Señora presidenta, si tiene que usar el mazo, conmigo puede usarlo. No voy a ser original, pero quiero ser justa.

Como ha señalado el señor Aguilar —como se ha dicho ya—, se supone que las arcas públicas de los Estados miembros dejan de recaudar, al menos, unos 500 millones de euros debido al fraude en el IVA transfronterizo y a distintos fraudes que tienen un enorme impacto en la financiación de las políticas públicas de los Estados, o sea, en el bienestar de los ciudadanos. Además, como también se ha señalado, están ligados muchas veces a tramas criminales que financian el terrorismo y el narcotráfico.

No es original decirlo, pero es importante: la Fiscalía Europea es crucial para proteger los intereses financieros de la Unión, que es defender a los ciudadanos. Así, la nueva Fiscalía Europea podrá iniciar procedimientos penales y lo hará con una estructura y un funcionamiento que persiguen la eficacia; será independiente de los Estados miembros, y se aspira a que lleve esto a cabo de manera rápida —esto más difícil de creer, pero vamos a ver—.

Sabemos que no es una solución mágica y, aunque un grano no hace granero, algo ayudará a mejorar la viabilidad de nuestros sistemas de bienestar, y es importante.

João Pimenta Lopes (GUE/NGL). – Senhora Presidente, a instituição de uma Procuradoria Europeia representa um passo em frente no processo de integração europeu, na comunitarização e na harmonização da justiça, nomeadamente na vertente penal, visando uma justiça servil aos interesses das grandes potências e do grande capital.

Prossegue-se o ataque à soberania dos Estados, reforçando a postura federalista do projeto de integração, neste caso o poder judiciário, através de órgãos supranacionais em que se concentram cada vez mais competências e poderes, obliterando a necessária e desejável cooperação livre e soberana entre Estados nacionais.

A criação de uns e o fortalecimento de outros destes organismos europeus pretendem tutelar e sobrepor-se às legítimas instituições dos Estados-Membros, condicionar a sua capacidade de intervir em sede própria na defesa dos seus interesses e limitar a sua soberania judiciária.

Com estas propostas, centralizam-se, estruturam-se e reforçam-se entidades que escapam ao controlo democrático e jurisdicional, ultrapassando garantias quanto aos direitos e liberdades previstas nos quadros legislativo e constitucional nacionais.

Eva Joly (Verts/ALE). – Madame la Présidente, Madame la Commissaire, l'argent des contribuables européens sera désormais mieux protégé, et les fraudeurs transfrontaliers davantage poursuivis.

C'est le message qu'envoie l'Union avec la création du parquet européen. Celui-ci aura le pouvoir d'enquêter et de poursuivre les auteurs de fraudes affectant le budget de l'Union, comme les détournements de fonds ou les fraudes à la TVA, qui s'élèvent, comme chacun le sait, chaque année, à plus de 50 milliards d'euros.

Après plus de quatre ans de discussions, il était temps que l'Union se dote d'un organe capable d'appréhender ce phénomène servant parfois à financer le terrorisme. Bien sûr, nous aurions préféré que tous les États membres participent à ce parquet, mais je suis convaincue que les vingt premiers pays seront bientôt rejoints par les autres. Comment fermer les yeux plus longtemps sur les ravages de la criminalité financière?

Bien sûr, les compétences du parquet pourraient être plus larges et couvrir, par exemple, les crimes environnementaux, mais ses pouvoirs pourront être étendus à l'avenir.

Ce qui est essentiel maintenant, c'est de doter le parquet de ressources à la hauteur de ses ambitions, d'assurer une coopération efficace avec Eurojust et surtout de lui garantir une indépendance véritable. C'est de cela que dépendent sa valeur ajoutée et sa capacité à enquêter, notamment sur des dossiers pouvant s'avérer trop sensibles à l'échelon national.

Le parquet est une avancée pour l'Europe de la justice. Donnons-lui les moyens de changer réellement la donne.

Gerard Batten (EFDD). – Madam President, the stated purpose of the European Public Prosecutor's Office is to pursue financial and economic crimes committed against the European Union. Now, the intention is to pursue criminals for crimes against the EU's budget, but also the EU's wider financial interests, for example cross-border crime such as counterfeiting and VAT fraud. This new office usurps the authority of nation states and control of their own legal systems. For that reason, eight of the 28 Member States have opted out of the European Public Prosecutor's Office.

Britain has an opt-out, but we are leaving the European Union. I have always maintained that these opt-outs are essentially worthless, because the Prosecutor would be able to utilise the EU's existing legal instruments and legal institutions in order to circumvent the opt-outs. On Monday, 25 September, I asked this very question at a meeting in the Committee on Civil Liberties, Justice and Home Affairs (LIBE). The representative of the Commission present confirmed that what I have said all along is correct, and leaving the EU will not make any difference for Britain.

Ms May has said that she wants a new security relationship treaty with the European Union. The treaty would include our subservience to all the existing EU legal instruments and institutions. We are being lied to, as usual. If Ms May has her way, Britain will be subject to the European Public Prosecutor after we leave the European Union.

Diane James (NI). – Madam President, thank you very much for being able to address this subject this evening, which, regretfully, I will not be supporting tomorrow in terms of the vote.

Now, my colleagues have described how it is going to be portrayed, but can I just issue a big reminder? The European Union has an absolutely abysmal record in terms of finance, budget and accountancy. It has had numerous scandals, that have been mentioned, and therefore to even begin to establish an organisation like this makes one wonder whether it actually has the competence to investigate what is happening within its own body?

Mention has also been made of the fact that a number of states have opted out. I think that is a very good move. The signal they are sending is that this ought to be stopped for a moment, a review ought to be conducted, and the financial systems and investigations that the EU currently has ought to be addressed, before embarking on something new which is going to cost, which requires resources and which ultimately takes away sovereign power from Member States.

Viviane Reding (PPE). – Madame la Présidente, un parquet européen en mesure de rechercher et de poursuivre les fraudeurs... Enfin!

En 2013, j'avais mis le projet sur la table en ma qualité de commissaire à la justice. M^{me} la commissaire Jourová le boucle aujourd'hui et il entrera en vigueur en 2020. Et c'est une avancée majeure.

Enfin notre budget européen recevra la protection européenne qu'il mérite. Finis les jours où les escrocs pouvaient facilement détourner l'argent du contribuable européen, sachant pertinemment qu'ils ne seraient pas poursuivis et finie, donc, l'impunité.

Lorsque les malfaiteurs agissent à l'international, notre réponse aussi doit être transnationale et européenne.

Je me réjouis que vingt États membres aient décidé d'aller de l'avant. La coopération renforcée fait ainsi ses preuves et montre que l'Europe des précurseurs peut entraîner dans son sillage les États membres qui, aujourd'hui encore, hésitent à protéger plus efficacement l'argent du contribuable.

La création du poste de procureur européen est la preuve que l'Europe peut et doit avancer avec une avant-garde, et cette preuve a d'ailleurs déjà été apportée par le règlement sur le divorce et la proposition sur la succession.

L'espace européen de la justice se met lentement en place, et ce sera un honneur pour le Luxembourg, en tant que siège des institutions judiciaires, d'accueillir les nouveaux procureurs européens.

L'Europe agit et doit continuer à le faire, j'appelle donc de mes vœux pour l'avenir l'élargissement des compétences du procureur à la criminalité organisée et à la lutte antiterroriste pour mieux protéger nos citoyens.

Madame la Commissaire, la fenêtre d'opportunité est ouverte, les traités nous permettent d'avancer, et c'est donc à nous de le faire.

Caterina Chinnici (S&D). – Signora presidente, onorevoli colleghi, signora Commissaria, l'istituzione della Procura europea è senz'altro uno dei maggiori progressi nel processo di integrazione europeo di diritto penale, perché si tratta di un organismo che avrà non soltanto funzioni di coordinamento ma è, per la prima volta, un potere diretto nell'esercizio dell'azione penale e che troverà nella direttiva PIF una normativa penale armonizzata per la protezione degli interessi finanziari dell'Unione.

Il testo negoziato dal Consiglio rappresenta un buon compromesso che tiene in debito conto molti dei suggerimenti formulati dal Parlamento europeo. Fra questi, l'inclusione delle frodi IVA nella competenza della Procura, l'inserimento di norme adeguate in materia di trattamento dei dati personali e la previsione di specifiche garanzie procedurali, soprattutto con riferimento al controllo giurisdizionale delle decisioni della Procura stessa.

Resta il rammarico per il mancato raggiungimento dell'unanimità. Ciononostante, sono convinta che il testo garantisca, così come sollecitato dal Parlamento, adeguate misure per il coordinamento e la cooperazione giudiziaria anche con quei Paesi non partecipanti, che devono rimanere quanto più possibile all'interno del sistema europeo di contrasto penale dei reati PIF.

L'auspicio è che la Procura europea possa iniziare la propria attività nei tempi previsti, per un più efficace contrasto agli illeciti finanziari in danno dell'Unione, con la prospettiva, come da Lei stessa sottolineato, signora Commissaria e anche per questo la ringrazio, di una possibile futura estensione delle competenze ad altri gravi reati di natura transfrontaliera, quali i reati di criminalità organizzata e il terrorismo.

Kazimierz Michał Ujazdowski (ECR). – Pani Przewodnicząca! Zwalczanie przestępstw finansowych powinno być powszechnie akceptowanym i wspieranym celem. Będzie to jednak nadal przede wszystkim odpowiedzialność wymiarów sprawiedliwości państw członkowskich. Prokuratura Europejska może wspomagać ten cel, ale nie zastąpi organów i instytucji narodowych. Bardzo żałuję, że w tej debacie nie odniesiono się do zastrzeżeń tych państw, które nie przystąpiły do Prokuratury Europejskiej, a są wśród nich zarówno państwa od dawna uczestniczące we Wspólnocie Europejskiej, jak i te, które przystąpiły do Unii Europejskiej w ostatnich latach. Życzę pani komisarz Jourovej w tym momencie tego, by ta instytucja była efektywna i by okazała zaufanie i dobrą współpracę w stosunku do państw członkowskich, bo efektywność, zaufanie i dobra współpraca z państwami członkowskimi to warunek tego, by w przyszłości inne państwa dołączyły do tej instytucji. Najgorszą rzeczą, którą można robić, jest to, co było kilkakrotnie powiedziane na tej sali: straszenie dyskryminacją budżetową tych, którzy nie przystąpili do Prokuratury Europejskiej. To jest rzecz bardzo niekorzystna, niebezpieczna i szkodliwa z punktu widzenia współpracy europejskiej i zaufania do tej instytucji, która startuje.

Cecilia Wikström (ALDE). – Fru talman! Jag skulle vilja börja med att gratulera kommissionären Vera Jourová och också alla de 20 medlemsländer som nu har valt att ansluta till den gemensamma åklagarmyndigheten. Tyvärr vill jag också ta tid att rikta mig till de länder som valt att inte ansluta sig. Dessvärre gäller det Sverige, mitt eget hemland, som tillsammans med länder som Ungern och Polen nu valt att fjärma sig från gemensam brottsbekämpning och gränsöverskridande samarbete för att backa in i framtiden. Det är *det* det handlar om, att inte offensivt försöka slå tillbaka mot de gränsöverskridande brottsliga nätverken. Jag tycker att det är väldigt viktigt att de ansluter sig som fort som möjligt. Jag vill uppmåna den svenska regeringen att göra det.

Etableringen av åklagarkammaren är väldigt viktig. Kriminella ligor känner inga nationsgränser och de rättsvårdande myndigheterna i Europa måste nu göra samma sak, alltså jobba gränsöverskridande och inte låta nationella gränser utesluta en effektiv brottsbekämpning. Så kan vi bygga ett säkrare Europa för oss alla.

Molly Scott Cato (Verts/ALE). – Madam President, for many VAT is that loathed tax that adds to the cost of our weekly shop. The reality is that consumption tax is meant to fund our schools and hospitals and the other vital public services. However, it is being avoided on a massive scale and the proceeds of VAT fraud are being diverted to fund global terrorist organisations. A staggering EUR 50 billion is being lost each year in VAT fraud. A nice round figure to publicise on the side of a bus! Indeed, it is extremely disappointing that the UK is one of a number of EU countries that have fought tax cooperation, the tax cooperation we so desperately need.

By opting not to take part in the establishment of the European Public Prosecutor's Office, the UK is contradicting and undermining its own insistence on maintaining defence and security cooperation with the EU after Brexit.

I call on the UK Government to stop its anti-terrorism posturing and go to the heart of the problem by joining the EU in its battle to fight VAT fraud and starve the terrorists of the funds they need to function.

Csaba Sógor (PPE). – Elnök Asszony! Kétségtelenül szükség van az EU költségvetésének és pénzügyi érdekeinek fokozottabb védelmére, hiszen egész biztosan van rá példa, amikor a strukturális alapok támogatásait a jogszabályokkal ellentétes módon használják fel, azaz csalnak. A szubszidiaritás elve alapján persze a tagállami ügyészségek hatásköre ez, ám sok esetben határon átnyúló csalásokról van szó, amelyek kivizsgálásához komoly segítséget nyújthat majd az Európai Ügyészség.

A megerősített együttműködés intézményének alkalmazása tehát indokolt ezen a területen, ugyanakkor mint minden megerősített együttműködési mechanizmusnak, ennek is nyitottnak kell lennie az egyelőre kimaradó tagállamokkal szemben, és lehetővé kell tenni a csatlakozásukat az EPPO-hoz. Éppen ezért egyértelműen el kell utasítanunk azokat a feltevéseket, melyek értelmében csak azok a tagállamok részesülhetnek majd kohéziós forrásokból 2020 után, amelyek csatlakoznak ehhez a megerősített együttműködéshez.

Az újonnan létrehozandó intézmény hatékonyságával, pártatlanságával és az ügyészek professzionális munkájával lehetne meggyőzni a kimaradókat, hogy javukra válik, ha csatlakoznak. Nem gondolom, hogy ehhez hasonló javaslatok, még ha csak sajtónyilatkozat formájában öltenek is testet, hozzájárulnak az európai államok kohéziójának növeléséhez, vagy az európai állampolgárok EU-ba vetett bizalmának erősítéséhez.

Ehhez egészen más intézkedések szükségesek, például az Európai Ügyészség eredményes munkája, amelynek révén valóban megbizonyosodhatnak róla a polgárok, hogy felelősen bánnak a tagállamok a közös költségvetés forrásaival. Ebben az esetben nincs kétségem afelől, hogy a most kimaradó államok is megfontolják a csatlakozást.

Evelyn Regner (S&D). – Frau Präsidentin, Gratulation, Frau Kommissarin, Gratulation an die Berichterstatterin und alle, die daran mitgearbeitet haben! Um die 500 Mio. EUR an öffentlichen Geldern verlieren wir pro Jahr wegen Korruption und Betrug. 500 Millionen, die wir in unsere Jugend investieren könnten – und sollten natürlich – oder in sichere Arbeitsplätze. Die Europäische Staatsanwaltschaft als echte grenzüberschreitende Strafverfolgungsbehörde mit direkten Ermittlungskompetenzen in den beteiligten Mitgliedstaaten ist ein Riesenerfolg – ein Riesenerfolg für die Europäische Union und für alle Mitgliedstaaten, die davon profitieren.

Als ich in der letzten Legislaturperiode die JURI-Stellungnahme verfasste, hatten so viele Zweifel – Mitgliedstaaten, Abgeordnete – und umso besser ist es, dass es nun klappt. Eines ist aber wichtig, gerade im Hinblick auf die Revision des mehrjährigen Finanzrahmens: Alle Mitgliedstaaten, die EU-Gelder verwenden, sollten sich an der Nase nehmen und bei der EU-Korruptionsstaatsanwaltschaft mitmachen. Es darf nicht sein, dass jene Mitgliedstaaten, die die größten Anteile an EU-Geldern erhalten, sich hier der Justiz entziehen.

Mein Vorredner aus Ungarn hat sein Land angesprochen, er hat es andersrum argumentiert. Ich möchte konkret Polen und Ungarn auffordern, hier bei diesem Instrument mitzumachen. Wenn sie das nicht machen, sollten wir uns andere verstärkte Kontrollen und Durchgriffsrechte überlegen. Denn dieses Instrument ist etwas Großartiges, und ich kann nur alle auffordern, hier auch mitzumachen.

Ангел Джамбазки (ECR). – Г-жо Председател, уважаема г-жо Комисар, уважаеми колеги, подкрепям създаването на Европейска прокуратура и смятам необходимостта от институционални мерки на европейско равнище за ефективно наказателно преследване на измамите и други престъпления, засягащи финансовите интереси на данъкоплатците от държавите – членки на Европейския съюз, за належаща.

България е част от двадесетте държави – членки на Европейския съюз, желаещи да стартират засилено сътрудничество за създаването на тази служба. Радвам се да видя, че в своята препоръка комисията по граждански свободи, правосъдие и вътрешни работи одобрява това решение на Съвета. Защитата и наказателното преследване на престъпленията срещу бюджета на Европейския съюз и финансовите интереси на Европейския съюз са от изключителната компетентност на държавите членки.

OLAF, Евроюст и Европол не разполагат с мандат на провеждане на това наказателно разследване и затова функциониращата Европейска прокуратура ще запълни тази институционална празнина. Злоупотребите със средства на Европейския съюз трябва да бъдат престъпление, което да се преследва със създаването на новата служба. И ще бъде изключително радостен и доволен, ако това се случи по времето на предстоящото българско председателство.

Емил Радев (PPE). – Г-жо Председател, уважаема г-жо Комисар, дами и господа, Лисабонският договор предоставя възможност за Европейския съюз да изгради Европейска прокуратура. За съжаление в продължение на години преговорите за тази нова структура бяха в застои, но се радвам, че в крайна сметка бе намерено решение и ще одобрим създаването на Европейската прокуратура.

Престъпленията не признават граници, били те национални или европейски. В продължение на повече от 20 години се опитвахме с различни средства да подобрим сътрудничеството и обмена на информация между различните държави членки и затова създадохме Евроюст например. Но когато говорим за измамите с европейски средства, това не е достатъчно. Набавянето на доказателства в чужбина е бавно и забавя разследванията. Процедурите по сътрудничество също невинаги носят желаните резултати и не отговарят на реалността на отворените граници.

Нашите икономики и данъкоплатчи заслужават по-добра защита на парите, които отделят за изпълнение на европейския проект. Всяка година поне 50 милиарда евро ДДС се губи поради най-различни трансгранични престъпления, включително с европейски средства. Европейските фондове трябва да допринасят към стимулиране на растежа, създаване на работни места, увеличаване на кохезията между различните държави членки, а не да облагодетелстват престъпници.

Вярвам, че новата прокуратура ще подобри разследванията и сътрудничеството на тези престъпления. Тя ще бъде силна, независима, с нужните й инструменти за разследване. Ще си сътрудничи с държавите членки в разследването на редица престъпления, свързани с европейски средства, измами, корупция, пране на пари. Ще подобри сътрудничеството и обмена на информация. В същото време ще гарантира високо ниво на спазване на процесуалните права в Европейския съюз.

За да може да изпълни тази своя дейност, прокуратурата ще има нужда от едни от най-добрите прокурори, ефективни вътрешни правила и адекватен бюджет. Всичко това ще бъде договорено по време на българското председателство на Съвета и се надявам на конструктивност от държавите членки.

За моята страна – България, един от най-ранните привърженици на прокуратурата, е чест да гарантираме, че Европейската прокуратура ще започне да работи пълноценно през 2020 г. Вярвам, че и за другите държави членки, участващи в тази нова структура, това е приоритет.

Péter Niedermüller (S&D). – Elnök Asszony! A korrupció, az adócsalás, a szervezett bűnözés már réges-rég nem vesz tudomást a határokról, és éppen ezért nem is lehet csak tagállami keretekben ezek ellen harcolni. Ezért kellett létrehozni az Európai Ügyészséget, hiszen az Európai Ügyészség lehetővé teszi, hogy sokkal hatékonyabban harcoljunk a korrupció ellen. Pontosan tudjuk, hogy hiába az OLAF mindenfajta erőfeszítése, ha vannak olyan tagállami ügyészségek, amelyek politikai okokból nem hajlandók ténylegesen kivizsgálni a korrupciós vádakat.

Nem kell sajnos messzire mennem konkrét példákért, az én országom, Magyarország talán ebből a szempontból is az egyik legszomorúbb eset. Az utóbbi években az OLAF által javasolt huszonnégy esetből összesen háromban indított tényleges nyomozást a magyar ügyészség. Ezekben az esetekben mindig EU pénzekről, az európai adófizetők pénzéről volt szó, amit a magyar kormány az illiberális demokrácia felépítésére, és nem az ország javára fordít. Ezt a gyakorlatot csak az Európai Ügyészség állíthatja meg, és a magyar kormány ezért nem hajlandó az Európai Ügyészséget támogatni.

Ruža Tomašić (ECR). – Gospođo predsjednice, zalažem se za jačanje pravosudne suradnje među državama članicama, pogotovo u pogledu provedbe Europskog uhidbenog i istražnog naloga, kao i za daljnji razvoj suradnje među nacionalnim policijskim snagama na bilateralnoj razini, ali i unutar zajedničkih instrumenata poput Europolu ili Eurosuru. Smatram da je tješnja suradnja važna želimo li imati funkcionalnu zajednicu i jedinstveno tržište.

No, isto tako smatram da bi inicijativa u pokretanju sudskog postupka trebala ostati isključivo u nadležnosti nacionalnih javnih tužitelja. Budući da mi je jako teško zamisliti kako bi Europski javni tužitelj u ovome bio učinkovitiji, riječ je o očitom podrivanju principa supsidijarnosti.

U slučajevima prijave protiv finansijskih interesa Unije, podsjećam da smo nedavno usvojili direktivu koja usklađuje pravosudne okvire država članica u ovom području pa bismo trebali raditi na usavršavanju tog mehanizma umjesto da stvaramo paralelne institucije.

Maria Grapini (S&D). – Doamnă președintă, doamnă comisar, stimați colegi, sigur Parchetul European, ca instituție distinctă, a apărut din cauza nevoii, din cauza evaziunilor, din cauza evaziunilor transfrontaliere. Numai din TVA, s-a spus aici, suma imensă care lipsește și lipsește, până la urmă, din bugetele naționale, așadar, din buzunarele contribuabililor.

Evident că Parchetul European este o instituție care trebuie să fie foarte bine delimitată ca sarcini de Olaf, de Eurojust, de Europol, s-a spus și acest lucru. Cred, doamnă comisar, că de acum începe greul, pentru că, sigur, a durat foarte mulți ani până să convingem statele. Nu sunt toate statele convinse. Mă gândesc că este foarte greu să avem această cooperare consolidată atunci când 7 state nu participă. Ce se întâmplă la granițele acelor state?

Cred că este foarte important să se delimiteze foarte bine competențele Parchetului European. Nu cred că trebuie să-i punem în sarcină totul, pentru că, atunci, ce mai fac celelalte instituții? Trebuie să fie o cooperare cu parchetele naționale, dar nu mă pot abține să nu pun o întrebare, doamnă comisar: dacă e vorba de o cooperare consolidată, ce facem cu responsabilitatea magistraților, care, ni s-a răspuns că aparține domeniului subsidiarității? Totuși, trebuie să avem și aici o cooperare consolidată – în privința magistraților.

Bogusław Liberadzki (S&D). – Pani Przewodnicząca! Mamy sytuację następującą: mamy wspólny obszar gospodarczy, mamy Europę bez granic, jeżeli chodzi o obroty gospodarcze, handlowe, przepływ ludzi – tylko nie mamy wspólnego obszaru prowadzenia śledztw. Mamy oczywiście wspólny obszar przestępstw, ale nie ich ścigania, dlatego z zadowoleniem witam tę ideę i patrzę na to nie tylko jako na ochronę naszego budżetu, ale także jako na instrument chroniący nasze interesy finansowe, nasze interesy gospodarcze. Ta prokuratura powinna być takim sygnałem: prawdopodobieństwo wykrycia przestępstwa jest coraz większe, zatem podejmowane ryzyko też jest coraz większe, ergo coraz mniej powinno się nam opłacać dokonywanie przestępstw gospodarczych. Spodziewam się, że jeżeli prokuratura wystartuje i będzie efektywna, państwa, które dotychczas odmawiały lub się wahają, uznają, że w ich interesie leży dołączyć – i to byłby nasz sukces. Dziękuję bardzo, właśnie minęła minuta.

Catch-the-eye procedure

Nicola Caputo (S&D). – Signora Presidente, onorevoli colleghi, l'istituzione della Procura europea colma il vuoto rappresentato dall'impossibilità per OLAF, Eurojust ed Europol di svolgere indagini penali, una limitazione molto pesante sul piano operativo.

Per il momento la Procura europea avrà solo un compito integrativo e un mandato limitato alla tutela degli interessi finanziari dell'Unione: combinerà gli sforzi espliciti a livello europeo e nazionale in materia di contrasto alle frodi ai danni dell'Unione europea, inquadrando in un approccio unificato e superando il limite dell'attuale esclusività dello svolgimento delle indagini da parte delle autorità nazionali.

Ma l'attività integrativa è solo un primo passo. La Procura dovrà col tempo assumere un compito generale e perseguire ogni tipo di crimine a dimensione transfrontaliera, includendo attivamente tutti gli Stati membri, tra cui, ovviamente, anche quelli che oggi non partecipano alla cooperazione rafforzata.

Non mancano esperienze pilota in questo senso e non manca neanche la volontà politica di fare un passo avanti verso un'amministrazione unificata della giustizia. Per ora è un piccolo passo ma è un passo necessario e significativo verso un'Europa unita.

Νότης Μαρτιάς (ECR). – Κυρία Πρόεδρε, η προστασία των οικονομικών συμφερόντων της Ευρωπαϊκής Ένωσης γίνεται αυτή τη στιγμή στα κράτη μέλη. Υπάρχουν οι εθνικές εισαγγελίες, υπάρχουν οι διωκτικές αρχές και γνωρίζουμε πολύ καλά ότι, από την ώρα που γίνονται καταγγελίες ή μηνύσεις, ασκείται ποινική δίωξη και υπάρχει ποινική τιμωρία. Για ποιον λόγο, λοιπόν, θα πρέπει να δημιουργηθεί μία υπερεθνική αρχή, μία Ευρωπαϊκή Εισαγγελία, η οποία θα έχει το δικαίωμα άσκησης δίωξης;

Οι διωκτικές αρχές, όπως ξέρετε, ασκούν κυριαρχικά δικαιώματα. Διωκτικές αρχές έχουν μόνο τα κράτη, δεν έχουν οι υπερεθνικοί οργανισμοί. Αυτό που γίνεται στην πράξη είναι να δημιουργηθούν «από το παράθυρο» κατασταλτικοί μηχανισμοί από την ίδια την Ευρωπαϊκή Ένωση, η οποία δεν αρκείται ή δεν εμπιστεύεται, ενδεχόμενα, τους κατασταλτικούς μηχανισμούς των κρατών μελών. Έχουμε τη Eurojust, έχουμε την OLAF, έχουμε την Ευρωπόλ, τώρα θα έχουμε και τον Ευρωπαϊκό Εισαγγελέα. Θεωρώ ότι το μοντέλο αυτό δεν έχει κανένα νόημα.

(End of catch-the-eye procedure)

Věra Jourová, Member of the Commission. – Madam President, thank you very much for this very interesting and important debate. I will react to what we have just heard. This is EU money and it requires a response from the EU institution. I think that is very clear. In the EU we see that crime is on the rise, cross-border crime is on the rise, we see permanent structures working against our interests, against our taxpayers' financial interests, and we need to come with a permanent structure. This is a very practical response we are coming with.

This is a very important moment for me too, because I worked for many years in cohesion policy, and I always found this to be a policy which is driven by a very strong ethical impetus. There is solidarity in it and there is a very strong, legitimate expectation from the European taxpayers that we will guarantee the protection of their money; and we have to do that! This is what we are doing now by the European Public Prosecutor's Office (EPPO) which is not replacing national prosecution services. It is going to work in a very strong synergy with national prosecutors, which will come into play in cases where the national prosecutors cannot come with an efficient response.

Here we heard a lot about the missing, non-participating countries. Three countries – the UK, Ireland and Denmark – have a permanent opt-out from criminal justice policies. What about the remaining five countries? I had to convince many more than those five, where we have failed for the time being. This was a very important time when, yes, we had yellow cards and it forced me to go to the national parliaments and have very intensive communications with the national authorities, national co-decision-makers in the field of the fight against crime, arguing that this is a very important step forward. I had to bring a lot of arguments, facts, figures. You mentioned EUR 500 million. I will add EUR 50 billion which we have as an estimation of the cross-border carousel VAT fraud. That is why it is very important that we added this cross-border carousel fraud under the remit of the EPPO. This was a real game-changer, and I must again thank those who worked on the Fifth Directive when we added this to the remit of the EPPO.

We had to solve the unsolvable problem: we had the duty or the task not to touch the national criminal prosecution, because the EPPO will work under national criminal prosecution rules; and I am sure we have managed to do that.

So, what about the missing Member States? I will keep trying to convince them. From Sweden and the Netherlands I heard the arguments: our prosecution works well. I have to be better in explaining that this is not about well or badly functioning prosecution services, it is about guaranteeing the protection of your taxpayers' money. So this is my task for the near future. On Poland and Hungary I have never hidden that I see the need to take the EPPO as a factor in the negotiations on the future multiannual financial framework and for the possible future Cohesion Policy. I will be very strong on this because I am convinced that the EPPO will work as a very strong deterrent and, let me use the word, repressive body.

If a Member State does not have the EPPO then we will have to be much stronger in preventive action. Already now in the Cohesion Policy, in structural funds distribution, there is a lot of control, a lot of audit, a lot of preventive measures, and still you see so much fraud and corruption in it. For the Member States which will get the Cohesion Fund money and will not be under the EPPO we will simply have to be much stronger in enhancing this control and audit. This will be my effort for the months to come when we discuss the future Cohesion Policy.

Thank you very much for your support. I hope the vote tomorrow will reflect the mainly positive debate here in Parliament, and I will keep you informed about the next phase – after, I hope, having the final adoption by the Council – about the practical steps towards the implementation of the regulation and full functioning of the EPPO.

Barbara Matera, *relatrice*. – Signora Presidente, onorevoli colleghi, mi unisco anch'io alle parole del Commissario Jourová, reiterando il rammarico per il fatto che il regolamento sia oggetto di una cooperazione rafforzata che riguarda 20 Stati membri e non la totalità dell'Unione.

Confido che le ragioni che hanno spinto alcuni paesi a non partecipare all'attività della Procura vengano presto superate. Il processo di integrazione non passa solo per una cessione di sovranità, ma anche per un coordinamento puro e semplice, che permetta ad un sistema complesso come quello dell'Unione europea, di funzionare meglio e in maniera più efficace.

Assicurare un efficace coordinamento delle indagini e dei procedimenti giudiziari, risolverà l'annoso problema legato alle differenze notevoli tra i diversi sistemi giuridici applicabili. Garantire che le limitate risorse finanziarie dell'Unione siano utilizzate nel migliore interesse dei cittadini dell'Unione e siano protette dalle frodi, è indispensabile anche e soprattutto per la legittimità delle spese e per garantire la fiducia presso l'Unione. Proteggere gli interessi del bilancio dell'Unione, quindi, vuol dire proteggere i soldi dei contribuenti: non si tratta di un dettaglio banale.

Assistiamo ad uno scollamento dei nostri cittadini dalle istituzioni europee, a un crollo di fiducia e a un serpeggiare di populismo. La Procura darà lustro al sistema così come è stato concepito e sono orgogliosa di essere stata relatrice del Parlamento europeo: qualcuno qui ha detto: «oggi si scrive un pezzo di storia di questa Unione».

Ringrazio i relatori ombra per il proficuo spirito cooperativo che hanno dimostrato e messo in campo in questi anni. Ringrazio la Commissaria Jourová e il suo staff per il sostegno e il lavoro continuo in questi anni. Ringrazio, infine, i colleghi oratori che mi hanno preceduto e ringrazio soprattutto le varie presidenze di turno e mi rammarico che questa sera non siano stati con noi e abbiano preso parte al dibattito.

President. – Thank you for your work.

The debate is closed.

Written statements (Rule 162)

Kinga Gál (PPE), írásban. – Az Európai Ügyészség (EPPO) létrehozása mögött meghúzódo célkitűzésekkel alapvetően egyetértek. Ugyanakkor a szubszidiaritás és a hatékonyság elvének tiszteletben tartása alapvető fontosságú kell, hogy legyen, ezért is döntött úgy Magyarország, – számos más tagállam mellett (mint Hollandia, Svédország, Málta, Lengyelország, Dánia, Írország és az Egyesült Királyság) – hogy nem vesz részt a megerősített együttműködésben.

Az Európai Ügyészség – mint önálló intézmény – létrehozása hazám esetében az alaptörvénnyel való összhang kérdését is felveti, miután az alaptörvény szerint a magyar ügyészség az állam büntetőigényének kizárólagos érvényesítője. Több olyan uniós intézmény is létezik, mint az Eurojust vagy az OLAF, amelyek eljárnak az EU pénzügyi érdekeit sértő bűncselekmények elkövetőivel szemben, inkább ezeket kellene erősíteni egy újabb uniós intézmény létrehozása helyett.

Benedek Jávor (Verts/ALE), írásban. – Az Európai Ügyészség az első olyan uniós szervezet, amelyik képes lesz az Unió pénzügyi érdekeit a büntetőjog eszközeivel megvédeni. Ez nagy áttörés még ha egyelőre nem minden tagország csatlakozik az uniós szintű bűnüldöző szervezethez. A kimaradó országok azzal érvelnek, hogy az EPPO elfogadhatatlan mértékben érinti a nemzeti szuverenitást. Ez azonban nem igaz.

Az EPPO létezése valóban érinti a tagországok szuverenitását, de olyan bűncselekményi körben, amelyeket a tagállami hatóságok jelenleg egyáltalán nem üldöznek, vagy nem üldöznek hatékonyan. Ilyen például a határokon átnyúló áfacsalások köre.

A kimaradók tartanak attól, hogy az uniós pénzek ellenőrzése felett a hazai ügyészség mellett az uniós vádhatóság is jogköröket kap, és ez valószínűleg náluk gazdasági érdekeket érint. Mégsem engedhetjük a következetlenséget. Felkérem ezért a Bizottságot és a Tanácsot, valamint képviselőtársaimat, hogy a következő hosszú távú pénzügyi keret elfogadásakor, az uniós pénzosztó rendszerből való haszonélvezetet csak az EPPO hatáskörének elfogadása mellett engedjék meg. Ennek hiányában ugyanis a büntetőjogi eszközrendszer kijátszhatóvá válik: a pénzügyi bűncselekményeket, többek között az áfacsalásokat ezek után, majd nem Németországban, vagy Franciaországban hajtják majd végre, hanem Magyarországon, vagy Lengyelországban.

Ha pedig az uniós pénzek elköltésének előfeltételként az EPPO tagságot írjuk elő, bízhatunk benne, hogy még a legkisebb kormányzatok is inkább alá fogják vetni magukat, hiszen a forrásoktól elesést nem engedhetik meg maguknak.

Vladimír Maňka (S&D), písomne. – Vnútroštátne rozpočty krajín Únie prichádzajú ročne o 50 miliárd EUR na podvoch s DPH. Stovky miliónov EUR sú hlásené na ďalších podvodných nezrovnalostiach. Ide o cezhraničné páchanie trestnej činnosti, kde sú kompetencie vnútroštátnych vyšetrojúcich orgánov obmedzené. V Únii absentuje jednotná, nezávislá a účinná inštitúcia oprávnená vyšetrovať trestné činy súvisiace s podvodmi na finančných prostriedkoch Únie, najmä so závažnými podvodmi na DPH. K právnomu a faktickému zriadeniu Európskej prokuratúry chýba v Rade k požadovanej jednomyselnosti osem hlasov. Preto dvadsať členských štátov využilo možnosť, ktorú dáva Zmluva o fungovaní EÚ, a opätovne predložilo návrh nariadenia Rade. Takáto posilnená spolupráca sa bude vzťahovať len na zúčastnené členské štáty. Plne podporujem zriadenie Európskej prokuratúry, ktorá zabezpečí rýchle, účinné a nezávislé vyšetrovanie trestných činov. V spolupráci s OLAF-om, Europolom a Eurojustom, ale aj vnútroštátnymi orgánmi prispeje k realizácii nulovej tolerancie podvodov na zdrojoch Únie. Oceňujem, že Slovenská republika, ktorá sa počas svojho predsedníctva zasadila o finalizáciu textu nariadenia, patrí ku štátom posilnenej spolupráce.

Julia Pitera (PPE), *na piśmie*. – Zadaniem Prokuratury Europejskiej będzie ochrona europejskich funduszy i pieniędzy podatników poprzez zwalczanie oszustw finansowych i nadużyć. Prokuratura Europejska ma być utworzona w ramach „wzmocnionej współpracy”, czyli bez udziału niechętnych jej krajów UE. Urząd Prokuratora Europejskiego zostanie utworzony dzięki współpracy 20 państw członkowskich: Austrii, Belgii, Bułgarii, Chorwacji, Cypru, Czech, Estonii, Niemiec, Grecji, Włoch, Finlandii, Francji, Łotwy, Litwy, Luksemburga, Portugalii, Rumunii, Słowenii, Słowacji i Hiszpanii. Inne państwa członkowskie będą mogły przystąpić do współpracy w dowolnym momencie. Urząd Prokuratora Europejskiego będzie odpowiedzialny za prowadzenie dochodzeń, ściganie i stawianie przed sądem sprawców przestępstw przeciwko interesom finansowym Unii. Obecnie tylko organy krajowe mogą prowadzić śledztwa i ścigać oszustwa finansowe przeciwko funduszom unijnym, lecz ich jurysdykcja nie sięga poza granice danego państwa. Od 2014 r. posłowie przyjęli już kilka rezolucji, w których opowiedzieli się za utworzeniem urzędu Prokuratora Europejskiego, podkreślając konieczność zapewnienia niezależności prokuratorów. Prokuratura Europejska będzie miała siedzibę w Luksemburgu, ale każde państwo członkowskie oddeleguje co najmniej jednego prokuratora urzędującego na miejscu. W przyszłości lista poważnych przestępstw podlegających jurysdykcji europejskiej prokuratury generalnej będzie mogła być rozszerzona, na przykład o terroryzm. Wyrażam nadzieję, że polski rząd zmieni swoją decyzję i Polska przyłączy się do grupy państw współpracujących w tym zakresie.

Laurențiu Rebegea (ENF), *în scris*. – Urmărirea penală a infracțiunilor împotriva bugetului european este de competență exclusivă a statelor membre și în acest domeniu nu există nicio autoritate a Uniunii Europene. Prin acest regulament, statele membre își vor ceda suveranitatea națională în domeniul cercetării și urmăririi penale a infracțiunilor care aduc atingere intereselor financiare ale Uniunii, în condițiile în care acestea sunt deja obligate prin tratat (art. 325) să protejeze interesele financiare ale Uniunii Europene în același mod ca și interesele financiare naționale. Procurorul european va schimba modul de cooperare, până acum orizontal, între autoritățile competente din statele membre, într-unul vertical, care implică cedarea suveranității.

Mă îndoiesc de contribuția unui astfel de organism (nou, complex, pe mai multe niveluri) la eficiența investigației și sancționării infracțiunilor. În plus, costurile generate de crearea acestei instituții depășesc eventualele beneficii. De altfel, există deja instituții cu competențe în cooperarea judiciară la nivel european, iar crearea unei instituții noi (prea complexă și prea costisitoare) va afecta instituțiile deja existente și lupta împotriva fraudei în general.

Consider că acest proiect, care se negociază de atâția ani, nu este decât o altă încercare a Comisiei de invadare a competențelor statelor membre și de supranaționalizare.

Tibor Szanyi (S&D), *írásban*. – Az Európai Ügyészség létrehozásáról szóló javaslat azok közé tartozik, amelyeket valóban az élet kényszerített ki, hogy végre konkrét és hatékony formában védje az európai adófizetők érdekeit. Éppen ezért az EP határozott egyetértését és gyors végrehajtást sürgetek. Sajnálatos, de az elmúlt évek tapasztalata azt mutatja, hogy az európai források elköltése során előforduló visszaélések, csalások leleplezésére és szankcionálására az igazságszolgáltatás tagállami szervezetei nem alkalmasak, néhol nem megbízhatóak.

Az OLAF, az Eurojust, az Europol számára pedig, mint tudjuk, a Szerződés nem biztosít ilyen jogosítványokat, hiszen a jogalkotó egyszerűen nem számolhatott olyan helyzettel, ahol az Unió belül, kormányzati támogatással, az európai forrásokon élőködő komplett korrupciós maffiarendszerek épülhetnek ki. Szomorú tény, hogy ennek ma a legnyilvánvalóbb példája saját hazám, az EPPO együttműködésből – nem véletlenül – kimaradó Magyarország, ahol Orbán autoriter, Európa ellenes rezsimjét jelentős részben az európai források elcsalásából finanszírozott, belső ad-hoc jogalkotással körülbástyázott, rendszerszerű korrupcióra építi.

Ezt a gyakorlatot leplezi – nem pedig hivatásának megfelelően leleplezi – a rezsim szoros politikai kontrollja alatt álló ügyészségi szervezet, ahol az OLAF megkeresései rendre elakadnak. Bízom benne, hogy belátható időn belül minden tagállam, köztük saját hazám is részese lesz az Európai Ügyészség keretében megvalósuló fontos együttműködésnek.

Janusz Zemke (S&D), *na piśmie*. – Zwalczanie przestępstw godzących w budżet Unii Europejskiej, z którego finansowane są najważniejsze unijne polityki społeczne i rozwojowe, stanowi ważne wyzwanie, szczególnie w kontekście coraz bardziej wyrafinowanych metod przestępczych. Istotne znaczenie ma również fakt, że skuteczna ochrona interesów finansowych Unii wymaga często transgranicznej współpracy karnej, która przy zastosowaniu dotychczasowych metod kooperacji wymiarów sprawiedliwości państw członkowskich niejednokrotnie okazywała się nieefektywna. Prokuratura Europejska stanowi zdecydowaną odpowiedź na te wyzwania, jej funkcjonowanie w formacie wzmocnionej współpracy może jednak w znacznym stopniu ograniczyć zakładaną skuteczność. Dlatego przystąpienie do projektu kolejnych, jeszcze niezdecydowanych państw członkowskich byłoby z pewnością zdecydowanym krokiem naprzód w procesie integracji i pogłębiania współpracy – w interesie wszystkich obywateli Unii.

Uważam ponadto, że pojawiające się w ostatnim czasie liczne zagrożenia terrorystyczne uzasadniają podjęcie dyskusji na temat ewentualnego poszerzenia mandatu Prokuratury Europejskiej o zwalczanie szczególnie poważnej przestępczości zorganizowanej. W pierwszej kolejności jednak urząd ten musi powstać, by swoim działaniem dać wyraz skutecznego wypełniania mandatu w dziedzinie ochrony interesów ekonomicznych Unii Europejskiej.

18. Mandados de prisão da Interpol (avisos vermelhos) (debate)

President. – The next item is the Council and Commission statements on Interpol arrest warrants (Red Notices) (2017/2873(RSP)).

Matti Maasikas, President-in-Office of the Council. – Madam President, let me start by underlining that the possible abuse of Interpol Red Notices for political purposes is a matter of great concern to the Council. Following a letter from the German and the Swedish Foreign Ministers to the High Representative of the European Union for Foreign Affairs and Security Policy, Federica Mogherini, regarding the arrest of two EU citizens with dual nationality on the basis of Interpol Red Notices, the Presidency decided to address this topic at the joint meeting of the Political and Security Committee and the Standing Committee on Operational Cooperation on Internal Security, on 26 September.

This was just the first step and the Presidency plans to raise the topic again at the half-yearly meeting of the EU Justice and Home Affairs Senior Officials with Interpol on 20 November. We aim to discuss then possible improvements to the existing Interpol systems, and we will listen carefully to Interpol's plans.

The number of Red Notices has increased over recent years, and they are an extremely useful tool in obtaining the provisional arrest of persons sought for extradition for serious crimes. This was shown by the result of a Commission questionnaire in 2016 regarding Members States' use of Interpol Red Notices. Over the years, these notices have indeed resulted in the arrests of numerous criminals. Nonetheless, it is important that the proper review should take place before Red Notices are issued, which is a demanding task. It is essential that the rights of our citizens are protected and that an effective redress mechanism exists.

The Presidency is aware that the Interpol general assembly last week, 26-29 September, discussed Red Notices. Interpol has an internal, systematic and proactive review process for vetting the legality of new Red Notices entered into the Interpol database. The Presidency will discuss with Interpol how this process could be speeded up and improved.

The use of Interpol Red Notices for the purpose of obtaining the arrest of persons sought with a view to extradition is not new. The 1957 extradition Convention of the Council of Europe, to which all Member States are parties, as well as Turkey, allows Interpol to be used for transmitting requests for provisional arrest. Whether a Member State accepts an Interpol Red Notice, pending a decision on an extradition request, falls solely within the competence of the Member State.

I would like to emphasise that an Interpol Red Notice will never be the basis for a decision to extradite, as that decision will be the subject of judicial review in a separate judicial procedure. Therefore, there is always a judicial review before a person is extradited. It does not appear feasible to have such a judicial review a priori but, as I have indicated, we will discuss with Interpol on 20 November how to improve the review of Red Notices by Interpol itself.

Věra Jourová, Member of the Commission. – Madam President, I am aware that Interpol's Red Notice system has been used for political purposes in some cases. Obviously this is of great concern and it can have a significant impact on the persons involved. The overwhelming majority of Red Notices are genuinely used to seek the arrest of suspects and serious offenders. Exchanging information with Interpol is important in preventing and fighting serious crime. The arrest in Brazil of one of the most wanted Italian mafia criminals is an example of the added value of Interpol Red Notices.

EU Member States are members of Interpol and make use of its Red Notice system. They are, however, not obliged to act upon them. It is for the EU Member States to assess what action they can take when they encounter a Red Notice and to consider such notices carefully in the light of their originating country.

If there are abuses of Interpol's system, it is for Interpol to put in place the necessary measures to prevent such abuse. As the EU is not a member of Interpol, the Commission cannot directly influence how Interpol puts in place procedures to avoid such misuse. However, the Commission has already, in the past, raised concerns with Interpol about misuse of its instruments. The Commission conducted a number of fact-finding missions and meetings in order to understand the procedures that Interpol has put in place to process personal data. Since February 2015 Interpol has presented a new framework for processing personal data. The processing of notices and 'diffusions' against refugees will not be allowed if the status of refugee or asylum seeker has been confirmed. It will also not be allowed if a person fears persecution by the country establishing the notice.

I understand that Interpol has completed the process of reviewing its procedures and tabled a draft resolution to its general assembly last week. The Commission will raise this issue with Interpol as part of its November EU-Interpol senior official meeting. The Commission is ready to provide, as it has done in the past, any support that may be deemed necessary.

As regards the procedures put in place by EU Member States, the Commission gathered information in October 2015 in order to understand how Member States are using Red Notices from Interpol. A large majority of Member States indicated that the upload of Interpol Red Notices into national databases is done only after further examinations and checks. The Commission will continue to follow this important question closely in cooperation with our Member States.

I want to thank the House for your attention and I look forward to fruitful discussion with you.

Claude Moraes (S&D), *on behalf of the S&D Group*. – Madam President, we have heard very clearly from the Council and from the Commissioner a very clear recognition of a potential abuse of Interpol Red Notices, and it is refreshing to hear that very clearly. The issue really for us today is to understand what we do about it, and the Council went some way to explaining that mechanism – 20 November, and I want to say more about that in a second.

The Commission also explained some of the limitations to what can be done, and again we must address that today. But let us be very clear what is happening – and again we have support from both the Commission and Council in recognising that these notices and the systems have been abused to – let us be very clear – harass and detain political opponents and dissidents. The countries involved include Russia, China and Iran, let us be very clear. A process to prevent this abuse is needed to resolve the issue, which will become ever more important as databases are increasingly, directly and automatically consulted. This is not an issue that will go away on its own and I respect the honesty of the Council in recognising this. There have been a number of recent examples of abuses of the system in Turkey. After the failed coup in the country last year, we have seen worrying signs that the situation of human rights is deteriorating, and we see this additional problem with the Interpol Red Notices as exacerbating the situation.

We have received reports from journalists who are watching this debate carefully that they are now being harassed, and many others – including the Nobel Peace Prize nominee Can Dündar who is living in exile in Germany and who is currently on trial – are also being affected by this situation. We have heard from Fair Trials International, the Organisation for Security and Co-operation in Europe (OSCE) and others of what we need to do. As Members of the European Parliament, we need not only to speak out whenever there are incidents of political repression, but also to ensure there are safeguards in place to prevent the abuse of Interpol arrest warrants, which are an important tool in ensuring the security of the EU.

My questions then come back to the Commission and Council: can we provide more detail on what has been done to ensure the rights of EU and third-country citizens, and whether there is a better mechanism to ensure that necessity and proportionality checks are carried out on Interpol alerts from certain countries. Could the Commission also provide guidelines on a common response on how best to handle extradition requests from third countries. I understand the limitations and the legal limitations, but I am happy that, in the initial responses from the Council and Commission, there is a clear recognition that we cannot see these potential abuses of Interpol Red Notices happening on our territory; we cannot see these obvious abuses of human rights. We respect our freedom, we are a European Union of values, so let us not see these abuses continue.

Cornelia Ernst, *im Namen der GUE/NGL-Fraktion*. – Frau Präsidentin! Meine Damen und Herren! Weder Interpol noch Staatsanwaltschaften – das muss man klar sagen – dürfen sich zum Büttel von Diktatoren machen. Artikel 3 des Interpolstatuts verbietet ausdrücklich den Missbrauch polizeilicher Fahndung zu politisch-militärisch-religiösen und rassistischen Zwecken und damit auch Verhaftungen, wie sie im Falle des Schriftstellers Doğan Akhanlı stattgefunden haben. Wir fordern deshalb nicht nur, dass Interpol sich einfach an geltendes Recht hält, sondern auch dass alle Datenbanken zu *Red Notices* überprüft werden, um weiteren Missbrauch zu verhindern.

Wir verlangen insbesondere von den spanischen Behörden, endlich ihre Praxis zu ändern und politisch motivierten Haftgesuchen nicht nachzukommen, wie das übrigens alle anderen Mitgliedstaaten der EU machen – nur Spanien macht das nicht. Nicht nur das Beispiel Akhanlı zeigt, dass da einiges bei Interpol falsch ist, und ob ausgerechnet der neue Chef, einziger Vize-Chef der inneren Sicherheit in China, auf Besserung hoffen lässt, steht in den Sternen, denn China ist doch bekannt dafür, genau mit solchen Haftgesuchen Dissidenten und Flüchtlingen beikommen zu wollen.

Noch einmal: Interpol muss das Gebot von Unabhängigkeit und Neutralität strikt wahren, und dafür sollten wir uns einsetzen.

Bodil Valero, *för Verts/ALE-gruppen*. – Fru talman! Jag vill börja med att tacka kommissionen för att jag idag fick svar på den fråga jag ställde under förra plenarsammanträdet. Den handlade om den svenska journalisten Hamza Yalcin med turkisk bakgrund, som ju fängslades i Spanien i väntan på en eventuell utvisning. Vad jag vet idag så har han släppts i väntan på ett slutligt beslut.

Interpol är ju en organisation som tillkommit för, och vars uppgift är, att beivra brott och lagföra brottslingar. Internationellt polissamarbete är nödvändigt och välkommet. Men vi har ett problem när systemet missbrukas i politiskt syfte, och det ser vi ju allt fler exempel på. Det är, precis som har sagts här tidigare, väldigt viktigt att understryka att den här varningen inte är en arresteringsorder och att Interpol vare sig utfärdar arresteringsordrar eller tvingar medlemsstaterna att arresterera en person med "red notice".

Varje stat gör sig egen bedömning. Man ska vara särskilt noga när det handlar om personer som har skyddsstatus av någon form. Där skulle jag också vilja understryka att det är viktigt att inte bara de som har fått flyktingförklaring, utan att de som har fått stanna på någon annan skyddsgrund, för det finns ju olika nivåer och under olika tider – åtminstone i den svenska lagstiftningen har vi haft tre, fyra olika artiklar med skyddsgrunder, men det är bara den ena där man får flyktingförklaring enligt FN-systemet, så att säga – så det är viktigt att även de som har fått stanna på andra skyddsgrunder tas särskild hänsyn till.

Det är också oerhört viktigt att medlemsstaterna verkligen trycker på för att Interpol använder sig av det här systemet, så att medlemsstaterna följer det; det skulle jag vilja säga.

Tim Aker, *on behalf of the EFDD Group*. – Madam President, it is very noble to criticise the governments in Moscow and Ankara for using arrest warrants to round up political opponents. This would have been very laudable had the events of last weekend in Spain not happened. But one cannot lecture on other governments' human rights records when this institution and the European Union turn a complete blind eye to what happened in Catalonia last Sunday. The responses that we had from the Commission about dialogue and the rule of law were, frankly, toothless. These were people who were going to put a cross on a bit of paper in a box. They were not calling for armed revolution, they were not trying to impose force on other people. They were expressing an opinion. And here we say to the governments in Moscow and Ankara that expressing an opinion is a human right.

Do not lecture other governments until you get your own house in order. Get tough on Spain because had it been any other government you would use all the powers you have to hold it to account.

(The President cut off the speaker)

President. – Colleagues, just for information, this is not a debate on Spain. Mr Aker, I really allowed you extra privilege to make your contribution.

Jaromír Štětina (PPE). – Paní předsedající, Interpol je největší policejní organizace na světě. Sdružuje 192 států. Spolupracuje při pronásledování a zatýkání pachatelů trestných činů. Interpol musí spolupracovat i se státy nedemokratickými. Právě spolupráce s diktátorskými režimy přináší možnosti zneužívání Interpolu k vydávání politických protivníků těmto režimům. Mezi státy zneužívající Interpol patří například Rusko, Ázerbájdžán, Kazachstán, Turecko či Moldavsko.

Interpol proto do své konstituce zařadil důležitý článek 3: Je přísně zakázáno konat ve věcech charakteru vojenského, politického, náboženského a rasového. Přesto však řada osob zůstává v hledáčku nedemokratických zemí. I když extradice těchto osob byla zamítnuta, mohou být stále na seznamu hledaných osob, hrozí jim zadržení a pobyt v detenci, nemohou volně cestovat či najít práci.

Interpol se žádostmi nedemokratických vlád zabývá. Například Achmed Zakajev, premiér čečenské republiky Ičkeria, byl zatčen v Dánsku na základě obvinění z terorismu. Až v roce 2003 získal v Británii azyl poté, co byla ruská žádost britskými soudy uznána za politicky motivovanou. V některých případech Interpol žádosti zamítnul. Například v případě Williama Browdera, autora tzv. Magnitského zákona. Interpol na základě článku 3 odmítl i zatčení a extradici 3 poslanců EP, které žádal Ázerbájdžán kvůli tomu, že „protizákonně“ letos navštívili Náhorní Karabach.

Interpol v boji proti zločinu potřebujeme. Proto vítám započatou reformu Interpolu. Interpol by měl přijmout daleko větší pojistky proti zneužívání.

Bogusław Liberadzki (S&D). – Pani Przewodnicząca! Pani Komisarz! Chciałem, żeby nasza debata w pierwszej kolejności nie prowadziła do osłabienia Interpolu bądź dezorientacji w tym, co ma robić. Mamy czasy takie, jakie mamy, i jest oczekiwanie społeczne, że potrzebna jest po prostu skuteczność w ściganiu wszelkiego rodzaju przestępców. To jest pierwsze – zasadnicze moim zdaniem – przesłanie.

Druhá rzecz – Interpol powinien oceniać, kiedy ma podejmować działania i czy mają być to działania do końca skuteczne, kiedy ma ich nie podejmować. Uważam, że debata na temat kryteriów jest ze wszech miar dobra i owocna, a kryteria raz zapisane nie mogą być niezmiennie, ponieważ nasze życie, nasza praktyka jest bardzo dynamiczna. W związku z tym jeżeli Interpol ma odpowiadać w każdym momencie potrzebom chwili, ten dialog, te przesłanki, obszary, państwa, kryteria powinny być jednoznacznie określone, debatowane.

Chciałbym także bardzo wyraźnie podkreślić to, o czym mówiła pani komisarz Jourova: procedury odszkodowawcze, naprawianie szkody, jeżeli nastąpiła pomyłka. Pomyłki mogą się zdarzyć i te procedury byłyby ważne. Tak że nasza debata powinna pomóc Interpolowi. Takie jest oczekiwanie, że będzie to nadal skuteczna organizacja.

Marina Albiol Guzmán (GUE/NGL). – Señora presidenta, Hamza Yalçın, periodista sueco de origen turco ha pasado 56 días en prisión en Barcelona porque el Gobierno de Mariano Rajoy atendió una orden de Interpol que había interpuesto el Gobierno turco: una orden por insultos al presidente, por escribir en una revista no adecuada al régimen y por vínculos terroristas por militar en un partido de izquierdas.

El Gobierno de España de Mariano Rajoy ha actuado en complicidad con el régimen autocrático que el presidente Erdogan ha impuesto en Turquía, que mantiene a 163 periodistas encarcelados, ha cerrado 128 medios de comunicación o mantiene en la cárcel a 78 alcaldes y alcaldesas y 13 diputados y diputadas de la izquierda kurda y turca. Pero parece que mientras Turquía colabore con el proyecto xenófobo de esta Europa fortaleza, la Unión Europea está dispuesta a ser cómplice de represión.

Jiří Pospíšil (PPE). – Paní předsedající, já se chci také připojit k hlasům svých kolegů, kteří zde volají po reformě Interpolu a po reformě červených oznamení. Byla zde zmiňována celá řada případů, kdy např. Turecko zneužívá tohoto institutu k šikanování a postihování disidentů, kteří opustí území Turecka.

Nejsou to jen příklady ve Španělsku, já jsem z České republiky a i v České republice jsme takovýto konkrétní případ měli. Možná je Komisi znám, byla to kauza Nazmiho Sahina, který byl tureckým občanem kurdské národnosti, byl v Turecku odsouzen na šest let za trestní čin napojení na organizaci s politickými zájmy neslučitelnými se státním zřízením Turecka. To znamená, byl to zjevně politický delikt. Nastoupilo tedy červené oznámení, on opustil svoji vlast, přišlo tedy červené oznámení Interpolu a česká justice toto řešila. Česká justice samozřejmě tohoto dotyčného člověka nevydala, ale celé řízení trvalo více než rok a dotyčný Sahin byl zkrátka zadržován, byl omezován na svých právech, byl v zásadě takto nepřímou šikanován a přitom česká justice postupovala zcela podle zákona.

Myslím si, že reformu musí provést sám Interpol, musí být provedena reforma červených oznámení, protože jednotlivé justiční orgány potom zcela podle hmotného práva v dané členské zemi řeší, jak se má postupovat. A i když dotyčný není vydán, tak několikaměsíční šikana je podle mě zcela zbytečná. Ostatně platí to, co říkal jeden z mých předřečníků, i když třeba tento člověk Českou republikou nebyl vydán, tak dál toto červené oznámení platí a on může být zadržen v kterémkoliv jiném státě a opět se ten dotyčný může dostat do obtíží. To znamená je v zásadě permanentně šikanován. Takže také volám po reformě červených oznámeních.

Juan Fernando López Aguilar (S&D). – Señora presidenta, comisaria Jourová, este es un debate que no solamente es oportuno, es un debate necesario, porque el sistema de Red Notices —«informaciones rojas»— de Interpol ha dado lugar no solamente a disfunciones, sino claramente a abusos políticos intolerables. Por ejemplo, en mi propio país, como aquí se ha señalado, en el verano de 2017, un ciudadano turco-sueco y un ciudadano germano-turco fueron los dos objeto de probables expedientes de extradición, sobre la base clarísima de persecución política.

Y el Consejo de Europa ya ha advertido, como lo ha hecho la Asamblea Parlamentaria en una Resolución de 2017, de la necesidad de impedir que países con un historial infame en materia de derechos humanos puedan valerse de Interpol para perseguir a sus oponentes.

Es importante que la Comisión aclare a este Parlamento que es lo que piensa hacer para asegurarse de que esta distorsión no pueda tener lugar, de que el sistema esté sometido a todos los controles de fundamentación de los expedientes de extradición para que no puedan ser objeto de violaciones o de abusos de los derechos humanos, de usos inadmisibles, y, en particular, en el sistema de intercambio de información a través del SIS de segunda generación, a través de SEIAV, a través del Sistema de Entradas y Salidas y del intercambio de información entre los sistemas de los Estados miembros e Interpol.

Y por eso es importante que la Comisión clarifique qué medida piensa adoptar para extremar el rigor, para impedir que pueda ejercerse un mandato de privación de libertad o un abuso sobre los derechos fundamentales de las personas a través de las notificaciones de Interpol.

Catch-the-eye procedure

José Inácio Faria (PPE). – Senhora Presidente, Senhora Comissária, caros Colegas, a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa aprovou em massa a Resolução 2161, intitulada *Abusive recourse to the Interpol system: the need for more stringent legal safeguards*. A Interpol é um instrumento eficiente de cooperação internacional na luta contra a criminalidade transnacional, incluindo o terrorismo, e baseia-se na assistência mútua entre as autoridades nacionais de aplicação da lei e deve funcionar em total neutralidade e com respeito pelos direitos humanos dos suspeitos.

O processo de globalização abriu diversos canais de atividade criminosa transnacional. As ameaças são hoje complexas, numerosas e destabilizantes, pelo que a colaboração internacional entre polícias e entidades judiciárias é a resposta à internacionalização do crime. O alerta internacional permite que a polícia dos Países-membros partilhe informações críticas relativas a crimes ocorridos, designadamente, o alerta vermelho. Dados disponíveis dizem-nos que, na última década, o número de alertas vermelhos emitidos aumentou drasticamente.

Senhora Comissária, penso que tudo isto é possível desde que haja respeito pelos direitos humanos e pelo primado do Estado de direito.

Nicola Caputo (S&D). – Signora Presidente, onorevoli colleghi, gli avvisi rossi dell'Interpol costituiscono una richiesta di cooperazione internazionale delle autorità investigative in materia penale per localizzare e arrestare, o comunque limitare la libertà di movimento, di soggetti nel territorio di un altro Stato.

Sul tema degli avvisi rossi sono noti casi di utilizzo improprio da parte di alcuni paesi, anche per reprimere libertà individuali e per perseguire scopi politici. Secondo un rapporto della ONG *Fair Trials*, c'è stato un aumento significativo degli avvisi rossi provenienti da paesi in cui le libertà fondamentali sono meno tutelate e anche in rapporto alla base di una risoluzione del Consiglio d'Europa evidenzia una crescita consistente degli avvisi rossi negli ultimi anni, con oltre 12000 avvisi emessi solo nel 2016.

Occorre vigilare maggiormente sul corretto utilizzo degli avvisi rossi, garantendo che i diritti dei cittadini dell'Unione europea e dei paesi terzi non siano violati mediante l'uso di dati Interpol da parte degli Stati membri e che la Commissione adotti misure di salvaguardia contro gli abusi in materia di controlli alle frontiere esterne e di utilizzo di sistemi d'informazione.

Νότης Μαριάς (ECR). – Κυρία Πρόεδρε, ο ρόλος της Interpol είναι πράγματι σημαντικός και για την αντιμετώπιση της παγκόσμιας εγκληματικότητας και για την αντιμετώπιση της τρομοκρατίας. Βεβαίως η Interpol δεν μπορεί να είναι κράτος εν κράτει. Πρέπει να υπάρχει έλεγχος. Πρέπει κατά τη δραστηριότητά της να σέβεται τις θεμελιώδεις ελευθερίες και τα προσωπικά δεδομένα.

Στο ψήφισμα του Συμβουλίου της Ευρώπης, όπως ελέχθη, αναφέρεται σαφώς ότι στο θέμα των κόκκινων σημάτων γίνεται κατάχρηση, διότι μια σειρά χώρες εκδίδουν, για πολιτικούς λόγους, κόκκινο σήμα και, εν συνεχεία, πολλοί άνθρωποι, οι οποίοι είναι ακτιβιστές, φυλακίζονται και παραμένουν, ενδεχόμενα, στις φυλακές για αρκετό διάστημα ή και γίνεται έκδοση. Πρέπει, επομένως, να εξετάσουμε υπό ποιους όρους μπορεί και ο ενδιαφερόμενος να παρέμβει και να προσφύγει κατά του κόκκινου σήματος.

Τέλος, εγώ θα ήθελα να συνεργαστεί η Interpol πολύ πιο στενά με τις ευρωπαϊκές αρχές στην αντιμετώπιση των τζιχαντιστών, οι οποίοι αποτελούν κίνδυνο για την κοινωνία μας.

Julie Ward (S&D). – Madam President, I think we all agree that Interpol and police co-operation across borders are extremely important for our security. However, when the Interpol system is abused by undemocratic regimes to silence and persecute legitimate voices and human rights defenders, we must all be deeply concerned. The exiled Turkish journalist, Can Dündar, is now facing a Red Notice request in Germany after the Turkish Government submitted a request, accusing him of propaganda. He is one of an increasing number of individuals facing this type of persecution from afar.

The Kazakh Government is another serial abuser of the Red Notice system, with more and more dissidents and opposition leaders being targeted or simply being unfortunate innocent bystanders. Although Interpol does respond to requests to review its decisions, we need much more robust guarantees and serious safeguards and we need accountability for decisions that put human rights at risk.

(End of catch-the-eye procedure)

Věra Jourová, Member of the Commission. – Madam President, thank you very much for this interesting debate. Interpol Red Notices are a useful tool to seek the arrest of suspects and serious offenders. It is first and foremost for Interpol and its member countries to address weaknesses in the system. It is for EU Member States to assess what action they take when they encounter a Red Notice and to carefully consider such notices in light of their originating country.

Let me assure you that the Commission has followed and continues to follow this issue very closely. The Commission monitors in particular compliance by Member States with the principle of non-refoulement enshrined in EU law. This is to make sure that refugees are not returned if there is a risk of persecution.

Matti Maasilta, President-in-Office of the Council. – Madam President, I would like to thank all the speakers, in particular Mr Moraes for the very pertinent questions about the situation. Indeed, we are in the situation where the EU Member States are members of another international organisation where there is no clear agreed common EU line or policy.

At the recent meeting of the Political Security Committee and the Committee on Operational Cooperation on Internal Security (COSI), ideas were floated to address this situation. There were those who emphasised a need for a common approach, a need to share best practices. The Estonian Presidency invited all Member States to provide their ideas and to take this discussion further, even before the 20 November meeting with Interpol, to give ammunition to the Presidency at this meeting.

We are committed to keeping this important topic on the agenda and we will of course ask Interpol about its plans on how to improve the review of the notices – because that is one of the main issues, the way that Interpol *a priori* reviews those Red Notices – and we may also expect requests by Interpol to provide more resources for them to do so. So the topic is on the agenda and discussions will be taken further.

President. – The debate is closed.

Written statements (Rule 162)

Javier Couso Permuy (GUE/NGL), por escrito. – Muchas cosas no funcionan en Interpol. Interpol no puede ser usada con objetivos políticos, como una mera herramienta al servicio de los gobiernos represivos, sino que debe mantener sus normas de neutralidad, y ser usada para compartir información que permita detener a criminales reales, y no a periodistas díscolos. Interpol debe ser un mecanismo útil para compartir información, algo muy necesario y que se ha revelado insuficiente estos últimos años, con los ataques terroristas de Barcelona, París o Bruselas. Es inaceptable que en algunos países se haga un uso indebido del sistema de notificaciones rojas de Interpol con el único fin de reprimir la libertad de expresión o perseguir a opositores políticos. El Reglamento de Interpol en su artículo 3 es claro: prohíbe que se investigue a personas por motivos de raza, religión, etc. pero sabemos que esto no se cumple. Turquía utiliza las notificaciones rojas de Interpol de forma sistemática para perseguir a personas por motivos políticos. ¿Hasta cuándo seguiremos considerando al régimen autoritario de Erdogan como socio prioritario de la UE? Hasta que las cosas no cambien, no nos cansaremos de hacer esta pregunta.

VORSITZ: RAINER WIELAND

Vizepräsident

19. Composição das comissões e das delegações: ver Ata

20. Segurança nas estradas europeias (debate)

Der Präsident. – Als nächster Punkt der Tagesordnung folgt die Aussprache über die Anfrage zur mündlichen Beantwortung an die Kommission über die Sicherheit auf Europas Straßen von Tomáš Zdechovský, Roberta Metsola und Michał Boni im Namen der Fraktion der Europäischen Volkspartei (Christdemokraten) (O-000060/2017 – B8-0601/2017) – (2017/2875(RSP)).

Tomáš Zdechovský, Autor. – Pane předsedající, paní komisařko, již dva roky v okolí města Calais roste počet migrantů, kteří se chtějí nelegálně dostat do Spojeného království. K cestě chtějí využít čekající kamiony, do kterých se násilně vloupávají a nic netušící řidiči kvůli tomu čelí vysokým pokutám ze strany britských kontrol. Již v září 2015 byly zaznamenány první znepokojující případy českých, polských, rumunských, španělských, dánských, nizozemských a jiných řidičů, v jejichž zavazadlovém prostoru byli při kontrole na hranicích objeveni migranti. Zatímco francouzská kontrola v Calais nenašla v nákladovém prostoru kamionů žádné osoby, na britské straně při stejné kontrole objevili běžence, kteří bez vědomí řidičů pronikli do nákladového prostoru, protože se pokoušeli ilegálně dostat na území Velké Británie. V takovém případě byly britské úřady nekompromisní. Uložily pokutu řidiči, potažmo dopravní společnosti za převaděčství, ačkoliv prošli kontrolou ve Francii bez problémů a dodrželi veškeré bezpečnostní předpisy.

Tuto otázku vlastně odstartovala i situace z letošního jara, kdy zemřel polský řidič na základě toho, že mu do cesty byly vstaveny překážky na silnici. Vy jste ve své odpovědi Evropské komise napsali, že v současné době ani neexistuje žádný právní předpis EU, který by upravoval bezpečnost pozemní dopravy, která zůstává v pravomoci členských států. Ano, to je pravda. Ale na druhou stranu se domnívám, že bezpečnost řidičů a bezpečnost obyvatel EU je jednou ze sdílených kompetencí EU. Proto bych se chtěl obrátit na Vás s otázkou, jaká opatření v této souvislosti připravujete a jak efektivně předcházet těmto případům bezdůvodného obviňování řidičů z převaděčství.

Věra Jourová, Member of the Commission. – Mr President, a year ago the Commission held an exchange of views on the impact of the migration crisis on the European commercial road transport sector and, in particular, on truck drivers in the Calais area. The Commission was aware then that the security threat to this vital sector was not only from irregular migrants, but also from organised crime seeking to steal vehicles and cargo for profit.

Accurate, up-to-date statistics are hard to find for criminal incidents affecting the road transport sector across all EU Member States. The most comprehensive data are collected by the Transported Asset Protection Association, which has recorded a 24% increase in the number of cargo crimes in August compared with August 2016. They recorded almost 8000 criminal incidents affecting hauliers over the five years from the start of 2012 to the end of 2016, with a rise of about 213% between the full-year figures for 2012 to 2016. About 4.3% of the incidents involved violence or threat of violence against the driver, although the figures suggest a downward trend.

Just over half of the incidents occurred in unsecured parking locations, with the majority happening at night. The worst hot-spots are motorway service stations or road laybys. It is important to add the caveat that these figures as they are based only on those reported to the Transported Asset Protection Association, and some EU Member States collect and report on many incidents compared with others. This data can therefore only be described as an indicative sample, and the actual number of incidents will be far higher.

Indeed, we must also sadly add another threat that has become all too apparent since the summer of last year, which is the hijacking of trucks by would-be terrorists to use them as a vehicle-ramming weapon against crowds of people. In these cases the threat to people's lives extends beyond the truck driver, as we have seen in numerous incidents across Europe this year.

We therefore take the matter very seriously, and within the limits of our competences continue to work with Member States and transport stakeholders to find viable and lasting ways to reduce the adverse impact of these threats on the critical road transport distribution chain.

The Commission believes in taking a holistic, rational and proportional approach in order to ensure high levels of security and safety in our road transport system, but with minimal disruption. We are taking action to help improve security for commercial road transport with a project underway, in partnership with the sector, to create a comprehensive security guidance toolkit so that everyone with a role to play in securing the road transport chain has the knowledge to better help protect it against a range of security threats and all kinds of unauthorised intrusions using best practice tips and guidance.

All relevant stakeholders have been consulted in the development of this toolkit. The Commission is now reviewing the delivery of the draft toolkit ahead of publication and dissemination over the coming months. This will include the translation of the toolkit into all Community languages and the creation of a website where additional information will be provided.

The use of digitally connected security systems will be a major enabler of the transformation of the current road transport system, including the development of new security solutions. In particular, the Commission supports Member State initiatives, such as the Swedish Government's response to the Stockholm attacks through the development of geo-fencing to automatically restrict commercial vehicles from entering centre city zones such as pedestrian areas.

The creation of safer and more secure truck parking areas along the trans-European transport network, the so-called TEN-T corridors, is a crucial element of the strategy to increase the security of drivers and cargo in road transport. The TEN-T Regulation specifically requires, in the TEN-T guidelines, that the corridor network is equipped with safe and secure parking areas approximately every 100 Km. To help make this a reality, the Commission has made EU funding available through our Connecting Europe Facility Programme over recent years to finance such parking places, and the Commission has provided almost EUR 30 million since 2015 to support nine secure parking projects.

The European Parliament additionally provided a budget of EUR 850 000 to the Commission earlier this year to be used towards further developing safe and secure parking areas across Europe. The Commission is using this funding to launch a twelve month study to identify the appropriate location of safe and secure parking areas and the best design for a parking reservation system. Most importantly, the study will deliver a concrete roadmap for the gradual completion of the network of safe and secure parking areas, including a description of the actions needed and their timing. The results of the study will constitute the basis for future work of the Commission to eventually ensure that drivers can rest in secure conditions and sleep soundly.

Improving the availability of secure truck parking is only part of the answer. Existing capacity needs to be optimised by information on the location and equipment of existing parking areas, as well as by optimising the parking spaces' specific methodologies.

On the basis of the Intelligent Transport Systems Directive, the Commission has adopted a delegated regulation on the provision of information services for safe and secure parking places for trucks and commercial vehicles. The delegated regulation indicates the way to collect, update, share and disseminate the necessary information on the location of the secure parking, including the provision of reservation services.

Емил Радев, *от илето на групата PPE*. – Г-н Председател, г-жо Комисар, „безопасни зони за паркиране“ в Европа в момента липсват почти в целия Европейски съюз. Необходимо е да бъдат създадени паркинги и места за почивка, снабдени със съответната технология за сигурност, както за водачите, така и за самите товари. Те трябва да обхванат както основните пътни артерии в Европа, така и ключовите пътни възли във всяка отделна държава членка.

Тази необходимост се подсилва допълнително и от предложените неотдавна промени, предвидени от някои държави членки, които въвеждат задължителни изисквания за почивка на шофьорите, при това при определени санитарни условия. Това на практика би означавало всеки един шофьор да „изоставя“ товара, който транспортира, и да отиде на хотел. Нещо, което в ежедневието на шофьора е немислимо, най-малкото поради липсата на сигурни и безопасни места, където превозните средства и товарът да бъдат оставени.

Но този въпрос е много по-комплексен. Той засяга също така и безопасността на пътя, както и намаляването на пътните инциденти и смъртните случаи, причинени от заспали на волана водачи. Защото загиналите по европейските пътища за миналата година например са общо 25 500 души, а според едно проучване във Великобритания, около 40% от инцидентите със заспали на волана шофьори включват водачи на камиони и товарни автомобили.

На второ място, обсъждайки въпроса с безопасността на пътя, е редно да бъде засегната и темата за гъстотата на пътната мрежа и трафика, а също така да се вземат предвид и стандартите за безопасност на автомобилния парк в Европа. Всички сме наясно, че държавите от Централна и най-вече Източна Европа имат нужда от допълнителна помощ под формата на европейски средства, за да наваксат с изграждането на своята пътна инфраструктура. Липсата на магистрали, обходни пътища за товарни автомобили и прилежащата им пътна инфраструктура, са допълнителна пречка пред решаването на този проблем и премахването на бариерите пред целостта на единния пазар. Нека си признаем – всяко забавяне, всяка пречка пред движението на дадена стока и услуга в рамките на Съюза е директна загуба за европейските фирми и конкурентоспособност.

Inés Ayala Sender, *en nombre del Grupo S&D*. – Señor presidente, en este momento clave en el que estamos abordando la presentación del paquete legislativo más importante de los últimos años, relativo a la revisión de todas las normativas que organizan el transporte por carretera y donde precisamente hemos echado en falta más normativa —y más coraje también— en relación con la seguridad vial —aunque es verdad que esperamos que en la segunda parte del paquete aparezca el tema de la seguridad en las infraestructuras, aunque no es exactamente o no vemos, de momento, que pueda afrontar el problema actual—, necesitamos pues hablar precisamente y afrontar cuanto antes los incidentes que se están produciendo ya desde hace años.

Hablamos ahora de los últimos... Se ha hablado de los secuestros en caso de terrorismo, hemos hablado de los casos de Calais, como se planteaba en la pregunta. Pero nosotros también hemos tenido el caso de los camioneros españoles, que cada vez que cruzaban la frontera francesa eran también objeto de ataques por parte de los agricultores que no estaban contentos con la libre circulación de mercancías —para que nos vamos a engañar—. Es decir, que estos conductores están afrontando además nuevos retos.

Por lo tanto, si ahora se les va a exigir, como se está planteando, dormir lejos del camión, desde luego necesitamos llegar a compromisos serios y crebles, no solamente sobre aparcamientos seguros, sino también y esencialmente para rehabilitar el sector, en vez de seguir denigrándolo como hasta ahora, y, sobre todo, para conseguir que haya más agentes de seguridad de tráfico en nuestras carreteras.

Kosma Złotowski, *w imieniu grupy ECR*. – Szanowna Pani Komisarz! Nie pierwszy raz debatujemy w tej sali o bezpieczeństwie kierowców samochodów ciężarowych. Tylko w zeszłym roku co najmniej dwa razy apelowaliśmy do Komisji i francuskiego rządu o zdecydowane działania w Calais. Problemu nie udało się do tej pory w pełni rozwiązać, a cenę życia za tę nieskuteczność zapłacił polski kierowca ciężarówki. Kolejny polski kierowca poniósł śmierć w Berlinie, gdy islamski terrorysta kradł jego pojazd, żeby dokonać tchórzliwego ataku na bożonarodzeniowy jarmark.

Dlaczego Komisja tak mało miejsca poświęciła kwestiom bezpieczeństwa w swoich sławnych inicjatywach drogowych? Czy Pani Komisarz może wskazać, gdzie są zlokalizowane te bezpieczne parkingi i hotele, w których kierowcy według Komisji powinni odbierać dzienny odpoczynek? Może warto najpierw takie bezpieczne strefy parkowania zbudować, także dzięki finansowaniu z funduszy europejskich, a dopiero później zmieniać przepisy? Przedstawiony tu w maju pakiet legislacyjny nazwano „Europa w ruchu”, tylko czy na pewno jest to ruch ku bezpieczeństwu kierowców?

Pavel Telička, *on behalf of the ALDE Group*. – Mr President, let us not be mistaken. We are not here to discuss today who attacked which driver and where and for what reasons. Nor are we here to discuss whether this debate is legitimate and valid. That would be to side-line the two important issues: on one hand, the lack of secure parking places and, on the other, the inability of the Member States to implement the legislation which is in place.

In this connection, it is worth mentioning that the driver is responsible for the truck and also for what the truck carries. As the Commissioner has already made clear, we have TEN-T guidelines, which say clearly that the Member States should be providing safe and secure parking facilities plus or minus every 100 kilometres. I would add that there is also an EU requirement for parking operators to provide information about the availability of these parking spaces, but Member States' compliance with this requirement is, if I may say so, basically a joke.

We can indeed ask how the Commission will safeguard security on European roads but we should not forget that Member States may be more to the forefront on this matter. They have to share information and make proper use of it, and they have to deliver for the TEN-T network.

I have a final remark to make to the Commission. We are in the situation that we are to be implementing legislation which we are soon to agree on, but we have a lack of parking places. Is it realistic to expect that we will be in a position to implement this legislation in the foreseeable future, in the next few years, if the Member States do not comply today with the legislation already in place? This is something we should bear in mind when we are negotiating and approving the new mobility legislation.

Marie-Christine Vergiat, *au nom du groupe GUE/NGL*. – Monsieur le Président, je pense que mon intervention va être un peu en décalage. La sécurité sur les routes d'Europe, mais surtout vers l'Europe, est un vrai problème. Depuis une vingtaine d'années, Calais est un point de fixation qui illustre les conséquences des politiques européennes et surtout franco-britanniques. Le nombre de migrants, je vous rassure, chers collègues, a fortement diminué depuis la fin 2016. On est passé de 7 000 environ à quelques centaines, mais ce nombre tend à augmenter de nouveau.

Je compatis au sort des chauffeurs routiers, mais à Calais, au moins 150 migrants sont morts depuis 2002. On veut les priver d'abris et de nourriture. Un prêtre a dû s'opposer à la police pour permettre une distribution de repas sur le parvis de son église. C'est indigne et inhumain.

La justice a condamné la maire de Calais et l'État français pour qu'il soit enfin mis fin aux traitements inhumains et dégradants infligés à ces migrants.

Je pense que c'est en prenant en compte l'ensemble de ces situations que l'on pourra sécuriser le territoire pour ceux qui le traversent comme pour ceux qui y vivent, et éviter des drames, quels qu'ils soient.

Jean Lambert, *on behalf of the Verts/ALE Group*. – Mr President, I want to pick up on the part of the question as it was written and to say that, if we are looking at Calais, it is a very longstanding issue. My first visit to the safe parking area there was some 15 years ago. It was an area which had been set up by the Calais Chamber of Commerce, and we have seen considerable growth of the infrastructure up there since, with steel fences, more police activity, and yet the problems persist.

All of us would agree that drivers should be able to operate safely, and we do need to tackle the criminal gangs who profit from desperate people here. We need to look at how we are doing in terms of cross-border police cooperation. But I also do not want to see any more dead unaccompanied minors falling from a truck when they should have been safe in the UK, had the Dublin system worked properly. So we do need a range of solutions to the problems we are looking at this evening, from asylum policy through to high technology.

Anna Záborská (PPE). – Vážený pán predsedajúci, ohrozenie bezpečnosti nákladnej tranzitnej dopravy má niekoľko rovín, medzi ktorými musíme rozlišovať. V prvom rade treba povedať, že výkon dohľadu nad bezpečnosťou cestnej premávky a riešenie dopravných priestupkov, rovnako ako prevencia a stíhanie trestných činov ohrozenia majetku, zdravia a života sú výlučnou kompetenciou členských štátov Únie. No samotná oblasť dopravy a transeurópskych sietí spadá do skupiny zdieľaných kompetencií. Máme spoločné pravidlá pre bezpečnú prepravu pasažierov aj tovarov. Z európskeho rozpočtu sú spolufinancované cestné koridory. Tranzitná doprava má jednoducho európsky rozmer a Komisia by sa mala zaoberať problémami, ktoré ohrozujú jej plynulosť a bezpečnosť. Prijatie efektívnych opatrení na zvýšenie bezpečnosti kamiónov je veľmi dôležité aj z pohľadu blízkej budúcnosti. Už dnes sa vo viacerých členských štátoch testujú autonómne kamióny, ktoré by mali už o pár rokov začať jazdiť po európskych cestách. No zatiaľ čo umelá inteligencia môže výrazne znížiť nehodovosť a zvýšiť plynulosť cestnej premávky, je omnoho zraniteľnejšia voči nečakaným útokom.

Na záver je na mieste spomenúť ešte jeden veľmi citlivý rozmer európskej nákladnej tranzitnej dopravy. Je to skutočnosť, že väčšina vodičov je občanmi nových členských štátov. Bolo by veľmi nešťastné, ak by Únia zaváhala pri prijímaní opatrení na zvýšenie ich bezpečnosti. Preto som veľmi vďačná kolegom, ktorí položili Komisii túto otázku, a pripájam sa k ich snahe ochrániť vodičov aj nimi prepravovaný náklad.

Isabella De Monte (S&D). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, signora Commissaria, la sicurezza di tutti gli utenti della strada è un argomento di primaria importanza e di cui discutiamo molto, soprattutto nella commissione per i trasporti e il turismo di cui faccio parte e da membro della stessa, posso assicurare che tale questione sarà largamente ripresa anche nel nuovo pacchetto di norme sulla mobilità che stiamo discutendo.

In particolare, gli autisti dei mezzi pesanti dovrebbero avere a disposizione delle aree dedicate per la sosta e il riposo, fornite di tutti i servizi ma soprattutto sicure. Essi devono poter riposare senza preoccuparsi né di difendere il loro carico da furti, né tantomeno della loro incolumità personale. I controlli da parte delle autorità sono purtroppo insufficienti in questo campo. L'Europa può fare molto a livello normativo, ma senza la collaborazione anche degli Stati membri, diventa difficile implementare le regole.

Ангел Джамбазки (ECR). – Г-н Председател, г-жо Комисар, разбирам и споделям притеснението за сигурността на шофьорите на камионите и на товара, който те транспортират. Те често стават жертва на набези от страна на нелегални имигранти, които в най-безобидния случай ги използват за безплатен транспорт до желаната от тях крайна точка. Това е причината, поради която съм много скептичен и категорично против желанието на лобистките интереси на част от държавите членки почивките на водачите да се извършват извън камионите.

Обществена тайна е, че по пътищата на Европа няма достатъчно хотели и охраняеми паркинги за извършването на такива почивки. Примери са Франция и Белгия. Там няма охраняеми хотели, а шофьорите се принуждават да напускат своите машини в нарушение на правилата.

Набезите върху товарите водят до увеличаване на застрахователните премии на товарите и/или дори отказ на застрахователните фирми да застраховат товари на камиони, преминаващи определени маршрути. С 200% е нараснала застрахователната премия за миналата година.

Призовавам Комисията да се откаже от тези свои желания, залегнали в проекта „Мобилност“, защото няма нищо по-важно от физическата сигурност на водачите на камионите.

Izaskun Bilbao Barandica (ALDE). – Señor presidente, señora comisaria, creo que es un acierto subrayar este problema en la agenda de la Comisión, en un momento que comenzamos el debate del paquete de transporte por carretera y en plena transición del concepto mismo de transporte, concebido como una suma de modos hacia un modelo integrado de movilidad.

Ahora que está en marcha la modificación del Reglamento sobre el tiempo de conducción y el descanso, que incide directamente sobre la seguridad de los conductores, la seguridad vial y las condiciones y la calidad del empleo en el sector, quisiera pedir que, en la modificación, o se eliminen o se precisen conceptos indeterminados, como qué se entiende por «hogar», por «descanso adecuado» y así otros muchos conceptos.

Esta cuestión está directamente vinculada a la que considero una necesaria definición de las «zonas de estacionamiento seguro» en términos de seguridad vial, pero también en términos de seguridad física y en materia de servicios para los conductores. Además, parece importante incidir, desde la perspectiva del transporte profesional, en impulsar una mayor coordinación entre las fuerzas de policía que se ocupan del tráfico y las que realizan los controles de seguridad en frontera a ambos lados de la misma, algo que puede evitar muchas congestiones.

Finalmente, esta reflexión debería incluir el fomento de los vehículos conectados, las ayudas a la conducción, los telepeajes y la gestión inteligente de las carreteras, incluida la información automatizada sobre zonas de estacionamiento seguro con herramientas compartidas que funcionen en el medio transfronterizo. Esto hará de la carretera algo más seguro.

Κωνσταντίνα Κούνεβα (GUE/NGL). – Κύριε Πρόεδρε, πίσω από το πρόβλημα των οδηγών φορτηγών κρύβεται ένα μεγαλύτερο πρόβλημα: το μεταναστευτικό, το πρόβλημα των κλειστών συνόρων. Αυτό δεν το λένε ευθέως οι συνάδελφοι του Λαϊκού Κόμματος που υπέβαλαν την ερώτηση. Αναφέρονται σε επιθέσεις, αλλά υπονοούν τους απειλημένους μετανάστες που είναι εγκλωβισμένοι σε σύνορα και λιμάνια. Άραγε, πόσοι μετανάστες πέθαναν από ασφυξία σε κρύπτες φορτηγών; Βεβαίως, οι οδηγοί φορτηγών έχουν την υποστήριξή μας, όχι μόνο για τα απάνθρωπα ωράρια, το στρες να είναι στην ώρα τους, τα κακά οδικά δίκτυα, τις επιθέσεις, αλλά και γιατί εξαιρούνται από την οδηγία για την απόσπαση των εργαζομένων. Όμως, όπως οι οδηγοί χρειάζονται ασφαλείς δρόμους, έτσι και οι πρόσφυγες χρειάζονται νόμιμους και ασφαλείς διαδρόμους διέλευσης, και εδώ δεν υπάρχει αντιπαλότητα μεταξύ τους.

Andor Deli (PPE). – Elnök Úr! Két évvel ezelőtt a calais-i kikötő környékén uralkodó szükségállapotok nyomán már felmerült a sofőrök biztonságának egyre súlyosbodó kérdése. Akkori írásbeli kérdésemre a Bizottság válaszában rámutatott a 2015. május 27-én elfogadott, migráncscempézszt elleni uniós cselekvési terv fontosságára a probléma leküzdéséhez. Két évvel később azt látjuk, hogy a kamionok terrorcselekmények végrehajtó eszközeivé, a hivatásos sofőrök pedig számos esetben áldozattá váltak. Mindez csak azt bizonyítja, hogy a Bizottság migránsválság kezelését célzó terve – más uniós kezdeményezésekhez hasonlóan – nem működik a gyakorlatban.

Beszélnünk kell a fuvarozók számának az állandó csökkenéséről, az utánpótlás hiányáról, a fuvarozók bérezéséről és más szociális kérdésekről, de mindez mit sem ér, ha sofőrök munkavégzésének biztonsági szintje annyira romlik, hogy lassan veszélyességi pótlékot kell fizetni azoknak, akik árut fuvaroznak Európa nagy kikötőibe, például Calais-ba. Mindeközben egyes tagállamok protekcionista intézkedéseket hoznak piacuk védelme érdekében, melyek aláássák a közös piacot, valamint az áruk és a szolgáltatások szabad áramlását.

Itt említhetnénk a hiányzó pihenőhelyeket, parkolókat. Azon kívül, hogy kevés van belőlük, nincs biztosítva bennük sem a sofőr sem a szállítmány biztonsága. Jól ismert tény, hogy gyakorlati, jogi és biztosítási kérdéseket is felvet a jármű elhagyása. Célunk az, hogy – különösen a hamarosan tárgyalásra kerülő mobilitási csomag révén – könnyítsünk a fuvarozók helyzetén és olyan körülményeket teremtsünk számukra, amelyek gyakorlati megoldást nyújtanak. Ezt valószínűleg a sofőrök is jobban értékelnék, mint a Bizottság és egyes tagállamok azon igyekezetét, hogy összkomfortos kabinjuk helyett kétes útszéli szálláshelyekre kényszerítsék őket!

Bogusław Liberadzki (S&D). – Panie Przewodniczący! Ja mam odmienne zdanie co do słów, które tutaj padały na temat tego, jaką to katorzniczą pracą jest bycie kierowcą ciężarówki. Otóż nie, panowie, to nie jest wcale taka katorznicza praca. Czego natomiast byśmy oczekiwali, to pewne minimum bezpieczeństwa, i to jest potrzebne. Minimum bezpieczeństwa zarówno w części inwestycyjnej, dlatego tak: droga i wzdłuż drogi, w tym także parkingi i usługa dodatkowa. Chciałbym widzieć na każdym parkingu radiowozy policyjne. Otóż rzadki jest to widok. Chciałbym widzieć na parkingu na przykład inspekcję transportu drogowego, która w każdym państwie istnieje. Jedna i druga instytucja najczęściej jest po to, żeby myśleć, jak ukarać kierowców, ale niekoniecznie po to, żeby im pomóc dla ich bezpieczeństwa, także dla bezpieczeństwa ładunku.

Jest faktem, że nie zawsze kierowcy są wyszkoleni, jest faktem, że są to kierowcy często pochodzący z państw, które oferują niższą płacę. Ale jest także faktem, że działają pod presją tej wielkiej taniej konkurencji.

Νότης Μαρίας (ECR). – Κύριε Πρόεδρε, η ασφάλεια στους ευρωπαϊκούς δρόμους είναι πολύ σημαντικό θέμα και, φυσικά, πρέπει να διασφαλίσουμε την ασφαλή διακίνηση των φορτηγών, τα οποία προκαλούν πάρα πολλά δυστυχήματα. Ταυτόχρονα, όμως, πρέπει να υπάρξει προστασία της ασφάλειας των οδηγών των φορτηγών αυτοκινήτων, καθώς και του εμπορεύματός τους.

Θα ήθελα όμως, κυρία Γιουρονά, να σας θέσω ένα σοβαρό θέμα που συμβαίνει στην Ελλάδα: αυτή τη στιγμή διεξάγεται πραγματικά πειρατεία από φορτηγά που έχουν βουλγαρικές πινακίδες, τα οποία επιτελούν εσωτερικό μεταφορικό έργο και παραμένουν πέραν των δέκα ημερών εντός της Ελλάδος, ενώ αυτό απαγορεύεται. Κάνουν εσωτερικά δρομολόγια και στην ουσία ανταγωνίζονται αθέμιτα τις ελληνικές επιχειρήσεις και δημιουργούν πάρα πολλά προβλήματα. Αυτό είναι ένα σοβαρό θέμα. Σας μεταφέρω την κραυγή αγωνίας των ιδιοκτητών και των οδηγών των ελληνικών φορτηγών αυτοκινήτων που δεν αντέχουν πλέον αυτόν τον αθέμιτο ανταγωνισμό από φορτηγά με βουλγαρικές πινακίδες τα οποία κυριολεκτικά κάνουν πειρατεία.

Paloma López Bermejo (GUE/NGL). – Señor presidente, cuando más de once millones de personas en la Unión Europea se ganan la vida en actividades relacionadas con el transporte de mercancías por carretera, se convierte en una obligación tener carreteras más seguras, zonas de descanso y aparcamientos seguros.

Pero no todo el problema se soluciona con una inversión para mejorar las infraestructuras: los tiempos de conducción y la calidad del descanso de los transportistas son pésimos. En muchísimas ocasiones, tras agotadoras jornadas de conducción, tienen que parar en cualquier lugar, sin derecho a un descanso digno, para continuar la marcha nada más despertarse. A esto se añaden los altos niveles de estrés que están teniendo los conductores por tener que vigilar la carga que transportan y, si no, hacerse cargo de los pagos y de las repercusiones que tiene perderla.

El peligro potencial que suponen estas situaciones es un problema para la seguridad en las carreteras, para los conductores y la sociedad. Hay que aumentar los controles, mejorar la legislación y, sobre todo, mejorar las condiciones de trabajo.

José Inácio Faria (PPE). – Senhor Presidente, Senhora Comissária, embora nas últimas décadas se tenha registado, na União Europeia, um grande progresso em matéria de segurança rodoviária, o elevado número de vítimas mortais e de lesões graves continua a causar um grande sofrimento humano e custos económicos inaceitáveis, estimados em 100 mil milhões de euros anuais.

Em 2016, 25 mil pessoas perderam a vida nas estradas da União Europeia e outras 135 mil ficaram gravemente feridas. Dados da Comissão Europeia sobre a segurança rodoviária mostram uma diminuição de 2 % do número de vítimas mortais em 2016.

No entanto, e não obstante estes dados serem encorajadores, eles podem, contudo, ser insuficientes para a União Europeia alcançar o seu objetivo de reduzir para metade a mortalidade nas estradas entre 2010 e 2020. Para travar estes assassínios silenciosos foi assinada, em Malta, a Declaração de Valeta, que representa um compromisso comum dos Estados-Membros da União Europeia na promoção da segurança rodoviária e na redução da sinistralidade. Um dos principais objetivos é reduzir em 50 % o número de vítimas mortais em acidentes rodoviários em 2020, tendo como referencial o ano de 2010, e reduzir em 50 % o número de feridos graves em 2030 face a 2020.

O pacote denominado «Europa em Movimento» visa, em particular, tornar o trânsito mais seguro, no reconhecimento de que são necessárias ações de todos os intervenientes para reduzir os prejuízos e as mortes.

Senhora Comissária, a verdade é que, desde a aprovação deste pacote a 31 de maio, pouco se avançou na prevenção rodoviária e outras questões intimamente ligadas à segurança rodoviária continuam sem resposta, questões essas ligadas – como a Sra. Comissária aqui referiu – ao combate ao terrorismo e à falta de coordenação entre as polícias no combate ao crime.

Maria Grapini (S&D). – Domnule președinte, doamnă comisar, eu vreau să apreciez întrebarea pusă de colegi și cred că trebuie să o înțelegem corect. Aici este vorba de securitate și siguranță și există un complex de factori: calitatea drumurilor, infrastructura, parcări nepăzite, nerespectarea unor regulamente, pentru că, iată, sunt state care amendează șoferii care dorm în cabină ca să-și păzească marfa și sunt atacați sau găesc a doua zi, dacă pleacă, camionul ocupat de altă persoană; încalcă regulamentul și amendează acești șoferi. Aici avem efecte economice, evident, cresc asigurările, unele firme de asigurări nu vor să mai asigure transportatorii și șoferii.

M-am întâlnit cu asociații ale transportatorilor, cu șoferi, toți se plâng de situația extraordinar de precară a siguranței în transport din punctul de vedere al parcărilor păzite, din punctul de vedere al lipsei de control, până la urmă, pentru că, așa cum spuneam aici, trebuie să avem și control la frontieră. Dar avem bandă de criminali, discutăm mai devreme, doamnă comisar la parchetul european, care fură din camioane pur și simplu.

Deci, aici avem nevoie de sprijinul Comisiei Europene, nu numai de cel al autorităților naționale.

Nicola Caputo (S&D). – Signor Presidente, onorevoli colleghi, in Europa gli incidenti stradali sono una delle prime cause di morte, con più di 120.000 vittime all'anno. Dobbiamo essere realisti: non possiamo pensare di rendere attrezzate sicure tutte le autostrade d'Europa con un tratto di penna in pochi mesi. Occorre una cultura del lavoro che restituisca dignità e diritti ai trasportatori, con regole intelligenti che proibiscano turni di guida estenuanti, in particolare quelle a cui gli autisti sono obbligati per aggirare le norme sul cabotaggio e quelle a tutela del mercato unico.

Ma l'Europa deve anche puntare ad alzare la qualità media della sua rete viaria, senza trascurare le reti secondarie. Spesso nella stessa regione coesistono infrastrutture all'avanguardia e strade obsolete, poco illuminate e troppo trafficate e pericolose. Così come occorre rendere sicure le zone di parcheggio lungo le autostrade, spesso luogo di banali e grotteschi incidenti. Va predisposto al più presto un piano d'azione per rendere sicure le nostre strade: solo una sicurezza omogenea in tutta la rete viaria europea può abbassare il numero impressionante di vittime che ogni anno siamo costretti a contare.

Agnes Jongerius (S&D). – Kan ik vandaag veilig mijn werk uitoefenen? Dat is wat veel vrachtwagenchauffeurs zich afvragen op het moment dat ze met hun truck door Europa rijden. Ik deel die zorgen van de vrachtwagenchauffeurs.

Het is dan ook om die reden dat ik met mijn collega Dennis de Jong de ministers van Verkeer van Nederland, België en Frankrijk heb aangeschreven en opgeroepen om maatregelen te nemen voor een veilige route naar Calais.

Mijn eerste vraag aan de commissaris is: is dit onderwerp nu in de Transportraad in september ook daadwerkelijk besproken?

Mijn tweede vraag zou zijn: als we nou in 2015 als Europees Parlement opgeroepen hebben tot meer veilige parkeerplaatsen, en de commissaris zegt dat er met Europees geld in de afgelopen periode negen aangelegd zijn, welke lidstaten moeten dan meer doen om de veiligheid van onze chauffeurs te garanderen? Want volgens mij hebben wij hier als Europees Parlement en Europese Commissie en de lidstaten een gezamenlijke opdracht.

Catch-the-eye-Verfahren

Jiří Pospíšil (PPE). – Pane předsedající, to byla velmi zajímavá debata. Já, když jsem konfrontován ve své zemi s experty na dopravu, tak všichni hovoří právě o bezpečných parkovacích zónách. Myslím si, že je to mimořádně důležité téma, které by měla řešit EU, protože pokud tyto parkovací zóny mají být určitým způsobem logicky rozmístěné po Evropě, pak toto musí koordinovat EU. Děkuji paní komisařko, že jste ve své řeči tomuto tématu věnovala relativně velkou pozornost, ale přesto si myslím, že do budoucna bude potřeba, aby Evropa zde sehrála ještě mnohem větší roli.

My asi nevyřešíme násilí na řidičích kamionů, to asi vždy bude spadat do kompetence jednotlivých národních států. Ale v oblasti celkové zvýšení bezpečnosti kamionové přepravy po evropském kontinentě a v oblasti zajištění určitého statutu pro jednotlivé, řekněme, řidiče kamionů můžeme sehrát svoji roli. A právě ta parkovací místa jsou, podle mého názoru, mimořádně důležitá.

Der Präsident. – Bevor ich Frau Kommissarin Jourová das Wort erteile, will ich sagen, dass wir eine sehr breite Debatte erlebt haben, von Flüchtlingen bis hin zu Kabotage. Ich will keines dieser Themen geringschätzen, aber ich will allen Rednern danken, die sich in ihren Wortbeiträgen auf den Kern der Anfrage bezogen haben.

(Ende des Catch-the-eye-Verfahrens)

Věra Jourová, Member of the Commission. – Mr President, I wish to thank the House very much for this important and interesting discussion. As I said at the beginning of this debate, for the Commission it is of the utmost importance that the road transport sector can function well and that the safety and security of drivers is ensured.

The road freight sector is facing a complex range of threats which continue to cause increased costs and delays, affecting the competitiveness and viability of the many small and medium-sized enterprises, which are the backbone of the sector. The Commission is working hard to find solutions to mitigate these security issues through a mix of interventions which include funding and the development of best practice guidance and tools to help the sector to improve its overall security.

This is in addition to actions that Member States and regional governments themselves must take to better secure their roads. There is no single magic solution that will solve all of these problems overnight, so the focus of the Commission will remain on working with our partners to collectively improve the security of Europe's roads in the long term.

Der Präsident. – Die Aussprache ist geschlossen.

21. Ordem do dia da próxima sessão: Ver Ata

22. Encerramento da sessão

Der Präsident. – Ich danke allen Kolleginnen und Kollegen, die diese Aussprache bis zum Schluss verfolgt haben. Auch den Diensten danke ich. Ich wünsche allen einen guten Nachhauseweg und eine gesegnete Nachtruhe.

(Die Sitzung wird um 21.48 Uhr geschlossen.)

Legenda dos símbolos utilizados

*	Processo de consulta
***	Processo de aprovação
***I	Processo legislativo ordinário (primeira leitura)
***II	Processo legislativo ordinário (segunda leitura)
***III	Processo legislativo ordinário (terceira leitura)

(A base jurídica proposta no projeto de ato determina o processo a adotar.)

Significado das siglas das Comissões

AFET	Comissão dos Assuntos Externos
DEVE	Comissão do Desenvolvimento
INTA	Comissão do Comércio Internacional
BUDG	Comissão dos Orçamentos
CONT	Comissão do Controlo Orçamental
ECON	Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários
EMPL	Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais
ENVI	Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar
ITRE	Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia
IMCO	Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores
TRAN	Comissão dos Transportes e do Turismo
REGI	Comissão do Desenvolvimento Regional
AGRI	Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural
PECH	Comissão das Pescas
CULT	Comissão da Cultura e da Educação
JURI	Comissão dos Assuntos Jurídicos
LIBE	Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos
AFCO	Comissão dos Assuntos Constitucionais
FEMM	Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros
PETI	Comissão das Petições
DROI	Subcomissão dos Direitos do Homem
SEDE	Subcomissão da Segurança e da Defesa

Significado das siglas dos Grupos Políticos

PPE	Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos)
S&D	Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu
ECR	Conservadores e Reformistas Europeus
ALDE	Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
GUE/NGL	Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde
Verts/ALE	Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
EFDD	Grupo Europa da Liberdade e da Democracia Direta
ENF	Grupo Europa das Nações e da Liberdade
NI	Não Inscritos